

CADERNOS DE GÊNERO E DIVERSIDADE

VOL. 10, N.3, JUL-SET 2024



Título: *A fonte*

Autora: Mariana Darvenne, pintora de Brasília. Trabalha com técnicas variadas e mistas.

Ilustra memórias, sonhos, desejos, forças e o que mais couber na imaginação. Nem sempre sai o que imaginou, mas a margem do erro, técnico ou material, permite muitas vezes novas descobertas.

São temas centrais as mulheres, seus corpos e sentimentos; relações amorosas e de amizade; paisagens oníricas; memórias afetivas, que transbordam; e, também, abstratos que refletem o inconsciente. Águas que deságuam, refletindo infinitas cores e formas

website: www.marianadarvenne.com/florestainterior



Sobre a obra: Acrílica sobre papel telado de tamanho 32x24cm. F parte da coleção Floresta Interior.

2

Créditos da arte da capa de Rita Motta da Tribo da Ilha-Florianópolis



É com alegria que publicamos o terceiro número do volume 10 dos Cadernos de Gênero e Diversidade, cumprindo com o compromisso de “zerar” um imenso volume de artigos que aguardavam avaliação desde o início do ano de 2023.

Seguindo nossa nova política editorial, organizamos este número em torno de temáticas de sexualidade. Os artigos aqui publicados mostram tanto o crescimento do campo de estudos sobre sexualidades no Brasil como a emergência de novas preocupações teórico-metodológicas na abordagem interdisciplinar de questões lésbicas e gays.

A capa deste número, nos foi generosamente ofertada pela artista brasileira Mariana Darvenne. O quadro **A fonte** faz parte da série **Floresta Interior** e reflete, a nosso ver, a temática central deste número.

Na primeira parte deste número, publicamos cinco artigos e uma entrevista sobre **Lesblianidades**, editados sob a curadoria editorial de Pâmela Laurentina Sampaio Reis e Maria Alonso.

No primeiro artigo, "**Entre Fanchas e Ladies: Memórias de vivências em Belo Horizonte nas décadas de 70 a 90**", as autoras Janice de Souza e Alessandra Sampaio Chacham analisaram como um grupo de lésbicas vivenciou suas identidades durante a ditadura militar, um período de grande opressão. Através de entrevistas, destacaram as estratégias que elas usaram para se encontrar e se conectar, apesar dos riscos. As autoras demonstram como esse grupo desafiou as normas sociais e encontrou formas de apoio mútuo, contribuindo para a história de luta e resistência dos corpos e vidas dissidentes

Já no segundo artigo, "**Feminismo negro, classe e racismo em poemas e ensaios de Audre Lorde**", Levi Correia de Sousa e Elder Koei Itikawa Tanaka destacam a importância do legado de Audre Lorde para o feminismo negro e procuram dar visibilidade ao seu trabalho como inspiração na luta contra a discriminação. Para tanto, analisam o poema 'Power' e o ensaio 'Age, Race, Class and Sex: Women Redefining Difference', com a intenção de examinar a interseccionalidade entre racismo, feminismo negro, classe e sexualidade. O objetivo é entender o silenciamento das mulheres negras dentro do movimento feminista americano na década de 1960 e reconhecer a poesia como uma ferramenta revolucionária para a expressão de mulheres negras.



O terceiro artigo “**Transcendendo as Margens: Reflexões sobre a representações lésbicas e ciborgues em Doctor Who**”, Sheisa Bittencourt examina a representação de personagens femininas e a diversidade sexual na série cult *Doctor Who*. Ele se concentra em Bill Potts, uma mulher negra lésbica, como um marco na representação feminina. Ele analisa como a série aborda questões de marginalização e resistência. A transformação de Bill em ciborgue é destacada como uma crítica à despersonalização de identidades marginalizadas e como uma forma de transcender as normas de gênero e sexualidade.

No quarto artigo, “**Tecendo Redes, Construindo Comunidade: O Poder da Amizade Lésbica**”, Maria Alonso analisa os laços das amigas *Queer*, destacando seu papel na construção de identidades e sua capacidade de resistir às normas sociais. Concentra-se nas amigas lésbicas por seu poder subversivo diante da heteronormatividade e destaca a importância das redes dessas mulheres para a manutenção dos laços emocionais e da sobrevivência. O texto também aborda a necessidade de torná-las visíveis e valorizá-las como essenciais na luta pela igualdade e justiça social.

O quinto artigo sobre lesbianidades, intitulado “**Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram**”, Pâmela Laurentina Sampaio Reis e Miriam Pillar Grossi refletem sobre a problemática das violências em relacionamentos lésbicos, que emergiram como denúncia e tema político durante a pandemia de Covid-19, período em que a violência doméstica aumentou consideravelmente. Através do acompanhamento etnográfico de perfis no Instagram que discutem pautas sobre relacionamentos lésbicos, as autoras observam como essa violência de gênero emerge sob as rubricas de relacionamentos tóxicos e abusivos.

Em sintonia com os artigos sobre lesbianidades, publicamos uma entrevista com Gracia Trujillo, professora e ativista espanhola. Em suas reflexões, ela explora a intrínseca ligação entre sua carreira acadêmica e seu ativismo, enfatizando como ambas se entrelaçam com o contexto social. A entrevista aborda os desafios e dilemas encontrados em suas pesquisas feministas, lésbicas e *Queer*, bem como as transformações conceituais nessas áreas. Trujillo também compartilha suas experiências no ativismo, com destaque para seu trabalho na Eskalera Karakola, e apresenta sua trajetória como professora de sociologia na Universidade Complutense de Madri.



Temos também neste número, em sintonia com os artigos sobre lesbianidades a tradução do artigo de Val Flores “**Um feminismo zumbi? Promiscuidade e contágio: políticas sapatão trans feministas cuir decoloniais**”, feita por Rafaela Zimkovicz que também apresenta o texto. Trata-se de uma potente crítica decolonial, a partir de uma perspectiva do sul global sobre como os estudos de gênero e sexualidade mais tradicionais têm analisado as lesbianidades dissidentes de padrões mais palatáveis e heteronormativos.

Na segunda parte deste número, temos a seção especial sobre **Sexualidades, identidades e violências: negociações subjetivas e institucionais**, organizada por Alinne de Lima Bonetti, Daniel da Silva Stack e Jônatas Stritar Alaman. Nela, temos quatro artigos e um ensaio que, dando continuidade a temática, se debruçam sobre questões envolvendo violência, discriminação, relações afetivas e identidades entre homens gays.

O primeiro artigo da seção, intitulado “**Violência por parceiro íntimo e práticas de controle de corpos: uma análise das especificidades em relações homoafetivas**”, de Natália Evelyn Gomes Moreira, contribui para pensar sobre a presença de violências de gênero em relações homoafetivas masculinas.

Na continuidade, apresentamos o artigo “**Reivindicação, Direitos e Enfrentamento à Discriminação: um panorama das lutas institucionais das dissidências sexuais e de gênero no Brasil**”, no qual Émerson Santos e Benedito Medrado lançam luz sob o histórico ativista de diferentes movimentos sociais e organizações que travaram suas lutas, ao longo das décadas, em prol das vivências LGBTQIAPN+. Nesse sentido, com um referencial teórico conciso, mas clássico, o artigo contribui com um amplo resgate das políticas institucionais, transformações históricas dos entendimentos sobre gênero, sexualidade e identidades, como também das tensões que atravessaram os anos e as formas de se fazer políticas sobre diversidade de gênero e sexuais.

Já o artigo de Kléber Neves Marques Júnior, “**As masculinidades e melancolia de gênero em jovens gays afeminados**”, analisa a melancolia de gênero vivida por jovens gays afeminados, resultante da desidentificação com a masculinidade hegemônica e a heterossexualidade. Ao não se encaixarem nas expectativas tradicionais de gênero, esses jovens experienciam vulnerabilidade identitária e a “melancolia de gênero”. A partir de uma pesquisa empírica, o autor



contribui para refletir sobre as configurações de masculinidades e as afetações particulares dentro e entre grupos de homens.

O artigo de Daniel da Silva Stack, **“Tem que ser bagual, tem que pegar boi pelo pescoço’: Masculinidades interioranas e o dispositivo do armário em Santa Maria - RS”**, apresenta uma reflexão sobre as masculinidades dissidentes em contextos rurais gaúchos. O autor examina os desafios enfrentados por jovens gays que utilizam aplicativos de relacionamento, abordando tanto as questões de homossexualidade no interior quanto as dinâmicas de gênero e sexualidade em contextos online e offline, com foco nas particularidades culturais de Santa Maria e suas regiões vizinhas.

O artigo de **“Trabalho sexual e gestão de riscos: a história de um garoto de programa”** finaliza a sessão, apresentando um estudo qualitativo e exploratório sobre a gestão de riscos na prostituição masculina, por meio de entrevistas com um garoto de programa em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O trabalho analisa a trajetória de vida, a organização de trabalho e as estratégias de gestão de riscos desse profissional, destacando como fatores como masculinidade e virilidade impactam sua prática e reconhecimento no mercado sexual.

Articulado com a sessão temática está o ensaio de Jônatas Stritar Alaman intitulado **“A gente grava, depois tira foto!’ : percursos teóricos-metodológicos com homens cis nos mercados do sexo online”**, que compartilha reflexões de sua pesquisa, realizada no espaço digital, sobre o mercado de sexo contemporâneo. A partir dos registros de seus diários de campo, o autor mostra o quanto as novas modalidades de trabalho sexual são inovadoras há muitas décadas.

Por fim, com a curadoria de Izabela Liz Schlindwein, publicamos três resenhas que dialogam com as temáticas relativas às sexualidades dissidentes desenvolvidas nos artigos e ao campo feminista francês.

Maria Clara Brito da Gama resenha o livro de Renan Quinalha **“Quarenta anos de movimento LGBTI+ brasileiro: opressões, resistências e identidades”**, mostrando a importância desta obra para o conhecimento do movimento LGBTI+ brasileiro.

Konstantinos Argyriou faz a resenha de livro de María Alonso **“Luces De Una Autoetnografía Lésbica: Reseña de Las Intermitencias de los Infinitos Lésbicos”** contribuindo para o conhecimento deste livro que já se tornou importante referência para os estudos lésbicos na



Espanha, por sua abordagem metodológica inovadora no campo de auto-etnografia.

7

Encerrando este número, trazemos a resenha do livro “**Le genre: histoire, identités, sexualités**” - “O Gênero: História, Identidades, Sexualidades” (Tomiche, 2024), escrita por Viviane de Bona, que analisa o percurso, desafios e resistências dos Estudos de Gênero no contexto francês até os dias de hoje.

Além das co-editoras/es deste número, que se dedicaram intensamente à avaliação dos artigos, à Priscilla Gusmão que tem desempenhado com grande compromisso a secretaria geral dos Cadernos, agradecemos também à Felipe Bruno Martins Fernandes e Jaqueline Wiggers Piccini pelo apoio na revisão e formatação de alguns artigos deste número.

Desejamos a todes boa leitura e muita inspiração para o desenvolvimento das pesquisas emergentes no campo da sexualidade e sobre movimentos, experiências e vivências de pessoas lésbicas e gays no Brasil.

Miriam Pillar Grossi - Coordenação Editorial dos Cadernos de Gênero e Diversidade

Alinne de Lima Bonetti

Daniel da Silva Stack

Izabela Liz Schlindwein

Jônatas Stritar Alaman

Maria Alonso

Pâmela Laurentina Sampaio Reis

Priscilla Gusmão

Co-editoras/es do número 3. Volume 10, 2024



Entre *Fanchas e Ladies*: Memórias de vivências lésbicas em Belo Horizonte nas décadas de 70 a 90

Janice Aparecida de Souza, *Universidade do Estado de Minas Gerais*
Alessandra Sampaio Chacham, *Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais*

Resumo: Partindo das memórias de um grupo de lésbicas hoje idosas, examinamos neste artigo como, em sua juventude, essas mulheres performatizaram suas identidades em Belo Horizonte, uma cidade marcada pelo seu forte conservadorismo social e político nas décadas de 70 a 90. Para a coleta dos dados, foram realizadas entrevistas em profundidade com 21 lésbicas nascidas entre as décadas de 1930 e 1960. O conjunto das histórias de vida coletadas ilumina a resiliência e a engenhosidade com a qual se organizavam, enfatizando a importância das estratégias performativas para o estabelecimento de conexões entre pares em contextos repressivos. Identificamos que os modos pelos quais elas performaram o gênero e incorporaram uma estética visual específica emergiram como uma estratégia importante para a vivência de seus afetos proibidos de forma relativamente segura. Apesar do ambiente opressivo em que viviam, foram capazes de reconhecer e localizar umas às outras, formar laços e estabelecer uma rede de solidariedade e apoio. A compreensão dessas experiências históricas contribui para discussões em andamento no campo das identidades, resistências e mudanças sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Lésbicas idosas; Identidade; Gênero; Performance;
Estigma.



Introdução

Partindo das memórias de um grupo de lésbicas nascidas entre as décadas de 1930 e 1960, que residiram durante sua juventude na Cidade de Belo Horizonte, propomo-nos a analisar como essas mulheres performatizaram suas identidades enquanto lésbicas, vivendo em um ambiente extremamente conservador e durante um período de intensas restrições às liberdades, em virtude da ditadura civil-militar implantada no Brasil entre os anos de 1964 e 1985¹. Para atingir nosso objetivo, foram utilizadas passagens extraídas de entrevistas em profundidade realizadas com 21 mulheres, hoje idosas, de forma a compreender como, nesse contexto de forte repressão social, cultural e política, foram capazes de expressar sua sexualidade e estabelecer relações afetivas e de amizade com outras mulheres dissidentes do sistema sexo-gênero. Torna-se importante ressaltar que não buscamos a definição de uma identidade lésbica única, centrada e estável, até porque essa inexistente, mas sim analisamos as estratégias adotadas para afirmarem-se em suas sexualidades e serem identificadas como lésbicas por outras lésbicas, de modo a vivenciarem suas sexualidades e afetos com relativa segurança.

O material explorado tem sua origem na tese *Vivências lésbicas na Cidade de Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 2000: um retrato falado*². Nela, pesquisamos três grupos de mulheres: o primeiro composto por proprietárias de bares e boates voltados ao público homossexual, que acolheu a geração das pesquisadas e que foram identificadas por nomes de deusas mitológicas; o segundo composto por frequentadoras desses estabelecimentos que identificamos com nomes de flores; e o terceiro grupo, que ficou conhecido, na cena lésbica belorizontina no final dos anos 1970, como *Vila Sésamo*³. Para identificar este último, utilizamos nomes da literatura mundial. Este grupo mantém até hoje vínculos de amizade e convivência que remontam à adolescência, aos jogos – principalmente às partidas de

¹ Ainda que o período discutido neste artigo ultrapasse os limites cronológicos do regime militar brasileiro e o auge da repressão tenha ocorrido entre os anos de 1968 e 1974, ocorreram perseguições sistemáticas contra a população LGBT até a década de 80, como, por exemplo, a famosa “Operação Sapatão”, que aconteceu, em 1980, na Cidade de São Paulo. O receio da exposição pública em razão das batidas policiais persistiu por muitos anos entre gays e lésbicas dessa geração.

² Pesquisa realizada graças à concessão de bolsa de estudos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes e pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

³ O apelido do grupo foi dado por uma geração de mulheres mais maduras que as jovens que compunham o grupo em uma referência à turma do *Vila Sésamo*, programa infantil de mesmo nome que foi ao ar na Rede Globo de Televisão entre os anos de 1972 e 1977. O apelido pegou e se espalhou na cena lésbica belorizontina.



futebol que promoviam com regularidade – e, à revelia do prescrito para mulheres naqueles tempos, colocou em campo e na arquibancada uma vasta gama de possibilidades de novas amizades e constituição de casais, estabelecendo uma relação duradoura numa fase mais madura da vida.

Em que pese serem mulheres de distintas origens e classes sociais, sendo que as que formaram o *Vila Sésamo* eram majoritariamente brancas e de classe média (mesmo que essa posição de classe tivesse oscilado ao longo de suas vidas), ainda assim o critério de seleção uniu os três grupos: todas autoidentificadas como lésbicas, com mais de 60 anos de idade e frequentadoras da restrita cena lésbica disponível na Cidade de Belo Horizonte entre 1970 e o início dos anos 90⁴. Esses grupos pertencem a um campo ainda pouco explorado e marcado por significativa escassez de estudos. Embora as pesquisas sobre lesbianidades sejam cada vez mais comuns, ainda são limitadas, e a falta de materiais é ainda mais acentuada quando se trata de temas específicos, como as vivências de lésbicas idosas. Essa lacuna torna-se ainda mais evidente ao considerarmos as experiências de gerações mais velhas fora do eixo Rio-São Paulo (SOUZA, J. e CHACHAM, A., 2023).

A primeira autora deste texto convive com mulheres que pertenciam a esses três grupos há cerca de 25 anos, período de escuta de muitos *causos*, alguns engraçados, outros trágicos. Foi por meio desses contatos que obtivemos as primeiras entrevistas e as indicações para as próximas, em um processo para a seleção de participantes conhecido por *snowball* ou bola de neve, no qual as entrevistadas vão indicando outras com as mesmas características e, assim, sucessivamente. Essa técnica permite pesquisar grupos de difícil acesso e, além disso, “é útil para estudar questões delicadas, de âmbito privado e que, portanto, requerem o conhecimento das pessoas pertencentes aos grupos ou reconhecidos por essas para localizar informantes para estudo.” (VINUTO, 2014, p. 203).

A metodologia utilizada foi qualitativa, com uma abordagem de pesquisa que se concentra na compreensão e interpretação de fenômenos sociais complexos, uma vez que o objetivo foi descrever e analisar as percepções, opiniões e comportamentos das participantes, concentrando-se na qualidade ou significado das respostas. Como técnica de coleta de dados, utilizamos a entrevista em profundidade, do tipo semiestruturado com um único respondente (BAUER; GASKELL,

⁴ Optamos por colocar a idade atual das entrevistadas por entender que contextualizaria melhor, para quem lesse o artigo, o tempo histórico por elas vivido.



2002). Optamos pelas histórias de vida e seguimos o entendimento de Fortunato Mallimaci e Verónica Béliveau (2006), de que elas nos permitem conhecer o social por meio do indivíduo com base na experiência dele, bastando apenas que seja parte da comunidade que é estudada. As entrevistas foram conduzidas individualmente, filmadas ou gravadas, e os dados foram analisados utilizando técnicas de codificação para identificar temas e padrões emergentes nas respostas das participantes.

As análises dos resultados foram feitas pelas lentes das teorias feministas e *queer* pós-estruturalistas: Judith Butler (2019), Teresa de Lauretis (2019), Paul B. Preciado (2019) e Jack Halberstam (1998). Contudo, a perspectiva de entendimento que orienta as análises apresentadas é múltipla, diversa e rechaça abordagens essencialistas ao acolher a pluralidade de conhecimentos e contradições que constitui os singulares percursos de vida de cada mulher que participou do estudo.

Identidades e performances de gênero: problematizando conceitos

Ainda que o conceito de identidade seja polissêmico e, por vezes, controverso, alguns elementos comuns de suas identidades sexuais e sociais ficaram evidentes em nossas análises. A ampla gama de informações colhidas, as fotos acessadas e as imagens daqueles tempos que trazemos na memória denotam que a maneira como performaram o gênero marcou seus corpos e materializou-se na formação dos casais entre elas. Evidenciam-se em suas performatizações identitárias nuances comuns aos guetos⁵ que as uniram e que possivelmente tenham iluminado frestas para uma existência digna, apesar da heteronorma. Em consonância com Maria Luiza Heilborn (1996, p. 137), a identidade é aqui “entendida e operacionalizada na acepção de um conjunto de marcas sociais que posicionam um sujeito em um determinado mundo

⁵ Os espaços destinados às lésbicas nas décadas de 1970 e 1980 podem ser compreendidos como guetos por sua natureza segregada e marginalizada dentro do contexto urbano e social da época. Esses locais, geralmente restritos e pouco visíveis, surgiam como refúgios diante do preconceito e da invisibilidade impostos pela sociedade heteronormativa. Contudo, a concepção de gueto não pode ser transportada para a realidade brasileira sem mediações. Embora muitos homossexuais que frequentam os espaços de sociabilidade identificados com esses públicos se refiram genericamente a esse circuito como gueto, “essa noção, talvez, seja entendida mais no sentido de enfatizar um espaço de sociabilidade e a constituição de um sentimento de comunidade, em vez de representar um território que delimita de forma tão clara a circulação dos que com ele se identificam, diferentemente do caso paradigmático de San Francisco, EUA” (FRANÇA, 2006, p.33).



social. Não se trata de uma concepção que se baseie numa substância reificada de marcas sociais estáticas”. A autora situa a identidade sexual na cultura ocidental como uma das dimensões centrais da identidade social (HEILBORN, 1996).

Judith Butler (2019) traz contribuições seminais sobre como a reprodução das identidades de gênero ocorre pelas diferentes maneiras em que os corpos são posicionados em relação às expectativas profundamente enraizadas e sedimentadas sobre as existências atribuídas de gênero:

Existe uma sedimentação das normas de gênero que produz o fenômeno peculiar do sexo natural, da mulher de verdade, ou de qualquer outra ficção social que se faça presente e seja convincente; essa sedimentação tem produzido, ao longo do tempo, um conjunto de estilos corporais que, de maneira reificada, são apresentados como configuração natural dos corpos, divididos em sexos que se relacionam de forma binária (BUTLER, 2019, p. 220).

Essa ficção, sobre a qual nos fala Judith Butler, é extremamente potente. As histórias de vida acessadas durante as entrevistas tornaram evidente o poder da ficção do gênero. As vidas das entrevistadas pendiam entre a dissimulação da orientação sexual, principalmente nos ambientes familiares e profissionais, e a reprodução do modelo binário, heterossexual e sexista. Entre papéis ora masculinos, ora femininos que performavam, transitavam as *fanchas e ladies*, entre as brumas do gelo seco, ficções, fantasias e desejos que se misturavam na toada das músicas nas baladas.

Edward MacRae (2018), ao referir-se aos “poucos locais públicos frequentados por lésbicas em São Paulo por volta de 1980”, descreve a reprodução do comportamento heterossexual no qual as lésbicas assumiam “o papel de lady – a parceira que faz o papel de ‘mulher’ – ou de fanchona – a parceira que faz o papel de ‘homem’”. Em tais relacionamentos, “as fanchonas se esforçavam ao máximo para imitar homens, chegando, em casos extremos, a usar cuecas, adotar gestos bruscos e tratar ‘suas mulheres’ de acordo com os padrões machistas vigentes na sociedade” (p. 210).

As *fanchas, sapatões, caminhoneiras*, entre outros termos e formas de expressão utilizadas por mulheres com uma apresentação mais masculina, ou as desfeminizadas, assim como as femininas *ladies* e *sandalhinhas*, também circulavam na ainda mais restrita cena lésbica



na capital mineira entre os anos 70 e 90. Essas performances de papéis mais masculinos ou femininos funcionavam como códigos, sinalizando possíveis interesses e expectativas sobre o tipo de parceira cobiçada e qual a dinâmica sexual esperada, ainda que as expectativas ligadas a essas performances públicas não fossem necessariamente correspondidas nos espaços de intimidade (SOUZA, J. e CHACHAM, A., 2023b).

Ártemis comenta sobre essa distinção entre as mais femininas e as mais machinhas e sua fala reflete um pouco da ambiguidade que muitas sentiam ao performarem esses papéis:

Era uma característica dessa época, para as pessoas se identificarem. [...] Nos últimos 20 anos pra cá, é que acabou isso. Ainda tem alguns casais assim. Foi uma característica que nós vivemos, eu vestia terno e colete, sempre, mas é porque eu me identificava com isso, não porque eu quisesse ser homem. Eu nunca quis imaginar que eu era homem, que eu era provedor, que eu era gostoso, bonito, charmoso, não, mas eu gostava dessa imagem. Não tanto quanto a Hera, que vestia terno de loja. Mas, assim... um blazer... uma coisa mais masculina, mas não tanto de sapato social de homem, nem usava cueca, sempre detestei. (Ártemis, 65 anos)

Sem ignorar que os estudos queer estão propondo a implosão da categoria identitária, propusemo-nos a pensar essas performatizações identitárias que foram possíveis para essas lésbicas, a partir de um recorte no tempo e em dado território geográfico: a Cidade de Belo Horizonte, cravada entre as montanhas do Estado de Minas Gerais, berço da tradicional família mineira.

De acordo com a teoria da performatividade da filósofa Judith Butler (2007, p. 266), “a essência ou a identidade [...] são invenções fabricadas e preservadas mediante signos corpóreos e outros meios discursivos”. Em diálogo com Butler, Paul B. Preciado (2019) nos diz que as diferenças sexuais são performatividades normativas inscritas nos corpos como verdades biológicas e que a forma como cada um se situa nesse universo caracteriza distintas inscrições performativas da identidade. Ainda para Preciado (2019, p. 421), as abordagens queer colocam aos feminismos o desafio de abandonar a identidade natural (homem/mulher) ou definições baseadas nas práticas (heterossexuais/homossexuais) para passar a basear-se e atuar com uma multiplicidade de corpos que se erguem contra os regimes que os



constroem como “normais” ou “anormais”. Preciado (2019b) ainda acrescenta:

A identidade homossexual [...] é um acidente sistemático produzido pela maquinaria heterossexual e estigmatizada como antinatural, anormal e abjeta em benefício da estabilidade das práticas de produção do natural (p. 471).

De acordo com Lenise Borges (2014, p. 286), “o debate é, indiscutivelmente, político, [...] uma vez que qualquer projeto feminista de emancipação passa, necessariamente, por uma análise teórica e histórica sobre o poder, além, é claro, das dimensões éticas e políticas envolvidas nos processos de transformação social”.

Neste contexto, cabe considerar as restrições impostas no Brasil pela ditadura civil-militar sobre os desviantes da norma, afinal pesquisamos mulheres que viveram 21 anos de suas jovens vidas sob regime militar. Ainda que nenhuma delas tivesse envolvimento com a resistência política nem com movimentos sociais como o feminismo e o incipiente movimento LGBT da época, ao romperem com padrões identitários heterodominantes e buscarem, entre outras mulheres, suas parceiras sexuais, se expuseram a uma evidente abjeção social. Nas palavras de Capitu (66 anos), elas eram “tratadas como doentes e pervertidas, párias da sociedade. Um horror! A sociedade hipócrita sempre nos tratou com nojo e desrespeito”.

No entanto, com exceção das que foram donas de bares, conflitos diretos com policiais ou militares eram raros. Uma das entrevistadas, Jane Eyre (65 anos), passou por uma situação difícil ao ser flagrada com a namorada dentro do carro em um local relativamente discreto e, por isso, procurado por casais. Para se livrarem das ameaças de prisão, ambas tiveram que entregar todo o dinheiro que tinham nas carteiras. Embora o confinamento em guetos e o medo da repressão possam ter sido experiências comuns a outras lésbicas brasileiras que viveram no mesmo período, essas reservadas mineiras, que viviam na então pacata Cidade de Belo Horizonte, reagiram evitando envolvimento político e exposições. Uma das estratégias favoritas era alugar casas de campo, algumas ainda em construção, para promover festas e encontros com discrição e privacidade (SOUZA, J. e CHACHAM, A., 2023).

Essa discrição refletia-se nas formas e expressões utilizadas para a autoidentificação. Teresa de Lauretis (2019b, p. 398) argumenta que o uso das palavras gay, lésbica e queer simbolizava uma forma de contestação social, antes de ser identidade, e, graças ao movimento de



liberação gay dos anos 1970, “tornou-se motivo de orgulho e uma marca de resistência política”. No entanto, essa experiência de *orgulho identitário* não foi encontrada entre elas. Ao serem perguntadas se em algum momento se sentiram orgulhosas ou confortáveis na homossexualidade, das 21 mulheres ouvidas, 20 afirmaram nunca terem encontrado esse sentimento. Apesar do desconforto, a maioria bancou uma apresentação masculina e não se casou com homens, atitudes que denotam resistência ao que delas era esperado no contexto social e na época em que viviam.

Sendo a norma aquilo que dispensa nomeação e tendo como base o masculino como referente universal, escapar ao socialmente prescrito, às vezes, acontece antes que se tenha consciência de suas implicações. A socialização de meninos e meninas se dá de forma bastante desigual. Contudo, os depoimentos apontaram que, entre as mais desfeminizadas, a infância foi fortemente marcada pelo distanciamento das brincadeiras atribuídas às meninas.

Chama a atenção a permissividade que muitas tiveram para as brincadeiras de rua e para brinquedos *de menino*. Se na infância houve liberdade para tal, essa liberdade foi diminuindo à medida que a infância foi ficando para trás, sendo comum abrir espaço para cobranças quanto à adequação aos padrões hegemônicos de feminilidade. Quando a masculinidade se intersecciona com a lesbianidade, ela passa a ser vista como um preocupante desvio de gênero, momento em que as famílias começam a se mobilizar mais intensivamente na reeducação do gênero, como observa Jack Halberstam (1998).

Estigma, identidade e gênero: entre os limites e a segurança da invisibilidade

Erving Goffman (1988) constatou em suas pesquisas que, “em certas circunstâncias, a identidade social daqueles com quem o indivíduo está acompanhado pode ser usada como fonte de informação sobre a sua própria identidade social, supondo-se que ele é o que os outros são” (p. 43).

Embora, atualmente, seja possível acessar alguns direitos, ainda que tardiamente, como é o caso do casamento entre pessoas do mesmo sexo, nossas entrevistadas não se sentem encorajadas a expor-se e têm clareza de que a exposição as desvalorizará para uma parcela muito expressiva da sociedade. Essas *pioneiras* dissidentes do sistema-sexo-gênero pertencem a uma geração cujo tema da sexualidade



dentro da norma já era um tabu; fora dela, tanto mais. Afirmaram que teriam optado pela heterossexualidade se opção houvesse, que a vida teria sido mais fácil dentro da heteronorma. A entrevista concedida por Tia Violeta (78 anos) ilustra o que várias relataram: o encontro com um desconhecido desejo, as angústias, dilemas e os desafios dele decorrentes. Ela relatou que, quando tinha entre 19 e 20 anos, costumava ir para uma cidade do interior de Minas Gerais e lá ficava na casa de uma amiga que já tinha um namorado. Conversavam sobre o namoro da amiga, dormiam na mesma cama e “o negócio, como diz o outro, foi dando liga. Aí começou... um carinho aqui, outro carinho ali e virou um namoro. Mas a gente não sabia o que era. Não sabia!”

Essa primeira namorada passou, então, a namorar o irmão de Tia Violeta e com ele se casou, mas o romance entre elas se manteve. Foram oito anos de desassossego e culpa. Quando o segundo filho nasceu (mais um sobrinho para Tia Violeta), ela rompeu a relação. Na família, ninguém ficou sabendo do longo relacionamento que tiveram.

A descoberta da homossexualidade traz consigo, na maioria das vezes, a necessidade, ainda que inconsciente, de mantê-la em segredo. Tia Violeta (78 anos) relata que é desconfortável, que tem “vergonha, até hoje, assim, de abraçar, de alisar uma pessoa... Eu até tenho vontade, mas não faço. Eu sou muito contida”. O contato com a homossexualidade pode apresentar-se de muitas formas, sendo a vergonha e até mesmo a surpresa possíveis, como acontece quando se afixa um rótulo: antes que a própria pessoa se dê conta, alguém lhe conta.

Jane Eyre (68 anos) relatou sua primeira lembrança que pudesse insinuar interesse por meninas. Apresenta-nos um traço identitário, dando-nos a dimensão do olhar de outra pessoa sobre a criança que ela era:

Eu tinha um comportamento mais masculino mesmo. Já comentei com você, inclusive, que tinha uma empregada do meu avô que cuidava da fazenda, cozinava e tudo. Eu devo ter feito alguma coisa que ela não gostou e eu escutei ela falar:

– Também, esse macho-fêmea...

Entendeu? Isso eu devia ter 7 para 8 anos de idade; se muito, 10. E eu nunca esqueci essa fala dela. (Jane Eyre, 68 anos)

Passados mais de 50 anos, a pequeníssima e potente frase ouvida pela criança ainda reverbera na mulher de 68 anos que afirmou: “a gente não se torna, eu nunca consegui ser mocinha”.



Em grupos desviantes, processos de estigmatização e rotulagem são comuns. Para Howard Becker (2008), aos processos de imposição de rótulos sobre aqueles designados como desviantes se seguiria a aceitação do rótulo e a busca por uma comunidade desviante na qual o rótulo se tornaria normal e foi o que nossas entrevistadas fizeram. Além de frequentarem os poucos guetos disponíveis na cidade na época, entre as mulheres que integraram o Vila Sésamo e que na velhice continuam próximas, chama a atenção os espaços de convivência mais privada que construíram. Tais espaços garantiram certa coesão e longevidade para as relações de amizade que sustentam até hoje. O desviante é alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso e o comportamento desviante é aquele que as pessoas rotulam como tal, acarretando importantes e deletérias consequências sobre a participação social mais ampla e para a autoimagem do indivíduo, situação que pode levar as pessoas a evitarem alianças embaraçosas com a sociedade convencional.

Para Erving Goffman (1988), este tipo de comportamento é frequentemente utilizado para reduzir a tensão, facilitando a interação com outras pessoas e evitando confrontar a si e a outros com o seu estigma. Porém, tais atitudes têm consequências: se, por um lado, podem evitar descréditos sociais, uma vez que garantem a preservação do segredo, por outro, podem colocar em causa um sentimento de integridade. Ao tentarem manter um verniz de mulher heterossexual, elas precisam ocultar comportamentos não condizentes com o que é esperado em um mundo heteronormado. Isso exige um estado de atenção constante para não levantar suspeitas que as colocariam em descrédito (SEIDMAN, 2004; PONSE, 1976; GOFFMAN, 1988).

O curioso é que um número bastante expressivo das mulheres entrevistadas traz em seus corpos marcas estéticas que normalmente denunciam a orientação sexual quando vista pela lente do *sensu comum*, ainda que ser uma mulher masculina ou um homem feminino não signifique necessariamente ser homossexual. Mas não estamos aqui falando de verdades e sim de olhares que pesam: por vezes, os olhos de quem vê absorvem como verdade aquilo que se materializa na concretude dos corpos. A maioria das entrevistadas formava casais “clássicos”: uma mais feminina com uma mais masculina, o que era habitual na época e persiste entre elas.

Ainda que não se identificassem com o mundo heteronormado, eram reféns dos modelos que conheciam. Karenina (64 anos) sintetiza a impressão de muitas, dizendo que elas eram “normais, com características comuns. Só algumas mulheres que andavam parecendo



um rapazinho”. Uma das entrevistadas, Capitu (66 anos), contou-nos que, embora tenha nascido com atração por meninas da idade dela, não demonstrava porque achava que só ela no mundo “sentia aquilo”.

Margarida (71 anos), ao lembrar sua infância, diz que “se parecia mesmo com um menino” e completa afirmando que essa era uma experiência comum entre as lésbicas da sua geração.

Algumas formas de performar o gênero colidem com práticas e modos de ser arraigados no patriarcado e, quando explicitadas, oferecem riscos. Ao serem percebidas, são alvo de preconceitos que podem desaguar em violências; quando reconhecidas, são vistas mais como um ‘outro’ a ser estudado do que a ser integrado em condições de igualdade.

Faz-se necessário reconhecer a legitimidade das diferenças e a necessidade de equanimidade em lugar da hierarquia enraizada na norma. Em território geograficamente marcado pela católica e tradicional família mineira, corpos dissidentes do sistema sexo-gênero foram deliberadamente invisibilizados em seus núcleos familiares. Ao saírem dele, a opção pela invisibilidade poderia garantir a proteção por vezes negada no seio familiar, primeiro núcleo de acolhimento e afeto ao qual estamos expostos. Para Luciana Souza e Mônica Duarte (2013, p. 430), “a amizade é um relacionamento importante para a vida adulta, por vezes como complemento à ausência de laços familiares fortes”.

A opção por não levantar ou *dar bandeira* foi uma escolha deliberada. Entre elas, havia clareza de que a bandeira só serviria para estigmatizá-las ainda mais. Jane Eyre (68 anos) sintetiza o comportamento e o argumento, homogêneo neste caso, do grupo: “não temos a menor necessidade de levantar essa bandeira. Não fazemos e eu entendo perfeitamente, porque se a gente olhar para o passado...”. O tom reticente e lacônico aponta na direção do que foi vivido e sofrido.

A orientação sexual das depoentes se deu em um misto de ocultamento e revelação. Entre visibilidade e invisibilidade, a depender da conveniência e do espaço, o risco precisava ser calculado. Ao Estado coube a conveniência; afinal, às invisíveis não cabem direitos. Nas palavras de Wittig (2022, p. 63), “serás-hetero-ou-não-serás” – romper com valores hegemônicos coloca em risco a ordem patriarcal, importante pilar para a manutenção de uma sociedade heterocentrada, esta muitas vezes reiterada e reproduzida em comportamentos e práticas, como ilustram alguns depoimentos, dentre eles os das provedoras.

Bovary (62 anos) afirma ter desempenhado o papel em um relacionamento e conhecido algumas outras: “mas não era uma prática comum. Naquela época, todo mundo dividia as contas, a gente dividia



um torresmo”. Contudo, entre as mulheres mais velhas que entrevistamos, dividir contas com as parceiras não era um comportamento comum ou mesmo desejável. Gerânio (90 anos) era a provedora em seus relacionamentos. Ela chegou a dar casa para uma namorada em São Paulo e afirma, junto com Perséfone (84 anos), que elas pagavam as contas, dividir de jeito nenhum: “Não. A gente não deixava, não. Quê que isso?! Menosprezar a gente?!” Seu texto nos remete à uma construção social comum vinculada à “ vaidade masculina” quanto a ter um poder aquisitivo capaz de pagar a conta. Perséfone complementa que a prática era comum, mas “ tinha também o contrário, tinha algumas que viviam à mercê dessas”, referindo-se àquelas que nunca pagavam nada, texto que ilustra o obvio, afinal, a oferta necessita da demanda.

Magnólia (69 anos) disse só não ter sido provedora na primeira relação. Em uma ocasião, uma mulher teria dito a ela: “ Ah, se você quiser ficar comigo, você passa tudo que tem para o meu nome”. E complementa: “ da segunda pra frente, só namorei ladra”.

Embora com poder aquisitivo infinitamente menor do que o de Magnólia (69 anos), Caubi (69 anos) também viveu uma relação na qual ela foi a provedora. Nas palavras dela, “ era uma prática comum [...] Uma era mais doninha, a outra é que fazia algo pela subsistência familiar”.

Ártemis (65 anos) disse que as “ caminhoneiras” tinham essas atitudes, algumas ficaram “ na merda porque gastaram tudo com as mulheres”, talvez alguma relação com o macho provedor. Muitas dessas mulheres estavam se inventando a partir dos referenciais binários que conheciam e acessavam. A prática surgiu com mais naturalidade entre aquelas que tiveram maior poder aquisitivo no passado.

Atena (72 anos) apresentou-se como uma provedora que performou a identidade de forma bastante fluida, tanto na materialidade do corpo quanto no desempenho do seu papel na relação. Contou ter ganhado muito dinheiro, que poderia “ estar milionária, com uma mansão, com piscina”, mas ajudou muita gente e diz não se arrepender. “ Eu estou bem, não moro na rua. Moro em um humilde apartamento, mas é meu, [...] tenho o meu carrinho ali na hora que quiser. Tenho minha vida, sou feliz, me sinto muito feliz”. Disse ter ocupado por diversas vezes o lugar de provedora, deu joias, carro e apartamento na praia para namoradas, mas que agora basta, quer viver para si. Embora ela tenha se apresentado sem cerimônias como provedora, adotou um tom reticente em algumas respostas, numa clara associação às condições modestas nas quais vive hoje.



Há uma fala bem emblemática sobre essa expectativa de que as desfeminilizadas exercessem o papel de provedoras, contada por uma entrevistada bastante masculinizada. Com quase 80 anos à época da entrevista, ela comentou que “pra ter mulher precisa ter bala na agulha, tem que ter dinheiro, ter mulher é caro”. A frase surgiu quando ela contava sobre um triângulo amoroso vivido entre Belo Horizonte e São Paulo, no qual competia com outra *fancha* por uma *lady* e se sentia em desvantagem financeira diante da *concorrente*. É provável que as histórias e dilemas vividos pelas lésbicas entrevistadas retratem histórias semelhantes vividas pela mesma geração em outros cantos do Brasil.

Hera (86 anos) também foi uma típica provedora, embora no início da sua carreira no ramo de bares e boates tenha contado com a ajuda das amigas. Ao estabelecer-se, mantinha os sítios que alugava de “portas abertas e despesas pagas”. Ao relembrar as relações que teve com mulheres, afirmou não saber se gostavam dela ou do seu dinheiro. Sobre carros, disse que teve “uma caminhonete que tinha até televisão dentro. Eu tive uma sem capota, tive uma caminhonete baranga que era pra fazer compra... Eu tive uns quatro ou cinco carros, mas nunca dirigi” e mostrou uma foto do Escort XR3 vermelho conversível, carro bastante caro naqueles tempos, que ocupava o centro da foto, em volta dele várias mulheres posando ao lado do cobijado objeto, motivo de ostentação e poder que nos permite ter uma percepção do tempo pretérito de apogeu e o presente de derrocada dessa mulher: “hoje em dia eu não tenho nada, [...] eu tive dinheiro que parava o sábado assim... eu chegava em casa, eu tinha cama de casal, aí eu punha o dinheiro todo, enchendo a cama de dinheiro”...

Um aspecto que chamou a atenção entre a Hera (86 anos) que vestia terno e a que se apresentou surpreendentemente feminina para a entrevista é que as identidades podem ser marcadas, mas também fluidas. A performatividade é dinâmica: ela se apresentou para a entrevista de unhas feitas, sandália rasteirinha adornada de brilhos, calça com detalhes esgarçados na perna e uma blusa de malha floral. As “roupas sociais” — blazer, terno ou smoking — ficaram no passado e em algumas fotos cujas imagens esmaeciam...⁶ Ela encarna a fluidez que as identidades podem assumir: “não têm a solidez de uma rocha, não são garantidas para toda vida, são bastante negociáveis e revogáveis” (BAUMAN, 2005, p. 17). Podem mudar também em função das decisões

⁶ Hera trouxe para a entrevista fotos de alguns eventos em seus bares e boates, eram imagens com pouco foco e esmaecidas pelo tempo. Trouxe também algumas placas que recebeu em algum evento comemorativo.



que se toma, do tipo de mulher que se deseja atrair, dos caminhos e ambientes que frequentam, das tribos que desejam participar.

Entre ficções identitárias e performances de gênero

De acordo com Lauretis (2019b), para quem os discursos sobre identidades de gênero e sexuais são políticos desde o seu início, os termos empregados atualmente no Ocidente para falar de identidades sexuais não normativas têm privilegiado gêneros, em detrimento das sexualidades ou identidades sociais. No entendimento de Stuart Hall (2006, p. 38), “a identidade é realmente algo formado ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento”. Corey Johnson (1999) reitera que o processo de desenvolvimento das identidades pode durar uma vida inteira, além de mudar ao longo do tempo e das situações vividas.

Ao adotarem padrões e posturas tão marcadamente alicerçados em estruturas patriarcais e em uma masculinidade tóxica, essas vivências nos ajudam a entender e situar o longo repertório de brigas que figuram em suas memórias. De toda forma, nenhum extremo, como os atuais e crescentes casos de feminicídio, foi relatado. Para MacRae (2018, p. 321), algumas lésbicas muitas vezes “transformavam-se em caricaturas de homens”, cujos “valores geralmente imperantes entre elas eram de um machismo exacerbado, sendo frequentes as brigas violentas entre fanchonas [...] porque uma teria tentado ‘roubar’ a mulher da outra”. Se as inúmeras brigas por ciúme, derivadas do sentimento de posse, eram comuns em seus guetos, em ambientes sociais heterossexuais eram lésbicas invisíveis, uma forma de escapar às violências físicas e simbólicas às quais estavam sujeitas. Margarida, assumidamente a mais brigona dentre as entrevistadas, conta:

Eu arrumava muita confusão, *Hera* sabe, ela sabe... muita confusão. Nas boates todas que eu frequentava eu arrumava confusão, mexia com mulher dos outros, era só para infernizar. Eu nunca levei porrada porque tinha muita gente atrás de mim para me proteger. Era comum briga, de ficar cercado assim na pista de dança... Aí você já sabia que ia sair confusão. E se saísse confusão com quem você não queria, você entrava. Quando era da sua galerinha e você gostava e tal, você entrava no trem. (Margarida, 71 anos)



Deméter, que muito presenciou durante sua longa trajetória trabalhando como garçom em casas noturnas, diz:

Nossa! Eu já vi briga demais! E até hoje eu não entendo o que era e de onde vinha essa agressividade, principalmente por parte das sapatões mais masculinizadas. Eu não sei se elas queriam mostrar uma postura masculina. [...] Eu sei que tinha muita briga por qualquer coisa, ciúme, esbarrar, tudo era motivo para briga. Tinham muitas brigas violentas. De pegar a garrafa, quebrar e bater. Tinha intervenção da polícia... (Deméter, 62 anos)

Sílvia Aguião (2008), ao trabalhar com as homossexualidades nas classes mais vulneráveis, constatou que as chamadas “caminhoneiras” se situariam entre as “ativas” sexualmente e no extremo masculino da performatividade do gênero. No extremo oposto ficariam as “*ladies*” ou “passivas”, consideradas muito femininas, e as participativas ou “*flex*” – classificações que remetem às práticas sexuais, mas também se referem a “atributos estéticos, corporais e gestuais”. A autora, a partir da amostra trabalhada, diz da possibilidade de se “afirmar que a feminização dos homens e a masculinização das mulheres podem ser indicativos de uma posição de classe”. As “mulheres masculinas” e os “homens femininos” seriam os mais pobres (AGUIÃO, 2008, p. 304).

Regina Facchini (2008) estudou os circuitos pelos quais transitavam mulheres que gostam de mulheres na Cidade de São Paulo, tendo se referido a um movimento de expansão e diversificação do antigo gueto homossexual e identificado áreas e estabelecimentos frequentados por mulheres muito jovens ou mais velhas. Ela constatou que a distinção entre “masculinas” e “femininas” parece mais rígida, aderindo a padrões mais tradicionais entre as mais velhas, um achado que vai ao encontro dos nossos resultados.

Entre as mulheres que pesquisamos, a forma como performaram o gênero apareceu mais vinculada a um tempo histórico vivido por um grupo de mulheres e não foi possível associá-lo a um estrato social específico. Parece haver uma questão marcadamente geracional e, talvez, geográfica.

Outras pesquisas corroboram a existência de performances comuns em determinados universos lesbianos, variando de acordo com os períodos e os contextos sociais. Tamara Carvalho (1995), que faz referência ao Vila Sésamo em sua pesquisa, realizou uma etnografia na cidade de Belo Horizonte durante a década de 1990. Nesse estudo, ela



destacou o movimento de algumas lésbicas em direção ao distanciamento do modelo tradicional associado à identidade lésbica. A pesquisa de Carvalho coincide com o surgimento da *lesbian chic*, uma estética que enfatizava o estereótipo da mulher feminina e geralmente se associava a uma atração por outras mulheres com características femininas – um perfil que contrastava com aquele predominante entre as entrevistadas do presente estudo.

Em tempos atuais, nem sempre há valorização da composição do par masculina/feminina, evidenciando uma ressignificação do modelo que, em tempos pretéritos, foi importante para que pudessem reconhecer umas às outras. Dentre as 21 mulheres ouvidas, 17 ostentavam marcadamente características atribuídas ao universo masculino e quatro ficavam “no meio do caminho” ou “menos macho”, expressões utilizadas por duas entrevistadas, as quais consideramos oportunas para pensar esteticamente o grupo, uma vez que andrógino nos parecia insuficiente. Marcadamente feminina, nenhuma. Uma delas, Hera (86 anos), transitou de um extremo ao outro; várias, com o passar dos anos, ficaram mais desfeminizadas, possivelmente porque, com o avanço da idade e a redução da pressão social, sentiram-se mais à vontade para adotar uma performance menos marcada pela feminilidade padrão.

A maioria ostentava com naturalidade, quando da realização das entrevistas, um conjunto de atributos estéticos corporais comumente associados ao universo masculino. Referiam-se a si e às amigas no masculino com frequência. Ficamos com a sensação de que nem se davam conta, como se poderá notar em exemplos como quando Capitu (66 anos) diz: “a gente foi se fortalecendo porque era segregado” ou “a gente era famoso, mas ali só”; quando Jane Eyre (68 anos) se refere a um “fulano” quando pedia que uma das amigas se mantivesse vigilante quanto à aproximação de algum “careta”; ou, ainda, Nastasya (65 anos) ao referir-se ao grupo de amigas: “cada amigo dessa turma toda tem o seu papel na vida dele”. O mesmo ocorreu no grupo das deusas e flores: Ártemis (65 anos), ao referir-se ao grupo composto exclusivamente por mulheres, diz que era “de amigos do Vila Sésamo”; Hera (86 anos) ao afirmar ter ficado “amigo de todos lá”; Margarida (71 anos) ao referir-se às ex-namoradas que “passa a ser um amigo”; ou, ainda, Magnólia ao afirmar que “a gente era mais escondido”, ao criticar a exposição das lésbicas mais jovens.



Caubi (69 anos) fazia isso deliberadamente, gostava de tratar as amigas próximas no masculino, de maneira consciente, em tom de cumplicidade e deboche: “Era engraçado”.

Quanto à lesbofobia, ela incide de forma mais evidente sobre as mais desfeminizadas, o que nos remete à intolerância sobre aquelas que ousam romper com o padrão de feminilidade que impera em nossa sociedade. Duas relataram terem sido alvos de violência relacionada com a orientação sexual ou a performatização do gênero. As demais, embora tenham relatado não terem sofrido violências, trouxeram elementos que evidenciam episódios lesbofóbicos.

Hera (86 anos) mostrou a cicatriz de um tiro na barriga, fruto de uma briga com o ex-marido e do rompimento com a filha; Afrodite (65 anos) contou sobre um episódio com o irmão; Perséfone (84 anos) e Atena (72 anos) falaram da difícil reação das mães quando souberam que eram lésbicas; Perséfone também chegou a ser demitida do emprego; Deméter (62 anos), além da reação da mãe, falou sobre o assédio no trabalho e a postura dos irmãos, que culminou com a saída dela de casa.

Rosa (63 anos) foi expulsa da casa dos pais; Orquídea (63 anos) precisou sair diante da reação da família, que chegou a intervir para que ela perdesse o emprego, além de ter tentado interná-la para que se curasse. Em maior ou menor grau, todas relataram ou deixaram escapar algum episódio que pelo menos tangenciou ações lesbofóbicas. Nas falas, podemos observar uma clara relativização, quando não negação, das violências pelas quais passaram.

No trabalho de Jack Halberstam (1998), as masculinidades *butches* são analisadas como expressões que desafiam as normativas de gênero e questionam os pressupostos da masculinidade hegemônica. Ao explorar as masculinidades encenadas por mulheres, Halberstam (1998) propõe que a masculinidade não é uma característica exclusiva dos homens, mas uma construção performativa que pode ser habitada e expressa por diferentes corpos. Mulheres que se identificam com a masculinidade manifestam preferências por estilos, posturas e modos de ser tradicionalmente associados ao gênero masculino, rejeitando normas femininas e expandindo os limites do que significa ser masculino. A masculinidade, nesse sentido, torna-se uma espécie de “ficção política” que perde a referência a um sujeito essencialmente masculino e abre espaço para múltiplas formas de masculinidade.

Halberstam (1998), assim, aponta para uma questão crucial: ao dissociar masculinidade do corpo masculino, seu trabalho problematiza a relação entre a masculinidade e a identidade de homem, revelando as



complexidades e as possibilidades subversivas dessa performance. O que foi possível depreender das histórias ouvidas é que alguns elementos conectaram essas mulheres. Havia uma identidade social comum, construída coletivamente naquele tempo histórico, em que a afirmação da identidade lésbica em seus territórios parece ter materializado o reconhecimento e o apoio de que precisavam e que encontravam umas nas outras para resistir à sociedade heteronormativa.

Embora as identidades não possam ser essencializadas e as maneiras de se performar gênero se mostrem atravessadas por subjetividades tão singulares quanto as de cada pessoa sobre a face da terra, há características e elementos comuns entre elas, interligando-se ao tempo vivido e ao lugar geográfico que ocuparam, o que não significa dizer que suas identidades não tenham se alterado ao longo do tempo; elas se alteraram. No caminho percorrido, alguns elementos triviais oferecem pistas a partir das vivências nos guetos, hábitos e preferências, como se vestiam, como eram suas relações sociais e afetivas, o que consumiam, quais repertórios musicais as embalavam, quais lugares frequentavam, com quem e o que faziam neles. Para Teresa de Lauretis (2019), o sistema sexo-gênero é:

tanto construção sociocultural quanto aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado a indivíduos inseridos na sociedade. O fato de alguém ser representado ou se representar como feminino ou masculino “subentende a totalidade daqueles atributos sociais. [...] A proposição de que a representação de gênero é a sua construção, sendo cada termo a um tempo o produto e o processo do outro, pode ser reexpressa com mais exatidão: a construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação (LAURETIS, 2019a, p. 126).

Em outras palavras, é um sistema porque a anatomia dos corpos determina papéis, disputa e age sobre a realidade, validando certos corpos e tornando outros abjetos. Nessa perspectiva, a feminilidade em um corpo masculino ou a masculinidade em um corpo feminino comumente provoca reações de rejeição, pois extrapola a forma e o significado socialmente construídos para *homem* e *mulher*. Para Tia Violeta (78 anos), hoje em dia está tudo meio misturado, mas naquela época “era mais visível porque sempre tinha uma mais masculina e uma mais feminina, mais *coquetezinha*. Para Macrae (2018), assim como entre homem e mulher, estão ocorrendo mudanças notáveis também



entre casais homossexuais e está havendo uma diluição da dicotomia ativo/passivo, a par de maior democratização do relacionamento.

Mesmo em períodos anteriores, quando a formação de casais seguia padrões e categorias bem definidas — nas quais era comum, entre as entrevistadas, que aquelas que performavam o gênero masculino se relacionassem com mulheres de aparência feminina —, a figura de uma *chefe de família* estava ausente. Na maioria dos casos, as despesas e tarefas eram compartilhadas, e seus relatos apontaram que, pelo menos no cotidiano, havia pouco espaço para dinâmicas de dominação/submissão.

No entanto, embora os casais sejam hoje mais igualitários e haja um equilíbrio razoável na divisão de deveres e tarefas, a configuração baseada na dicotomia masculina/feminina ainda persiste entre elas. A desconstrução do perfil masculino é pouco frequente, mas ocorreu com Hera (86 anos). Ao ser indagada sobre o surpreendente visual feminino apresentado no dia da entrevista, disse: “Não é feminino, não. Só não uso saia. Só quando estava casada usava.” E acrescenta que foi princesa do comércio de Belo Horizonte, “antes da vida gay”. Chama a atenção a diferença do visual da Hera que transitava pela noite em trajes masculinos e a que se apresentou para a entrevista, talvez a valorização atribuída ao masculino pela sociedade a tenha seduzido a ponto de se metamorfosear tanto durante o período que esteve no comando de suas casas noturnas. Há chance também de que o visual assumido se relacione com o perfil de mulheres que desejava atrair ou que passou a desejar, tendo em vista que já havia performado no feminino. Ao ser perguntada se já havia namorado uma mulher mais masculina, respondeu com um categórico e enfático não!

A questão da identidade não é de ordem teórica, mas política: a “identidade sexual não é a expressão instintiva da verdade pré-discursiva da carne e sim um efeito de reinscrição das práticas de gênero no corpo” (PRECIADO, 2019b, p. 416). Com performatizações de gênero tão fortemente marcadas, precisavam proteger-se de violências físicas ou simbólicas, proteção que encontravam nos guetos que construíram para si. Para Goffman (1988), a identidade social de um indivíduo divide o seu mundo de pessoas e lugares, e as contingências do encobrimento são parte da moralidade empregada para manter tudo no seu devido lugar. Assim, tanto o encobrimento quanto o acobertamento estão implícitos, permitindo um controle estratégico sobre a própria imagem e o que ela conta/oferece aos outros, o que estabelece uma cooperação tácita entre os normais e os estigmatizados.



No campo dos constrangimentos, ainda em dias atuais, a palavra lésbica é um marcador importante e não faz parte do contexto discursivo das mais velhas; há uma verdadeira aversão ao termo. Capitu (66 anos) acha-a “muito difícil, muito pesada, feia, igual a fanchona, soa mal, palavra usada para maltratar”.

Ártemis (65 anos) endossa a dificuldade com a palavra que, para ela, era “pesada. A gente não aceitava. Nunca aceitava. Ela sempre foi usada pejorativamente para classificar as pessoas. É mais o peso”.

Algumas considerações possíveis

À guisa de conclusão, a maneira como essas sexagenárias, septuagenárias, octogenárias e nonagenárias lésbicas performaram o gênero não se apresentou como uma escolha deliberada. A aproximação com características socialmente atribuídas ao universo masculino foi surgindo ainda na infância. As preferências, as brincadeiras na rua, os tipos de brincadeiras e a forma como se vestiam foram uma construção espontânea, na percepção das entrevistadas. Contudo, isso se materializou em um elemento importante para as identidades que abrigavam em seus corpos. Essa construção visual e estética acabou se constituindo em um recurso valioso para identificarem umas às outras e, a partir daí, estabelecerem suas relações de forma relativamente segura.

A identidade pode ser vista como uma potência que aglutina. Por permitir que um/a seja identificado/a por um/a outro/a, pode funcionar também como proteção em uma trincheira na qual semelhantes se escolhem, acolhem e tentam proteger-se. Se, em tempos atuais, nos deparamos com a formação de casais cujas marcas de gênero se apresentam menos evidentes, mais instáveis e fluidas, no passado, alguns marcadores identitários se mostraram estrategicamente fundamentais.

As lésbicas idosas por nós entrevistadas disseram que reconheciam de longe quem também era e se aproximavam. Identificavam pelo jeito de olhar, de gesticular e pelas coisas que faziam, como puxar uma cadeira para a outra, dando pistas.

Partindo de aspectos da vida pessoal e social e em consonância com Hall (2006) – de que o sujeito pós-moderno não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente e que ela é formada na *interação* entre o eu e a sociedade –, foi possível identificar, entre as entrevistadas, elementos – conscientes ou inconscientes – que colaboraram para a construção, ainda que temporária, de uma



identidade lésbica tecida nos guetos e grupos sociais da geração focalizada. Uma identidade constituída de elementos que possibilitaram a elas a produção de sentidos e significados para uma vida divergente da convencional, em tempos de intensas restrições de liberdades impostas pelo regime militar, que pretendia vigiar e punir agremiações, ações, mentes e corpos. As estratégias adotadas por dissidentes sexuais da norma, principalmente durante a ditadura civil-militar, precisavam encontrar meios de existir entre uma esquerda homofóbica e uma direita reacionária e conservadora.

Algumas vivências de preconceitos e discriminação comuns às lésbicas oscilam entre a aversão e o desejo. Em ambas as situações, a vulnerabilidade feminina há que ser levada em consideração.

Ao performarem um gênero, seus corpos e posturas questionavam códigos, regras e normas sexuais vigentes. O corpo é um território político e a identidade de gênero é vivenciada na carne. Sua construção é um processo contínuo e permeado por elementos de várias ordens: históricas, culturais, religiosas, literárias, midiáticas e pelos mais diferentes espaços e ambientes pelos quais se escolhe ou se é obrigado a transitar. Essa miríade de elementos que possibilita a construção das mais diversas redes de relacionamentos sociais possibilitou também entre as entrevistadas a construção de uma identidade comum, marcada pela repetição estilizada de certos atos que rejeitaram e confrontaram, com suas existências e corpos, muito do que foi esperado e desejado pela família e sociedade. Afinal, a identidade configura-se na relação com o outro, ela é também um papel que se desempenha.

O grupo pesquisado evidencia que a homossexualidade delas ainda é velada na maioria dos ambientes pelos quais transitam e persiste o regramento dos gestos. A recente possibilidade de uma exposição pública da homossexualidade, antes de as encorajar e ser vista como um direito, apresenta-se como desrespeito às outras pessoas, como se o amor, o afeto e a manifestação delas não fossem um direito humano legítimo. São os efeitos do vivido cristalizado.



Referências

AGUIÃO, Silvia. “Sapatão não! Eu sou mulher de sapatão!” Homossexualidades femininas em um espaço de lazer do subúrbio carioca. *Revista Gênero*, Niterói, v. 9, n. 1, p. 293-310, 2. sem. 2008

BAUER, Martin W.; GASKELL, George. *Pesquisa Qualitativa com Imagem, Texto e Som*. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

BECKER, Howard. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. (2002).

BORGES, Lenise Santana. Feminismos, teoria queer e psicologia social crítica: (re)contando histórias... *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 26, n. 2, p. 280-289, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822014000200005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 dez. 2020.

BUTLER, Judith. Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 213-230.

BUTLER, Judith. *El género en disputa: El feminismo y la subversión de la identidad*. Tradução castelhana de M. A. Muñoz. Barcelona: Paidós, 2007.

CARVALHO, Tamara Teixeira de. *Caminhos do desejo: uma abordagem antropológica das relações homoeróticas femininas em Belo Horizonte*. 1995. 198 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 1995. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279040>. Acesso em: 16 abr. 2020.

FACCHINI, Regina. *Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na Cidade de São Paulo*. 2008. 323 f.



Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

FRANÇA, Isadora Lins. *Cercas e pontes: movimento GLBT e mercado GLS na Cidade de São Paulo*. 2006. Dissertação (mestrado em Antropologia Social), PPGAS - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HALBERSTAM, Jack. *Female masculinity*. Durham & London: Duke University Press, 1998.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na Pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.

HARDIE, Lisa; JOHNSTON, Lynda T. It's a way for me to feel safe in places that might not really be gayfriendly: Music as safe lesbian space. In: BROWNE, Kath; FERREIRA, Eduarda (Orgs.). *Lesbian Geographies*. Gender, place and power. Burlington: Ashgate, 2015. p. 113132.

HEILBORN, Maria Luiza. Ser ou estar homossexual: dilemas de construção da identidade social. In: PARKER, Richard; BARBOSA, Regina. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 136-145. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/publicacoes/112_1042_serouestarhomossexual.pdf. Acesso em: 12 jul. 2022.

JOHNSON, Corey W. Living the game of hide and seek: Leisure in the lives of gay and lesbian young adults. *Leisure*, Florida, v. 24, n. 3-4, p. 255-278, 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14927713.1999.9651268> Acesso em: 23 jun. 2020.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 121-155.

LAURETIS, Teresa de. Teoria queer, 20 anos depois: identidade, sexualidade e política. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.).



Pensamento feminista: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 397-409.

MALLIMACI, Fortunato; BÉLIVEAU, Verónica Giménez. Historia de vida y métodos biográficos. In: Gialdino I. V. de (Coord.). *Estrategias de investigación cualitativa*. Barcelona, Editorial Gedisa, 2006. pp. 175-212.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

PONSE, Barbara. Secrecy in the Lesbian World. In: WARREN, Carol (Ed.). *Sexuality: Encounters, identities, and relationships*. Beverly Hills: Sage, 1976. p. 53-79.

PRECIADO, Paul B. O que é a contrassexualidade? In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019a. p. 411-419.

PRECIADO, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019b. p. 421-430.

SEIDMAN, Steven. *Beyond the Closet: The transformation of gay and lesbian life*. New York: Routledge, 2004.

SOUZA, Janice de (2022), *Vivências lésbicas na Cidade de Belo Horizonte entre as décadas de 1970 e 2000: um retrato falado*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. 226 p.

SOUZA, Janice Aparecida de; CHACHAM, Alessandra Sampaio. O pessoal é político: reflexões sobre resistências lésbicas entre as montanhas de Minas Gerais durante os anos de 1970-1990. *Simbiótica*. [S. l.], v. 10, n. 2, p. 120–139, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/simbiotica/article/view/40028>. Acesso em: 19 nov. 2024.

SOUZA, Janice A. de; CHACHAM, Alessandra S.. Histórias de lésbicas irmanadas em uma confraria em Belo Horizonte (MG). *Sexualidad*,



Salud y Sociedad (Rio de Janeiro), n. 39, p. e22204, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/pXVDPT533LmVHc9WKGBmZBk/?lang=pt> Acesso em: 19 nov. 2024b.

SOUZA, Luciana Karine de; DUARTE, Mônica Grace. Amizade e bem-estar subjetivo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 29, n. 4, p. 429-436, out./dez. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/ZmzL8Svf5F865hvTmfMbpv/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2022.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, SP, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 29 maio de 2023.

WITTIG, Monique. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Trad. Máira Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2022.



Between Fanchas and Ladies: Memories of Lesbian Experiences in Belo Horizonte from the 1970s to the 1990s

ABSTRACT: Based on the memories of a group of lesbians who are now elderly, this article examines how, in their youth, these women performed their identities in Belo Horizonte, a city marked by its strong social and political conservatism, from the 70s to the 90s. To collect the data, in-depth interviews were conducted with 21 lesbians born between 1930 and 1960. The set of life stories collected sheds light on the resilience and ingenuity with which they organized themselves, emphasizing the importance of performative strategies for establishing connections between peers in repressive contexts. We identified that the ways in which they performed gender and incorporated a specific visual aesthetic emerged as an important strategy for experiencing their forbidden affections in a relatively safe way. Despite the oppressive environment in which they lived, they were able to recognize and locate each other, form bonds and establish a network of solidarity and support. Understanding these historical experiences contributes to ongoing discussions in the field of identities, resistance and social changes.

KEY WORDS: Older lesbians; Identities; Gender; Performance; Military Dictatorship.

Janice Aparecida de Souza

<https://orcid.org/0000-0002-2572-4385>

Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Brasil.



Entre *Fanchas e Ladies*:

Memórias de vivências lésbicas em Belo Horizonte nas décadas de 70 a 90

34

<http://lattes.cnpq.br/7253817916362097>

Contato: janice.souza@uemg.br

Alessandra Sampaio Chacham

<https://orcid.org/0000-0002-6651-9863>

Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, doutora em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

Lattes <http://lattes.cnpq.br/362135790213101>

Contato: achacham@pucminas.br

Recebido em: 05/07/2023

Aprovado em: 30/12/2024



ARTIGO

Transcendendo as Margens:Reflexões sobre Representações Lésbicas e Ciborgues em *Doctor Who*

Sheila Bittencourt, *Doutora pela Universidade Feevale*

Franciele Amaral da Cunha, *Doutora pela Universidade Feevale*

Regina de Oliveira Heidrich, *Pós-doutora, professora e pesquisadora da Universidade Feevale*

Resumo: Este estudo investiga a representação de personagens femininas e a inclusão de diversidade sexual na série "Doctor Who". Especificamente, analisa-se a personagem Bill Potts, uma mulher negra lésbica, como um marco na representação de mulheres na série. Utilizando a teoria narrativa de Mieke Bal (2009) o conceito de ciborgue de Donna Haraway (1991), o estudo explora como a série usa imagens e metáforas para abordar temas complexos como marginalização, objetificação, isolamento, resistência e celebração da diversidade. A transformação de Bill em um ciborgue é destacada como uma crítica à despersonalização e objetificação das identidades marginalizadas, e como uma possibilidade de transcender normas de gênero e sexualidade. O estudo conclui que a representação de personagens femininas em "Doctor Who" reflete a complexidade e a diversidade da experiência feminina, apesar das limitações da heteronormatividade e do foco predominante em enredos românticos. A análise contribui para a compreensão das mudanças na televisão e reflete a transformação na percepção e valorização das mulheres e da diversidade sexual na sociedade contemporânea.

PALAVRAS-CHAVE: Doctor Who. Feminismo. Ciborgue. Relações de Poder.



Introdução - Contextualização da Série Televisiva “Doctor Who”

A prestigiada série britânica de televisão "Doctor Who", um farol na ficção científica, tem atraído atenção global desde a sua primeira transmissão em 1963. A série, caracterizada pelas suas viagens no tempo e espaço através de diversos períodos históricos e futurísticos, foi pioneiramente concebida por Newman, Webber e Wilson (1965). Segundo Hills (2010), esta abordagem única cimentou "Doctor Who" como um fenômeno cultural duradouro, ganhando uma base de fãs extremamente devota em todo o mundo. O protagonista da série, simplesmente conhecido como o Doutor, possui a habilidade de regeneração. Conforme Tulloch e Alvarado (1983) explicam, esta habilidade permite ao Doutor mudar completamente a sua aparência física e personalidade, criando um leque de oportunidades narrativas que contribui para a longevidade do programa, com a introdução de novos atores no papel principal. Também permite uma exploração intrigante de temas complexos como identidade, mortalidade e a essência do ser humano. Em 2017, a série enfrentou uma transformação sem precedentes com a introdução da 13ª encarnação do Doutor, interpretada pela atriz Jodie Whittaker.

A mudança de gênero do Doutor permitiu a exploração de temas como feminismo, igualdade de gênero e representação na mídia, conferindo à narrativa uma nova camada de relevância contemporânea. A série também apresenta uma variedade de personagens secundários, chamados de companheiros, que acompanham o Doutor em suas aventuras. Chapman (2006) afirma que esses companheiros, oriundos de diversas eras e lugares, fornecem uma perspectiva humana à trama e exploram os efeitos das viagens no tempo em suas vidas. Para Ortiz (2013), essa diversidade de personagens e narrativas individuais enriquece ainda mais o universo de "Doctor Who", retratando de forma multifacetada a condição humana em um cosmos sem limites.

Desde o início, "Doctor Who" tem sido elogiada por sua inovação, bravura e capacidade de abordar temas complexos e relevantes através de uma trama envolvente e imprevisível. Conforme Newman e Levine (1998) observam, a série continua se reinventando e adaptando-se às demandas dos tempos modernos, cativando públicos de todas as idades com suas emocionantes aventuras e reflexões profundas sobre tempo, existência e o poder do indivíduo para causar impacto.



A inclusão de Bill Potts, interpretada por Pearl Mackie, na 10^a temporada da série marcou um ponto de virada significativo na trama. Nesse sentido, essa inclusão catalisou uma representação mais diversificada e expandiu horizontes. A personagem de Bill Potts rompe com os estereótipos convencionais, trazendo uma perspectiva inovadora ao universo de "Doctor Who". Bill Potts é notável por ser a primeira personagem principal abertamente lésbica na série, uma conquista significativa para a visibilidade e representação de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer/ Questionando, Intersexo, Assexuais/ Arromânticas/ Agênero, Pan/Polissexuais, Não-binárias e mais (LGBTQIAPN+). A incorporação de um personagem com uma identidade sexual não heteronormativa adicionou uma camada de autenticidade e ressonância para o público LGBTQIAPN+, que há muito buscava uma representação mais precisa e inclusiva nas narrativas que amam. Além de sua orientação sexual, a personagem Bill Potts experimenta uma transformação surpreendente ao se tornar um ciborgue. Essa trajetória de transformação permitiu à série explorar ainda mais a ideia de identidades fluidas e construídas, desafiando as noções padrões de gênero e sexualidade.

Como ciborgue, Bill desafia as barreiras binárias humano/máquina, questionando limitações físicas e normas sociais estabelecidas, como Haraway (1991) sugere. A transformação de Bill em ciborgue não apenas expandiu as possibilidades narrativas da série, mas também proporcionou uma reflexão mais profunda sobre a natureza da identidade humana (BURK; SMITH, 2012). Ao integrar elementos biológicos e tecnológicos, a personagem levanta questões sobre o que realmente define uma pessoa e como a percepção da identidade pode ser moldada e transformada ao longo do tempo (BUTLER, 1990). Assim, considera-se que essas camadas complexas e interseccionais do personagem de Bill Potts trouxeram profundidade e relevância à narrativa de "Doctor Who".

Ao abordar temas como gênero, sexualidade e identidade de forma sensível e autêntica, a série criou um espaço para diálogos essenciais e promoveu a aceitação da diversidade em suas histórias. A inclusão de Bill Potts como uma personagem LGBTQIAPN+ e sua transformação em ciborgue expandiram as fronteiras do universo de "Doctor Who", demonstrando o compromisso do seriado com a mudança, a diversidade e a representação inclusiva. Essa contínua evolução não apenas enriqueceu a experiência do público, mas também sublinhou a importância de histórias que retratam a sociedade de maneira



abrangente e respeitosa. Assim, "Doctor Who" permanece na vanguarda ao apresentar personagens complexos e diversificados, que ressoam e inspiram uma variedade de espectadores em todo o mundo.

A representação de Bill Potts como uma personagem LGBTQIAPN+ e ciborgue fornece uma reflexão valiosa sobre os temas de identidade, diversidade e inclusão. Essa personagem representa uma inovação em "Doctor Who", contribuindo significativamente para a representação de grupos marginalizados na mídia mainstream. A importância da representação de personagens LGBTQIAPN+ na televisão, reside no papel crítico que a mídia desempenha na formação de narrativas culturais e identidades pessoais. Contudo, é relevante que a referida representação seja autêntica e diversa na mídia, proporcionando oportunidades para reflexões mais profundas sobre questões de identidade e inclusão.

Em suma, a série "Doctor Who" tem se mantido na vanguarda da narrativa televisiva com sua disposição para se reinventar e se adaptar às mudanças sociais. O programa aborda uma ampla gama de questões sociais e filosóficas, proporcionando espaço para discussões cruciais e promovendo a aceitação da diversidade em suas histórias. A presença e o impacto de Bill Potts na série demonstram não apenas o compromisso de "Doctor Who" com a representação autêntica e diversa, mas também a importância de retratar a sociedade de maneira abrangente e respeitosa. Através desses personagens complexos e tramas, "Doctor Who" continua a oferecer uma reflexão valiosa sobre os temas de identidade, diversidade e inclusão, inspirando espectadores em todo o mundo.

A metodologia abordou a investigação da representação e recepção da personagem Bill Potts em "Doctor Who", utilizando uma abordagem qualitativa Prodanov e Freitas (2009). A análise começou com uma inspeção visual das cenas relevantes, com base na análise de imagem de Bal (2009), para identificar temas e padrões na representação da personagem. Em seguida, recorreremos a uma análise de recepção, onde um grupo de mulheres que se identificam como lésbicas foi convidado a assistir às cenas e responder a um questionário semi-estruturado. As respostas foram examinadas através da análise temática de Braun e Clarke (2006), permitindo uma visão mais profunda da interpretação dos espectadores em relação à personagem. Todos os procedimentos foram conduzidos de acordo com os princípios éticos de pesquisa. Em resumo, a metodologia qualitativa empregada permitiu um entendimento aprofundado da representação e recepção de Bill Potts, contribuindo para os estudos de representação na mídia.



Metodologia

Este estudo emprega uma metodologia qualitativa para investigar a representação e recepção da personagem Bill Potts na série televisiva "Doctor Who". A metodologia qualitativa é definida pela exploração interpretativa e analítica dos fenômenos sociais e tem como foco entender profundamente as experiências humanas e suas construções sociais (PRODANOV; FREITAS, 2009).

Na primeira etapa, foi realizada uma análise visual das cenas selecionadas em "Doctor Who" que envolvem a personagem Bill Potts. Esta análise foi baseada nos conceitos de análise de imagem propostos por Bal (2009), permitindo identificar e examinar os temas e padrões emergentes na representação visual da personagem.

Em seguida, foi feita uma análise de recepção explorando as percepções e interpretações dos espectadores em relação à personagem Bill Potts. Para tanto, selecionamos um grupo de oito mulheres que se identificam como lésbicas, entre 20 e 40 anos. Elas foram convidadas a assistir às cenas selecionadas e a responder a um questionário semi-estruturado sobre suas reações e interpretações em relação à representação da personagem.

Os dados coletados através dos questionários foram analisados seguindo a abordagem de análise temática proposta por Braun e Clarke (2006). Este método permite a identificação e análise de temas emergentes nas respostas das participantes, proporcionando insights valiosos sobre como a representação da personagem é recebida e interpretada.

É importante ressaltar que todas as etapas desta pesquisa seguiram estritamente os princípios éticos relativos à pesquisa com seres humanos, incluindo o consentimento informado das participantes e a garantia de anonimato e confidencialidade dos dados.

Em resumo, este estudo utiliza uma abordagem metodológica qualitativa, incluindo análise visual e análise de recepção, para explorar a representação e a recepção da personagem Bill Potts em "Doctor Who". Esta abordagem oferece uma compreensão aprofundada e multifacetada de como a série retrata e explora a diversidade e a inclusão, contribuindo valiosamente para o campo dos estudos de representação na mídia.



Abordagem da Representatividade de Bill como Primeira Personagem Lésbica Significativa na Série

A série britânica de ficção científica "Doctor Who" foi criada por Sydney Newman, C. E. Webber e Donald Wilson e teve sua primeira transmissão em 23 de novembro de 1963, na BBC One, conforme afirmado por Kistler (2013). A trama segue as aventuras de um alienígena conhecido como o Doutor, que possui a habilidade de viajar pelo tempo e espaço em sua máquina do tempo, a TARDIS. Como Time Lord, o Doutor tem a capacidade de regenerar seu corpo, resultando em 14 encarnações distintas até o momento, cada uma com sua própria personalidade e estilo únicos. Embora tenha sido cancelada em 1989, a série foi revivida em 2005 e alcançou reconhecimento mundial, sendo traduzida para mais de 50 idiomas e transmitida em mais de 200 países. De acordo com LEACH (2009), a série "Doctor Who" é elogiada pela crítica devido ao seu humor, suspense e aventura, além de transmitir mensagens positivas de esperança, amizade e coragem. Essa obra possui um amplo apelo e é amada por pessoas de todas as idades e origens. A introdução da personagem Bill Potts, introduzida em 2017 representa um avanço significativo na representação lésbica na televisão. Essa decisão criativa desafia as normas estabelecidas de um gênero que historicamente marginalizou e estereotipou personagens LGBTQIAPN+. Dessa forma, a inclusão de Bill no centro da narrativa pode ser interpretada como um poderoso gesto de visibilidade e validação para a comunidade LGBTQIAPN+ (GILBERT, 2019). A complexidade multifacetada de Bill Potts representa o compromisso com uma representação justa e autêntica de personagens LGBTQIAPN+.

Nessa perspectiva, podemos acionar o conceito de identidade proposto por Stuart Hall (2006).

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar - ao menos temporariamente. (Hall, 2006, p. 13).

Consideramos que a percepção de Hall (2006) se enquadra perfeitamente com a ideia de que a sexualidade de um personagem deve ser apenas uma das várias facetas de sua identidade, e não a única. Hall



(2006) está se referindo à natureza multifacetada e mutável da identidade, que é formada não apenas por um único aspecto, mas pela interseção de várias categorias, tais como raça, gênero, classe, idade, religião e, claro, sexualidade. Cada um desses elementos pode influenciar a forma como um indivíduo se vê e é visto pelos outros, mas nenhum deles, por si só, é suficiente para captar a complexidade total de uma pessoa. Portanto, quando se trata de personagens LGBTQIAPN+, embora sua sexualidade possa ser uma parte importante de sua identidade, é igualmente importante considerar outros aspectos de suas vidas e personalidades. É limitante e redutor tratar um personagem apenas como "o gay" ou "a lésbica", pois isso restringe a sua humanidade a uma única característica, ignorando a riqueza e a diversidade de experiências que contribuem para a formação de sua identidade completa. O autor está enfatizando que somos multifacetados e que nossas identidades não são fixas, mas sim fluidas e em constante mudança. No contexto da representação de personagens LGBTQIAPN+, isso sugere que é fundamental apresentar personagens complexos, cuja identidade vá além da sua orientação sexual, refletindo a verdadeira diversidade e complexidade da experiência humana. Isso é evidente na série "Doctor Who", pois Bill Potts apresenta várias dimensões, como dificuldades financeiras, aspirações de ingressar na universidade e seguir sua carreira dos sonhos. Sua identidade lésbica é apenas um dos aspectos que a definem. Ao representar uma variedade de experiências e identidades, em todas as "versões" do Doutor, a série "Doctor Who" reflete o esforço de criar um espaço para discussão e reflexão sobre experiências interseccionais na sociedade contemporânea (GAMMAN; MARSHMENT, 1988).

Pearson, Hollinger e Gordon (2008) argumentam que a representação inclusiva de personagens LGBTQIAPN+ na ficção científica tem sido historicamente inadequada. Essa afirmação é evidenciada pela notável ausência desses personagens em séries renomadas, como Star Trek, uma tendência que também pode ser observada em Doctor Who. Apesar de ter sido criada em 1963, Doctor Who só apresentou seu primeiro personagem LGBTQIAPN+ em 2005, o Capitão Jack Harkness, interpretado por John Barrowman. Jack Harkness é um agente secreto galáctico com a habilidade de regenerar-se e ser imortal. Além disso, Jack é descrito como um personagem complexo e atraente, sendo elogiado por sua representação positiva da bissexualidade. Embora a série nunca tenha declarado explicitamente a orientação sexual de Jack, como ressalta Gilbert (2019), essa percepção,



de certa forma, fica por conta dos espectadores. A personagem se envolve romanticamente tanto com homens quanto com mulheres. Em um episódio, Jack se autodenomina como "bi". Em outro momento, ele expressa não se importar com o gênero da pessoa com quem está se relacionando (DHAENENS, 2013). A representação de Jack como um personagem bissexual positivo recebeu aclamação de muitos fãs, sendo reconhecido por contribuir para a desconstrução de estereótipos relacionados à bissexualidade e por mostrar que bissexuais podem ser heróis fortes e atraentes (DHAENENS, 2013).

Nessa linha, Pearson, Hollinger e Gordon (2008) afirmam que o gênero da ficção científica oferece a oportunidade de explorar futuros alternativos e criar mundos nos quais as normas contemporâneas de gênero e sexualidade podem ser reformuladas ou rejeitadas, como é o caso do Capitão Jack Harkness. Nesse contexto, a personagem Bill Potts se destaca. Diferentemente dos personagens LGBTQIAPN+ geralmente retratados na ficção científica, que muitas vezes vêm de futuros alternativos ou pertencem a raças alienígenas, Bill Potts é uma personagem humana que existe no tempo atual. Essa característica por si só representa um marco significativo.

Gilbert (2019) ressalta a importância da ocupação de espaços na cultura pelas lésbicas para representação e visibilidade desta comunidade. A autora aborda como essas representações podem se configurar enquanto mapas da sexualidade ao retratar interações lésbicas. Esse cenário se mostra relevante para a compreensão do papel exercido por personagens como Bill Potts. Bill, sendo a primeira personagem abertamente lésbica da série, destaca-se na mídia por romper estereótipos e por sua representação de presença lésbica em um ambiente tradicionalmente dominado por personagens heteronormativos. Assim, como observado por Gilbert (2019), a presença de Bill em *Doctor Who* evidencia a importância da representação lésbica na mídia, especificamente no gênero de ficção científica. Desse modo, o espaço urbano, seja na cidade real ou na cidade fictícia, torna-se um local crucial de representação e expressão para a comunidade lésbica. Tal como as personagens de *Féminin/Féminin* e *The Foxy Five* (CRISTEA, 2018) Bill Potts demonstra o potencial desses espaços urbanos para acolher e expressar identidades e desejos lésbicos. Esta ocupação, tanto na esfera física quanto na mídia, contribui para a visibilidade, a representação e, finalmente, a aceitação e normalização da comunidade lésbica na sociedade.



Nessa perspectiva, Gamman e Marshment (1988) defendem que a sexualidade de um personagem deve ser apenas uma das várias facetas de sua identidade, e não a única. Consideramos que isso acontece, de fato, no caso de Potts, que é representada em suas diversas dimensões. "Doctor Who", ao representar uma variedade de experiências e identidades, reflete, segundo Gilbert (2019), o esforço da série em criar um espaço para a discussão e reflexão sobre experiências interseccionais na sociedade contemporânea. A autora argumenta que, ao abordar temas como identidade e representação, séries como "Doctor Who" convidam o público a questionar e repensar suas percepções e preconceitos, promovendo um maior entendimento e empatia. Nesse sentido, Bill Potts, é mais do que uma mera quebra de barreiras; ela oferece um modelo positivo para espectadores LGBTQIAPN+, especialmente para jovens em busca de figuras de referência em sua jornada de autodescoberta e aceitação. Gilbert (2019) reforça que o papel de "produtos culturais" na promoção da diversidade e no combate ao preconceito é fundamental, e a inclusão de Potts em "Doctor Who" exemplifica esse potencial.

Desse modo, é possível pensar na relevância de narrativas não dominantes nas produções culturais. Como destaca Driver (2007), destacar personagens que representam minorias políticas, como é o caso da população LGBTQIAPN+, é potente em duas dimensões. Primeiro, pois é capaz de se conectar com as subjetividades dessas pessoas, permitindo que elas "se vejam" representadas em séries, filmes, etc. E, também, se torna um espaço possível para promoção da empatia e da cidadania para além das identidades "dominantes". Com essa perspectiva, Driver (2007) defende que, ao abordar temas como identidade e representação, as séries de televisão convidam o público a questionar e repensar suas percepções e preconceitos, promovendo um maior entendimento e empatia para com o outro.

Com base nisso, entendemos que a personagem Bill Potts representa mais do que uma mera quebra de barreiras; ela oferece um modelo positivo para espectadores LGBTQIAPN+, especialmente para jovens em busca de figuras de referência em sua jornada de autodescoberta e aceitação. A representação sensível e autêntica de personagens LGBTQIAPN+ e o desafio às normas estabelecidas na série contribuem para uma cultura mais inclusiva e igualitária (DRIVER, 2007; GILBERT, 2019). Por fim, através de personagens como Bill Potts, "Doctor Who" pode inspirar e capacitar espectadores a aceitar e celebrar



a diversidade, o que, em última instância, é capaz de fomentar uma sociedade mais acolhedora e respeitosa para todos.

Modelos femininos e heteronormatividade em Doctor Who

Antes da introdução de Bill Potts na série "Doctor Who" como a primeira protagonista abertamente lésbica, a série produziu uma variedade diversificada de personagens femininas. Entretanto, essas personagens, em muitos aspectos, parecem refletir a influência da heteronormatividade nas tramas da série. Neste ponto, cabe mencionar a teórica Judith Butler, que, embora não tenha analisado diretamente "Doctor Who", fornece um quadro conceitual relevante. Em seu trabalho, Butler (1990) argumenta que gênero e sexualidade são construções sociais que são performativas, ou seja, são criadas e recriadas através de atos repetitivos e comportamentos sociais. Ela sugere que as normas de gênero tradicionais e as expectativas heterossexuais são reforçadas através de sua constante repetição na sociedade. Se aplicarmos as ideias de Butler (1990) a "Doctor Who", poderíamos argumentar que, embora personagens femininas fortes e atraentes tenham sido apresentadas ao longo das diferentes encarnações do Doutor, elas frequentemente foram delineadas dentro dos estreitos contornos dos papéis de gênero tradicionais e da expectativa heterossexual. Isso se reflete na forma como essas personagens são representadas na série, e pode ser interpretado como uma manifestação da influência da heteronormatividade na construção das personagens femininas na série.

Complementando essa perspectiva, Silva (2022) analisa as personagens femininas na série antes da introdução de Bill Potts e afirma que elas frequentemente se encaixam em estereótipos e normas heteronormativas. Elas são retratadas como jovens mulheres atraentes e heterossexuais, cujas histórias muitas vezes giram em torno de sua relação romântica com o protagonista masculino. Esta representação não apenas limita as personagens femininas a papéis de objeto de desejo ou interesse amoroso do Doutor, mas, também, reforça a performatividade da heteronormatividade discutida por Butler (1990). Dyer (2002) também oferece uma análise sobre representações de gênero em várias mídias e suas observações se aplicam bem à "Doctor Who". Dyer (2002) argumenta que a mídia frequentemente reforça e reproduz normas e estereótipos heteronormativos. Isso, aplicado a "Doctor Who", reflete nas representações das personagens femininas que, embora fortes e



independentes, ainda se enquadram em papéis de gênero tradicionais e são definidas principalmente por sua relação com o protagonista masculino.

A discussão sobre a representação feminina em "Doctor Who" é ainda mais aprofundada por Jowett (2017). A autora destaca que as companheiras do Doutor na série frequentemente estabelecem relações românticas ou insinuantes com o Doutor, reforçando a expectativa heterossexual. Mesmo que essas personagens possuam habilidades e atributos próprios, suas existências são frequentemente centradas no papel de objeto de desejo ou interesse amoroso do Doutor. Jowett (2017) argumenta que essa dinâmica heteronormativa restringe as possibilidades de representação e limita o desenvolvimento das personagens femininas em "Doctor Who". Essa tendência é igualmente notada por Silva (2022), que observa que personagens como Rose Tyler, interpretada por Billie Piper, e Martha Jones, interpretada por Freema Agyeman, são representadas como companheiras do Doutor que nutrem um amor por ele. Suas histórias costumam se concentrar em seus sentimentos e relacionamentos com o protagonista masculino, muitas vezes em detrimento de suas próprias jornadas pessoais. Silva (2022) argumenta que essa tendência heteronormativa reforça a ideia de que a principal função das personagens femininas é servir como interesse romântico para o protagonista masculino, subjugando assim suas próprias histórias e desenvolvimento individual.

No entanto, a série "Doctor Who" também fez esforços para desafiar esses paradigmas. Por exemplo, personagens como Sarah Jane Smith, interpretada por Elisabeth Sladen, e River Song, interpretada por Alex Kingston, são exemplos notáveis de personagens femininas que desafiam as normas de gênero tradicionais. Conforme Silva (2022) observa, essas personagens são independentes, audaciosas e perspicazes, e desempenham papéis ativos nas histórias. Elas transcendem o papel tradicional de objeto de desejo, oferecendo modelos mais complexos e diversificados de feminilidade. Portanto, ao examinar as representações femininas em "Doctor Who", é possível observar a influência da heteronormatividade, que moldou a construção das personagens ao longo da série. No entanto, também é possível identificar tentativas de desafiar esses paradigmas e apresentar personagens femininas que transcendem as expectativas tradicionais de gênero. Este equilíbrio complexo entre conformidade e resistência às normas de gênero reforça a importância de uma análise crítica e contextualizada das representações de gênero na mídia televisiva.



Tabela 1. Orientação Sexual das Personagens Femininas

Personagem	Gênero	Orientação Sexual	Interesse Principal na Trama
Rose Tyler	Feminino	Heterossexual	Romance
Martha Jones	Feminino	Heterossexual	Romance
Donna Noble	Feminino	Heterossexual	Aventura
Amy Pond	Feminino	Heterossexual	Romance
Clara Oswald	Feminino	Heterossexual	Aventura
River Song	Feminino	Bissexual	Aventura e Romance
Missy	Feminino	Bissexual	Trapaça e Manipulação
Bill Potts	Feminino	Lésbica	Aventura e Autodescoberta

Fonte: Elaboração própria (2023).

Na série "Doctor Who", algumas das principais personagens femininas apresentam características particulares em relação à orientação sexual e ao enfoque principal na trama. Segundo Silva (2022), apesar das personagens serem multifacetadas e suas histórias não se limitarem exclusivamente a esses aspectos, cada uma delas possui sua própria jornada e desenvolvimento na série. É crucial destacar, como argumenta Rich (1980), que as personagens femininas geralmente estão associadas a temas românticos, o que pode ser atribuído à prevalência da heteronormatividade nas narrativas televisivas. Contudo, Gilbert (2019) sustenta que a presença de Bill confronta modelos femininos anteriores e expande as possibilidades de narrativa e representação na série. Ao trazer à cena uma personagem lésbica como parte integrante da trama e explorar sua identidade de forma respeitosa e autêntica, "Doctor Who"



desafia as limitações impostas pela heteronormatividade e abre espaço para uma maior diversidade de experiências e identidades.

Gilbert (2019) ainda destaca que a presença de Bill como uma personagem complexa e multifacetada, cuja sexualidade é apenas uma parte de sua identidade, rompe com a tendência de reduzir as mulheres a papéis secundários ou objetos de desejo romântico. Logo, a jornada de Bill Potts em "Doctor Who" realça a importância das representações diversificadas de feminilidade e a quebra dos estereótipos de gênero. A presença de Bill na série demonstra que as mulheres podem ser fortes, independentes e desafiadoras, independentemente de sua orientação sexual. Assim, ao criar espaço para a representação de personagens femininas que não se enquadram nos modelos tradicionais, "Doctor Who" tem potencial para incentivar uma mudança na forma como a sociedade percebe e valoriza as mulheres.

Quanto à cena em que Bill Potts se transforma em ciborgue, foi analisada em diferentes etapas. Primeiramente, a cena foi assistida de maneira contínua. Em seguida, seguiu-se para a segmentação das diferentes partes que compõem a cena, com a seleção de quadros de cada parte para uma análise mais aprofundada. Esta análise foi realizada sob a perspectiva teórica proposta por Mieke Bal (2009).

Tabela 2. Análise da Imagem de Mieke Bal

Conceitos da Análise da Imagem de Mieke Bal	Descrição
Semiótica da Imagem: Uma Abordagem Baliana	Bal (2009) emprega os princípios da semiótica, o estudo dos signos e símbolos, para a análise de imagens. A autora investiga como as imagens criam significados através da disposição dos elementos visuais e os signos nelas contidos (ECO, 1976).
Análise Interdisciplinar: Para Além das Fronteiras das Disciplinas	A abordagem de Bal (2009) enfatiza a necessidade de uma perspectiva interdisciplinar para a análise de imagens. Tal método engloba teorias e técnicas de diversas disciplinas, como literatura, antropologia, sociologia e história da arte.



Multiplicidade de Leituras: A Polissemia das Imagens	Na concepção de Bal (2009), cada imagem é passível de múltiplas interpretações. A autora ressalta que cada leitor traz suas próprias experiências, perspectivas e entendimentos culturais para a imagem, o que resulta em diferentes leituras.
Narratividade: Imagens que Contam Histórias	Bal (2009) também destaca a narratividade em imagens. Para ela, as imagens contam histórias, e a narrativa é um conceito-chave na análise de imagens.
Visualidade: A Dimensão Visual da Cultura	A "visualidade", ou seja, a qualidade do que é visual, é outro elemento chave na análise de imagens de Bal (2009). A autora defende que a maneira como percebemos e compreendemos as imagens é moldada pelas estruturas de poder e ideologia em nossa sociedade.
Foco na Cultura Visual: Imagens e Sociedade	Bal (2009) argumenta que a cultura visual, ou o papel das imagens visuais na cultura e na sociedade, é um campo de estudo crucial. Ela concentra-se em como as imagens são usadas para expressar e moldar identidades, relações de poder e formas de pensar e sentir.

Fonte: Elaboração própria (2023), com base em Bal (2009).

Resumindo, a análise de imagens proposta por Mieke Bal (2009) é uma abordagem multifacetada e interdisciplinar que foca na compreensão da multiplicidade de significados e narrativas possíveis em qualquer imagem, levando em conta o contexto cultural e social em que a imagem é produzida e recebida. Portanto, para a análise das imagens selecionadas, serão considerados os seguintes quesitos: Semiótica da Imagem, Análise Interdisciplinar, Multiplicidade de Leituras, Narratividade, Visualidade e Foco na Cultura Visual.



A apresentação das imagens

Figura 1. Cena 1 - O Aprisionamento e a Transformação Forçada



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

Na primeira cena, vemos Bill Potts sendo levada por antagonistas para uma sala onde será forçada a passar por uma transformação.

Tabela 3. Análise da Cena 1

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	Os vilões e Bill representam signos importantes nesta cena. A ação de arrastar Bill para a sala sugere que ela está em desvantagem ou em perigo, enquanto os vilões podem ser interpretados como representações de poder ou ameaça.
Análise Interdisciplinar	Esta cena pode ser analisada a partir de várias perspectivas. Por exemplo, do ponto de vista sociológico, pode-se explorar as dinâmicas de poder existentes. A partir de uma perspectiva literária, pode-se analisar o simbolismo dos personagens e do cenário.



Multiplicidade de Leituras	Dependendo das experiências individuais e do contexto cultural do espectador, essa cena pode ser interpretada de várias maneiras. Algumas pessoas podem ver Bill como vítima, enquanto outras podem vê-la como uma heroína prestes a transformar-se.
Narratividade	A narrativa nesta cena é bastante clara: Bill está prestes a passar por uma transformação involuntária. Isso sugere um enredo de luta e possível redenção.
Visualidade	A visualidade nesta cena pode ser destacada por diversos fatores como a iluminação da sala, a expressão facial de Bill e dos vilões, a disposição dos personagens no espaço, entre outros. A interpretação desses elementos pode variar de acordo com as estruturas de poder e ideologia da sociedade do espectador.
Foco na Cultura Visual	Essa cena pode estar refletindo vários aspectos da nossa cultura visual. Por exemplo, pode estar comentando sobre questões de poder, violência, transformação e resistência. É também um reflexo de como tais situações são retratadas na mídia e na arte contemporânea.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 2. Cena 2 - A Última Visão do Corpo Humano



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

A segunda cena representa a última visão do corpo físico de Bill, já em falência.



Tabela 4. Análise da Cena 2

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	O corpo de Bill, nesse contexto, pode representar um signo de fragilidade, fim ou mudança. A falência do corpo humano pode ser interpretada como um comentário sobre a mortalidade humana e a transitoriedade da vida.
Análise Interdisciplinar	A cena pode ser analisada a partir de várias disciplinas. A partir de uma perspectiva sociológica, pode-se explorar o conceito da morte e a nossa relação com ela. Uma análise filosófica pode tratar das questões existenciais que a cena evoca.
Multiplicidade de Leituras	Esta cena poderia ter múltiplas interpretações dependendo do espectador. Alguém com uma visão mais otimista da vida pode interpretá-la como uma transição para algo novo. Outros podem vê-la como uma representação sombria do fim.
Narratividade	Esta cena avança a narrativa para o fim inevitável de Bill - a morte. Essa poderia ser a conclusão de um enredo trágico, ou apenas um ponto de virada em uma história mais ampla.
Visualidade	A visualidade aqui seria crucial - como o corpo em falência é apresentado poderia influenciar significativamente a interpretação do espectador. A luz, a cor, o cenário, todos contribuem para o sentimento de fim que a cena transmite.
Foco na Cultura Visual	A cena reflete a maneira como a morte e a fragilidade humana são representadas na nossa cultura. Também pode estar comentando sobre a visão da sociedade sobre o fim da vida e o conceito de transformação ou transcendência.

Fonte: Elaboração própria (2023).



Figura 3. Cena 3 - O Desvanecimento da Humanidade



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

Na terceira cena, Bill Potts agora é vista na forma de um ciborgue, onde nenhum traço de humanidade ou expressões faciais são visíveis.

Tabela 5. Análise da Cena 3

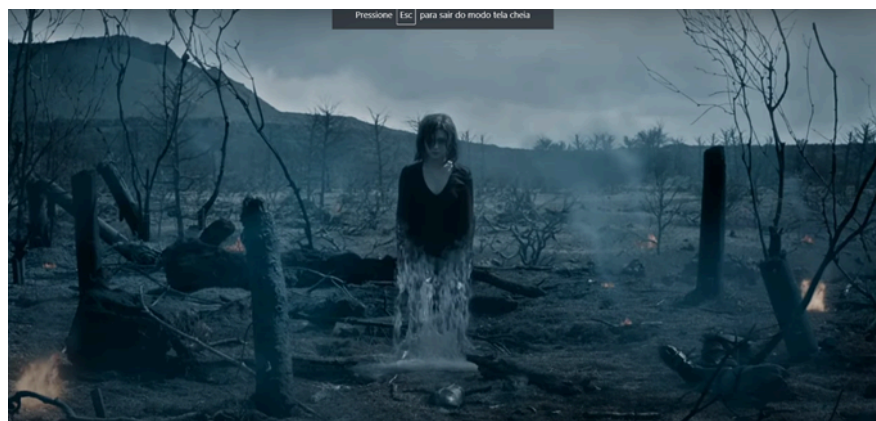
Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	A transformação de Bill em um ciborgue sem traços humanos pode ser vista como um signo de conformidade forçada e perda de sua verdadeira identidade - no caso, uma alegoria à heterossexualidade compulsória.
Análise Interdisciplinar	Através da sociologia, podemos explorar como a sociedade impõe certas normas de gênero e sexualidade às pessoas. Uma análise de gênero ou queer poderia discutir o impacto da heteronormatividade e da coerção sexual.
Multiplicidade de Leituras	Dependendo da experiência e do conhecimento do espectador, essa cena pode ser vista como um protesto contra a supressão da identidade sexual, ou como um comentário sobre a desumanização resultante de conformidade forçada.
Narratividade	A transformação de Bill em ciborgue pode representar o ato de ser forçada a adotar uma identidade sexual que não é sua, destacando a violência dessa coerção.



Visualidade	A aparência inexpressiva do ciborgue pode realçar a perda da individualidade e humanidade de Bill, refletindo a experiência de pessoas que são forçadas a esconder sua verdadeira identidade sexual.
Foco na Cultura Visual	A cena pode ser uma crítica à maneira como a cultura visual reforça a heteronormatividade, e a necessidade de resistir a essas normas impositivas.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 4. Cena 4 - Solidão em um Campo Devastado



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

A quarta cena mostra o interesse romântico¹ de Bill sozinha em um campo devastado.

Tabela 6. Análise da Cena 4

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	O campo devastado é um poderoso signo de desolação e perda. O interesse romântico de Bill, sozinha neste ambiente, pode simbolizar a solidão e o abandono resultantes da perda de Bill.

¹ “Interesse romântico” foi um termo utilizado por uma das entrevistadas, que destacou como a maioria das expressões associadas a esse conceito estão carregadas de pressões de gênero, refletindo expectativas sociais impostas especialmente sobre mulheres em relacionamentos.



Análise Interdisciplinar	A cena pode ser analisada a partir de várias perspectivas. Do ponto de vista sociológico, pode-se explorar a experiência do luto e da solidão. Uma análise literária pode considerar os simbolismos do campo devastado e da figura solitária.
Multiplicidade de Leituras	Algumas pessoas podem interpretar a cena como um retrato da perda e do desespero, enquanto outras podem vê-la como um testemunho da resiliência humana diante da adversidade.
Narratividade	Esta cena avança a narrativa mostrando o impacto da transformação de Bill sobre aqueles que a amavam. Isso proporciona um contraponto emocional à narrativa de transformação de Bill.
Visualidade	A apresentação visual do campo devastado e da figura solitária seria crucial para transmitir o sentimento de desolação. A escolha de cores, luz e composição influenciará fortemente a percepção do espectador.
Foco na Cultura Visual	Esta cena pode refletir as maneiras pelas quais a nossa cultura lida com a perda e o luto. Também pode representar a solidão experimentada por aqueles que são deixados para trás quando uma pessoa passa por uma transformação drástica.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 5. Cena 5 - O Beijo em Meio à Devastação



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).



Na quinta cena, vemos Bill e seu interesse romântico se beijando contra o pano de fundo de uma natureza devastada.

Tabela 7. Análise da Cena 5

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	O beijo de Bill e seu interesse romântico na natureza devastada pode ser um signo de amor e resistência em meio à adversidade. O contraste entre a devastação ao redor e a intimidade do beijo realça ainda mais essa interpretação.
Análise Interdisciplinar	Através de uma perspectiva literária, a cena pode ser vista como uma representação do amor que persiste mesmo em tempos difíceis. Uma análise sociológica pode explorar como a cena desafia as normas sociais de comportamento em situações de crise.
Multiplicidade de Leituras	Alguns podem interpretar esta cena como um testemunho de esperança e resistência, enquanto outros podem vê-la como um momento de alívio ou escape em meio à devastação.
Narratividade	A cena avança a história mostrando um momento de conexão íntima entre Bill e seu interesse romântico, contrastando com o cenário de desolação. Isso poderia indicar uma mudança na trama ou um momento de desenvolvimento para os personagens.
Visualidade	A forma como o beijo é enquadrado contra a devastação é fundamental para a interpretação da cena. Aspectos como iluminação, composição, e a expressão dos personagens irão influenciar como o espectador percebe o momento.
Foco na Cultura Visual	A cena pode refletir como a cultura visual representa o amor e a intimidade em meio à adversidade, e pode desafiar ou reforçar as normas culturais existentes sobre a expressão do amor em tempos de crise.

Fonte: Elaboração própria (2023).



Figura 6. Cena 6 - A Tristeza e a Solidariedade



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

Na sexta cena, vemos uma expressão de tristeza no rosto de Bill enquanto uma lágrima escorre e uma mão branca seca sua lágrima.

Tabela 8. Análise da Cena 6

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	A tristeza no rosto de Bill e a lágrima que escorre pode ser interpretada como um signo de tristeza ou perda. A mão branca secando sua lágrima pode ser vista como um signo de conforto, solidariedade ou empatia.
Análise Interdisciplinar	A cena pode ser analisada a partir de várias disciplinas. A partir de uma perspectiva psicológica, pode-se explorar o luto e a expressão de emoções. Uma análise sociológica poderia discutir o papel da empatia e do apoio social em tempos de crise.
Multiplicidade de Leituras	Dependendo das experiências e do contexto cultural do espectador, essa cena pode ser interpretada de várias maneiras. Alguns podem vê-la como uma expressão de desespero, enquanto outros podem se concentrar no gesto de consolo.



Narratividade	A cena avança a história ao mostrar uma expressão de tristeza no rosto de Bill, indicando uma possível tragédia ou perda. O gesto de secar sua lágrima adiciona uma dimensão emocional à narrativa.
Visualidade	A expressão de tristeza no rosto de Bill, a lágrima e a mão secando sua lágrima seriam elementos visuais fundamentais nesta cena. A iluminação, a composição e as cores podem afetar a interpretação desses elementos pelo espectador.
Foco na Cultura Visual	A cena pode refletir a maneira como nossa cultura visual lida com a expressão de tristeza e o gesto de consolo. Pode também comentar sobre a importância da solidariedade e do apoio em momentos de tristeza ou perda.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 7. Cena 7 - Auto Reconhecimento



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

A sétima cena constitui uma visualização da mente de Bill, indicando que, mesmo na forma de um ciborgue, ela ainda se sente como ela mesma.



Tabela 9. Análise da Cena 7

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	A visualização da mente de Bill pode ser interpretada como um signo de sua consciência contínua e identidade preservada, apesar de sua transformação física. Isso pode simbolizar a persistência do self, mesmo quando o exterior muda drasticamente.
Análise Interdisciplinar	Uma análise psicológica poderia explorar o conceito de auto-reconhecimento e identidade pessoal. Através de uma lente filosófica, pode-se explorar questões sobre o <i>self</i> e a consciência.
Multiplicidade de Leituras	Dependendo da experiência e do contexto cultural do espectador, essa cena pode ser vista como uma afirmação do self, uma luta pela identidade, ou uma expressão da divisão entre corpo e mente.
Narratividade	A cena avança a história ao mostrar que, apesar de sua transformação física, Bill ainda mantém sua identidade. Isso poderia sinalizar uma mudança na trama ou um desenvolvimento importante para o personagem.
Visualidade	Como a mente de Bill é visualizada, será crucial para a interpretação da cena. A iluminação, as cores e os símbolos utilizados podem influenciar a percepção do espectador sobre o estado mental de Bill.
Foco na Cultura Visual	A cena pode refletir as concepções culturais de identidade, autoconsciência e a dicotomia entre o físico e o mental. Pode também comentar sobre a experiência de manter a identidade pessoal em face das pressões externas para mudar.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 8. Cena 8 - Alegria e Aceitação



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

Na oitava cena, Bill Potts e seu interesse romântico estão na porta da TARDIS (a nave do Doctor), com expressões sorridentes.

Tabela 10. Análise da Cena 8

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	A TARDIS, uma máquina do tempo e nave espacial, pode ser vista como um signo de aventura e possibilidades infinitas. O sorriso no rosto de Bill e de seu interesse romântico pode ser interpretado como um sinal de esperança, felicidade ou expectativa para o futuro.
Análise Interdisciplinar	Uma análise literária pode explorar o simbolismo da TARDIS e o significado dos sorrisos dos personagens. A sociologia pode investigar como a cena representa a ideia de novos começos e a expectativa do futuro.
Multiplicidade de Leituras	Dependendo da experiência e do contexto cultural do espectador, essa cena pode ser vista como uma representação de esperança e novas possibilidades, ou como um comentário sobre o alívio após momentos de crise.
Narratividade	A cena avança a história ao mostrar Bill e seu interesse romântico prestes a embarcar em uma nova aventura, sinalizando uma mudança no enredo e uma evolução nos personagens.



Visualidade	A TARDIS e os sorrisos dos personagens são elementos visuais cruciais nesta cena. A maneira como eles são apresentados, juntamente com a iluminação, as cores e a composição, irão afetar a interpretação da cena pelo espectador.
Foco na Cultura Visual	A cena pode refletir a maneira como a cultura visual representa a esperança, o futuro e o conceito de aventura. Pode também comentar sobre a importância da felicidade e do otimismo mesmo após passar por tempos difíceis.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Figura 9. Cena 9 - Elas explodem em uma supernova azulada



Fonte: Doctor Who, episódio 12, temporada 10 (2017).

Tabela 11. Análise da Cena 9

Conceito de Análise	Aplicação na Cena
Semiótica da Imagem	A supernova azulada pode ser vista como um sinal de transformação final, despedida ou transcendência. O fato de ser uma explosão pode também sugerir uma liberação final de energia ou emoção.



Análise Interdisciplinar	A partir de uma perspectiva de física ou astronomia, pode-se explorar a ideia de uma supernova como o final de uma estrela. Uma análise literária ou filosófica poderia discutir a ideia da morte como uma transformação ou renascimento.
Multiplicidade de Leituras	Dependendo das experiências individuais e do contexto cultural do espectador, essa cena pode ser interpretada de várias maneiras. Alguns podem vê-la como uma representação da morte, enquanto outros podem interpretá-la como um símbolo de renascimento ou libertação.
Narratividade	Esta cena avança a narrativa ao retratar a explosão em uma supernova, sugerindo uma conclusão ou uma grande mudança na história.
Visualidade	A visualização da supernova azulada seria um elemento crucial nesta cena. A intensidade da luz, a cor azulada e a expansão da explosão podem influenciar a percepção do espectador sobre a cena.
Foco na Cultura Visual	Esta cena pode refletir as maneiras pelas quais a nossa cultura lida com a ideia de fim, transformação ou transcendência. Também pode comentar sobre o conceito de beleza e espetáculo mesmo em momentos de despedida ou conclusão.

Fonte: Elaboração própria (2023).

A análise das nove cenas que retratam a narrativa de Bill Potts apresenta uma história de transformação, resistência e transcendência. Através dos conceitos de análise de imagem propostos por Mieke Bal, somos capazes de explorar as várias camadas de significado e emoção incrustadas em cada cena. Desde a cena inicial, onde Bill é arrastada para uma transformação não desejada, até a cena final onde ela explode em uma supernova azulada, a jornada visual de Bill abrange um amplo espectro de experiências humanas. As imagens abordam questões profundas de identidade, perda, resistência, amor e transcendência. A multiplicidade de leituras possíveis para cada cena ressalta a rica complexidade da narrativa visual. Cada espectador traz seu próprio conjunto de experiências e perspectivas para a interpretação das cenas,



resultando em uma variedade de interpretações possíveis. Essa polissemia é uma testemunha do poder das imagens para evocar e comunicar uma gama de emoções e ideias. A visualidade dessas cenas é crucial para transmitir o arco da história e as emoções dos personagens. A iluminação, a cor, a composição e outros elementos visuais desempenham um papel importante na criação do clima e na comunicação do significado.

Por fim, essas cenas refletem e comentam sobre nossa cultura visual. Eles exploram como questões de poder, identidade, amor, perda e transformação são representadas na mídia visual e como essas representações são moldadas por, e por sua vez moldam, as normas culturais e sociais. Em suma, a análise dessas nove cenas nos oferece uma visão profunda da complexidade da narrativa visual e da maneira como as imagens podem servir como veículos poderosos para a exploração de temas humanos fundamentais.

Percepções e Interpretações: Uma Análise Detalhada da Recepção de Mulheres Lésbicas às Cenas de Bill Potts em *Doctor Who*

Após a análise minuciosa dessas imagens, procedemos com um método organizado para obter uma interpretação aprofundada a partir de uma amostra específica da população. As imagens foram compiladas em um documento estruturado que foi disponibilizado a um grupo de oito mulheres que se identificam como lésbicas, todas entre as idades de 20 e 40 anos. Este grupo foi escolhido para oferecer uma perspectiva particular e diversificada sobre o material em questão. Logo após assistirem às cenas, foi enviado a estas mulheres um questionário digital meticulosamente preparado. O objetivo desse questionário era coletar informações detalhadas sobre os hábitos televisivos das participantes e suas respostas emocionais e intelectuais à narrativa visual em análise, particularmente em relação ao destino final da personagem Bill Potts em *Doctor Who*.

Essa etapa do estudo foi concebida para proporcionar uma compreensão mais profunda da interação entre o público-alvo e a representação da personagem, levando em consideração os hábitos de consumo de mídia das participantes. Ao correlacionar esses hábitos com suas respostas ao destino de Bill Potts, procuramos identificar possíveis conexões e padrões que podem enriquecer a compreensão acadêmica da



recepção de personagens LGBTQIAPN+ em mídias televisivas. Todas as etapas deste processo foram realizadas seguindo estritamente os princípios éticos da pesquisa, garantindo que as respostas das participantes fossem coletadas de maneira confidencial e anônima, respeitando sua privacidade e dignidade. As respostas fornecidas por um grupo de mulheres lésbicas entre 20 e 40 anos a uma série de cenas de Doctor Who revelam uma variedade de percepções e interpretações. Esta análise se insere no campo da Teoria da Recepção, que considera o significado de uma obra como sendo construído na interação entre o texto - neste caso, as cenas - e o leitor - aqui, as espectadoras lésbicas.

Este enquadramento teórico é fundamentado nos trabalhos de Stuart Hall (2006), um pioneiro dos Estudos Culturais, que argumentou que os espectadores ativamente decodificam e interpretam mensagens de mídia com base em seu próprio contexto cultural e experiências pessoais (HALL, 2006). Todas as participantes do estudo costumam assistir séries de TV e a maioria já conhecia Doctor Who. Entre elas, uma espectadora na faixa dos 26-30 anos expressou desconforto com o final trágico de Bill Potts, a primeira personagem lésbica de destaque na série. Ela sentiu que a personagem foi mal representada e que seu final trágico reforça estereótipos negativos.

Esta resposta é ecoada na literatura acadêmica, com estudiosos como Eve Sedgwick (1990) e Adrienne Rich (1980) destacando a tendência histórica da mídia de retratar personagens LGBTQIAPN+ de formas estereotipadas ou trágicas. Em contraste, uma participante com mais de 35 anos expressou apreço pela representação de Bill como uma mulher lésbica negra, ressaltando a importância desta representação na mídia. Ela destacou a relevância de ter personagens lésbicas cujas vidas não são reduzidas a este aspecto de sua identidade, mas que este é apenas uma de muitas características. Esta perspectiva é apoiada pelos argumentos de Bell Hooks (1992), que sublinhou a necessidade de representações midiáticas de mulheres negras que desafiam estereótipos e oferecem retratos mais complexos e empoderados.

A recepção da personagem Bill Potts entre as mulheres entrevistadas foi majoritariamente crítica, especialmente em relação ao seu desfecho na série. 6 participantes classificaram o destino da personagem como insatisfatório, apontando a transformação em ciborgue como uma metáfora para a "cura gay" e a desumanização de sua identidade lésbica. Houve uma preocupação recorrente com a invisibilização do corpo e da sexualidade lésbica, bem como a perpetuação de narrativas que reafirmam a violência simbólica contra



mulheres que não se encaixam nos padrões heteronormativos. Além disso, algumas respostas (2) indicaram que a explosão da personagem e sua parceira pode ser interpretada como uma reafirmação do trope² da "lésbica trágica", na qual personagens LGBTQIA+ têm negada a possibilidade de finais felizes.

Por outro lado, a representação lésbica da personagem foi, vista de forma positiva por 7 mulheres. A presença de uma lésbica negra em *Doctor Who* foi considerada um avanço na representatividade dentro do audiovisual, especialmente porque sua sexualidade não foi tratada como seu único traço de personalidade. Algumas participantes (5) ressaltaram que a existência de personagens lésbicas é importante para a visibilidade, ainda que a forma como suas histórias são conduzidas, precisa ser aprimorada.

Quanto à participação de mulheres lésbicas na criação do desfecho de Bill Potts, 7 das entrevistadas acredita que não houve envolvimento de roteiristas lésbicas na decisão. Essa percepção se baseia na persistência de padrões heteronormativos na narrativa e na falta de uma abordagem mais sensível e politicamente consciente sobre a experiência lésbica. Algumas respostas (3) mencionaram que produções com mulheres lésbicas no roteiro costumam evitar desfechos trágicos ou buscar novas formas de representação. No entanto, 1 entrevistada considerou que poderia ter havido alguma intenção crítica na forma como a história foi construída, mesmo que a recepção tenha sido negativa.

De modo geral, as respostas refletem um misto de valorização da representatividade e frustração com a forma como a personagem foi tratada dentro da narrativa, reforçando a necessidade de um olhar mais atento e cuidadoso para a construção de histórias que envolvam mulheres lésbicas na ficção. Estas opiniões variadas destacam a importância de considerar não apenas quem é representado na mídia, mas também quem está criando essas representações, ponto também enfatizado por estudiosos como Patricia Hill Collins (2000) e Judith Butler (1990).

Em resumo, a análise das respostas das participantes revela a complexidade da recepção das representações mediáticas de personagens LGBTQIAPN+. Ela destaca a importância do contexto cultural e das experiências pessoais na interpretação dessas

² Termo utilizado na literatura, no cinema, na televisão e em outras formas de narrativas para se referir a padrões recorrentes de enredo, personagens ou temas. São elementos narrativos que aparecem repetidamente em diferentes obras e que ajudam a estabelecer expectativas no público.



representações, e aponta para a necessidade contínua de representações diversas e complexas de personagens LGBTQIAPN+ na mídia.

Conclusões

Ao longo das décadas, a série "Doctor Who" tem demonstrado uma abordagem progressista em relação à representação de personagens femininas e à inclusão de diferentes orientações sexuais em suas narrativas. A criação da personagem Bill Potts, uma mulher negra e lésbica, ilustra o empenho da série em desafiar os estereótipos femininos tradicionais e expandir os limites de representação na televisão.

A análise detalhada das imagens de Bill Potts, realizada à luz das teorias de Mieke Bal (2003), revelou que a série explora temáticas complexas e delicadas como marginalização, objetificação, isolamento, resistência e celebração da diversidade através de imagens cuidadosamente orquestradas e metáforas visualmente poderosas. Por exemplo, a transformação de Bill em um ciborgue, não só ressoa as teorias de Donna Haraway (1991) sobre a figura do ciborgue como um desafio às normas de gênero e sexualidade, mas também apresenta uma crítica incisiva à despersonalização e à objetificação das identidades marginalizadas. Complementarmente, a visão e interpretação de oito mulheres lésbicas, com idades entre 20 e 40 anos, sobre as cenas de Bill Potts, revelaram respostas diversas e complexas. Algumas expressaram desconforto e frustração, sentindo que a personagem foi retratada tragicamente. Outras, no entanto, valorizaram a representação de Bill como uma mulher lésbica negra, sublinhando a necessidade de tais representações na mídia. A série "Doctor Who", portanto, demonstra um comprometimento palpável com a inclusão e a diversidade, mesmo que haja certas limitações impostas pela heteronormatividade e pela prevalência de enredos românticos para personagens femininas.

Em síntese, a combinação da análise da representação de personagens femininas e da diversidade sexual em "Doctor Who", juntamente com a perspectiva de espectadoras lésbicas, oferece insights valiosos sobre as transformações na televisão e espelha a mudança na percepção e valorização das mulheres e da diversidade sexual na sociedade contemporânea. Essa abordagem multifacetada, que combina análise de imagem e teoria da recepção, revelou-se uma ferramenta eficaz para aprofundar nossa compreensão dessas mudanças.



Referências

BAL, M. *Narratology: Introduction to the Theory of Narrative*. 3ed. Toronto: University of Toronto Press, 2009.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 77-111, 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1191/1478088706qp0630a>. Acesso em: 6 de julho de 2023.

BURK, G.; SMITH, R. *Who Is the Doctor: The Unofficial Guide to Doctor Who-The New Series*. Toronto: ECW Press, 2012.

BUTLER, J. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. New York: Routledge, 1990.

CHAPMAN, J. *Inside the Tardis: The Worlds of Doctor Who*. London: I. B. Tauris, 2006.

COLLINS, P. H. *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*. Nova York: Routledge, 2000.

CRISTEA, A. M. Las series web como cartografías de la sexualidad: la representación de la interacción lésbica en la ciudad global en Féminin/Féminin y The Foxy Five. *Revista Latinoamericana de Geografía e Género*, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 173-188, 2018. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rlagg/article/view/12791>. Acesso em: 30 de julho de 2023.

DHAENENS, F. Teenagers and intertextual aesthetics: Insights from a reception analysis of gay-related narratives in *Girls and Skins*. *European Journal of Cultural Studies*, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 275-290, 2013. Disponível em: <https://biblio.ugent.be/publication/2967006>. Acesso em: 6 de julho de 2023.

DRIVER, S. *Queer Girls and Popular Culture: Reading, Resisting, and Creating Media*. New York City: Peter Lang Inc., 2007.

DYER, R. *The Culture of Queers*. London: Routledge, 2002.



- ECO, U. *A Theory of Semiotics*. Bloomington: Indiana University Press, 1976.
- GAMMAN, L.; MARSHMENT, M. *The Female Gaze: Women As Viewers of Popular Culture*. London: The Women's Press, 1988.
- GILBERT, S. B. "Bloke Utopia": bill potts, queer identity, and cyborg narratives in doctor Who. In: FRANKEL, V. E. (Ed.). *Fourth Wave Feminism in Science Fiction and Fantasy: essays on television representations, 2013-2019*. 2 ed. North Carolina: Mfarland & Company, 2019. p. 135-149.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11 ed. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARAWAY, D. *Simians, Cyborgs, and Women: The Reinvention of Nature*. London: Free Association Books, 1991.
- HILLS, M. *Triumph of a Time Lord: Regenerating Doctor Who in the 21st Century*. London: I. B. Tauris, 2010.
- HOOKS, B. *Black Looks: Race and Representation*. Boston: South End Press, 1992.
- JOWETT, L. *Dancing with the Doctor: Dimensions of Gender in the Doctor Who Universe*. New York City: I.B. Tauris, 2017.
- KISTLER, A. *Doctor Who: A History*. Essex: Lyons Press, 2013.
- LEACH, J. *Doctor Who*. Detroit: Wayne State University Press, 2009.
- NEWMAN, M.; LEVINE, R. *Doctor Who: The Television Companion*. London: BBC Books, 1998.
- ORTIZ, G. Exploring the Cultural Third Place in the Doctor Who Universe. In: L. Y. MONTCLAIR (Ed.). *Doctor Who in Time and Space: Essays on Themes, Characters, History and Fandom, 1963-2012*. Jefferson: McFarland & Company, 2013.
- PEARSON, W. G.; HOLLINGER, V.; GORDON, J. *Queer Universes: Sexualities and Science Fiction*. Liverpool: Liverpool University Press, 2008.



PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2009.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, [S. l.], v. 5, n. 4, p. 631-660, 1980. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/3173834>. Acesso em: 6 de julho de 2023.

SEDGWICK, E. *Epistemology of the Closet*. Berkeley: University of California Press, 1990.

SILVA, L. L. *Doctor Who? She!:* representação e representatividade femininas sob a perspectiva de gênero na narrativa seriada Doctor Who. 2022. 158 f. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Cinema) - Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2022.

TULLOCH, J.; ALVARADO, M. *Doctor Who: The Unfolding Text*. London: Macmillan, 1983.

WEBBER, S.; WILSON, C.; NEWMAN, S. *The Doctor Who Annual*. London: World Distributors, 1965.

Transcending the Margins:

Reflections on Lesbian and Cyborg Representations in Doctor Who

This study examines the portrayal of female characters and the inclusion of sexual diversity in the television series "Doctor Who". Specifically, it analyzes the character Bill Potts, a lesbian black woman, as a significant milestone in the series' representation of women. Drawing on Mieke Bal's (2009) narrative theory and Donna Haraway's (1991) concept of the cyborg, the research delves into the series' utilization of imagery and metaphors to explore intricate themes such as marginalization, objectification, isolation, resistance, and the celebration of diversity.



Emphasizing Bill's transformation into a cyborg, the study highlights this as a critique of the depersonalization and objectification experienced by marginalized identities, presenting it as a potential means to transcend gender and sexuality norms. In conclusion, despite the limitations imposed by heteronormativity and the prevalent focus on romantic storylines, the representation of female characters in "Doctor Who" captures the complexity and diversity of the female experience. This analysis contributes to the understanding of television's evolving landscape and reflects the changing perceptions and appreciation of women and sexual diversity in contemporary society.

KEYWORDS: DOCTOR WHO. FEMINISM. CYBORG. POWER RELATIONS.

Sheisa BITTENCOURT

Doutora em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade Feevale e Mestra em Ciências da Comunicação pela Unisinos. É especialista em Marketing Organizacional e Bacharela em Design Gráfico com ênfase em mídias eletrônicas. Possui mestrado incompleto em Design de Multimídia pela Universidade de Coimbra. Atua como pesquisadora e professora, com experiência em design, informática e audiovisual, ministrando aulas em cursos de graduação, técnicos, oficinas e palestras. ORCID: 0000-0002-3074-7178.

Franciele AMARAL DA CUNHA

<https://orcid.org/0000-0003-0858-164X>

Doutora em Diversidade e Inclusão Social pela Feevale. Mestra em Comunicação pela Unisinos. Bacharel em Artes Visuais pela Universidade Feevale. Possui vasta experiência dentro do cenário cultural de Porto Alegre.



Regina HEIDRICH

Pesquisadora e docente, especializada em tecnologia, inclusão social e educação. Ela possui ampla experiência em projetos interdisciplinares financiados por agências renomadas. Sua pesquisa se concentra em Brain Computer Interface (BCI) e Ergonomia. Regina coordena o Centro de Design da Universidade Feevale e lidera projetos inovadores, como o uso de Realidade Virtual na educação de pessoas com paralisia cerebral. Ela é consultora para questões de inclusão e membro de grupos de pesquisa renomados. Para contatá-la, envie um e-mail para rheidrich390@gmail.com.

<https://orcid.org/0000-0001-9101-1124>

Recebido em: 04/08/2024

Aprovado em: 06/03/2025



ARTIGOS



Tejiendo Redes, Construyendo Comunidad

El Poder de las Amistades Lésbicas

María José Alonso Vidal, *Universidad de Jaén*

Resumen. El artículo explora las relaciones de amistad que durante mucho tiempo se han generado en el seno del colectivo homosexual, destacando su papel como construcciones identitarias desde las que se ejerce una práctica de resistencia a las normas sociales que lxs estigmatizan. Desde ese contexto, se discuten las implicaciones políticas de estos vínculos estratégicos y su relación con conceptos como el de la familia. Si bien el texto se centra específicamente en las amistades lésbicas, al entender que contienen un especial poder subversivo frente a la heteronorma. Finalmente, reflexiona sobre cómo, conseguidos los derechos por los que el movimiento institucional de gays y lesbianas tanto había luchado, la integración social de la homosexualidad pudo suponer la pérdida del potencial transformador del colectivo, al priorizar el uso de instituciones heteronormativas frente a sus formas alternativas de relacionarse, que empiezan a desaparecer. El texto adopta la autoetnografía feminista como metodología disidente de investigación, que valida los saberes experienciales como fuente legítima de conocimiento. A través de esta perspectiva, se explora la relevancia de la relación entre lo personal y lo político, destacando su potencial para impulsar la transformación social.

PALAVRAS-CLAVE: Relaciones de amistad. Lesbianas. Redes de apoyo. Estrategias de resiliencia. Autoetnografía feminista.



Introducción

“La amistad no es lo que une a alguien sino un acto afectivo y disidente en sí”
(VALDÉS, 2024, p.96).

Las circunstancias opresivas, de persecución, marginalidad y exclusión social que han sido características en la vida de gays, lesbianas, bisexuales y transexuales a lo largo de la historia, nos han llevado en muchos casos a tener que abandonar –o ser expulsadxs de– nuestros hogares de procedencia, los de nuestras familias biológicas. En ocasiones porque estando allí no podíamos vivir de acuerdo con nuestra identidad y deseo. Pero también porque estas, no pocas veces, nos han repudiado al hacerlo (Weston, 1980). El resultado, como estrategia de resiliencia, también característica en nuestra forma de vida, ha sido buscar espacios comunes con iguales, con amigxs, con quienes construir redes de cuidado¹.

Kath Weston en su libro *Las familias que elegimos* (1980) describe un fenómeno surgido en el seno del colectivo LGTBI en la bahía de San Francisco en la década de los 80. Habla de una manera estratégica de vincularse para sobrevivir, como grupos de amigxs, dadas las circunstancias de desahucio socio/familiar en las que vivían muchxs de ellxs. El texto de Weston llama la atención, porque propone el concepto de "familias elegidas" como una forma de parentesco no tradicional, basada en el afecto y el apoyo mutuo, más allá de los lazos biológicos, por la profunda conexión emocional, interdependencia, apoyo mutuo y lazos que desde la amistad, trascienden los tradicionales vínculos basados en la biología. De hecho, atendiendo a la importancia de estas redes en la vida de gays y lesbianas, Weston nombra por primera vez este tipo de relaciones como “familias elegidas” –las familias que elegimos–.

¹ Utilizo el término **cuidados**, pero comparto con Mari Luz Esteban (2017) la necesidad de dejar este concepto para un ámbito más concreto, el de la “atención a la dependencia a las personas que temporal o definitivamente no pueden valerse por sí mismas” (ESTEBAN, 2017, P.40). Y aquí hablar de “apoyo mutuo” tal vez, como ella misma sugiere; o de una red de intercambio de afectos, materiales, tiempo, economía, etc. Una red que, como apunta Amaia Pérez Orozco (2015) siguiendo a Butler, hace la vida más vivible al margen del mercado, la familia o el Estado, no porque estos no estén en nuestras vidas, es imposible salirse del sistema, sino, porque generamos entre nosotras una serie de estrategias que nos ayudan a vivir “a pesar de” estas instituciones o cubriendo lo que desde ellas, solxs, no alcanzamos a cubrir.



A partir de que el libro de Weston se conociera en España, la expresión “familia elegida” se extendió entre gays y lesbianas en nuestro país, convirtiéndose en algo reconocible para la mayoría de nosotrxs. Formábamos parte de redes compuestas por amigxs, parejas, exparejas, hijxs, etc., donde las categorías de relación se desdibujaban. Los afectos iban mutando, se mezclaban, como los roles, creando complejas redes de vínculos interdependientes, estrechos, llenos de complicidad, intimidad, amor y amistad. Esta fluidez y sus complejidades desafían las definiciones tradicionales de estructuras heteropatriarcales como las de parentesco, como sistema de relaciones sociales basadas en la filiación (vínculos biológicos y adoptivos) y en las alianzas matrimoniales, organizadas en torno a la pareja heterosexual y el intercambio de bienes –y mujeres– entre hombres (RUBIN,1975).

Entre estas redes están las amistades lésbicas. Mi intención con este texto es visibilizar la relevancia de la amistad lésbico-feminista, como algo que ha supuesto para nosotras, la sostenibilidad de afectos, materiales, económicos, tiempo, etc., que en una de las etapas más vulnerables de nuestras vidas –la juventud– nos ayudó a sobrevivir. Para ello considero necesario reflexionar sobre este tipo de amistad, como vínculos que se genera fuera de las estructuras del poder generizado del heteropatriarcado, que con sus normas marca el funcionamiento de las relaciones heteronormativas. Construir una red en la que se resalta la importancia de la elección de sus miembrxs, ayuda a fortalecer un sentimiento identitario de pertenencia al grupo, que genera unidad, fuerza para afrontar conjuntamente adversidades externas², y mejora la autoestima y la salud mental, de quienes se sienten parte.

Marco Teórico

En España desde el ámbito de la antropología y la sociología no se ha tratado demasiado el tema que aborde específicamente la amistad a nivel general. El ensayo de Josepa Cucó, *La amistad. Perspectiva antropológica* (1995), se convierte en una obra de referencia –casi la única durante un tiempo– donde la autora ofrece un análisis profundo

² Es interesante para mí observar cómo en este contexto lo que se convierte en el afuera del grupo, es lo que para el sistema heteronormativo sería el adentro del grupo. Las familias biológicas muchas veces se han convertido en eso contra lo que los grupos de amigxs LGTBI deben unirse para confrontar sus desaprobaciones frente a nuestras formas de vida, convirtiéndose en el enemigo.



sobre este tipo de lazos, no solo como un vínculo personal, sino como un fenómeno social y cultural que varía a lo largo del tiempo y culturas. Examina cómo factores como el género o la clase social influyen en las relaciones entre amigxs. Y analiza cómo la amistad se relaciona con otras instituciones sociales como el parentesco.

Más cercana a la actualidad, Ana María Moreno, en su tesis *El estatuto antropológico de la amistad y su dimensión social: perspectivas para el siglo XXI* (2015), estudia la amistad desde perspectivas antropológicas y sociológicas, y recuerda que el estudio antropológico de la amistad pone de manifiesto que la amistad es una relación humana de doble dimensión: personal y social.

Mucho menos se ha investigado sobre la amistad como estilo de vida desde las disidencias afectivo-sexuales y de género. En los últimos años, y muy favorecido por la incursión del feminismo en la academia –que analiza el potencial político y transformador de la amistad–, se está profundizando en los vínculos amicales como una forma de relacionarse con potencial para subvertir la heteronorma. Este es el caso de la tesis *La amistad como forma de vida: género, sexualidad, diversidad relacional y el problema del parentesco* (2021), de María Isabel Velazaco Lázaro.

Olga Viñuales merece una especial atención en este texto, por ser la primera en abordar las relaciones entre lesbianas en su libro *Identidades lésbicas* (2000). En él explora el proceso de adscripción a la identidad lésbica y analiza cómo se relaciona con conceptos como la amistad, el parentesco y la formación de nuevos modelos de familia.

Algunxs autorxs, al repasar la historia de/desde las disidencias afectivo-sexuales y de género, han señalado la relevancia de un tipo de estrategias de supervivencia nacidas. Beatriz Gimeno en varios de sus ensayos (GIMENO,1999; 2006) destaca la importancia de las relaciones de amistad y solidaridad entre lesbianas como herramientas fundamentales de apoyo mutuo y resistencia frente a las estructuras opresivas, subrayando la necesidad de visibilizar y valorar estas redes en la lucha por la igualdad y la justicia social.

Por su parte, Fernando Olmeda, en *El látigo y la pluma* (2005), da cuenta de cómo durante el franquismo, gays y lesbianas³ vivían en la clandestinidad y se unían en redes de iguales, ante una amenaza constante de reclusión, torturas o incluso la muerte. Las relaciones de

³ En ese momento aún no se hablaba de otras categorías.



amistad se convirtieron en redes clandestinas de apoyo, cruciales para la supervivencia, que proporcionaban seguridad y camaradería en una sociedad hostil. La resiliencia, como la capacidad de crear lazos de solidaridad y apoyo en medio de la opresión, les permitió no solo sobrevivir, sino también sentar las bases para la lucha por sus derechos en la España post-franquista.

Desde los estudios *queer* también se está contribuyendo a visibilizar y analizar la importancia de la amistad como forma de vida, de parentesco, resaltando lo esencial de sus vínculos para la supervivencia. Es interesante el ensayo de Marta Candeias (2022) en el que analiza las prácticas y dinámicas de sus propias amistades, destacando la intersección de identidades (*queer*, migrantes, precarizadas) y experiencias en la construcción de vínculos afectivos. Cuestiona las definiciones tradicionales de amistad, politizando los conceptos de reciprocidad, cuidados y conflictos.

La llegada de la democracia trajo avances para la sociedad española, y en concreto para gays y lesbianas. De hecho, se derogó la legislación más restrictiva que había en ese momento⁴, y se abrieron otras puertas legales, como la ley del matrimonio en 2005 o la paulatina transformación de las organizaciones clandestinas en movimientos sociales institucionalizados (TRUJILLO, 2009; MENDOZA, 2021). Sin embargo, la democracia por sí sola, no fue suficiente para eliminar la discriminación que vivían gays, lesbianas y trans. La falta de educación inclusiva y los prejuicios religiosos o culturales han sido obstáculos persistentes.

Es en esta España, con una democracia joven aún, apenas treinta años⁵, donde me coloqué para analizar, entender y explicar lo que ha supuesto para nosotras, un grupo de lesbianas activistas de Granada

⁴ **Ley de Vagos y Maleantes de 4 de agosto de 1933.** Una ley promulgada durante la Segunda República y posteriormente utilizada durante el franquismo. Aunque no mencionaba explícitamente a gays y lesbianas, su aplicación fue utilizada para perseguir y reprimir a personas consideradas "desviadas" de la norma social, incluyendo a homosexuales. Se deroga en 1970 con la **Ley 16/1970, de 4 de agosto, sobre peligrosidad y rehabilitación social.** Esta aprobada durante el régimen franquista, estuvo vigente hasta 1995. Aunque no mencionaba explícitamente la homosexualidad como delito, sí permitía la persecución y represión de personas consideradas "peligrosas socialmente", incluyendo a homosexuales, debido a su interpretación laxa y su enfoque en castigar a aquellos considerados "diferentes".

⁵ El franquismo termina con la muerte del dictador Francisco Franco en noviembre de 1975. Si bien las circunstancias del país en ese momento ya no eran tan restrictivas, los valores más tradicionales no acabaron en ese momento, si es que en algún momento lo hicieron.



capital, tener una red de amigas lesbianas y feministas, nuestra familia elegida.

¿Por qué habría de considerarse la amistad lésbica una forma de resistencia? Si la sociedad heteropatriarcal ya de por sí desanima las amistades entre mujeres que no sirven de apoyo a los hombres. Mucho más lo haría con las amistades lésbicas, que pueden ser un acto político en sí mismas, al desafiar la heteronormatividad, creando espacios de resistencia que van más allá de dinámicas relacionales que conforman estructuras heteropatriarcales de organización social, como la familia heteronormativa. Las amistades entre lesbianas abandonan la pareja como base, y anteponen el amor amical al amor romántico. Rechazan la jerarquía hombre y mujer, propia de este tipo de familias, así como sus mandatos sobre las funciones de crianza y reproducción estrictamente asignadas a las mujeres. Generan espacios donde no hay cabida para los hombres, y se construyen conexiones profundas entre amigas, que rompen los límites en la expresión de afecto e intimidad, destruyendo la base del amor romántico. Propone una redistribución de afectos y cuidados que no se centra únicamente en la pareja, retando la jerarquía impuesta por la sociedad que prioriza las relaciones románticas sobre otros vínculos. Desde ahí, se subvierten las estructuras de poder y se construyen estilos de vida más libres y justos, que representan una forma de resistencia a la opresión que experimentan las personas LGTB.

Estas relaciones, además, favorecen el desarrollo de habilidades y capacidades de cada una, lo que propicia el empoderamiento individual y de apoyo mutuo fuera de los roles de género tradicionales. Se sale del patrón de ser protegida por un hombre para aprender a protegerse solas, y generar un espacio de apoyo y protección mutuo. La amistad lésbica se convierte así en una herramienta para construir vidas habitables fuera del marco impuesto por los dispositivos de sexualidad y familia. Y es de esta manera, como la visibilidad de la amistad lésbica y la valorización de las relaciones entre mujeres puede contribuir a transformar la sociedad y crear un mundo más justo e igualitario.

Metodología: La disidencia de investigar desde lo auto

Utilizo la autoetnografía como metodológica narrativa de investigación, y la entiendo con ELLIS (2011) como un acercamiento a la investigación, pero también a la escritura que busca describir y analizar experiencias personales para entender la experiencia cultural.



Esta autoetnografía es resultado de la observación, reflexión profunda desde el extrañamiento, así como la descripción densa de mi propia experiencia vital, y las emociones que la atraviesan, desde 1998, momento en el que llego a una asociación de gays y lesbianas, buscando respuestas a mis inquietudes personales.

Este enfoque metodológico refleja la subjetividad y la sensibilidad del investigador y ofrece una explicación clara del compromiso político que adquiere. Así, supone una subversión a la ciencia positivista (SCRIBANO y DE SENA, 2009), que tiene reglas muy claras sobre objetividad versus subjetividad, rechazando la segunda como algo impreciso y sin rigor científico. Que impone unos límites estrictos en la separación entre sujeto que investiga y objeto de estudio, con la jerarquía del primero sobre el segundo. Una ciencia que niega el valor de los conocimientos emanados del análisis de la parcialidad de la propia experiencia (HARAWAY, 1995), por la falta de universalidad y neutralidad que le sobre entiende. Sin embargo, desde la autoetnografía puedo responder a las preguntas que tradicionalmente se le han hecho a la investigación desde la ciencia positivista (qué investigar, cómo, por qué, para qué). A las que desde la ética feminista añadimos otras que tienen en cuenta a lxs sujetxs investigadxs –para quién investigar o cómo hacer una devolución a lxs sujetxs participantes (acompañantes epistémicos (ESTADELLA y SÁNCHEZ CRIADO, 2020)–, de lxs que, en este caso, formamos parte. Las respuestas nos van a dar las claves de por qué podemos entender la autoetnografía como forma de investigación disidente.

Mi forma de hacer autoetnografía parte de mí, de mis malestares como acicates para cuestionar mi realidad. Sin embargo, entiendo que la generación de conocimiento es mucho más enriquecedora cuando es colectiva. Por eso, esta investigación parte de la observación reflexiva y analítica de mi realidad personal –como lesbiana, como activista LGTBI, como amiga–, que es una realidad compartida con las personas que me rodean, con las que he compartido vida, activismo y amistad. La investigación está basada en conversaciones informales, intercambio de pareceres, experiencias, ideas, opiniones sobre nuestra experiencia juntas durante más de veinte años, y hasta la actualidad. Así es como se desdibujan los límites entre el universo *émic* y *étic*. Hay que reconocer que somos sujetos que estudian y sujetos estudiados minimiza la distancia entre ambos, y permite considerar otras formas de conocer el mundo, dar importancia a lo que nos dicen las personas con las que



participamos, discutir las, crear nuevas aportaciones y elevarlas al nivel de estatus analítico. Por eso escribo en primera del singular (yo, María). Pero también desde la primera del plural (nosotras, mi grupo de amigas y activistas lesbianas y feministas). Esta construcción y reconstrucción del yo es el principio del giro reflexivo que rompe con la imparcialidad que proclama la ciencia positivista. Para lograr esa científicidad es para la que utilizamos la descripción densa de la experiencia personal e interpersonal, que pretende desentrañar las estructuras de significado socialmente establecidas. Así analizo la realidad desde el extrañamiento que me proporciona una mirada feminista, y en su desarrollo voy visibilizando las relaciones de poder que nos atraviesan, como sujetos sexuados en un sistema heteropatriarcal. Yo/nosotras narramos para mostrar un estilo de vida diferente a la mayoría heterosexual. Para visibilizar una realidad subalterna, otra, excluida de la heteronorma, como sujeto enunciador/es que habla/n desde la parcialidad situada de su experiencia –la de un grupo históricamente silenciado, del que formamos parte y al que pretendemos dar voz–.

Uso la autoetnografía por su cercanía narrativa, que la convierte en una herramienta válida para crear textos referentes –por ser la voz real en primera persona– para otras lesbianas que no los tienen en sus contextos cotidianos, como los rurales. Para eso también es necesario desobedecer los formatos que exige la academia, convirtiéndose, como decía Ruth Behar (1996) en narraciones de ficción, blogs, exposiciones, etc. Autores como ELLIS, ADAMS y BOCHSNER (2011) o RICHARDSON (2000) abogan por utilizar cualquier género literario, como cuentos, poesía, ensayos fotográficos, narraciones co-construidas, etc. Los textos deben ser accesibles en la forma de comunicarnos. La autoetnografía suele tener un lenguaje coloquial, una lectura comprensible a quien quiera llegar hasta ella. Así nos apartamos, de nuevo, de las reglas para generar conocimiento considerado científico.

Mi objetivo último a la hora de hacer autoetnografía sobre lesbianas, más allá de lo expuesto, es conseguir una transformación social, que supone seguir la máxima feminista de que lo personal es político, pero sabiendo que de mi/nuestra experiencia y sus emociones se generan conocimientos válidos para hacer teoría desde la que provocar cambios en nuestras realidades. De ahí que desde la (auto)etnografía feminista amplíemos la máxima: *lo personal es político* (HANISH, 1969), añadiendo, y *teórico* –como ya señalaron en sus textos feministas como RICH (1976) o HOOKS (1981)–. Pero dando un



paso más que insiste en que este proceso sirve, además, *para transformar la realidad*.

Narrativa Personal

En 1998, con veintidós años, llegué a NOS, única asociación de gays y lesbianas que por entonces funcionaba en mi ciudad, Granada⁶. Iba buscando solventar dudas sobre mi identidad sexual. Acababa de terminar la carrera de trabajo social y con ella, se acabó también mi primera relación lésbica. Como antes de aquella relación venía de la heterosexualidad normativa, en ese momento andaba completamente perdida. Quería, como si eso fuera posible, que alguien me dijera si yo era lesbiana. Pasé allí los siguientes veinte años haciendo activismo. Y si algo me hizo crecer y empoderarme a raíz de esa experiencia, fue el grupo de amigas que se creó a lo largo de ese tiempo y en ese espacio, que se convirtió en una red fuerte de apoyo y sostén, y que sigue vivo, a pesar de las fluctuaciones lógicas de la vida. Aquí es donde me posiciono para reflexionar y analizar acerca del poder de las amistades lésbicas como lugar de resistencia heteronormativa.

La consolidación de los vínculos entre nosotras fue tal, que asimilamos nuestra amistad al rango de familia. Y le añadimos el calificativo de “elegida”, por lo saludable de nuestra manera de relacionarnos, y para diferenciarla de las biológicas. Aunque, como bien replica CANDEIAS (2022), nuestra familia biológica debería haber sido ese espacio en el que tendrían que habernos ayudado a hacer de nuestras vidas, vidas vivibles, y no uno de los motivos por los que muchas de nosotras nos unimos a redes de amigas. A final del siglo pasado, y hasta los primeros años del siguiente, en España nuestras familias biológicas, que aún arrastraban la herencia machista producto de cuarenta años de dictadura fascista –donde gays y lesbianas no

⁶ NOS fue constituida en 1993 como la primera asociación democrática de gays y lesbianas que se crea en la ciudad andaluza. Surge como respuesta a la necesidad de luchar contra el VIH-sida, reivindicar derechos sociales y servir de espacio de reunión, apoyo, refugio de chicos y chicas que vivían su diferencia sexual como algo vergonzoso que les valía marginación y exclusión. Funda junto con otras la actual FELGTB, federación desde la que luchamos para guiar las políticas públicas nacionales que tuvieran en cuenta nuestro colectivo, y la aprobación de un matrimonio igualitario. En 2012 NOS cierra sus puertas. “Morir de éxito”, lo denominamos, cuando se generalizó por todo el país, el vaciado de las asociaciones porque habían dejado de ser percibidas como útiles por quienes fueron sus miembros, como si ya lo hubiéramos logrado todo. NOS ya no volvió a abrir sus puertas, aunque actualmente, antiguas miembros, conscientes de que los derechos de las minorías nunca están asegurados, y las circunstancias nos demuestran que debemos seguir luchando, han reabierto otras asociaciones –Asociación Arco Iris, por ejemplo–, que son una continuación de NOS en reivindicación y lucha de lo que hicimos nosotras.



existían, porque habían sido eliminadxs o vivían escondidxs— aún seguían rechazando nuestra forma de vida fuera de su norma. Esto nos relegaba a un ostracismo social que, de no haber acudido a aquella asociación, habría supuesto para mí, como para muchxs, una vida en soledad, precariedad y llena de riesgos, tanto físicos como emocionales.

La familia en las sociedades heteronormativas ha sido un pilar fundamental en la organización social, pero también ha tenido un papel clave como espacio de control y reproducción de normas culturales, sexuales y de género. Ha favorecido la heteronormatividad obligatoria, perpetuando roles de género tradicionales, asignando a las mujeres tareas domésticas no remuneradas y a los hombres el rol de proveedores. Esto ha reforzado jerarquías basadas en el género. La familia heteronormativa actúa como un dispositivo biopolítico que regula cuerpos y sexualidades. Pues es un espacio donde se vigilan las conductas sexuales para ajustarlas a las normas sociales dominantes. Además, sirve como modelo para otras instituciones disciplinarias, como escuelas.

¿Por qué igualar, entonces, con este término a quien sí nos apoyaba y nos aceptaba facilitando nuestras vidas? Por igualar en importancia nuestras relaciones, a esas estructuras que son la organización social básica en el mundo que establece las normas. Era nuestra manera de decirle a la heteronormatividad que, aunque nos habían excluido, nuestra capacidad de resiliencia nos llevaba a reunirnos en construcciones tan robustas como las suyas, y como ejemplo, el nombre que, a pesar de las diferencias, asimilábamos al suyo. En segundo lugar, porque no conocíamos nada que fuera tan poderoso como los lazos protectores de una familia, y solo imitábamos, con otras dinámicas de funcionamiento, lo que de ellas conocíamos. Pero lo más importante, porque solo con que nosotras, con nuestras dinámicas alternativas de vida, usáramos el mismo nombre, ya las estábamos subvirtiendo.

A lo largo de nuestra trayectoria juntas, esta red ha estado compuesta mayormente por lesbianas en el sentido más identitario de la palabra. Se trataba de un grupo de mujeres que aman a mujeres, y que concienciadas de su discriminación sexual por este motivo, se movilizaban formando parte de un colectivo institucional y asimilacionista, que utilizaba *la esencia de las categorías para luchar* por unos derechos que consideraba imprescindibles para vivir con



dignidad. Se puede debatir sobre lo adecuado o no de esta ala del activismo, pero eso sería motivo de otro artículo.

La cuestión es que, cuando cada una de aquellas lesbianas, llegamos a la que al final fue nuestra asociación, íbamos buscando un lugar de refugio, de apoyo con iguales; un espacio desde el que luchar para lograr derechos. Porque como dice CANDEIAS (2022), en ciertos contextos de mayor vulnerabilidad, es difícil separar el espacio de lucha del de la amistad. Y es que, a pesar de habernos encontrado en una asociación, la amistad y el amor sirven como acicates movilizados de lucha, porque insuflan fuerza, la fuerza del grupo. Aunque también pueden servir para todo lo contrario, como ya explicó MOGROVEJO (2000) cuando narra cómo de forma habitual, las rupturas de pareja de alguna de las lideresas de las asociaciones de lesbianas a las que pertenecía, daban al traste con el grupo entero.

Aunque NOS era una asociación mixta, nuestra red de vínculos se dio mayoritariamente entre mujeres que se identificaban como lesbianas. Había muy pocas chicas que se denominaran bisexuales o que lo hicieran en ese momento. Y tampoco había mujeres heterosexuales, porque no teníamos entonces demasiada relación con el mundo heterosexual; mucho menos con hombres. Eran definitivamente “lo otro” para nosotras. Ahora puedo decir con WITTIG (1996), con RICH (1996), que huíamos de la opresión que los hombres pudieran ejercer sobre nosotras, pero también de ocupar el lugar de opresión que tenían aquellas mujeres que, por ocupar ese lugar, a nosotras no nos gustaban. Podríamos decir que al igual que la heterosexualidad nos miraba por encima del hombro, dada su condición de mayoría, de lo verdadero, lo incuestionable, nosotras la tratábamos a ella con superioridad también, por ser, en líneas generales, lo que rechazábamos –aunque quisiéramos que nos aceptaran en su sociedad, como uno más. En ese momento no nos planteábamos que esa aceptación podía hacernos perder nuestra diferencia como fugitivas del desierto, diría val flores (2004)–.

No con todas las compañeras de activismo se dieron los mismos vínculos. Nuestra red de amigas se fue forjando porque algunas estrechamos tanto los lazos desde la lucha, inquietudes comunes, afinidades, que la cotidianidad y el fluir de las experiencias conjuntas, nos llevaron a pasar de ser miembros de NOS a amigas.

Recientemente tuve la oportunidad de conocer varias experiencias que en contextos históricos y geográficos diferentes, validaban mi idea



de las relaciones lésbicas de amistad como vínculos subversivos, que seguían una lógica de unión resiliente contra la exclusión. Fueron imprescindibles para que yo llegara a entender lo más sencillo: que la opresión fue lo que nos unió.

Houses ballrooms

Un día de paseo por los vericuetos de Internet, tuve la oportunidad de conocer otro tipo de familias, “las casas” de la cultura ballrooms, nacidas en el New York en las décadas de los 70. Me llamó la atención la forma de relacionarse entre lxs miembrxs de una misma casa; la organización de los roles y el intercambio de afectos y recursos. El baile, como expresión de rebeldía, era la base sobre la que se organizaban personas negras y latinas LGBTI+ (que) se reunían, no solo para bailar o travestirse, sino para celebrar sus identidades en un contexto de exclusión, discriminación y violencias. Bajo el nombre de “casa” se crea un sistema de parentesco alternativo negro y latino/queer y transgénero, asentado alrededor del glamour, el baile del mundo drag:

La Casa de Xtravaganza está formada por una madre o un padre y un gran grupo estridente de “niños”: drag queens, butch queens (hombres homosexuales que se visten como hombres), transexuales, algunas chicas reales y uno o dos chicos heterosexuales. A pesar del puñado de chicas y chicos heterosexuales, las casas son, esencialmente, camarillas de jóvenes gays negros e hispanos obsesionados con estar a la moda y ser fabulosos. (...) En algunas casas, hay que ganar un premio en un baile para ser considerado miembro. En otras, basta con pedirselo a la madre de la casa, que probablemente dirá que sí. (Cunnigan, Open City. Magazine and Books).

Y esto tiene un gran valor político, porque lxs componentes de estas casas son personas LGTBIQ expulsadas de sus familias biológicas durante la infancia y la adolescencia, lo que lxs aboca a la exclusión y cierra toda puerta a una supervivencia más allá de la calle. Por eso, la cultura ballroom está formada por redes de apoyo entre iguales. Y, si bien no todas –porque siempre dependía de la actitud de cada madre–, estas casas se comportaban⁷ como verdaderas familias monoparentales, con una madre/padre y sus hijxs adoptivxs. Así lo explica Cunnigham, en su artículo *The slap of love*:

Frank Xtravaganza, de treinta y un años, otro de los hijos de Angie, dice: “Angie siempre gritaba tu nombre por toda la habitación. Su voz era tan

⁷ Los ballrooms siguen activos, pero como las redes de amigas lesbianas, contextualmente también han cambiado según las circunstancias del país.



aguda que te atravesaba, y nosotros decíamos: 'Mamá, esas hormonas no te han ayudado nada con la voz'. Estaba sentada en el sofá, se reía y decía: 'Cállate, maldita reina marimacho, y tráeme una taza de café antes de que me levante y te dé una paliza'. Estaba bromeando. Pero, aun así, siempre había alguien que le traía el café. (Cunnigan, Open City. Magazine and Books)

No encontramos demasiado en común en la forma de organización entre nuestra red de amigas y estas houses. Sin embargo, quiero llamar la atención sobre las semejanzas, que se traducen en la constante de buscar a lo largo de la historia estrategias de relacionarnos, casi siempre basadas en las amistades entre iguales a los márgenes del heteropatriarcado. Una unión que venía dada por la idea identitaria de compartir la disidencia sexual, pero que, encadenada a ella, traía otras identidades, que al final, también se compartían: la de pobre, el esperpento, el abyecto, el monstruo. Todxs excluidxs.

Las del asunto

En la España franquista muchas de las mujeres que no comulgaban con la heterosexualidad formaron una red alternativa, secreta, de apoyos materiales y afectivos:

(E)stas mujeres se las ingenieron para sobrevivir solas cuando eso sólo se podía hacer con un hombre al lado; buscaron las maneras para vivir su sexualidad y su vida al margen del sistema. Para ello siguieron estrategias de supervivencia –resistencia creativa, lo llama Albarracín (2008:195) – como reapropiarse del lenguaje, “yo soy librera (lesbiana) y catalana” o crear uno propio, “en esa época conocía a algunos hombres que también eran del “asunto” (2008:196); construir espacios propios de libertad, formados por redes de solidaridad y complicidad. (ALONSO, 2018. P.151).

Ninguno de los dos ejemplos es exactamente igual a lo que nos unía a nosotras. En el caso de “las del asunto”, se trataba de relaciones secretas y camufladas muchas veces en forma de relaciones familiares, como la de una pareja encubierta, que se hace pasar por viuda y cuñada que conviven.

Evolución en las relaciones. Mis amigas y yo no hemos necesitado ocultarnos tanto, porque la sociedad española, ya al principio de la década del dos mil sabía de sobra que existíamos, aunque no les gustaba demasiado que ocupáramos sus espacios. Para algunxs éramos algo exótico. Pero nuestra realidad ha ido evolucionando con la sociedad. Por eso hablo de una red de sostenimiento sororal de mujeres que entonces teníamos entre veinte y treinta años, que hoy nos movemos entre los



cuarenta y los cincuenta, y que de alguna manera se mantiene viva, a pesar de muchas idas y venidas. En aquel momento “nos toleraban” si no nos visibilizábamos demasiado. Y aunque siguiéramos estando excluidas en la primera década del dos mil, lo estábamos, pero con menos intensidad que en décadas anteriores. Con todo, no tuvimos, por ejemplo, referentes LGTBIQ en los libros, ni películas donde encontrarnos, porque éramos invisibles.

Al principio de esa década, nuestras reivindicaciones por un matrimonio homosexual nos convirtieron, para una parte importante de la sociedad, en un peligro que atentaba contra su institución más preciada: la institución familiar y la consecuente reproducción de la especie, por supuesto. Esto nos valió un incremento de los ataques al colectivo, que vino aparejado por un estrechamiento de nuestros lazos como estrategia para fortalecer nuestra defensa.

Con la aprobación del matrimonio igualitario en 2005 en España, se respiró en el país una ficticia pero generalizada sensación éxito, como si con la igualdad legal de gays y lesbianas se hubiera conseguido la eliminación de su discriminación social. Esto favoreció un cambio en la manera de relacionarse de las generaciones más jóvenes, las que no habían nacido bajo la sombra de la marginación y que han crecido sin miedo a mostrar sus deseos, sin tradición de exclusión social por ser homosexuales. Si nosotras, para enfrentar y resistir la exclusión social, nos uníamos en grupos de amigas, redes de apoyo mutuo, surgidas al abrigo de las reivindicaciones que se hacían desde las asociaciones y sus manifestaciones, esto ya no ocurría. Muchas de aquellas asociaciones desaparecieron en la siguiente década y con ellas los potenciales grupos de lucha, que ya no se crearon. Y es que, desaparecida la percepción de opresión, no se daba la necesidad de crear lazos de unión. Y las generaciones más jóvenes no sufrieron las persecuciones, las palizas, los desahucios que sus predecesoras. Y si las sufrían, eran reconocidas como agresiones ilegales, que conllevaban un respaldo desde el derecho, también buena parte de la sociedad también. Ya no necesitaban un grupo de apoyo detrás, porque ni estaban solxs ni eran invisibles. Una generación que no requería cuestionar el porqué de una discriminación –que no estaba sufriendo–, solo tenían que preocuparse de vivir. Y desde la simple búsqueda de la comodidad vital, es más fácil terminar reproduciendo sin cuestionamientos, la sociedad en la que se ha nacido, la heteronormatividad. En España, el concepto de familia elegida que describía Weston cambia a partir de 2005, pues entre nosotrxs se



instala el matrimonio como la heteropatriarcal alianza contractual que une a dos personas para la construcción de una familia biológica. El parentesco abre la puerta a gays y lesbianas. Lo que ocurrió es que, aunque aparentemente descendiera la discriminación por orientación, no lo hizo la marginación por cuestiones de género. Produciéndose así una aceptación de la homosexualidad más apegada a la heteronorma, pero no la aceptación de la que se alejaba de esta. De modo que lxs más jóvenes se relacionan entre sí, en general, con más libertad, aunque aumenta la probabilidad de que sufran discriminación si se alejan del género como norma. Un gay es más aceptado si no es afeminado; mucho más si se une en pareja normativa; y más si tienen hijxs. Esto también favorece las dinámicas de unión en parejas, así con sus consecuencias: si la pareja no sobrevive, no hay un grupo de apoyo detrás.

En nuestra generación acudimos a las asociaciones buscando refugio, amigxs, pareja. Aunque, no quisiera pasar por alto que, como explica Diego Mendoza (2021), en la España predemocrática, cuando reunirse estaba prohibido y el asociacionismo también, al final, las luchas clandestinas nacen de pequeños grupos de amigos gays, lesbianas y trans –la unión de lxs desahuciadxs de las buenas familias heteronormativas–, que cansadxs de vivir escondidxs, oprimidos, reprimidos, sin libertad, empiezan a luchar desde la clandestinidad. Estos grupos de amigxs clandestinos son la base de las asociaciones posteriores donde nosotras acudiríamos.

El feminismo. Entrar a formar parte de una asociación, para luchar por unos derechos que buena parte de la sociedad rechaza, por considerar que son una amenaza a la suya, termina por convertirnos en personas politizadas, que se acostumbran al análisis crítico de cuanto acontece a su alrededor. Si estos sujetos políticos son mujeres analizando un sistema heteropatriarcal que las expulsa, y empiezan a darse cuenta de lo que es una vida sin hombres –al menos en sus cotidianidades más íntimas, de puertas para adentro–, el resultado es un grupo de mujeres feministas. De modo que, aunque al principio fuéramos un grupo de amigas unidas por la identidad sexual, que venía dada por la discriminación y sus consecuencias, con el tiempo nos convertimos en un grupo de amigas lesbianas y también feministas. Y no solo por el hecho de ser mujeres –que ser mujer *per se*, no hace crítica a nadie–. La potencia de nuestro grupo tampoco viene por el hecho de ser únicamente mujeres feministas, pues los espacios



feministas también están llenos de relaciones de poder entre mujeres empoderadas que luchan por sus intereses, las relaciones de poder acaban con la empatía y la sororidad, y derivan en espacios poco amables para vivir. Tendríamos que buscar aquí una relación equilibrada entre la ética del cuidado y la ética de justicia, como afirma CANDEIAS (2022), para mostrar que las cosas se pueden hacer de otra manera. Una de mis amigas, señala la importancia de la empatía para un funcionamiento amable y mantenimiento de estas redes de apoyo, aunque pone el acento especialmente en una *gestión ética del poder*.

La fuerza de nuestra red de amigas la daban la intersección entre ser/sentirse/posicionarse como mujeres lesbianas y ser/sentirse/posicionarse mujeres feministas –mujeres, feministas y lesbianas–. Esto genera complicidad entre nosotras. No hay nada que una más, que un enemigo común. Y nosotras lo teníamos por partida triple: desde la sexualidad, el género, y la clase, que todas éramos mujeres precarias⁸.

En nuestros espacios de comunidad no existía la hostilidad entre mujeres que tanto le gusta al heteropatriarcado, porque no competimos entre nosotras por los hombres o las normas heteropatriarcales que estos imponen; sustituimos la misoginia por la sororidad (LAGARDE, 1993). Una competición que entre las amigas heterosexuales se ve reflejada en llamadas de atención sobre la interpretación de los cuerpos imperfectos de las otras, y su falta de interés por corregirlos; sobre la manera “siempre equivocada”, a su entender, de ejercer la maternidad que tienen las demás; sobre la corrección en sus funciones como mujer esposa y ama de casa, convirtiéndose ellas para ellas en el mejor panóptico del heteropatriarcado.

En cuanto a los hombres, nuestros espacios no estaban invadidos ni por ellos ni por sus dinámicas acaparadoras de atención con conversaciones sobre temas de su interés, que no dejan espacio a que las mujeres intervengamos en igualdad. Para las amigas heterosexuales, sus espacios comunes de amigas son lugares que de alguna manera siempre están llenos de hombres –aunque no estén físicamente–, pero lo están si figurativamente ellas los traen a sus conversaciones, como recoge ANDREA FRANULIC (2020):

⁸ En ese momento aún no conocíamos el término interseccionalidad, ni éramos conscientes de otras variables que nos pudieran atravesar más allá de estas, o como mucho, la nacionalidad y la religión.



“en tiempos de soltería, la mayoría de las mujeres busca a las amigas para llevar a cabo actividades en colectivo, ir algún bar, al cine, a comer y charlar sobre la convivencia que se lleva con los hombres o sus aspiraciones amorosas”.

Pero no sólo los traen para eso. También hablan de ellos para desahogarse, criticarlos y encontrar juntas un lugar que evite el control masculino, su falta de atención, de entendimiento, de empatía. Otra manera de traerlos a sus espacios es para generar estrategias (ALONSO, 2022). Unas mujeres, las mayores, enseñan a otras a usar herramientas de supervivencia, pues existe la sensación compartida de que todas tienen un enemigo común. Esta es la agencia que me gusta de las amigas heterosexuales porque construyen verdaderas redes de resistencia conjunta, aunque ni se planteen ni sean conscientes de que están luchando.

Es interesante para mí entender estas dinámicas, porque desde ahí puedo ver nuestra manera de alejarnos del modelo heteronormativo. Al final de los noventa y principio del dos mil, las lesbianas españolas aún no hablábamos de crianza o de cuidados, porque la maternidad no estaba en nuestro imaginario (no por edad, sino porque las lesbianas entonces no tenían hijxs). Tampoco había costumbre de tener mascotas. Ni nosotras estábamos en edad de tener personas dependientes a nuestro cargo. Por eso, nuestras conversaciones giraban en torno a otras cuestiones que yo considero empoderantes, porque nos enriquecían como personas. Aspectos de la vida pública –literatura, arte, política, porque vivíamos luchando, trabajo, economía– pero también de la vida privada –sentimientos, formas de relacionarnos–, pues no dejábamos de ser personas educadas como mujeres en una sociedad heteronormativa, donde las emociones y el cuidado campan entre nosotras.

Al cruzar el lesbianismo con el feminismo, nuestras conversaciones aprendieron a seguir lógicas de escucha empática, sororidad, atención y respeto mutuo. Lo que propiciaba que se crearan espacios para expresarnos en igualdad y sin miedo, facilitando que las más retraídas encontraran un lugar sereno en el que expresarse. Así se arraigaban los procesos de empoderamiento. Al ser feministas, el cuidado entre nosotras es un cuidado ético.

Por otro lado, nuestra manera de relacionarnos traspasaba las las estructuras (hetero)sexuales y de género, como ya analizó VIÑUALES (2000). Nuestra red de amistad está formada por amigas. Pero también



somos amigas de nuestras ex, y de las parejas de nuestras amigas. Este tipo de vínculo acrecienta la intimidad, la lealtad y la complicidad entre nosotras (TORRES, 2024). Posiblemente se daba porque no teníamos firmado un contrato matrimonial con reglas heteropatriarcales que nos constriñera o nos controlara. Nuestras relaciones de pareja eran eternas mientras duraban. Y cuando se rompían se podían reconvertir en otra cosa, y empezar otras con otras personas, o no. Y es que en un espacio sororal de vínculos tan estrechos en los que se comparte tanto, es fácil que los límites se vuelvan difusos, y lo que empieza siendo una amistad, puede convertirse en una relación afectivo sexual que no necesariamente llegue a ser una pareja, o sí. Pero no pasa nada si en nuestra red de amistad hay parejas, porque nuestras parejas son nuestras amigas también, y ocupan esos espacios, formando parte del grupo de amigas. Esto no suele ocurrir con las parejas heterosexuales. En los grupos de amigxs hetero con los que he convivido, la comunicación fluye de forma diferente. Los temas de interés de unos y otras muchas veces divergen o no encuentran puntos de conexión. Están segregados por géneros y la inercia hace que incluso físicamente se generen subdivisiones en el seno de los propios grupos: las mujeres, por un lado, y los hombres con los hombres. En otras ocasiones ocurre que el amor aísla, “la locura temporal que supone el sentimiento amoroso nos aísla del resto, o en todo caso convierte a la pareja en la prioridad” (SÁEZ, 2012). Esto ocurre también en las parejas de lesbianas, pero sabemos que es una fase en la que desaparecen, y después vuelven al grupo.

Estas cosas favorecen que, si ya de por sí las amigas son un hándicap para el heteropatriarcado, un espacio de mujeres feministas y lesbianas juntas, que no necesita hombres para sobrevivir, se convierte en algo con fuerza propia. Por eso nuestras relaciones son un elemento subversivo para la sociedad heteronormativa. Como decía FOUCAULT⁹ (2004), la potencialidad no la da el sexo fuera de la norma, sino las amistades fuera de la norma; es la fuerza de estas alianzas. El sistema no puede controlar a un grupo de mujeres lesbianas feministas empoderadas, porque es muy difícil que el heteropatriarcado entre en ese espacio. Este estilo de vida nos vuelve poderosas.

Con todo, nuestro mundo no es excepcional, y el poder está en todos sitios, hasta en las relaciones igualitarias. Entre nosotras también

⁹ Aunque él se refería estrictamente a los gays, yo hago la extrapolación a las lesbianas feministas también.



hay alianzas más estrechas con unas que con otras, pero nuestras relaciones eran elegidas, y si alguien entra libremente, también hay quien, de la misma manera, ha salido. Por eso nuestra red no es estable, muta, está en movimiento, y a veces es más fuerte que otras. Lamentablemente en los últimos años se encuentra debilitada. Entre otras cosas, por la incursión sorpresiva de heteronormatividad en nuestras vidas que, efectivamente, llegó incluso a modificar nuestras dinámicas de relación –hasta que nos hicimos conscientes y empezamos a analizar críticamente lo que nos estaba pasando.

Análisis y Reflexión Crítica

Pero no solo nosotras nos debilitamos. El colectivo entero perdió potencial transformador. El heteropatriarcado se alió con las reivindicaciones del movimiento y proporcionó a gays y lesbianas, exactamente lo que querían: un matrimonio homosexual que lxs igualara a la mayoría hetero. Se extendió entonces la creencia que hizo pensar a muchas gays y lesbianas que el derecho a casarse nos convertía en iguales a la heterosexualidad, y hacía desaparecer la exclusión que la sociedad sentía por nosotrxs. Aunque en realidad, lo que pasó es que nosotrxs nos diluimos en la heteronormalidad.

Unos y otras dejaron de sentir la necesidad de unirse en asociaciones, y muchas perdieron miembrxs, por lo que tampoco había espacios de donde surgieran grupos de amigxs que se comportaran como redes de sostenimiento. Aunque parece que ya tampoco eran necesarios. Así perdimos parte de nuestro potencial subversivo para transformar las instituciones heteropatriarcales y capitalistas¹⁰.

Aunque nuestra red de amigas se ha mantenido en el tiempo, otras lesbianas, las de generaciones posteriores, como decía antes, ni siquiera llegaron a llegar a forjarlas de la misma manera, al no sentir el peso del enemigo común. Muchas de ellas se unieron en matrimonios, y con el tiempo, al tener hijxs, se convirtieron en lo que habíamos reivindicado, familias “normales”, como unidades de consumo, exactamente igual que el resto del mundo heterocapitalista, perdiendo en muchos casos, nuestra capacidad crítica y nuestro potencial revolucionario – el poder de dos nunca va a ser el poder de la masa.

¹⁰ Es más complejo mantener relaciones abiertas, poliamorosas o relaciones encadenadas, cuando se siguen los mandatos heteronormativos del matrimonio.



En otro sitio (ALONSO, 2018) me preguntaba, ¿cómo han llegado a estar normalizadas las lesbianas en pueblos rurales cuyas tradiciones y valores están tan arraigadas? Indiscutiblemente el trabajo realizado por los movimientos sociales tiene mucho que ver. Sin embargo, estoy convencida de que la homosexualidad es aceptada porque las familias biológicas han reconocido estos matrimonios como una vuelta al sistema. Sus hijxs ya no son rarxs, pues se pueden casar y tener hijxs como el resto:

Posiblemente gays y lesbianas hayan tenido que aparecer en sus casas con el aval impoluto de la pareja monógama y estable, santa institución del heteropatriarcado, con la firma de la maternidad para corroborar que han salido de la perversión. Sea como fuere, una vez que han demostrado la limpieza del expediente (...) la familia biológica ya no esconde a su hija, como si fuera un deshonor, sino que presume de ella y de sus nietxs y posiblemente hasta de su “nuera”. (ALONSO, 2018, p.232).

Es entonces cuando en el pueblo, las hijas, hermanas, sobrinas o nietas de alguien, dejan de ser bolleras, para convertirse en lesbianas, y ascienden en la jerarquía de la sexualidad. En este punto es interesante plantearse si se ha aceptado el lesbianismo o a las lesbianas, o a qué lesbianas.

Como alternativa, y para alejarnos del pesimismo, en la actualidad, como parte del movimiento feminista y trans-bi-marika-bollo, que no quiere integrarse en la sociedad heteropatriarcal capitalista sino transformarla para convertirla en algo inclusivo –esto es, fuera del movimiento asimilacionista e institucional–, CANDEIAS (2022) habla de *queerizomas amicales* (un rizoma *queer* amical), donde las relaciones van más allá de las meras redes de apoyo o de cuidado, y se conforman como un entramado de relaciones, de intercambios de todo: apoyos, afectos, recursos, sexo, etc. Sin embargo, esta opción surge como parte del movimiento feminista y trans-bi-marika-bollo, pero no desde el potencial subversivo de relación que tienen – ¿tuvieron? – las lesbianas y feministas en su forma de relacionarse.

Conclusiones

El texto muestra que las relaciones de amistad homosexuales, y en particular las lésbicas, son mucho más que simples vínculos afectivos. Han desempeñado tradicionalmente un papel fundamental en la



construcción de identidades, en la resistencia a la opresión y en la transformación social.

En contextos de marginación y discriminación, las redes de amistad han proporcionado un espacio seguro donde construir identidades, compartir experiencias y desafiar las normas heteronormativas. Al establecer vínculos afectivos y solidarios, las personas LGBTIQ+ han desarrollado estrategias de resistencia que les han permitido sobrevivir.

En este contexto se ponen de manifiesto las amistades lésbicas como un entorno de potencial subversivo frente a la heteronorma. Al desafiar las estructuras familiares y de parentesco tradicionales, estas relaciones contribuyen a construir nuevas formas de comunidad y solidaridad.

Con todo el logro de tradicionales reivindicaciones que suponen una igualación de derechos a la hora de la integración social del colectivo LGBTIQ+, ha planteado el riesgo de una pérdida de este potencial transformador. Al priorizar la adaptación a las normas heteronormativas, se corre el riesgo de abandonar las prácticas y relaciones que han sido fundamentales para desafiar el statu quo.

El mayor enemigo que tenemos es que se consiga destruir las estructuras colaborativas, que nos hagan creer que esta todo resuelto, y que dejemos de asociarnos.

A pesar de todo lo expuesto, hay aspectos clave en los que el texto no entra, y que serán positivas consideraciones para investigaciones posteriores. Dado que se ha abordado la evolución de las relaciones de amistad en función de los diferentes momentos vitales y de las coyunturas sociales, parece crucial abordar el tema de la amistad en otras edades, que supondría analizar otras características sociales también. ¿Están funcionando estas redes en las personas mayores? ¿Qué ocurre si no hay amigxs cerca, para una generación que vivió completamente desahuciada de sus familias de origen? ¿Cómo y con quienes se relacionan lxs jóvenes LGTBI? ¿Viven situaciones de exclusión y marginalidad? ¿En qué sentido?

Por otro lado, sería enriquecedor ampliar el texto con una mirada interseccional, imposible abordar desde esta autoetnografía, que entrara a tratar temas como la raza, la clase o la discapacidad.



Referências

- ALONSO, María. *¿No harás una tesis sobre sus amigas? Relaciones de género en parejas de lesbianas*. 2018. 441. Tesis (Doctorado) - Curso de Estudios de Género, Universidad de Granada, Granada, 2018.
- ALONSO, María. *Las intermitencias de los infinitos lésbicos*. Barcelona: Egales, 2022.
- BEHAR, Ruth. *The Vulnerable Observer: Anthropology That Breaks Your Heart*. Boston: Beacon Press, 1996.
- BUTTLER, Judit. *Cuerpos que importan*. Sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”. Buenos Aires: Paidós, 1993.
- CAROSIO, Alba. La ética feminista. Más allá de la justicia. *Revista Venezolana de Estudios de La Mujer*, Venezuela, v. 28, n. 12, p. 159-184, 10 nov. 2024.
- CANDEIAS, Marta. *¿Y si en las amistades todo (in)fluye? Malabarismos, (Po)Éticas, Diálogos e (In)Comodidades en los Vínculos*. 2022. 120 f. TCC (Graduação) - Curso de Estudios de Género, Universidad de Granada, Granada, 2022. Disponible em: <https://digibug.ugr.es/handle/10481/78197>. Acceso em: 1 nov. 2024.
- CUNNINGHAM, Michael. *The slap of love*. Disponible en: <https://opencity.org/archive/issue-6/the-slap-of-love>. Consultado el: 25 de noviembre. 2024.
- CUCÓ GINER, Josepa. *La amistad*. Perspectiva antropológica. Barcelona: Ícari. Institut Català D'antropologia, 1995.
- ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. Autoethnography: an overview. *Historical social research / Historische Sozialforschung*, Berlín, v.12, p. 273-290, 24 de noviembre. 2010. Cuadrimétrico.
- ESTADELLA, Adolfo; CRIADO, Tomás Sánchez. Compañeros epistémicos: la invención de la colaboración etnográfica. En: VEINGUER, Aurora Álvarez; ARRIBAS, Alberto; DÍEZ, Gunther (ed.). *Investigaciones en movimiento: etnografía colaborativa, feminista y decolonial*. Buenos Aires: Clacso, 2020. p. 145-169.
- ESTEBAN, Mari Luz El cuidado, un concepto central en la teoría feminista: aportes, riesgos y diálogos con la antropología. *Quaderns de*



L'institut Català D'antropologia, [s. l], v. 22, núm. 2, pág. 33-48, 14 de octubre. 2017. Semestral.

FLORES, Val. *Afectos, pedagogías infantiles y heteronormatividad*. Pedagogías transgresoras. Córdoba: Bocavulvaria.Ediciones., 2016.

FRANULIC, Andrea. *La amistad entre mujeres: un juego político*. 2020. Disponible en: <https://jacarandasenelafaltov8.wordpress.com/2020/06/11/la-amistad-entre-mujeres-una-apuesta-politica/#more-1376>. Consultado el: 13 de septiembre. 2024.

GIMENO, Beatriz. *La marginación de las lesbianas en los grupos gay y en el movimiento. feminista*. 1999. Disponible en: <https://beatrizgimeno.es/1999/08/14/la-marginacion-de-las-lesbianas-en-los-grupos-gays-y-en-el-mov-feminista/>. Consultado el: 20 de noviembre. 2024.

GIMENO, Beatriz. *Historia y análisis político del lesbianismo*. Barcelona: Gedisa, 2006. 257 p.

GIL, Carmen Gregorio. Cruzando las fronteras de adentro hacia afuera: reflexiones desde una etnografía feminista. *Aibr. Revista de Antropología Iberoamericana*, [SL], v. 9, núm. 3, pág. 297-322, 1 juego. 2014. AIBR - Asociación de Antropólogos Iberoamericanos en Red <http://dx.doi.org/10.11156/274>.

GREGORIO, Carmen. Comprometiendo nuestra vida diaria. Relaciones de Género. Parentesco y sexualidad en el trabajo de campo etnográfico: En: GROSSI, Miriam et al. *Trabajo de campo, ética y subjetividad*. Tubarao: Copiart y Tribo da Ilha, 2018. p. 229-253.

HANISH, Carol. The personal is political. En: Firestone, Sulamit; KOEDT, Anne (ed.). *Notes from the Second Year: Women's Liberation*. Nueva York: Radical Feminis, 1970. p. 76-78.

HARAWAY, Donna. *Ciencia, cyborgs y mujeres*. La reinención de la naturaleza. Madrid: Cátedra, 1995.

HOOKS, Bell. *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*. Boston: South End Press, 1981.

HOOKS, Bell. *Talking Back: Thinking Feminist, Thinking Black*. Boston: South End Press, 1989.

LAGARDE, Marcela. *Los cautiverios de las mujeres: madresposas, monjas, putas, prenas y madres*. México: Unam, 1993. 883 p.



LÁZARO, Ana Isabel Velazco. *La amistad como forma de vida: género, sexualidad, diversidad relacional y el problema del parentesco*. 2022. 252 y siguientes. Tesis (Doctorado) - Curso de Filosofía, Universidad Complutense, Madrid, 2021.

MENDOZA, Diego. *Mirando al Sur: una historia (incompleta) del activismo de la disidencia sexual y de género en Andalucía*. Tesis (Doctorado) - Curso de Estudios de Género, Universidad de Granada, Granada, 2021.

MOGROVEJO, Norma. *Un amor que se atrevió a decidir su nombre: la lucha de las lesbianas y su relación con los movimientos homosexuales y feministas en América Latina*. México: Plaza y Valdés, 2000. 394 p.

MORENO, Ana Romero. *El estatuto antropológico de la amistad y su dimensión social: perspectivas para el siglo XXI*. 2015. 433 y siguientes. Tesis (Doctorado) - Curso de Antropología, Universidad de Navarra, Navarra, 2015.

OLMEDA, Fernando. *El látigo y la pluma*. Madrid: Dos Bigotes, 2013. 566 p.

OROZCO, Amaia. La sostenibilidad de la vida en el centro... ¿eso es lo que significa? En: ALBA, Laura Mora Cabello de; GUTIÉRREZ, Juan Escribano (ed.). *La ecología del trabajo es el trabajo que sustenta la vida*. Albacete: Bomarzo, 2015. p. 71-100.

PLATERO, Lucas. Lesboerotismo y masculinidad de la mujer en la España franquista. Bagoas. *Revista de Estudios Gays*, [s. l], v. 3, pág. 15-38, 2009. Semestral.

PLATERO, Lucas. Entre invisibilidad e igualdad formal: perspectivas feministas sobre la representación del lesbianismo en el matrimonio homosexual En: SIMONIS, Angie. *Cultura, homosexualidad y homofobia - Amazonia: historias de visibilidad lésbica*. Barcelona: Laertes, 2007. p. 85-106.

PRECIADO, Beatriz. *Testo Yonqui*. Madrid: Espasa Calpe, 2008. P. 328.

RICH, Adrienne. *Of Woman Born: Motherhood as Experience and Institution* Nueva York: Norton, 1976. 322 p.

RICH, Adrienne. Apuntes hacia una política de ubicación. (págs. 210-231). Nueva York: Norton. En: RICH, Adrienne. *Sangre, pan y poesía: prosa seleccionada 1979-1985* . Sí: W.W. Norton And Company, 1984. p. 210-231.



- RICH, Adrienne. Heterosexualidad obligatoria y existencia lesbiana. Duoda. *Revistas D´estudis Feministes*, [s. l], v. 10, pág. 15-42, 1996.
- RICHARDSON, Laurel. Nuevas prácticas de escritura en investigación cualitativa. *Revista Sociología del Deporte*, [SL], v. 17, núm. 1, pág. 5-20. Marzo. 2000.
- RUBIN, Gayle. El tráfico de mujeres: notas sobre la "economía política" del sexo. En R. Reiter (Ed.), *Hacia una antropología de las mujeres*. Ed. Anagrama, 1975. p 167-210.
- SCRIBANO, Adrián; DE SENA, Angélica. Construcción de conocimiento en Latinoamérica: algunas reflexiones desde la auto-etnografía como estrategia de investigación. *Cinta moebio, Santiago*, n. 34, p. 1-15, marzo. 2009. <http://dx.doi.org/10.4067/S0717-554X2009000100001>.
- TORRES, Sara. Mundos que hacen el amor. En VVAA. *(h)amor amigas*. Madrid: Continta me tienes. 2024. P.41-59.
- TRUJILLO, Gracia. Deseo y resistencia - (1977-2007). *Tres años de movimiento lésbico en el Estado español*. Barcelona: Egales, 2008. 270 p.
- VALDÉS, Alicia. La amistad radical. En VVAA. *(h)amor amigas*. Madrid: Continta me tienes. 2024. p.87-111.
- WESTON, Kath. *Las familias que elegimos: lesbianas, gays y familiares*. Barcelona: Bellaterra, 2000. 304 p.
- WITTIG, Monique. *Pensamiento heterosexual y otros ensayos*. Barcelona: Égales, 1996.



Tecendo Redes, Construindo Comunidade: o Poder das Amizades Lésbicas

RESUMO: O artigo explora as relações de amizade que há muito tempo são geradas dentro do coletivo homossexual, destacando seu papel como construções de identidade a partir das quais é exercida uma prática de resistência às normas sociais que os estigmatizam. Nesse contexto, são discutidas as implicações políticas desses vínculos estratégicos e sua relação com conceitos como parentesco ou família. Embora o texto se concentre especificamente nas amizades lésbicas, entende-se que elas contêm um poder subversivo especial em face da heteronorma. Por fim, o texto reflete sobre como, uma vez conquistados os direitos pelos quais o movimento institucional de gays e lésbicas tanto lutou, a integração social da homossexualidade pode ter levado à perda do potencial transformador do grupo, ao priorizar o uso de instituições heteronormativas em detrimento de suas formas alternativas de relacionamento, que estão começando a desaparecer. Este texto adota a autoetnografia feminista como uma metodologia de pesquisa dissidente que valida o conhecimento experimental como uma fonte legítima de conhecimento. Por meio dessa perspectiva, ele explora a relevância da relação entre o pessoal e o político, destacando seu potencial para impulsionar a transformação social.

PALAVRAS-CHAVE: Relações de amizade. Lésbicas. Redes de apoio, estratégias de resiliência. Autoetnografia feminista.

María José Alonso VIDAL

Doctora por el Programa Oficial de Doctorado Estudios de las Mujeres, Discursos y Prácticas de Género. Licenciada en Ciencias del Trabajo. Diplomada en Trabajo Social por la Universidad de Granada. Profesora Sustituta Interina. Departamento de Psicología. Área de Trabajo Social. Universidad de Jaén. Miembro del grupo de investigación Otras. Perspectivas Feministas en la Investigación Social (SEJ-430). Líneas de investigación: Disidencias afectivo-sexuales y de género. Salud y género. Metodologías feministas de investigación social.

Recebido em: 31/12/2024

Aprovado em: 15/02/2025



Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram.

Pâmela Laurentina Sampaio Reis¹, *Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil (UFSC)*

Miriam Pillar Grossi, *Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil (UFSC)*

Resumo. Este artigo analisa a questão das violências em relacionamentos lésbicos, tendo como locus de pesquisa a plataforma e rede social Instagram. Por meio de uma etnografia de tela (Rocha *et al.*, 2023), iniciamos a pesquisa seguindo os perfis do Arquivo Lésbicas Brasileiro (@arquivolesbicobrasileiro-10,6 mil seguidores) e da Brava (@brav.a_-67,3 mil seguidores), tendo como foco as postagens relativas aos temas do amor e violências no contexto dos relacionamentos lésbicos. Através das indicações desses perfis, conhecemos e acompanhamos os perfis da @sapataoamiga (24,3 mil seguidores), @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores), e @pretacaminhao (18,4 mil seguidores), devido à produção e circulação da temática em foco. Em nossa análise buscamos verificar como o tema das violências nos relacionamentos lésbicos emerge nos anos 2020 no Brasil através da circulação de *posts*, de comentários e de reações a eles.

PALAVRAS-CHAVE: Violência. Relacionamentos lésbicos. Instagram.

¹Esse trabalho teve financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq- ((processo n°: 141532/2021-1).



Introdução

"Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?", questiona Elaine Santana, em uma postagem na sua página no Instagram, @lesbicanegraecaminhao (15,8 mil seguidores). O post provoca e desestabiliza o imaginário social dos relacionamentos lésbicos ao afirmar e reconhecer a existência de distintas violências que fraturam e podem deixar marcas indeléveis no corpo e na alma. Em outro post, intitulado "Lei Maria da Penha para lésbicas", Elaine Santana, por meio de uma escrita dialógica, apresenta a Lei Maria da Penha (LMP) como mecanismo para assegurar às mulheres lésbicas vítimas de agressão, seja no contexto íntimo de um relacionamento, seja no familiar. Além disso, direciona a possível agressora a buscar ajuda, uma vez que este debate não visa reforçar a dicotomia entre vítima e agressora.

Ao discutirmos e analisarmos as violências no contexto dos relacionamentos lésbicos, ainda nos deparamos com a romantização de mitos, em certa medida, resultantes das relações de gênero, que fixaram as posições da mulher vítima e do homem agressor. Jamine Miranda escreveu em seu perfil @lesbicanegraecaminhao um post sobre romantizações e violências nas relações entre mulheres, relatando seu processo de desencantamento ao ter acesso a histórias de violências contadas por suas amigas. Como resposta imediata, encontramos na legenda a indicação da Lei Maria da Penha como um mecanismo de proteção. O conteúdo do post não faz menção a possíveis vítimas ou agressões, mas evoca a necessidade de reconhecermos, em nossas práticas, rastros de violências, pois, como nos diz Jamine Miranda, "aprendi que o amor/relacionamento entre mulheres era um completo 'mar de rosas' e que as diversas formas de violências só existiam no universo heterossexual".

A partir dessas críticas, é importante refletirmos sobre onde e como estamos discutindo as violências vivenciadas em nossos relacionamentos e, principalmente, como podemos ampliar o debate para combater esse problema. Nesse sentido, o espaço digital destaca-se como um importante canal de comunicação e informação. Por meio de redes sociais como o Instagram, por exemplo, compartilhamos experiências e consumimos conteúdos, a exemplo dos de Elaine Santana e Jamine Miranda. Este artigo examina a mobilização de debates sobre violências em relacionamentos lésbicos no Instagram, durante o período da pandemia da Covid-19.



Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou a Covid-19 como estado de pandemia, estabelecendo o isolamento social como única medida de contenção da transmissão, diante da até então inexistência de vacina cientificamente comprovada. O confinamento reordenou o mundo e, pelo intenso uso de comunicação virtual, borrou as fronteiras entre os espaços públicos e privados. Isto é, "os espaços antes privados, recônditos, em certa medida, tornaram-se públicos na interface de telas" (Rocha *et al.*, 2023, p. 20). Isoladas em suas casas, todos os encontros passaram a ser mediados pelas telas e impuseram distintas maneiras de socialização coletiva através do uso de ferramentas como lives no Instagram, Facebook, Youtube e salas através de salas virtuais via Zoom e Google Meet. Como diferentes autoras e autores analisaram (Rosa, 2022; Thomé; Martins, 2021) estas formas de comunicação foram potencializadas e tornaram-se recursos fundamentais para a realização de pesquisas científicas².

Foi nesse contexto da pandemia que investigamos o tema das violências nos relacionamentos lésbicos através da plataforma e rede social Instagram. Nossa pesquisa foi motivada pelas inquietações surgidas em dezembro de 2021, durante o Curso de Extensão intitulado, *Lesbianidades e Interseccionalidade: diálogos inseparáveis*³, promovido pelo Grupo de Estudos de Raça, Gênero, Sexualidades e Classe, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí. Durante os quatro módulos do curso, discutimos sobre as complexidades da lesbofobia e do lesbocídio no Brasil⁴. Ao refletirmos sobre o aumento dessas violências e das vulnerabilidades das pessoas LGBTQIA+ durante a pandemia da Covid-19, questionamos sobre a ausência de discussões em relação às violências no âmbito dos relacionamentos lésbicos. Esta pauta não foi aprofundada no curso. Contudo, uma das participantes deixou como

²Se durante o confinamento elas eram a única forma possível de dar continuidade às pesquisas em curso, é importante destacar que o formato virtual permaneceu após o isolamento social como um importante meio de desenvolvimento de investigações.

³O Curso foi ministrado nos dias 24/11/2021, 01/12/2021, 08/12/2021 e 15/12/2021, pelas professoras Luciene Dias (UFG), Ana Cristina Conceição Santos (UFAL), Pâmela Laurentina Sampaio Reis (UFSC), Elaine Nascimento (FIOCRUZ) e por Talita Victor, Lesbofeminista e ativista.

⁴Segundo Peres, Soares e Dias (2018), lesbofobia é um tipo de violência direcionada exclusivamente às lésbicas e o lesbocídio é a morte das lésbicas por motivações de preconceito – lesbofobia – ou ódio, repulsa e discriminação contra a existência lésbica.



sugestão de leitura do livro, *Na Casa dos Sonhos*⁵, de Carmem Maria Machado. Instigadas pelo tema, compramos o livro.

Estimuladas pela leitura desta ficção, buscamos averiguar como este tema estava sendo mobilizado no Brasil e, face a impossibilidade de realizar pesquisas presenciais, buscamos apoio na literatura e resolvemos desenvolver uma pesquisa através de redes digitais. Nos fundamentamos em autoras como Motter (2020), que argumentam que plataformas de rede social, como o Instagram, possibilitam a discussão de determinados temas que não encontram outros espaços para serem amplamente debatidos e, também por isso, têm sido apropriadas por sujeitas/os e temas específicos que, antes, permaneciam à margem. Partindo desta proposta seguimos os pressupostos metodológicos já consagrados da etnografia de tela que: "envolve um pesquisador/a/e que, por um longo período, se envolve em um cenário de campo, observando os vínculos, as ações e as interpretações dos indivíduos nesse contexto" (Rocha *et al.*, 2023, p. 33) e incorpora procedimentos típicos da pesquisa antropológica, como o aprofundamento no campo, a observação sistemática, registro em cadernos de campo.

Assim, iniciamos esta pesquisa, analisando especificamente dois perfis lésbicos com ampla circulação no Instagram: Arquivo Lésbicas Brasileiro (@arquivolesbicobrasileiro-11,0 mil seguidores) e da Brava (@brav.a_-67,63mil seguidores), fazendo um levantamento de *posts*, lives e cursos⁶. Através das indicações destes perfis conhecemos os perfis da @sapataoamiga (25,6 mil seguidores), @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores) e da @pretacaminhao (18,4 mil seguidores). Passamos então a acompanhá-los com o intuito de verificarmos como o tema da violência nos relacionamentos lésbicos estava sendo mobilizado através da circulação de *posts*, comentários e reações. Constatamos, através de

⁵ Trata-se de um livro de memórias da autora, no qual, ela desnuda as dinâmicas do seu relacionamento com a sua ex-companheira. O livro foi lançado em 2019 nos Estados Unidos e chegou em solo brasileiro em 2021 pela Editora Companhia das Letras. Carmem Maria Machado, ao mover-se por meio dos fios da sua memória, reconstrói cenas e diálogos do seu relacionamento lésbico abusivo, tendo como pano de fundo a imagem da casa, símbolo que remete à intimidade, ao lar supostamente viável para construir uma vida feliz. Ao adentrarmos na Casa *dos Sonhos*, as marcas do abuso físico e psicológico vão sendo apresentadas. A autora compartilha o passo a passo da sua dificuldade em se reconhecer em um contexto de violência e apresenta as manobras para contornar o *silêncio do arquivo*, expressão utilizada para enfatizar o silenciamento deste tipo de violência e as falhas dos processos de registros.

⁶ Destacamos o importante lançamento em maio de 2022, pelo Arquivo Lésbico Brasileiro (ALB) do Clube de Leitura com a proposta de discutir livros e textos de autoras lésbicas que abordassem a temática da lesbianidade. O livro de Carmem Maria Machado foi uma das primeiras obras discutidas na primeira temporada do Clube de Leitura da ALB.



nossa observação, que os três perfis discutem assuntos direcionados a negritudes, lesbianidades, performances de feminilidade que vazam a heteronorma, com especial atenção a temática racial. Outras autoras que têm analisado estes perfis, confirmaram que os seus conteúdos destacam “a importância de um olhar interseccional em análises que voltam a atenção para as experiências das lesbianidades que contrastam com um padrão desejável que é privilegiado e, portanto, ganha mais visibilidade” (Barretos *et al.*, 2022, p. 73), em plataformas como o Instagram.

A importância de nomear a violência

As violências nos relacionamentos lésbicos são um fenômeno social complexo sobre o qual pouco se discute, se analisa, se escreve. Atos de violência em casais de mulheres, geralmente são invisibilizados nos espaços de sociabilidade lésbica, dos movimentos sociais, das instituições nas quais se formulam e se executam políticas públicas de combate às violências de gênero, bem como na esfera de produção de conhecimento científico (Macedo, 2020). Inúmeras pesquisas realizadas no Brasil ao longo das últimas décadas como as de Grossi, Minella e Losso (2006) analisaram a efetividade e os desafios das políticas voltadas para o enfrentamento das violências contra as mulheres. No entanto, encontramos poucos registros, investigações, campanhas e dados sobre as violências nos relacionamentos lésbicos e buscamos, em nossa investigação, constituir um arquivo das violências contra mulheres lésbicas no Brasil⁷.

Sabemos que a constituição de um arquivo é um processo denso e complexo, que exige situar e contextualizar densamente o que se procura registrar, tendo em vista, o tensionamento de uma relação interpessoal entre a “fonte” e quem documenta. Como argumenta Bacchetta (2021), é importante mobilizar noções de historiografia e contextualidade-histórico densa para destacar os sentidos situados de uma ação, item e conduta dentro de uma episteme contextual específica e tensionar pressupostos, categorias e lógicas dominantes.

⁷Arquivo é compreendido aqui como uma ferramenta analítica dos processos de registros deste tipo de violência nas esferas macro - nos marcos das políticas públicas - e micro - na forma como as vítimas percebem, nomeiam e registram a violência. As lacunas da violência nos relacionamentos lésbicos estão entremadas em feixes de relações de poder, fendas e silêncios, afinal, “decidir o que entra ou fica de fora do arquivo é um ato político, ditado pela arquivista e pelo contexto político na qual ela vive” (Machado, 2021, p. 10).



Seguindo este caminho buscamos constituir um arquivo para ampliar as análises, revirar os contextos, situações e sentidos que dão densidade aos arquivos ordinários da vida - amorosa, afetiva e política - das mulheres lésbicas, percorrendo as fendas e lacunas desses arquivos, explorando o cotidiano das experiências relatadas no Instagram, em movimentos miúdos que contam histórias até então silenciadas, no que diz respeito às violências afetivo-conjugais entre casais de mulheres lésbicas.

Nessa direção é importante considerar os diversos contextos sociais e culturais. Por exemplo, ao analisarmos a violência nas relações lésbicas podemos identificar outras lógicas de poder e de controle a partir das quais a articulação com a categoria gênero pode ser oportuna, inclusive para revelar o processo de construção das noções de vítima e agressora. De acordo com Avena (2010), nos relacionamentos lésbicos os ataques de ciúmes doentios, de problemas psicológicos graves, demonstrações de poder dolorosas e de manipulações psicológicas também se fazem presentes. Afinal, temos o controle e o poder sendo exercido por uma mulher sobre outra.

De acordo com Nunan (2004), a sociedade já expressa dificuldades em responsabilizar homens por seus atos violentos, logo, reconhecer e acusar uma outra mulher de agressão, por vezes, torna-se impensável. Ristock (2003) critica esta abordagem por reproduzir a perspectiva heteronormativa e binária. Além disso, chama atenção para o espaço de agência das vítimas, que é fundamental para tensionar o uso da violência nas relações de gênero (Grossi, 1998). Essa questão é sensível do ponto de vista da interpretação da violência na dinâmica dos relacionamentos entre lésbicas, que tende a reforçar o paradigma binário de gênero, que associa violência a comportamentos masculinos (Santos, 2018). Dentre as distintas correntes analíticas acerca da violência conjugal lésbica, algumas consideram importante focar nos aspectos psicológicos que envolvem as agressões e outras interpretam a violência a partir da noção de agressão mútua (Santos; Freitas; Ceara-Silva, 2019).

Essas questões são apresentadas nos primeiros trabalhos sobre essa temática, produzidos entre as décadas de 1980 e 1990, como *Violence in Lesbian Relationships: A Preliminary Analysis of Causal Factors* (Renzetti, 1988, 1992), trazem no qual encontramos três pontos fundamentais que ainda atravessam o contexto atual: o primeiro se refere ao mito da não violência entre as parceiras; o segundo envolve a discussão da construção social das noções de vítima e de agressor/a; o



terceiro questiona o silêncio por parte de ativistas e dos movimentos sociais, os silenciamentos sociais e acadêmicos.

Sobre a problemática do silêncio por parte de ativistas e dos movimentos sociais, Burke e Follingstad (1999), Renzetti (1992), Topa (2010), Avena (2010) e Alencar (2017) argumentam que o silêncio pode estar associado ao medo de reforçar estereótipos negativos em torno da orientação sexual e da estigmatização social pela sociedade. Moura e Ramos (2022) chamam atenção para a dimensão do medo articulado às formas de violência que incidem nos relacionamentos lésbicos causando o efeito do *duplo armário*⁸ e dificultando o acesso das vítimas a suas famílias e aos serviços públicos. Para Rojas (2009), o *segundo armário* consiste nas dinâmicas de violência e de abuso. Sair desse armário exige de muitas lésbicas o esforço de reconhecimento de si enquanto sujeito de direito. Ao analisarmos o imaginário da violência sob a égide da heterossexualidade, nos deparamos com a negação das lésbicas no campo da linguagem:

La heterosexualidad niega en el imaginario la existencia de otras preferencias sexuales, inclusive en el lenguaje, llevando a que muchas lesbianas no se asuman como tales por no conocer la posibilidad de serlo, o no conocer palabra para definir los sentimientos que experimentan, del mismo modo, el maltrato en las relaciones de pareja lesbiana presenta dificultades, en su conceptualización, similares a las experimentadas por la situación de closet (Rojas, 2009, p. 6).

De acordo com a socióloga chilena, tal negação obstaculariza o reconhecimento de si e dos sentimentos, a exemplo do abuso em suas relações. É importante avaliarmos a ambivalência entre o medo, o silêncio e o ato de nomear. Lorde (2019) sugere que apostemos na transformação do silêncio em linguagem e em ação com a finalidade de ressignificarmos essa linguagem que opera contra nós pois se o medo é o elo entre o silêncio e ator de nomear, logo, o silêncio garante a manutenção diante das expressões mais cruéis da violência lesbofóbica e conjugal. “Em nome do silêncio, cada uma de nós evoca a expressão de seu próprio medo – o medo do desprezo, da censura ou de algum

⁸De acordo com Moura e Ramos (2022), o duplo armário consiste na: a) autculpabilização em razão da lesbofobia internalizada; b) medo de uma dupla estigmatização social pela sociedade mais ampla caso venha a denunciar; c) medo do “outing”, isto é, a utilização da orientação sexual enquanto mecanismo de manipulação e barganha para manter a vítima/sobrevivente silenciada; d) “fusão lésbica”, ou seja, é comum que a rede de amigas e de apoio entre a vítima/sobrevivente e sua companheira seja a mesma, o que pode gerar medo de perda dessas relações com o fim do relacionamento e um conseqüente aprofundamento do isolamento social.



juízo, do reconhecimento, do desafio, da aniquilação” (Lorde, 2019, p. 53).

O ato de nomear é atravessado por relações de poder e torna-se um gesto político perfilando formas iniciais de apreensão de experiências ou fenômenos escondidos (Diniz; Costa; Gumieri, 2015, p. 225), como o da violência no âmbito da conjugalidade lésbica.

Seria ingênuo supormos que o fenômeno da violência é universal. Ao contrário, é situacional e atinge as mulheres de formas diversas sem hierarquias de opressão. No Brasil, destacam-se duas grandes pesquisas de ampla circulação sobre as vivências lésbicas. A primeira trata-se do Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017 e foi lançado em 2018, pelas pesquisadoras Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias. A preocupação central das autoras foi compreender a motivação das mortes através da análise material da condição lésbica na sociedade brasileira ocidental contemporânea. Os casos analisados são oriundos do monitoramento de redes sociais, sites, jornais eletrônicos e outros “meios de comunicação que fossem expressões de notícias criminais nacionais, regionais e locais, buscando a identificação dos casos de lésbicas assassinadas ou suicidadas” (Peres; Soares; Dias, 2018, p. 25). A segunda, trata-se do Lesbocenso Brasileiro, lançado no dia 29 de agosto de 2022, no qual foram apresentados os dados da primeira etapa da pesquisa⁹.

Discussões sobre a violência nos relacionamentos lésbicos no Instagram

Ao buscarmos nesses perfis postagens e discussões sobre violências no âmbito das relações íntimas, verificamos poucos ou raros *posts* sobre o tema. Inicialmente, encontramos o tema da violência articulado nas discussões sobre o amor. Neles se argumenta que sendo o amor romântico cisheteropatriarcal se faz necessário conhecer as suas consequências com o objetivo de identificar as diversas violências que atravessam os relacionamentos lésbicos considerando a interseção dos marcadores sociais da diferença. Vejamos a postagem feita no Instagram da @sapataoamiga (26,7 mil seguidores).

⁹Para maiores detalhes consultar em: <https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa>.



Figura 1 – Postagem “Para Repensar o Amor” 1/7.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 2 – Postagem “Para Repensar o Amor” 2/7.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 3 – Postagem “Para Repensar o Amor” 3/7.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 4 – Postagem “Para Repensar o Amor” 4/7.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 5 – Postagem “Para Repensar o Amor” 5/7.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Ana Claudino criadora do canal Sapatão Amiga (Youtube, Instagram, Twitter), do *Podcast* LesboSapiência e atua como colunista do canal Mídia Ninja, é negra, sapatão, ciberativista, pesquisadora em raça, gênero, sexualidade e comunicação. Em maio de 2020, um *post* intitulado, *Para Repensar o Amor*, traz uma série de cards destacando trechos de um texto que seria publicado posteriormente, na íntegra, em sua Newsletter com o mesmo título. O texto tem uma escrita simples, direta e nos põe a refletir sobre as lógicas de amor que aprisionam, especialmente as mulheres negras, lésbicas, e engendram os modos de viver. De acordo com Ana Claudino, a noção de amor romântico burguês constrói comportamentos autorizados, como o ciúme, a posse, o controle, e objetifica a pessoa amada.

As Figuras 1, 2, 3, 4 e 5 destacam, por um lado, a relação do amor com a liberdade, compartilhamento de vida, equidade e empatia. Por outro, pontuam os modelos opressores. Para Lorde (2019), grande parte da história da Europa Ocidental olhou para as diferenças humanas a partir de uma oposição dicotômica simplista, modelando uma sociedade na qual sempre um grupo de pessoas, por meio de opressões sistemáticas, foi relegado à posição inferior, de desumanizado. As mulheres negras, lésbicas, feministas estão incluídas neste grupo. Lorde (2019) chama de norma mítica a matriz ordenada pelo branco, macho, magro, jovem, heterossexual, cristão e financeiramente estável,



produzindo, a partir dela, uma armadilha de poder que opera dentro da sociedade.

Nessa direção, observa-se a partir do conteúdo das postagens uma distorção em torno da diferença quando um conjunto de pessoas, ao não se identificarem com essa matriz, ficam expostas aos duros efeitos da opressão, como, por exemplo, as mulheres lésbicas negras. O não reconhecimento da diferença turva o olhar frente a complexidade do sistema de poder patriarcal. As vidas das mulheres negras, de acordo com Lorde (2019), estariam envoltas da violência e do ódio ao construírem suas experiências nas trincheiras, fora da norma mítica, isto é, em constante processo de precariedade, percebido, inclusive, na dimensão dos afetos, nas possibilidades de amar e de serem amadas. Logo, entendemos aqui estas dimensões de forma situacional, compreendendo os elementos que se articulam ao ideal universalista do amor romântico, como a posse, o ciúme, a renúncia de si, o machismo, como uma gramática cultural, contextual e situada nas visões de mundo das sociedades ocidentais modernas (Fernandes, 2022).

Entendendo, portanto, os vínculos amorosos como relações construídas historicamente que produzem e ordenam os sentimentos, voltemos o nosso olhar para as Figuras 2 e 4. Nelas, Ana Claudino marca a sua posição de mulher negra e lésbica e problematiza a reprodução dos modelos de opressão no contexto dos relacionamentos entre mulheres lésbicas negras, situando assim marcadores sociais da diferença como raça, gênero e orientação que ganham relevo no *post*. No Instagram, o *post*, conforme apontam as Figuras 1, 2, 3, 4 e 5, teve cinquenta e cinco comentários distribuídos entre reações com *emojis* de coração, marcações de perfis de terceiros, cuja intenção é mostrar o *post* para outra pessoa, e comentários corroborando com a proposta do texto e chamando atenção para a problemática da violência nos relacionamentos lésbicos, marcados pelo adoecimento, posse, ciúmes e competição.

As Figuras 6, 7 e 8 trazem a sequência desta reflexão na qual analisa-se a descolonização dos afetos e critica-se a lógica tóxica neoliberal que pode reforçar práticas e atos violentos no âmbito das relações lésbicas. As figuras 7 e 8, ao evocarem as possibilidades de outras formas de afetos, ampliam a compreensão sobre a dimensão dos sentimentos e do amor, mostrando a presença, mesmo que não nomeada de conceitos caros ao pensamento lésbico como o conceito de um *continuum lésbico*, acionada por Rich (2012). Neste sentido podemos analisar as noções de fluxo e movimento em redes de afetos, de cuidado, de apoio, tecendo modos de vida entre mulheres para além dos sistemas



heterossexuais, como sugerem as Figuras 6, 7 e 8. O *post* teve cinquenta e cinco comentários seguindo a mesma lógica do anterior e o texto completo foi publicado na Newsletter de Ana Claudino.

Figura 6 – Postagem “Sobre mulheres que amam mulheres e outras formas de afeto” 1/4.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 7 – Postagem “Sobre mulheres que amam mulheres e outras formas de afeto” 2/4.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

Figura 8 – Postagem “Sobre mulheres que amam mulheres e outras formas de afeto” 3/4.



Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2022).

O post representado pelas Figuras 6, 7 e 8 circulou por inúmeros perfis seguindo a ferramenta de repostagem e reverberou em grupos de *Whatsapp* proporcionando uma série de compartilhamentos do conteúdo. Para Ana Claudino, o amor sapatão não caberia nesses moldes, contudo, na ausência de representações deste amor, internaliza-se formas de afeto e comportamentos heteronormativos. Esse é o tom do seu texto sobre o amor sapatão publicado em sua coluna do *Mídia Ninja* com o título “O amor camarada Sapatão”, conforme aponta a Figura 9.

Figura 9 – Coluna “O amor camarada Sapatão”.



Fonte: Claudino (2020).

Já no perfil da @lesbicanegraecaminhao (15,8 mil seguidores), administrado por Alaine Santana, lésbica negra,



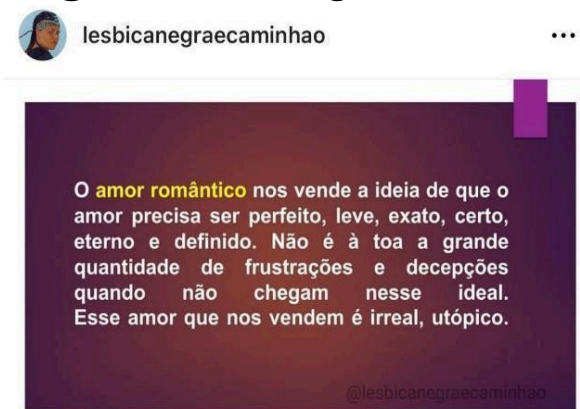
bofinha/caminhoneira¹⁰, psicóloga, que articula estas pautas à saúde mental, encontramos um debate sobre o amor que segue a linha crítica esboçada por Ana Claudino. Encontramos o seguinte *post* no *feed* acompanhado de um texto no espaço destinado a legendas:

Figura 10 – Postagem “O Amor...” 1/10.



Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Figura 11 – Postagem “O Amor...” 4/10.



Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

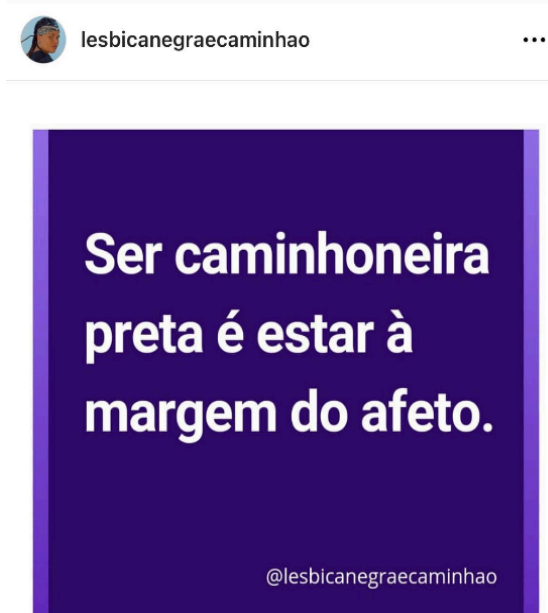
Alaine Santana esboça uma crítica ao ideal do amor romântico e argumenta que para refletir sobre o amor se faz necessário entender os

¹⁰No contexto brasileiro, os termos caminhoneira e sapatão, por décadas foram empregados de maneira pejorativa contra as lésbicas. De acordo Assis (2023), nos últimos anos esses termos passaram por um processo de ressignificação tornando-os categorias identitárias que define, de maneira positiva, um tipo de lésbica (Assis, 2023). Barretos *et al* (2022, p. 87), ao analisarem as lesbianidades no contexto das plataformas digitais, observaram o deslizamento semântico do termo sapatão, que em determinados momentos foi usado como "ofensa e em outros foi apropriado de forma a inverter seu significado para que ele fosse usado com orgulho".



efeitos e os impactos do sistema da colonialidade e da interseção dos marcadores de raça, gênero, sexualidade, saúde, masculinidades e feminilidades. O *post* expresso nas Figuras 10 e 11 que teve cinquenta e nove comentários nos quais encontramos agradecimentos ao tema levantado e pontuando a urgente necessidade de ampliar as discussões sobre o amor. Dessa forma, encontra-se nas operações de poder colonial a “fusão” do gênero e da raça. Conforme Costa (2010), é possível analisar a genealogia da formação da categoria de gênero dentro do projeto colonial como um mecanismo fundamental por meio do qual o capitalismo colonial global estruturou as assimetrias de poder no mundo contemporâneo. Ao seguir esta reflexão, ter-se-á o gênero como uma categoria colonial (Lugones, 2014) por intermédio da qual será possível historicizar o patriarcado, evidenciando as formas de imbricação da heteronormatividade, do capitalismo e da classificação racial, efeitos da colonialidade de gênero ainda são encontrados em nós. Seguindo as postagens de Alaine Santana podemos pensar nos sentidos atribuídos às escolhas afetivas das mulheres negras, lésbicas e caminhoneiras, como ela problematiza essas questões na Figura 12.

Figura 12 – Postagem sobre ser caminhoneira preta.



Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Alaine Santana chama atenção para os aspectos que permeiam as dinâmicas de afetividade a partir da discussão que envolve as



disparidades raciais e o “condicionamento social que determina nossas inclinações amorosas estabelecidas por intermédio de um ponto de vista histórico e racial, que inviabiliza mulheres negras como indivíduos ativos nos espaços afetivos” (Cruz, 2021, p. 86). Nesse sentido, a solidão da lésbica caminhoneira¹¹ negra torna-se mais complexa no campo dos afetos. De acordo com Lima (2018), as “lésbicas negras têm seu corpo-subjetivação atravessado, entre outros, por três eixos de opressão que atuam com muita força: raça, gênero e sexualidade, marcando uma tripla opressão” ao ser articulada aos marcadores como classe, geração, território, fortalecendo os processos de exclusão.

Jamine Miranda que escreve no perfil @lesbicanegraecaminhao, é historiadora, mestra em educação, pesquisadora, educadora social, podcasts.

Figura 13 – Postagem sobre o amor sapatão #1.



Fonte: Instagram da @pretacaminhao (2020).

¹¹À lésbica dita masculinizada é atribuída uma série de nomeações: sapatão, caminhoneira, machorrinha, butch, bofinho, etc. Esses termos são, na maioria das vezes, utilizados de maneira pejorativa (Cunha, 2021).



Figura 14 – Postagem sobre o amor sapatão #2.



Fonte: Instagram da @pretacaminhao (2022).

Jamine Miranda, em seu texto que segue o *post* exposto na Figura 13, marca a sua posição contrária a qualquer tipo de relacionamento amoroso que nega a sua forma de vivenciar o mundo. Os seus argumentos sinalizam a importância de fugir de relacionamentos que sufocam os seus desejos e vontades e a necessidade de romper com os modelos violentos de relacionamento. De acordo com Jamine Miranda, a potência do amor sapatão não precisa ser validada, precisa ser visibilizada e vivenciada. E quando se trata de mulheres lésbicas, negras, caminhão? Esse questionamento perpassa a Figura 14 na qual Jamine Miranda problematiza a reciprocidade dos afetos entre mulheres lésbicas, negras e caminhão. São corpos/vidas que além de terem direito ao amor e aos afetos, também precisam ser amadas.

Outro eixo de análise aponta o tema da violência nos relacionamentos lésbicos articulado aos diversos tipos de violência. Jamine Miranda, no dia 15 de junho de 2021, fez *post*, criticando a romantização em torno das relações entre mulheres, especialmente no que se refere as violências.



Figura 15 – Postagem sobre a romantização e violência nas relações entre mulheres.



Fonte: Instagram da @pretacaminhao (2021).

O post, que recebeu 81 comentários, gerou reações diversas. Os principais temas abordados foram: a importância do tema, a necessidade de contextualizar o debate para evitar análises superficiais baseadas apenas nas pautas do patriarcado, a desconstrução do mito da não violência e os tipos de violência mais comuns (com destaque para a violência psicológica, enquanto a violência sexual foi mencionada de forma discreta). Houve também críticas à recusa de algumas frentes feministas em discutir o assunto. Os resultados da pesquisa sobre A toxicidade oculta em relacionamentos lésbicos, apresentados por Amarala, Frayman e Rios (2023, p. 195), apontam a prevalência da violência psicológica compreendida em termos da vivência “de abusos e agressões psicológicas, que foram reportadas muito mais vezes (95,7% de ocorrências) que a violência física (30,4% de ocorrências) e a violência sexual (19,6% de ocorrências)”. Esses dados nos demonstram um padrão percebido em nossas pesquisas, ou seja, a correlação entre a violência psicológica e as noções de abuso e toxicidade.

No perfil da @sapataoamiga, identificamos *posts* abordando temas como a lesbofobia, o lesbocídio, a violência contra pessoas LGBTQIAP+ e duas postagens que tratam da violência contra a mulher a partir da qual falava sobre violências contra mulheres lésbicas e trans. No dia 08 de março de 2020, o perfil publicou um *reels* apresentando o



Violentômetro¹², material produzido pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, cujo objetivo é ajudar as mulheres a perceberem as situações de violência. Nesse vídeo, Ana Claudino chama atenção para os efeitos do machismo e da violência estrutural que incidem nos diversos tipos de relacionamentos e reforça a importância do Disque 180 e da Lei Maria da Penha¹³ como ferramentas que acolhem mulheres cis, trans, travestis, sapatonas, mulheres bissexuais e pansexuais. Reforça também que os relacionamentos abusivos não ocorrem apenas entre homens e mulheres cis.

No dia 12 de novembro de 2021, Ana Claudino fez um *post* apresentando a campanha “Informe Mulheres, Transforme Vidas”, articulada pelo Centros de Cidadania da Mulher na cidade de São Paulo. O conteúdo da postagem repete as informações do *post* feito no *reels* em março do ano anterior sobre a importância do Violentômetro. Contudo, identificamos interações nos comentários que demonstraram, em primeiro plano, que a campanha era desconhecida para as seguidoras do perfil. O foco do segundo eixo de comentários incidiu na urgência do compartilhamento desse tipo de informação para ampliar o conhecimento dos mecanismos de proteção e, especialmente, para a sensibilização da percepção dos atos violentos entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos.

¹²O Violentômetro é um instrumento utilizado em todas as regiões do Brasil com o objetivo de ajudar as mulheres a identificar sinais da violência doméstica.

¹³No Brasil, desde 2006, contamos com a Lei 11.340/2006, popularmente conhecida como Lei Maria da Penha, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e tipifica a violência em física, moral, psicológica, sexual e patrimonial. A Lei pode ser aplicada no âmbito de relação homoafetiva entre mulheres, desde que a violência tenha sido praticada em contexto de relação doméstica, familiar ou de afetividade e que haja situação de vulnerabilidade ou de subordinação.

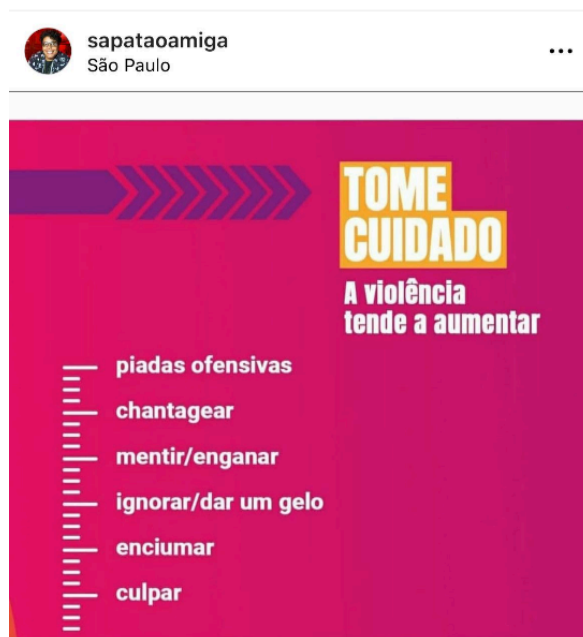


Figura 16 – Postagem sobre o Violentômetro 1/5.



Fonte: Instagram da
@sapataoamiga (2021).

Figura 17 – Postagem sobre o Violentômetro 2/5.





Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram.

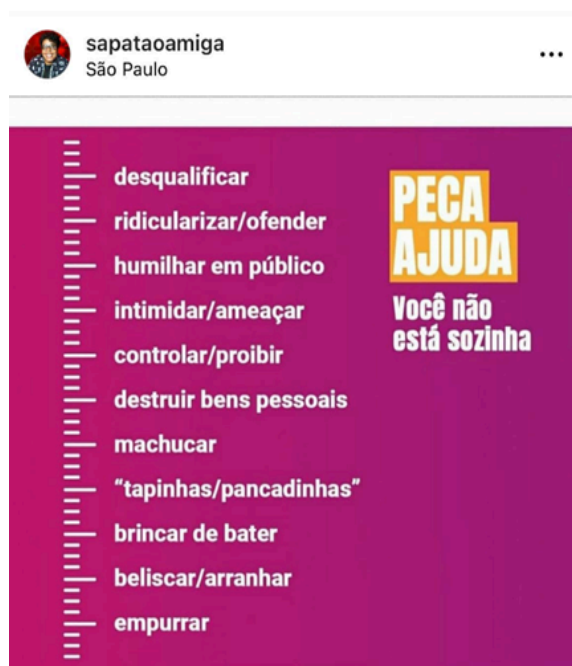
Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Figura 18 – Postagem sobre o Violentômetro 3/5.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Figura 19 – Postagem sobre o Violentômetro 4/5.





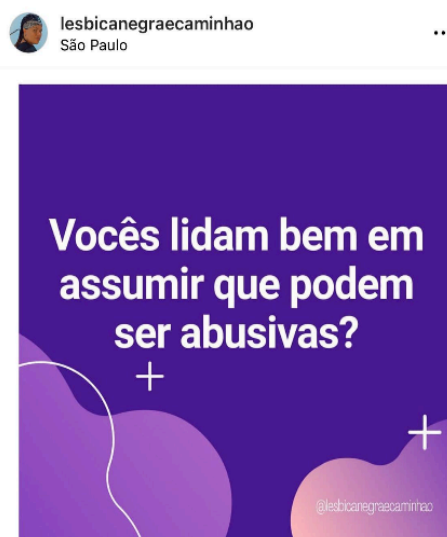
Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).
Figura 20 – Postagem sobre o Violentômetro 5/5.



Fonte: Instagram da @sapataoamiga (2021).

Jamine Miranda, dona da página @pretacaminhao, participou da interação nos comentários do post acima, assinalando a importância desse conteúdo. Na página @lesbicanegraecaminhao, encontramos os seguintes conteúdos sobre o tema da violência:

Figura 21 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 1/8.





Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram.

120

Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Figura 22 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 2/8.

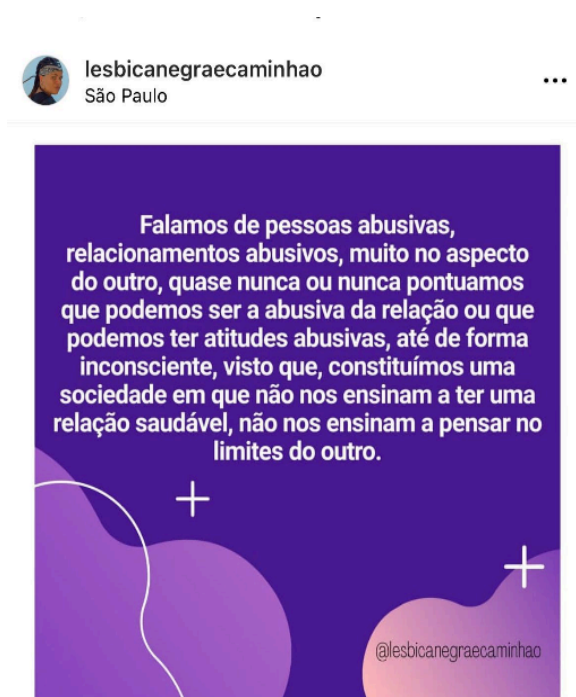


Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Alaine Santana, em sua página @lesbicanegraecaminhão, trata do tema das violências lesbofóbica e lesbocida. Destacamos duas postagens que tocam diretamente no tema das violências no contexto dos relacionamentos lésbicos. A primeira postagem foi feita no dia 04 de janeiro de 2021 provocando uma reflexão com a seguinte pergunta: “Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?”. Na legenda do post, Alaine Santana convida as pessoas a avaliarem os seus comportamentos dentro das relações sem isentar a posição de agressora. Encontramos ecos fecundos dessa reflexão na pesquisa de Macedo (2020) intitulada, *Colonialidade da Sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México*, na qual a autora criticou a cristalização do jogo binário entre agressora e vítima, no qual, tem-se a culpabilização, estigmatização ou ostracismo de lésbicas que estejam exercendo violência. Macedo (2020), considera esse caminho contraproducente para a transformação dessa realidade.

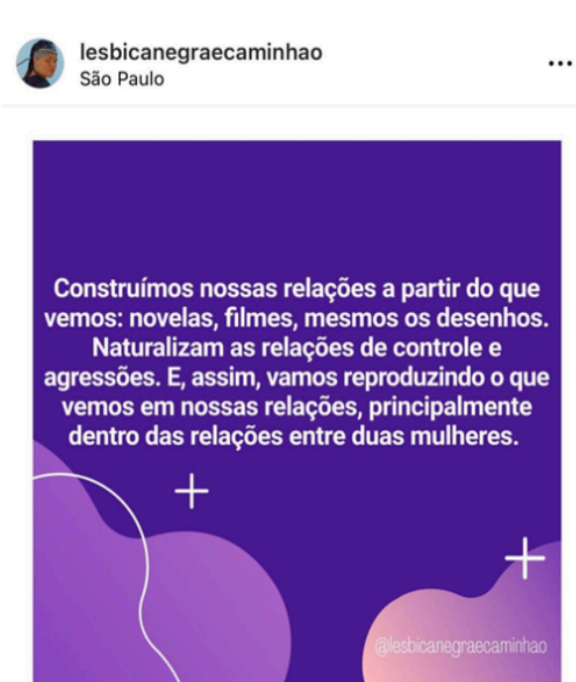


Figura 23 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 3/8.



Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Figura 24 – Postagem sobre violência e relacionamento abusivo 4/8.





Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2021).

Para Alaine Santana, se faz necessário avaliar a nossa posição de pessoas tóxicas e abusivas tendo em vista a forma de socialização colonial e heteropatriarcal baseada no controle e agressão. Encontramos na figura 23 um recorte da análise voltada aos relacionamentos lésbicos refutando a premissa da não violência nestes relacionamentos. O post incentiva uma autoanálise com o objetivo de as pessoas identificarem que também podem ser agressoras. Na sequência da postagem, nos deparamos, por um lado, com exemplos de atitudes consideradas abusivas e tóxicas, aproximando-se da escala de violência exposta por Ana Claudino no post sobre o Violentômetro.

Por outro lado, Alaine Santana chama atenção para os cuidados necessários na interpretação de uma relação abusiva tendo em vista que uma visão pautada no relacionamento perfeito nos moldes do amor romântico pode obstruir a identificação dos atos abusivos e violentos. Além disso, pontua a importância de compreendermos a definição de relacionamento abusivo para não incorremos no erro de esvaziarmos o sentido deste tema a partir de ações que venham a contrariar alguma das partes, isto é, não se pode considerar a parceira abusiva pelo fato de se negar a ir uma festa. Encontramos esta discussão nas pesquisas de Sousa (2017), através das quais ela tensiona a categoria abusivo, contextualizando-a em um cenário de mudanças de sensibilidades que revelam o que pode ser ou não considerado como violência.

Além disso, Alaine Santana reforça a importância de aceitar, assumir e avaliar os comportamentos abusivos para não os repetir. As reações ao post pontuaram que a discussão sobre o tema é relevante e escassa, sobretudo pelo imaginário da não violência nos relacionamentos lésbicos, e destacaram a dificuldade no reconhecimento da autopercepção de serem lésbicas abusivas. Alguns comentários apontaram para o autorreconhecimento da perpetração de atitudes abusivas em seus relacionamentos. Alaine Santana, no dia 07 de novembro de 2022, publicou em sua página um post específico sobre a Lei Maria da Penha como um mecanismo que acolhe as lésbicas em situação de violência.



Figura 25 – Postagem sobre a Lei Maria da Penha.



Fonte: Instagram da @lesbicanegraecaminhao (2022).

O texto publicado na legenda enfatiza a existência de violências na relação entre lésbicas, mas se afasta de qualquer comparação com as relações heterossexuais. O principal argumento desse conteúdo é o de conscientização sobre as consequências nefastas do modelo heteronormativo que tendem a naturalizar as opressões. Afastar-se deste modelo é uma das formas de repensar as dinâmicas relacionais entre lésbicas. Além disso, apresenta a Lei Maria da Penha¹⁴ como um meio de assegurar às lésbicas, tanto no contexto de relacionamento íntimo, como no caso de violência vinda de familiares.

No final, o texto estimula a denúncia, a busca por uma delegacia especializada. Já para as agressoras, sugere uma avaliação das suas

¹⁴Há dez anos, Santos, Araujo e Rabello (2014, p. 115) apontavam: [...] “ainda que seja evidente no texto o reconhecimento da união homoafetiva de mulheres e da existência do sujeito social lésbica, a maioria dos veículos oficiais de divulgação da Lei Maria da Penha, como a Campanha 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra as mulheres– maior campanha oficial nacional de divulgação da Lei –, pouco informa sobre a possibilidade do acesso à LMP por mulheres lésbicas e bissexuais, quando da violação de seus direitos na esfera intrafamiliar e doméstica. A maior parte das campanhas, geralmente feitas pelo governo ou ONGs dos movimentos feminista e/ou de mulheres, tem foco na violência conjugal, especialmente nas relações heterossexuais”. Esta realidade ainda persiste e encontramos nos posts a tentativa de ampliar o conhecimento da Lei.



atitudes ao passo que estimula a busca por ajuda. As reações ao *post* mostraram dois eixos: o primeiro nos diz sobre a dificuldade de abordar esse assunto e a necessidade de ampliar essa discussão. Um comentário recomendou a leitura do livro, *Na Casa dos Sonhos*, de Carmem Maria Machado. O segundo evidencia o testemunho de lésbicas que buscaram o atendimento nas delegacias diante dos casos de violência em seus relacionamentos.

Coincidindo com o período da pesquisa no Instagram, no dia 29 de agosto de 2022 foram apresentados os dados da primeira etapa do I LesboCenso Nacional: Mapeamento de Vivências Lésbicas no Brasil Relatório Descritivo 1ª Etapa (2021-2022)¹⁵. O relatório expõe um mapeamento sobre as condições de vida e realidades da população lésbica do Brasil e está organizado em seis eixos temáticos: autoidentificação, trabalho, violência, família, saúde e redes. O eixo sobre violência retratou especialmente os tipos de atos lesbofóbicos sofridos pelas mulheres lésbicas. Esses documentos revelam o grave problema da lesbofobia e do lesbocídio e deixam lacunas ao que se refere às violências no âmbito dos relacionamentos lésbicos, que também se configura como uma violação de direitos. Sem dúvida, este documento ilustra o que observamos nas redes sociais e permite também que estas se apoiem em dados estatísticos para a formulação de suas análises e denúncias de violências.

Considerações finais

Este artigo é parte de uma etnografia em andamento sobre violência nos relacionamentos lésbicos. Nele focamos na análise de três perfis, e em particular, nas postagens relativas à relacionamentos afetivos entre mulheres lésbicas, no amor e em violências. Iniciamos a pesquisa seguindo os perfis do Arquivo Lésbico Brasileiro (@arquivolesbicobrasileiro- 11,0 mil seguidores) e da Brava (@brav.a_-67,3 mil seguidores). Através destes dois perfis conhecemos e acompanhamos os perfis, @sapataoamiga (25,6 mil seguidores), @lesbicanegraecaminhao (16,0 mil seguidores), e @pretacaminhão (18,4 mil seguidores) e constatamos que há similaridades e diferenças nos três perfis.

¹⁵Para maiores detalhes consultar em: <https://lesbocenso.com.br/relatorio-primeira-etapa>.



Nos perfis @sapataoamiga e @lesbicanegraecaminhao encontramos posts que abordam o tema da violência a partir de dois eixos: o primeiro articula a violência a lesbofobia, lesbocídio, violência contra pessoas LGBTQIAP+, violências contra mulheres lésbicas e trans. O segundo eixo foca na dimensão da violência entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos. Nessa direção o perfil da @sapataoamiga apresentou materiais de campanhas cujo conteúdo sinalizava para a conscientização da violência e dos órgãos de proteção. Houve uma sensibilização para a percepção dos atos violentos entre lésbicas no contexto de relacionamentos íntimos.

Já no perfil @lesbicanegraecaminhao discute-se diretamente sobre a premissa da não violência nos relacionamentos lésbicos e chama atenção para a necessidade das sapatão/ lésbicas realizarem uma auto análise com o objetivo de se identificarem também como possíveis agressoras. Cabe salientar que a própria autodenominação do perfil, que inclui a categoria acusatória de "sapatão", remete ao imaginário social brasileiro de "lésbicas masculinizadas". Talvez o uso desta denominação remete ao imaginário social de vítima e agressora, ou seja, a agressora é vista como a parceira supostamente masculinizada, detentora de força e poder, o que foi analisado por Durães e Machado (2017), em julgamentos dos casos de violência no âmbito dos relacionamentos lésbicos nos Tribunais de Justiça do Sul do Brasil, onde identificaram que os argumentos dos juristas buscavam enquadrar a agressora a partir dos critérios de masculinidade e força.

Os posts analisados revelam as dificuldades que envolvem as dinâmicas de violência em parcerias lésbicas, especialmente, quando se trata de duas lésbicas que se auto reconhecem enquanto caminhoneiras negras. Chamamos atenção, para os efeitos da violência frente a determinadas "imagens" identitárias que reproduzem estereótipos e acusações contra mulheres que se reconhecem como sapatões, caminhoneiras, negras, gordas, faveladas, como "mais violentas".

Como as nossas imagens são construídas? Quais tipos de casais tem aceitabilidade? Quem tem cara de vítima? Quem tem cara de agressora? Nascimento (2020), em sua pesquisa doutoral, *Sapatões e mídia: Produções de identidades a partir de práticas de recepção*, analisa os tipos de representações de personagens sapatão nas mídias. Afasta-se das polêmicas superficiais em torno do beijo lésbico e centra-se no questionamento de quem pode ser visível e o como essa visibilidade se manifesta. Por exemplo, cadê a Sapatão? A machorra? Nascimento (2020), observa que a visibilidade lésbica se concentra em mulheres



brancas, femininas, casadas, monogâmicas e que desejam ter filhos, reforçando padrões heteronormativos. Estas, são lidas como vítimas. Já as lésbicas que fraturam esse modelo são frequentemente retratadas de forma cômica, estereotipada e com desprezo. Logo, são as agressoras. A análise carece de um aprofundamento. Contudo, os comentários nos posts dos três perfis, demonstram a necessidade de destacarmos esse olhar dicotômico ao analisarmos as violências nos relacionamentos lésbicos.

A existência lésbica (Wittig, 2022) confronta uma sociedade organizada a partir da masculinidade, branquitude e da heterossexualidade compulsória, deixando em evidência as estruturas de opressão e de violência a que as lésbicas se encontram submetidas na contemporaneidade e em particular em determinados grupos sociais, como o das lésbicas negras. Para Anzaldúa (2021), “a mulher de cor é invisível no mundo dominante dos homens brancos e no mundo feminista das mulheres brancas” e acrescenta que a “lésbica de cor” ultrapassa a noção/experiência/vivência do invisível, tendo como destino a inexistência.

A análise dos posts destes perfis sobre lesbianidades no Instagram mostrou que há grande interesse por parte das mulheres lésbicas em falar a respeito de violências que vivem em seus relacionamentos. A existência deles e os comentários feitos por suas seguidoras, desconstroem tanto o mito da não violência nesses arranjos afetivos quanto às noções de vítima e de agressora. Também permitiram discutir, nomear e visibilizar publicamente violências no contexto dos relacionamentos lésbicos no Brasil dos anos 2021.

Referências:

ASSIS, L. S. *Lésbica caminhoneira e professora: uma pedagogia crítica ao regime político heterossexual*. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/directbitstream/b4a974c2-25e9-49e4-90e3-f8085d9e09ae/tc5010-Luana-Assis-Lesbica.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024

ALENCAR, R. S. *Violência doméstica na relação homoafetiva de mulheres Lésbicas*. 2017. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Segurança Pública) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.



AMARAL, B. F.; FRAYMAN, L.; RIOS, M. C. A toxicidade oculta em relacionamentos lésbicos. *Atas de Ciências da Saúde*, v. 11, n. 2, p. 185-199, 2023.

ANZALDÚA, G. *A Vulva é uma Ferida Aberta e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: A Bolha, 2021.

AVENA, D. T. A violência doméstica nas relações lésbicas: realidades e mitos. *Aurora - Revista de Arte, Mídia e Política*, v. 7, p. 99-107, 2010.

BACCHETTA, P. Circulações anzaldúa nas na ilha da tartaruga e na França: alguns elementos para uma historiografia densa e uma contextualidade-histórica densa. In: MARIM, C.; CASTRO, S. (Org.). *Estudos em decolonialidade e gênero*. Rio de Janeiro: Ape’Ku, 2021.

BARRETOS, D. *et al.* A importância de um olhar interseccional nas pesquisas em plataformas digitais: análises sobre lesbianidades. *Mídia e Cotidiano*, v. 16, n. 3, p. 72-93, 2022.

BURKE, L. K.; FOLLINGSTAD, D. R. Violence in lesbian and gay relationships: theory, prevalence, and correlational factors. *Clinical Psychology Review*, v. 19, n. 5, p. 487-512, 1999.

CLAUDINO, A. *Informe mulheres, transforme vidas: Violentômetro*. 12 nov. 2021. Instagram: @sapataoamiga. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CWMCQS3JnFy/?img_index=5. Acesso em: 23 out. 2024.

CLAUDINO, A. O amor camarada sapatao. *Mídia Ninja*, 26 jan. 2020. Disponível em: <https://midianinja.org/opiniao/o-amor-camarada-sapatao/>. Acesso em: 23 out. 2024.

CLAUDINO, A. *Para Repensar o Amor*. 25 mai. 2022. Instagram: @sapataoamiga. Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cd-vmMptfOd/?img_index=7. Acesso em: 23 out. 2024.



CLAUDINO, A. *Sobre Mulheres que Amam Mulheres: E outras formas de afeto*. 10 mai. 2022. Instagram: @sapataoamiga. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdZkaHorZ-c/?img_index=1. Acesso em: 23 out. 2024.

COSTA, C. L. Feminismo e tradução cultural: sobre a colonialidade do gênero e a descolonização do saber. *Fragmentos*, n. 39, p. 45-59, 2010.

CRUZ, M. R. Solidão da mulher negra: uma história de invisibilidade afetiva. *Humanas em Perspectiva*, v. 1, 2021.

CUNHA, A. M. *Sapatão, lésbica, caminhoneira, lady, butch: o que você queer? Uma análise da (des)construção do ethos da mulher lésbica em canais do Youtube*. 2021. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2021.

DINIZ, D.; COSTA, B. S.; GUMIERI, S. Nomear feminicídio: conhecer, simbolizar e punir. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, v. 23, n. 114, p. 225-239, 2015.

DURÃES, T. S.; MACHADO, I. V. Lesbianidades e Lei Maria da Penha: problematizações a partir de uma análise jurisprudencial nos tribunais do sul do país. *Gênero & Direito*, v. 6, n. 2, 2017.

FERNANDES, R. *Negritude e relações não monogâmicas: as dimensões micropolíticas do amor*. Rio de Janeiro: Autografia, 2022.

GROSSI, M. P.; MINELLA, L. S.; LOSSO, J. C. M. *Gênero e Violência: Pesquisas acadêmicas brasileiras (1975-2005)*. Florianópolis: Mulheres, 2006.

GROSSI, M. P. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, J. M.; GROSSI, M. P. (Org.). *Masculino, feminino, plural: gênero na interdisciplinaridade*. Florianópolis: Mulheres, 1998, p. 293-313.

LIMA, F. Raça, Interseccionalidade e Violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. *Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 4, n. 2, p. 66–82, 2018.



LORDE, A. Não existe hierarquia de opressão. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 243-245.

LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p. 935- 952, 2014.

MACEDO, A. C. B. *Colonialidade da sexualidade: uma análise comparada e colaborativa sobre violência em relações lésbicas em Bogotá, Brasília e Cidade do México*. 2020. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MACHADO, C. M. *Na Casa dos Sonhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

MIRANDA, J. *Meu tipo é o meu tipo!* 24 set. 2022. Instagram: @pretacaminhao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Ci5NwoeOY29/>. Acesso em: 23 out. 2024.

MIRANDA, J. *O meu amor sapatão não é segunda opção!* 26 ago. 2020. Instagram: @pretacaminhao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CEWfXcHkjl/>. Acesso em: 23 out. 2024.

MIRANDA, J. *Textão caminhão: “Entre mulheres isso não existe!”: sobre romantização e violências nas relações entre mulheres*. Instagram: @pretacaminhao. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CQJBj6HHwmf/>. Acesso em: 23 out. 2024.

MOURA, S. N. C.; RAMOS, M. M. A mulher lésbica é mulher para a Lei Maria da Pena? *Revista Direito e Práxis*, v. 13, n. 2, p. 1168-1199, 2022.

MOTTER, J. P. J. Rebuceteias: conectividades lésbicas em tempos de covid-19. In: Encontro Regional Centro-Sul da ABCiber, 2., *Anais Eletrônicos* [...] 2020. Disponível em: <https://abciber.org.br/simposios/index.php/virtualabciber/virtual2020/paper/view/977/494>. Acesso em: 23 out. 2024.



NASCIMENTO, F. *Sapatões e mídia: produções de identidade a partir de práticas de recepção*. 2020. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

NUNAN, A. Violência doméstica entre casais homossexuais: o segundo armário? *Psico*, v. 35, n. 1, p. 69-78, 2004.

PERES, M.; SOARES, S.; DIAS, M. C. *Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017*. Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018.

RENZETTI, C. M. Violence in Lesbian Relationships: A Preliminary Analysis of Causal Factors. *Journal of Interpersonal Violence*, v. 3, n. 4, p. 381-399, 1988.

RENZETTI, C. M. *Violent Betrayal: Partner Abuse in Lesbian Relationships*. Los Angeles: Sage Publications 1992.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas*, v.4, n. 5, p. 17-44, 2012.

RISTOCK, J. L. Exploring dynamics of abusive lesbian relationships: preliminary analysis of a multisite, qualitative study. *American Journal of Community Psychology*, v. 31, n. 3-4, p. 329-341, 2003.

ROCHA, C. P. V. *et al. O presente remoto: etnografia de tela e outras metodologias de pesquisa e ensino do Núcleo de Antropologia Visual (NAVI/UFSC)*. Brasília: ABA Publicações, 2023.

ROJAS, A. A. M. *Maltrato y violencia al interior de relaciones de pareja lesbianas "el segundo closet"*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidad de Chile, Santiago, 2009.

ROSA, A. P. G. *Quarenteners: leituras partilhadas durante a pandemia da Covid-19*. 2022. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2022.

SANTANA, A. *Lei Maria da Penha para lésbicas*. 7 nov. 2022. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em:



<https://www.instagram.com/p/Ckqsvl9OmP/>. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTANA, A. *O Amor...* 22 mar. 2021. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CMt3wC1Hxfh/?img_index=1. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTANA, A. *Ser caminhoneira é estar à margem do afeto.* 28 jan. 2021. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CKmkXsnnxIe/?img_index=1. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTANA, A. *Vocês lidam bem em assumir que podem ser abusivas?* 4 jan. 2021. Instagram: @lesbicanegraecaminhao. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CJnx4iDH3yh/?img_index=8. Acesso em: 23 out. 2024.

SANTOS, A. C. C. Lésbicas negras (re)existindo no movimento LGBT. In: GREEN, J. N. *et al.* (Org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

SANTOS, N. C. R.; FREITAS, R.; CEARA-SILVA, G. L. Violência conjugal lésbica: relatos de assistentes sociais que atendem mulheres na cidade de Niterói. *Serviço Social & Sociedade*, v. 134, p. 124-141, 2019.

SANTOS, T. N.; ARAUJO, B. P.; RABELLO, L. R. Percepções de lésbicas e não-lésbicas sobre a possibilidade de aplicação da Lei Maria da Penha em casos de lesbofobia intrafamiliar e doméstica. *Bagoas*, n. 11, p. 101-119, 2014.

SOUSA, F. K. M. Narrativas sobre relacionamentos abusivos e mudança de sensibilidades do que é violência. In: Seminário FespSP - Incertezas do Trabalho, 2017, São Paulo. *Anais dos Seminários de Pesquisa da FEESP* [...] São Paulo: 2017. Disponível em: https://www.fespsp.org.br/seminarios/anaisVI/GT_13/Fernanda_Sousa_GT13.pdf. Acesso em: 23 out. 2024.



Relacionamentos lésbicos também podem ser abusivos: uma discussão a partir de perfis no Instagram.

132

THOMÉ, C. A.; MARTINS, V. C. Literatura e afetividade nas redes durante a pandemia: Uma análise das interações na “Quarentena Literária”. *Rizoma*, v. 9, n. 1, 2021.

TOPA, H. No arco-íris também há roxo: violência conjugal nas relações lésbicas. *LES Online*, v. 2, n. 1, p. 13-21, 2010.

WITTIG, M. *O pensamento hétero e outros ensaios*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.



Abstract:

This article analyzes the issue of violence in lesbian relationships, with the Instagram platform and social network as the locus of research. Through a screen ethnography (Rocha et al., 2023), we began the research by following the profiles of the Brazilian Lesbian Archive (@arquivolesbicobrasileiro - 10.6 thousand followers) and Brava (@brav.a_ - 67.3 thousand followers), focusing on posts related to the themes of love and violence in the context of lesbian relationships. Through the recommendations of these profiles, we became acquainted with and followed the profiles of @sapataoamiga (24.3 thousand followers), @lesbicanegraecaminhao (16.0 thousand followers), and @pretacaminhao (18.4 thousand followers), due to the production and circulation of the thematic focus. In our analysis, we seek to verify how the theme of violence in lesbian relationships emerges in the 2020s in Brazil through the circulation of posts, comments, and reactions to them.

KEYWORDS: Violence. Lesbian relationships. Instagram

Pâmela Laurentina Sampaio Reis

Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC.

Miriam Pillar Grossi

Doutora em Anthropologie Sociale et Culturelle – Université de Paris. Professora titular do Departamento de Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente é professora aposentada e atua como voluntária junto ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH)

Recebido em: 24/10/2024

Aprovado em: 07/12/2024



ARTIGO

Black Feminism, Class, and Racism in Audre Lorde's Poems and Essays

Levi Correia de Sousa, *Federal University of Western Pará*

Elder Koei Itikawa Tanaka, *Federal University of Western Pará*

Abstract. This article intends to analyze the poem "Power", from "The Collected Poems of Audre Lorde" using Lorde's "Sister Outsider" essays and other authors such as bell hooks and Angela Davis as support to reflect and discuss racism, Black feminism, and class. We aim to understand the process of silencing Black women within feminism in the USA in the 1960s, recognizing the importance of poetry as a revolutionary tool, enabling Black women to speak for themselves.

KEYWORDS: Audre Lorde. Black Feminism. Racism. Class. Poetry.



Introduction

Audrey Geraldine Lorde was born in Harlem, New York in 1934 and became an American poet, essayist, and civil and homosexual rights activist. She died on November 17th, 1992, aged 58, in St Croix, where she was living with her lover, Gloria I. Joseph. She used to describe herself as "a black feminist lesbian mother poet". Lorde is an heir of the "Harlem Renaissance" movement that took place from around 1918 to the mid-1930s, which was also known as the "New Black Movement":

[...] the most influential single movement in African American literary history. Its key figures include W. E. B. Du Bois, Nella Larsen, Zora Neale Hurston, Claude McKay, and Langston Hughes. The movement laid the groundwork for all later African American literature, and had an enormous impact on later black literature worldwide. (HUTCHINSON, 2007, p. 1).

The ideas of the Harlem Renaissance or "The New Black Movement" lived on much longer than just 12 years. According to the Artspace Magazine (2018), Its heyday was "the flowering of black literature," between 1924 (the year "Opportunity: A Journal of Black Life" hosted a party for black writers where many white editors were in attendance) and 1929 (year of the stock market crash and the beginning of the Great Depression). Still according to Artspace Magazine.

Harlem became a cultural center partially as a result of the movement of African-Americans from the rural South to northern cities in 1919-26. While the abolition of slavery in 1865 and the end of the civil war had made changes at an official level, racism was still rife throughout the twentieth century. The end of World War I brought the promise of jobs and a better quality of both physical and intellectual life as a result of northern industrialization.¹

The poem "Power", one of Audre Lorde's earliest works published in New York and included in "The Collected Poems of Audre Lorde" (1978), has been selected for analysis and discussion to provide insights into the impact of racism on American society. This analysis will explore

¹ Available at: <
https://www.artspace.com/magazine/art_101/book_report/what-was-the-harlemrenaissance-55542
>. Accessed on: June, 21st 2022



how racism is experienced and perceived from both Black and white perspectives. Additionally, attention will be given to the effects of slavery, segregation, and the era of lynching on the lives of Black women. While the primary focus is on the poem itself, supporting works by Lorde, such as essays from “Sister Outsider” (1984), as well as her biography by De Veaux (2004), and writings by other authors, including bell hooks (2015) and Angela Davis (1983), will also be referenced.

Power

The difference between poetry and rhetoric
is being ready to kill
yourself
instead of your children.

I am trapped on a desert of raw gunshot wounds
and a dead child dragging his shattered black
face off the edge of my sleep
blood from his punctured cheeks and shoulders
is the only liquid for miles
and my stomach
churns at the imagined taste while
my mouth splits into dry lips
without loyalty or reason
thirsting for the wetness of his blood
as it sinks into the whiteness
of the desert where I am lost
without imagery or magic
trying to make power out of hatred and destruction
trying to heal my dying son with kisses
only the sun will bleach his bones quicker.
A policeman who shot down a ten-year-old in Queens
stood over the boy with his cop shoes in childish blood
and a voice said “Die you little motherfucker” and
there are tapes to prove it. At his trial



this policeman said in his own defense
“I didn't notice the size nor nothing else
only the color”. And
there are tapes to prove that, too.
Today that 37-year-old white man
with 13 years of police forcing
was set free
by eleven white men who said they were satisfied
justice had been done
and one Black Woman who said
“They convinced me” meaning
they had dragged her 4'10" black Woman's frame
over the hot coals
of four centuries of white male approval
until she let go
the first real power she ever had
and lined her own womb with cement
to make a graveyard for our children.
I have not been able to touch the destruction
within me.
But unless I learn to use
the difference between poetry and rhetoric
my power too will run corrupt as poisonous mold
or lie limp and useless as an unconnected wire
and one day I will take my teenaged plug
and connect it to the nearest socket
raping an 85-year-old white woman
who is somebody's mother
and as I beat her senseless and set a torch to her bed
a Greek chorus will be singing in 3/4 time
“Poor thing. She never hurt a soul. What beasts they are.”
(LORDE, 1997, p. 215-216).



Throughout the poem above Lorde expresses anger and sadness reporting an unfair true story: according to The New York Times (2015), Clifford Glover, a ten-year-old black boy, was murdered in 1973 by Thomas Shea, a racist police officer. The boy was with his stepfather when he was shot at 5 AM on April 28th. We can see an example of category division in the poem "Power". If Clifford Glover were a white child, this situation probably would never have happened, and if Officer Tomas Shea had been a black man doing this, people would certainly have killed him at the crime scene. Both the Clifford Glover case and George Floyd one, exemplify that it does not matter how distant the times are, white people oppress and attack Black people, it is considered justice, regardless of whether the Black person has committed a crime or not; on the other hand, when there are cases of Black people committing violence against white people, this is a catastrophe, injustice, and the blame falls on the color of their skins and not on their act itself, and soon they are persecuted to death. The fourth stanza from "Power" reinforces this, the idea of justice in the eyes of white people: "Today that 37-year-old white man with 13 years of police forcing was set free by eleven white men who said they were satisfied justice had been done" (LORDE, 1997, p. 215)

The necessity of Black feminism

In her essay "The Uses of Anger: Women Responding to Racism", Lorde says that her reaction to racism is anger, not only for her but for all women of color:

Women of Color in America have grown up within a symphony of anger, at being silenced, at being unchosen, at knowing that when we survive, it is despite a world that takes for granted our lack of humanness, and which hates our very existence outside of its service. (LORDE, 1984, p. 129)

Speaking about Black women being silenced in the fourth stanza of Lorde's poem "Power", she presents a poetic image:

Today that 37-year-old white man
with 13 years of police forcing



was set free
by eleven white men who said they were satisfied
justice had been done
and one Black Woman who said
“They convinced me” meaning
they had dragged her 4'10" black Woman's frame
over the hot coals
of four centuries of white male approval
until she let go
the first real power she ever had
and lined her own womb with cement
to make a graveyard for our children.
(LORDE, 1997, p. 215-216)

Lorde refers to the silencing of a Black woman who witnessed the tragedy with Clifford Glover: "she let go the first real power she ever had [her true testimony, her voice] and lined her own womb with cement to make a graveyard for our children." (LORDE, 1997, p. 216). This metaphorical passage argues that by being violently silenced, the witness kept closed all possible doors to a better future for her children and the children of all Black women. All the historical loads on Black women have influenced and still influence feminism, a movement that began to be discussed by women from the middle to the upper class. For black women, there was no possibility of achieving a minimum of dignity. Black women were not even close to having equal rights to black men or white women, even less to conquer equal rights to white men. When it comes to Feminism, white women are the protagonists. According to bell hooks:

White women who dominate feminist discourse, who for the most part make and articulate feminist theory, have little or no understanding of white supremacy as a racial politics, of the psychological impact of class, of their political status within a racist, sexist, capitalist state. (HOOKS, 2015, p. 4)

The fact is that Black women are oppressed by everyone else, everywhere, if not for being Black, then for being a woman and Lorde



comes to express her anger and to fight against all these injustices. Audre Lorde was born after Harlem Renaissance had ended in 1934, but she kept contributing to the continuation and expansion of the movement's achievements, not only in the black movement but also in the LGBTQIA+ movement. It was not for nothing that she used to see herself as an "outsider", out of all possible standards. According to columnist Maggie Chirido for a "NYU Local" publication on the 50th anniversary of the Stonewall Riots (LGBT manifestation against police invasion in New York, that happened on June 28th, 1969), Lorde was especially concerned with the ways people in power treated those without any. [...] She was outspoken when it came to hypocrisy within the feminist movement. She criticized white feminists who perpetuated the very systems which restrained women of color. (2019) Audre Lorde and other feminist women were part of "Sojourner: The Women's Forum", an American feminist periodical published in Cambridge, Massachusetts from 1975 until 2002. Founded by a women's group from the Massachusetts Institute of Technology – MIT, the newspaper was created to provide a space for women in the MIT to talk about their ideas and their needs as women to other women and whoever else it could reach. With the passage of time and the newspaper's growing popularity, it became one of the most notable feminist newspaper publications in the world, containing articles, news, and many discussions related to the feminist movement.

Segregation bad days

"Power" is a poem that expresses Black people's outrage over the real-life murder case of 10-year-old Clifford Glover just because of the color of his skin. A case that has relevance to these days, unfortunately because this type of atrocity still occurs such as George Floyd's murder in 2020. Lorde developed in her work two elements of the black Americans' lives in the XX century: first, the achievements of the Harlem Renaissance, a movement that solidified and celebrated black culture, whether represented in poetry, music, or art after World War I; second, the hurtful experience of the slavery years. Slavery in the USA left strong negative marks on Black people's lives and history, which even nowadays constantly persecute them. When it comes to Black women, in addition to racism, they also had and have been dealing with sexism. "Despite our



recent economic gains, Black women are still the lowest paid group in the nation by sex and race.” (LORDE,1984, p. 60) According to Angela Davis, women used to work just like men did during the age of slavery. However, as well as everything enslaved women had to go through, in the

[...] nineteenth-century, [...] [the] ideology of femininity [...] emphasized women’s roles as nurturing mothers and gentle companions and housekeepers for their husbands, Black women were practically anomalies. [They] suffered in different ways as well, for they were victims of sexual abuse and other barbarous mistreatment that could only be inflicted on women. (1983, p. 2)

John Hope Franklin, an American historian and former president of the “American Historical Association”, wrote an article about several forms of racial segregation in the USA that had been happening from an earlier time until the 20th century: “Of course there had been numerous segregation practices and some segregation statutes for many years, even before the nineteenth century”. (1956, p. 1) There was a process of many ways of segregation,

[...] but it was not until the final quarter of the nineteenth century that states began to evolve a systematic program of legally separating whites and Negroes in every possible area of activity. And it was not until the twentieth century that these laws became a major apparatus for keeping the Negro "in his place." (FRANKLIN, 1956, p. 1)

Economic and political interests led to the legalization of slavery, and from that many ways of trying to prove and affirm the Black as inferior, using even religion to support their arguments, were established:

Slavery was, therefore, the natural lot of the Negro; and any efforts to elevate him to the status of freedom and equality were manifestly in opposition to the laws of nature and of God. (FRANKLIN, 1956, p. 1).

There were many movements and rebellions to end slavery and free black people, and after gradually getting that freedom, those who were freed had to live segregated from white people, not being able to



attend the same spaces at the same time, drink from the same drinking fountains, use the same toilets, going to the same schools, parks, supermarkets and all sorts of public spaces.

[...] numerous acts of violence in urban communities underscored Northern hostility to free Negroes. Between 1830 and 1840 anti-Negro riots occurred in Utica, Palmyra, New York City, and Philadelphia. (FRANKLIN, 1956, p. 2)

After the Civil War, the “Jim Crow” laws, enacted between the 19th and 20th centuries by democrats in the southern states of the USA, were created to accomplish the segregation of Black people from the white community.

The Tennessee law of 1881, sometimes referred to as the first Jim Crow law, directed railroad companies to provide separate cars or portions of cars for first-class Negro passengers, instead of relegating them to second-class accommodations as had been the custom. There were only two votes against the measure in the House and one in the Senate. (FRANKLIN, 1956, p.6)

In Audre Lorde’s biography, Veaux mentions an encounter with segregation that Lorde and her family went through, in September 1947, the same year she entered Hunter High School:

[...] her family took a sightseeing trip to Washington, D.C., for the Fourth of July, stopping during their tour of historical landmarks for ice cream at a nearby parlor. At the time, D.C.’s restaurants were segregated, and the white waitress refused to serve them. The Lordes left, stoically silent. Audre was never to forget the anger and fury of that rejection and humiliation. (2006, p. 27)

One of the most frightening threats that the Black population had to face in the 19th and 20th centuries was the lynching. According to the NAACP (National Association for the Advancement of Colored People), which fought hard against these violent acts of execution, lynching are defined as

The public killing of an individual who has not received any due process. These executions were often carried out by lawless mobs, though police



officers did participate, under the pretext of justice. Lynchings were violent public acts that white people used to terrorize and control Black people in the 19th and 20th centuries, particularly in the South. Lynchings typically evoke images of Black men and women hanging from trees, but they involved other extreme brutality, such as torture, mutilation, decapitation, and desecration. Some victims were burned alive. A typical lynching involved a criminal accusation, an arrest, and the assembly of a mob, followed by seizure, physical torment, and murder of the victim. Lynchings were often public spectacles attended by the white community in celebration of white supremacy. Photos of lynchings were often sold as souvenir postcards. (NAACP, 2022)

According to David V. Baker and Gilbert Garcia,

A contextual history of black female lynchings supports the notion that vigilante violence against black women and girls was a means of gendered racial oppression in American society; black female lynchings were symbolic and cautioned marginalized black women and girls to maintain their inferior place in society to white male supremacy. (2019)

Many Black women who were lynched were not registered by their names, only by titles such as “mother”, “wife”, “sister” or “daughter”, which hampers researchers’ works to identify them. However, using their methodology, they could find some names and “recreate the events in academic and literary narratives to bring greater insight into the contextual realities of Black female oppression in the lynching era (Simien apud Baker, Garcia, 2019).

After a long time of struggle, rebellions, and countless deaths, Black people conquered some rights, but this was still not enough to protect them:

The Civil Rights Act that became law on April 9, 1866, defined citizenship so as to include Negroes. Senator Lyman Trumbull of Illinois said that the purpose of the bill was to destroy the discrimination against the Negro in the laws of Southern states and to make effective the Thirteenth Amendment. [...] Representative John Bingham of Ohio declared that the amendment would protect "by national law the privileges and immunities of all the citizens of the Republic and the inborn rights of every person within its jurisdiction whenever the same shall be abridged or denied by the unconstitutional acts of any



state". Neither the Fourteenth Amendment nor the radical legislation embodied in congressional Reconstruction was sufficient to protect the Negro in his political and civil rights. Southern resistance was stiff and effective, while efforts at enforcement left much to be desired. (FRANKLIN, 1956, p.4)

Franklin shows how enslavement of black people left strong tainted marks that are painful to get rid of since they have been strongly built-in people's culture, minds, and history. This has extended to Black women in the 20th century and even nowadays.

Poetry is not a luxury

In "Poetry is not a luxury", Audre Lorde talks about how long women have felt silenced, hidden, left out, being taught to be submissive, following their fathers and husbands, and how poetry is not a luxury to them, it is a necessity of their existence. (LORDE, 1984, p.87)

Of all the art forms, poetry is the most economical. It is the one which is the most secret, which requires the least physical labor, the least material, and the one which can be done between shifts, in the hospital pantry, on the subway, and on scraps of surplus paper. (LORDE, 1984, p. 116)

Poetry is an artistic expression, just like other kinds of writings, music, theater, and cinema. These forms of artistic expressions have always been dominated by white men, who used and still use poetry just as another way to express what they can say and do without hiding themselves or being afraid of anything. Otherwise, Lorde says that for women, poetry

is a vital necessity of [their] existence. It forms the quality of the light within which [they] predicate [their] hopes and dreams toward survival and change, first made into language, then into idea, then into more tangible action. Poetry is the way [they] help give name to the nameless so it can be thought. Their farthest horizons of [women] hopes and fears are cobbled by [women] poems, carved from the rock experiences of [their] daily lives. (1984, p. 37)



The difficulty of changing historically rooted cultural elements makes women believe they are always wrong, that they cannot speak for themselves, feeling guilty just for being women. Thinking about that, Lorde says that they

[..] can train [themselves] to respect [their] feelings and to transpose them into language so they can be shared. And where that language does not exist yet, it is [their] poetry which helps to fashion it. (1984; p.38)

To Lorde, poetry makes women survive, giving them hope and will to live, making them dream and feel in a certain way a sensation of freedom while expressing anger, sadness, indignation and as a complement an “[...] explicit intention of praising, cursing, consoling, inspiring, blessing, commemorating, denouncing, offering moral counsel and so on.” (EAGLETON, 2007, p. 89).

Poetry allowed women to survive, without it

[...] [Women] have hidden that fact in the same place where [they] have hidden [their] power. They surface in [their] dreams, and it is [their] dreams that point the way to freedom. Those dreams are made realizable through [their] poems that give [them] the strength and courage to see, to feel, to speak, and to dare. (LORDE, 1984, p. 39)

Taking as an example, in “Power” Lorde starts by saying: “The difference between poetry and rhetoric is being ready to kill yourself instead of your children” (1997, p. 215). This stanza represents who she is, and the position she occupies in the world as a Black mother of two interracial children, since she can imagine her kids in the position of Clifford Glover and her as the mother who lost her child. The title of the poem brings to our minds many related themes, such as class struggle, racial struggle, gender roles, and so on. Lorde chooses such a small title, but full of meaning considering the context of the poem. In the second stanza, we can see that the author talks poetically and beautifully about a tragic situation.

I am trapped on a desert of raw gunshot wounds and a dead child dragging his shattered black face off the edge of my sleep blood from his punctured cheeks and shoulders is the only liquid for miles and my stomach churns at the



imagined taste while my mouth splits into dry lips without loyalty or reason thirsting for the wetness of his blood as it sinks into the whiteness of the desert where I am lost without imagery or magic trying to make power out of hatred and destruction trying to heal my dying son with kisses only the sun will bleach his bones quicker (LORDE, 1997, p. 215).

Lorde uses colors as a means of expressing her point of view. For example, in the eleventh to the thirteenth verses, “as it sinks into the whiteness of the desert where I am lost without imagery or magic”, the white color is used to represent how the author feels, trapped in an environment (desert), in which her surroundings are full of white people oppressing people like her, including that poor 10-year-old boy. As a result, the form in this second stanza establishes a contrast with its content, that is, Lorde is talking about a tragic and cruel subject but beautifully, as said before, she used colors to talk about the tragedy, and also figures of speech, such as metaphor in “I am trapped on a desert of raw gunshot wounds” – she didn't mean to be literally in a desert full of bullet holes, but rather that this is the reality that surrounds her daily when it comes to Black people. In addition, she says she finds herself lost in the “whiteness” of a desert, that is, she lives surrounded by white people that cause those “raw gunshot wounds”.

A policeman who shot down a ten-year-old in Queens stood over the boy with his cop shoes in childish blood and a voice said “Die you little motherfucker” and there are tapes to prove it. At his trial this policeman said in his own defense “I didn't notice the size nor nothing else only the color”. And there are tapes to prove that, too. (LORDE, 1997, p. 215) In the third stanza of the poem, Lorde approaches the same theme, but more crudely: there is a break in the way she was writing earlier, a break between “poetry and rhetoric”, as mentioned in the first stanza. The discourse is almost journalistic as if she was attempting to report the fact as objectively as possible. She is direct with her words, for example, when using inverted commas to refer to a voice saying “Die you little motherfucker”, which was probably coming from white people seeing that child being tortured and killed.

A discussion about class

Later in the 4th stanza of “Power”, Lorde says that a Black woman was convinced that what was done to the child was fair, but she was led to say



and position herself that way, as a witness to the tragedy, probably having been tortured to contribute with the situation: “and one Black Woman who said: “They convinced me” meaning they had dragged her 4'10" black Woman's frame over the hot coals of four centuries of white male approval” (LORDE, 1997, p. 215, 216). Everything contributes to violence and death against black people, while everything also contributes to the acquittal of white people for committing crimes, as was the case of police officer Thomas Shea, who killed Clifford Glover, an innocent child.

Difference has always been a reason for segregation between people, whether by their color, class, or gender. But after all, what does class mean to the Black feminist movement? According to Lorde, in American society, everything that is considered good is based on money and profit, and this reality contemplates some groups of white people, high social class, and mostly men; on the other hand,

[...] there must always be some group of people who, through systematized oppression, can be made to feel surplus, to occupy the place of the dehumanized inferior. Within this society, that group is made up of Black and Third World people, working class people, older people, and women. (LORDE, 1984, p. 114)

Lorde also says that beyond taking profit from the oppressed people, the oppressors still hope that the oppressed themselves teach them how not to be racist, sexist, homophobic, and so on:

Black and Third World people are expected to educate white people as to our humanity. Women are expected to educate men. Lesbians and gay men are expected to educate the heterosexual world. The oppressors maintain their position and evade responsibility for their own actions. (LORDE, 1984, p. 115)

Capitalism results in class divisions, which means that capital controls the system and submits some people to others. Whoever has more money, like private companies lead by white and heterosexual men, subordinates the population to their service and this causes the division of social classes, the desire for profit on those who are not considered people, but commodities. Inside feminism it is not different, “white women focus upon their oppression as women and ignore



differences of race, sexual preference [orientation], class and gender” (LORDE, 1984, p. 116), which weakens the feminist movement. According to Lorde’s approach, every feminist should discuss the differences between women, not just expect each woman to speak for herself, for example, just like not only black women should talk about racism and not only LGBTQIA+ women should talk about homophobia, but everyone should embrace differences within the feminist movement: “Refusing to recognize difference makes it impossible to see the different problems and pitfalls facing [them] as women.” (LORDE, 1984, p. 118) Regarding the white feminist movement and its advantages over Black women, due to their race and class privileges, hooks states that, Although the impulse towards unity and empathy that informed the notion of common oppression was directed at building solidarity, slogans like "organize around your own oppression" provided the excuse many privileged women needed to ignore the differences between their social status and the status of masses of women. It was a mark of race and class privilege, as well as the expression of freedom from the many constraints sexism places on working class women, that middle-class white women were able to make their interests the primary focus of feminist movement and employ a rhetoric of commonality that made their condition synonymous with "oppression." (HOOKS, 2015, p. 6) Women must be seen as equals when it comes to citizenship rights, and at the same time have their particularities, but

[...] gender is not always constituted coherently or consistently in different historical contexts... [and] gender intersects with racial, class, ethnic, sexual, and regional modalities of discursively constituted identities” (Butler, 1999, p. 6).

That’s why it is not possible “to separate out ‘gender’ from the political and cultural intersections in which it is invariably produced and maintained.” (Butler; 1999; p. 6)

Butler writes the word “women” between quotation marks since she thinks being a woman is a social construction and to become one is necessary to be under the cultural and social idea to be a woman or a man. Thinking that way, she asks



[...] is there some commonality among "women" that preexists their oppression, or does "women" have a bond by virtue of their oppression alone? Is there a specificity to women's cultures that is independent of their subordination by hegemonic, masculinist cultures? integrity of women's cultural or linguistic practices always specified against and, hence, within the terms of some more dominant cultural formation? (1999; p. 7)

Would it be necessary to emphasize gender binarity and the feminist movement, which theoretically encompasses all women without considering their particularities, if it were not for the oppression suffered by the category of people socially called "women"? In the following poem quotation, it is shown that a specific black woman was silenced towards Clifford Glover murder:

[...] and one Black Woman who said "They convinced me" meaning they had dragged her 4'10" black Woman's frame over the hot coals of four centuries of white male approval until she let go the first real power she ever had and lined her own womb with cement to make a graveyard for our children. (LORDE, 1997, p. 215-216)

Using metaphors, the speaker describes how the white policeman silenced a Black woman, and the consequences of such act. The categorization and the discrimination it leads to prevent people from simply being themselves without worrying to fit into social boxes. This Black woman from the poem would not be silenced if she was white and male. But since the world works in categories (some oppressive to others), then there must be unity considering the social and cultural differences of each one.

Final considerations

From this research work it could be noted that, unfortunately, while there were changes and the achievements of rights, inconceivable situations that happened centuries ago, such as the unfair killing or imprisonment of Black people just for the color of their skin or women dying just because of their gender or sexuality, are still seen in the news nowadays. It is essential to observe and analyze the history of racism and its impact on black people's lives, using the poem "Power" by Audre



Lorde as the starting point, in addition to the impact of racism on black women's lives along with sexism to understand that all this has been culturally constructed for a long time, mainly after slavery, which makes it difficult to deconstruct these ideas that are adopted by the oppressed themselves. Audre Lorde's legacy is important to discuss black feminism, class, and racism. Unfortunately, she is not widely known as she should be in Brazil. This paper aims to provide visibility to Lorde's work so that and her life be an inspiration to keep the fight against any discrimination when it comes to Black people, mostly women whether they are LGBTQ+ or not. During her life, Lorde could live as many experiences as she wanted to and what was possible for her to live in her context. Her works contribute and will keep contributing to overcome race, class, sexism, and obstacles regarding sexuality.

References

A Litany For Survival: The Life And Work Of Audre Lorde. Direction: A Police Shot To A Boy's Back In Queens, Echoing Since. **Nytimes.Com**, 1973., 2015. Available In: <<https://Www.Nytimes.Com/2015/04/17/Nyregion/Fired-At-Queens-Boy-Fatal1973-Police-Shot-Still-Reverberates.Html>>. Accessed on April 7th, 2022

A Litany For Survival: The Life and Work of Audre Lorde. Available in: <<https://film.twn.org/products/a-litany-for-survival-the-life-and-work-of-audre-lorde>>. Accessed on November: 12th, 2024.

Baker, David V.; Garcia, Gilbert. An Analytical History Of Black Females Lynchings In The United States, 1938 - 1969. **Qualitativecriminology.Com**, 2019. Available In: <<https://Www.Qualitativecriminology.Com/Pub/V8i1p5/Release/1>>. Accessed On: January 20th 2022.

Chirido, Maggie. **Remembering Audre Lorde 50 Years After The Stonewall Uprising: Revolution Is Not A One-Time Event.** Nyulocal.Com, 2019. Available In: <<https://Nyulocal.Com/Remembering-Audre-Lorde-50-Years-After-The-Stonewall-Prising7d10d3c4efba>>. Accessed On: June 21st 2022.



“What was the Harlem Renaissance? A ‘Flowering of Black Creativity’”. **Artspace.Com**, 2018. Available In: <https://Www.Artspace.Com/Magazine/Art_101/Book_Report/What-Was-The-Harlemrenaissance-55542>. Accessed On: June, 21st 2022

Davis, Angela Y. **Women, Race And Class**. New York: Random House, 1983.

Eagleton, Terry. **How To Read A Poem**. Blackwell Publishing, 2007.

Franklin. John Hope. **History Of Racial Segregation In The United States**. In: The Annals Of The American Academy Of Political And Social Science, Vol. 304, Racial Desegregation And Integration. Mar. 1956, P. 1-9

History Of Lynching In America. **Naacp.Org**, 2022. Available In: <<https://Naacp.Org/Find-Resources/History-Explained/History-Lynching-America>>. Accessed On: January 20th, 2022.

Hooks, Bell. **Black Women: Shaping Feminist Theory**. In: **Feminist Theory: From Margin To Center**. New York: Routledge, 2015. P. 1–17.

Lorde, Audre. 1985. "A New Spelling Of Our Name". Sojourner: The Women’s Forum, January 1st

Lorde, Audre. **I Am Your Sister: Black Women Organizing Across Sexualities**. New York: Kitchen Table: Women Of Color Press, 1985.

Lorde, Audre. **Sister Outsider: Essays And Speeches**. United States: Crossing Press, 1984.

Lorde, Audre. **The Collected Poems Of Audre Lorde**. W.W. Norton And Company Inc., 1997.

Veaux, Alexis De. **A Warrior Poet: A Biography Of Audre Lorde**. New York: W. W. Norton And Company, 2006.



Resumo: Este artigo pretende utilizar o poema "Power", de Audre Lorde, contido em "The Collected Poems of Audre Lorde", os ensaios de Lorde publicados em "Sister Outsider", e obras de bell hooks e Angela Davis como pontos de partida para refletir e discutir o racismo, o feminismo negro e questões de classe. Nosso objetivo é compreender o processo de silenciamento das mulheres negras dentro do movimento feminista nos Estados Unidos na década de 1960, reconhecendo a importância da poesia como ferramenta revolucionária, permitindo que as mulheres negras se expressem por si mesmas.

PALAVRAS-CHAVE: AUDRE LORDE. FEMINISMO NEGRO. RACISMO. CLASSE. POESIA

Levi Correia de Sousa

*Licentiate degree in English at the Federal University of
Western Pará. E-mail: levisousa9812@gmail.com*

Elder Koei Itikawa Tanaka

*Ph.D. in English at the University of São Paulo. Professor in the
Graduate Program in Languages at the Federal University of Western
Pará and leader of the Literature and Cinema Studies Group
(Gelic/Ufopa). E-mail: elder.tanaka@ufopa.edu.br*

Recebido em: 06/12/2023

Aprovado em: 01/11/2024



ENTREVISTA



Feminismos queer Entrevista com Gracia Trujillo

Pâmela Laurentina Sampaio Reis¹, *Universidade Federal de Santa Catarina(UFSC)*

María José Alonso Vidal, *Universidad de Jaén (UJA)*

Resumo.

La entrevista aborda la trayectoria de Gracia Trujillo, profesora de la Universidad Complutense de Madrid. En esta entrevista, Gracia reflexiona sobre su recorrido como lesbiana activista y profesora universitaria, demostrando los desafíos que rodean las dos esferas vividas de forma articulada. Al comentar sobre los principales temas de su obra, la autora destaca la importancia de recuperar un análisis crítico de la categoría queer, en la cual lo queer/cuier se alinea con agendas antirracistas, decoloniales y latinas, como las trabajadas por Gloria Anzaldúa. También trata temas como maternidades queer, lesbofobia y la actuación del movimiento lésbico español.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Queer. Gracia Trujillo. Activismo

¹Essa entrevista teve financiamento de bolsa de doutorado (processo nº: 141532/2021-1) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da bolsa CAPES-PRINT (PRINT - Programa Institucional de Internacionalização (Edital nº 41/2017. Processo nº: 88887.936827/2024-00).



#PraCegoVer: Foto de apresentação de Gracia Trujillo XXXII Encuentros Estatales LGTBI, 2022, em Coruña. Créditos da foto: Org. XXXII Encuentros Estatales LGTBI, 2022, em Coruña. Gracia Trujillo está usando uma blusa preta, em uma biblioteca, tendo atrás delas prateleiras de livros.



Introducción

Gracia Trujillo es Profesora de Sociología en la Universidad Complutense de Madrid, Doctora integrante del Instituto Juan March de Estudios e Investigaciones, y activista feminista-queer. Con una vasta trayectoria académica, actuó como Profesora Contratada Doctora en la Universidad de Castilla-La Mancha (2009-2019) y fue profesora visitante en diversas universidades internacionales, como la Universidad de Nueva York (NYU), Universidad de Buenos Aires (UBA), FLACSO en Quito, Universidad de Coimbra (Portugal), Birkbeck College de la Universidad de Londres y Universidad Humboldt de Berlín.

Sus investigaciones abarcan temas como movimientos sociales, sociología de la educación y sociología de género y sexualidad, siempre desde una perspectiva interseccional. Participó en proyectos de investigación a nivel nacional e internacional, como el proyecto europeo HERA, "Cruising the 1970s. Exploring pre-HIV/AIDS Queer Sexual Cultures". Así como asesora, en el proyecto financiado por el ERC, "Intimate-Citizenship, Care and Choice. The micropolitics of intimacy in Southern Europe", y en el proyecto europeo "Diversity and childhood".

Autora de renombre internacional, Trujillo ha publicado obras influyentes como 'Identidades y acción colectiva' (2007), 'Deseo y resistencia. Treinta años de movilización lesbiana en el estado español, 1977-2007' (Egales, 2008; reeditado en 2021) y 'El feminismo queer es para todo el mundo' (La Catarata, 2022), traducido al portugués por Devires. La socióloga ha dejado una huella importante en el ámbito académico brasileño a través de su participación en eventos científicos destacados, como el Seminario Internacional Desfazendo Gênero (2021) y la III Conferencia Internacional de Estudios Queer (2024).

En junio de 2024, Gracia Trujillo y María Alonso participaron en la mesa redonda 'Memoria Histórica LGBTIQA+' en Granada, junto al activista LGBTIQA+ Juan Planta, autor de 'Arremangadas 6'. Alonso ha seguido la investigación de Trujillo desde 2008, cuando esta presentó su primer libro, 'Deseo y Resistencia (1977-2007)' en la Universidad de Granada. Durante su estancia en la misma universidad en 2024, Pâmela Laurentina estudió la obra de Trujillo y pudo reunirse con ella y Alonso el 19 de junio. Posteriormente, se encontraron en el VI Congreso Internacional sobre Estudios de la Diversidad Sexual en Iberoamérica



(CIEDSI), en Girona, del 17 al 19 de julio de 2024. Al planificar este dossier, la relevancia de la obra de Trujillo para el feminismo y el activismo queer, especialmente en el pensamiento lésbico, fue evidente.

Pâmela e María: Para empezar, ¿podrías contarnos un poco de tu trayectoria?

Gracia Trujillo: Si tuviera que resumirla diría que en mi caso se entrelazan totalmente mi vida académica y activista, no concibo una sin la otra. Yo me licencié en Historia Contemporánea en la Universidad Autónoma de Madrid. Después me aventuré en el ámbito de la investigación gracias a una beca para hacer la tesis que gané en la Fundación Juan March. Este no era el espacio más *lgtbi friendly* entonces pero bueno, la financiación me permitió sobrevivir aquellos años mientras hacía la tesis, que defendí en el Departamento de Sociología de la Universidad Autónoma en 2007. En la universidad llevo dando clases e investigando desde 2003, todo un periplo que pasa por precariedades, trabajar fuera de Madrid durante unos años, y mil batallas, pero bueno, decidí resistir porque creo que es importante que estemos ahí, sobre todo para el alumnado queer, aunque no sólo.

Mi recorrido activista, por otra parte, empezó en 1996 cuando comencé a participar en espacios feministas y bolleros; la ocupación del espacio que luego fue la Eskalera Karakola, en el barrio de Lavapiés en Madrid, significó en mi vida un antes y un después. Ahí organizamos un grupo de lesbianas, *Las Goudous* (bollera en francés, porque una de nuestras compañeras era francesa), pusimos en marcha el fanzine *Bollus Vivendi* y, más tarde, en 2003, organizamos el Grupo de Trabajo Queer. Por cierto, fue en estos espacios donde empezamos a leer y poner en común las lecturas de Anzaldúa, Haraway, Butler, Sedgwick, etc, no en el ámbito académico. A partir de 2011 formé parte de la Asamblea Transmaricabollo de Sol, del 15M (o el Movimiento de los indignados, como se nos conoció fuera de España). La Asamblea estuvo activa durante varios años, los primeros fueron realmente interesantes, hicimos varias acciones muy chulas (como cuando protestamos por la visita del Papa o recibimos a *frau* Merkel), y estábamos en todas las manis, concentraciones, etc, en defensa de la sanidad y la educación públicas, la República, en la huelga general... no parábamos!

Pâmela e Maria: Una de las cosas que más conocemos de ti –porque te hemos leído, te hemos escuchado y te hemos estudiado–, es esa



interrelación que has comentado antes que hay entre tu hacer teoría y tu activismo *queer*. ¿Podrías contarnos un poco, ¿cómo llega a darse ese paso de la calle al escritorio? ¿Y de la calle a la academia, que no es exactamente lo mismo?

Gracia Trujillo: Cuando okupamos el espacio que se convirtió en el centro social La Eskalera Karakola yo había acabado la carrera de Historia, y andaba de becaria en el Instituto de la Mujer, que fue una experiencia tremenda porque el grupo de becarias con el que trabajábamos nos montó a mi pareja de entonces y a mí un acoso lesbofóbico en toda regla. Salí de allí gracias a la beca de Doctorado, en aquel momento ya estaba participando en la Karakola y organizando un grupo de lesbianas en aquel espacio, como os he comentado. La verdad es que, como os decía, no entiendo la investigación alejada de la realidad social, de la calle; para mí el activismo ha sido una gran escuela de vida, me hace poner los pies en la tierra, conectar con lo que le pasa a la gente. El pertenecer a grupos y redes activistas me ha dado también mucha fuerza en momentos de precariedad, de desesperación en y con el mundo académico, cuando no de violencias más o menos sutiles y acosos que he recibido a lo largo de estos años. Por cierto, todos ellos por parte de compañeras feministas, todo con muchas comillas, lo de compañeras y lo de feministas. Este es un gran melón que ojalá consigamos abrir algún día, el de la violencias de las mujeres contra otras en la Academia.

Pâmela e Maria: Teniendo en cuenta lo anterior, ¿has tenido algún problema con/en la academia, o en algún momento has sentido peligrar tu carrera como docente e investigadora, dado el lugar desde el que escribes, las metodologías que utilizas, los temas, etc.?

Gracia Trujillo: Yo creo que el investigar sobre temaslésbicos, feministas, *queer*, no me ha hecho el camino académico más fácil, todo lo contrario. En los noventa y dos miles éramos poca gente investigando sobre estos temas raritos para la Sociología o las Ciencias sociales más mainstream. En mi caso, mi tesis sobre el movimiento de lesbianas en el Estado español me supuso tener que salir todo el rato del armario en entornos muchas veces hostiles. Pero la verdad es que la volvería a hacer, no fue nada fácil a todos los niveles pero este trabajo y otros me han aportado muchísimas cosas todos estos años: me han permitido viajar invitada a muchos lugares, conocer gente genial que trabaja en



nuestros temas, redes activistas... mereció la pena apostar por ello, desde luego. Lo que pasa es que aquella elección, unida a que una es rebelde y no está dispuesta a pasar por malos tratos en este mundo académico jerarquizado y muchas veces violento, junto con la escasez de plazas, hizo que tuviera que trabajar en la Universidad de Castilla- La Mancha durante 12 años, desde el 2007 hasta el 2019. En principio iba a trabajar allí un tiempo mientras se iba moviendo la cosa en Madrid pero ese tiempo fueron 12 años al final! Así que me pasé subida a un tren Madrid-Ciudad Real- Madrid esos años, trabajando en una Facultad que no tenía mucha vida académica. Pero bueno, en aquellos años hice, además de unas buenas amigas, algunas estancias fuera, estuve en la Universidad de Buenos Aires durante unos meses en 2011, luego en 2014 en la FLACSO de Quito, en 2016 en Birkbeck; estos viajes me dieron la vida, me permitieron conocer gente que trabaja en estudios de género, LGTBI+, queer, decolonialidad, etc. Así que busqué fuera lo que no encontraba en el ámbito académico, y fui armando mis propias redes, que creo son fundamentales en unos espacios que tienden mucho al individualismo, cuando no al sálvese quien pueda; mientras te asegures tu plaza o tu lugar el resto da un poco igual. Ahora llevo 5 años en la Universidad Complutense, y este cambio, nada fácil, ha sido también toda una odisea administrativa. A la carrera académica hay que echarle mucha energía, tesón y humor....Pero siempre he pensado, como os decía antes, que es importante que estemos ahí, como maricas, bolleras, trans, bisexuales, personas racializadas, con otras capacidades, etc., para que el alumnado pueda vernos. Alguna vez he comentado en alguna charla que somos como luciérnagas, a mí me vienen a buscar muchos estudiantes de TFGs, TFMs, tesis, etc., que trabajan en temas lgtbi+, queer, feministas, etc. Y esto me encanta, es algo que no tuvimos la gente de generaciones anteriores.

Pâmela e Maria ¿Alguna vez has sentido una evolución, o una modificación en tu posicionamiento político-teórico?

Gracia Trujillo: Lo que yo he vivido, que creo que nos ha pasado a muchas, es ese pasar de la identidad lesbiana y feminista a devenir queer. Y después transfeminista. En los últimos años utilizamos también mucho el término disidencias sexuales, que a mí me gusta por lo que tiene de “contagio”, de influencia de países como Chile. En todo caso, es la misma corriente radical dentro de los feminismos y la protesta sexual. Hoy en día decimos también transfeminismos, feminismos cuir,



interseccionales, inclusivos, de calle... Ese siempre ha sido mi espacio político.

Pâmela e Maria: Atendiendo a tu último libro *El feminismo queer es para todo el mundo*, ¿debemos entender que para ti hay relación entre lo *queer* y el feminismo, a pesar de los ataques actuales a lo *queer* de algunas feministas desde algunos feminismos?

Gracia Trujillo: No sólo hay una relación, hay toda una corriente dentro de los feminismos, en plural, que es queer/cuir, radical, autónoma, interseccional, como queremos llamarla. Estos días hemos visto cómo un sector feminista del Partido Socialista ha propuesto eliminar la Q de las siglas LGTBI+. Yo nunca he sido partidaria de que la Q se sumara a todo el resto de iniciales porque esa Q, de queer, no es una identidad. Queer alude a un no lugar, a un cuestionamiento de las políticas identitarias que dejan gente fuera, a unas teorizaciones y activismos que están atravesados por los ejes de clase, raza, etnia, edad, capacidad... Este borrado de la Q supone un intento de eliminar a la disidencia sexual y genérica, de enfrentarla con lo LGTBI, de ahondar en la transfobia... Imaginaos que hubieran dicho, en vez de queer, disidencia sexual. La gente lo hubiera entendido mejor, no? Este sector feminista, excluyente en términos amplios, no sólo con las personas trans sino también con las trabajadoras sexuales, con lo queer en general, está utilizando este término como una especie de tinta de calamar, no se sabe muy bien a qué se refieren con él pero funciona perfectamente para crear esa confusión y ese rechazo a todo lo que no se alinea con su forma de pensar conservadora.

Pâmela e Maria ¿Por qué crees que no es tan evidente esa relación para esas otras feministas? ¿Es para ellas lo *queer* algo que perjudica a los feminismos?

Gracia Trujillo: Yo creo que aquí está en juego el relato feminista, la hegemonía en el discurso, el control del movimiento feminista. Hablan de lobby queer, de lo queer como un Caballo de Troya dentro del feminismo... pero eso no es cierto para nada, claro. Las activistas lesbianas queer vienen impulsando al feminismo desde hace años, sumando a gente más joven, pensando en clave interseccional... Y estamos haciendo frente a una revuelta del sector excluyente, que está defendiendo su poder en las instituciones, como la universidad y otras.



Pero la hegemonía social, política en general, la perdieron hace años, no hay más que ver las convocatorias que hacen en el 8 de Marzo, va poca gente, mientras las manifestaciones transinclusivas son gigantescas. Es muy preocupante también ver la “pinza” que hacen estas feministas excluyentes con la extrema derecha, sus discursos coinciden en muchos puntos!

Pâmela e Maria: Si las iniciales LGTBI hacen referencia a categorías identitarias, ¿tú sabrías explicarnos por qué se le ha añadido la Q (*queer*) al nombre que hace referencia a ese colectivo? ¿Es, tal vez, lo *queer* una identidad también? ¿Podríamos preguntarte, por ejemplo, si tú eres lesbiana, bisexual, trans o *queer*? ¿Podría una persona que se identifica como lesbiana no identificarse como *queer*, igual que no tiene por qué identificarse como feminista, o piensas que va todo interrelacionado?

Gracia Trujillo: Yo me defino como lesbiana *queer* o bollera, y feminista, claro. Pero bueno, hay muchas lesbianas que no se consideran *queer* y/o que se definen de otra manera. Depende de lo que priorices política y personalmente, también esto puede ir variando durante tu vida, como hemos comentado antes.

Pâmela e Maria: ¿Podemos pensar en la teoría *queer* o *queer* desde una perspectiva anticolonial?

Gracia Trujillo: No sólo podemos sino que debemos. Para mí lo *queer/cuir* es antirracista y decolonial o no es. Justo ahora que hacemos esta entrevista estoy en Brasil, en Aracajú, en el nordeste del país, invitada a una mesa redonda en el III Congreso Conquer. Y la mesa se llama así, feminismos *cuir* e interseccionales, donde vamos a hablar de los retos que tenemos por delante con las compañeras travestis y trans racializadas del Sur.

Pâmela e Maria: ¿Qué son las maternidades *cuir*, además del título de un libro coordinado por Gracia Trujillo y Eva Abril? ¿Tienen estas maternidades algo que enseñarle a la maternidad tradicional heteronormativa?

Gracia Trujillo: Las maternidades *cuir* son todas las maternidades no cis-heteronormativas, que tienen ya un largo recorrido (las mujeres que



decidieron ser madres solteras hace años, por ejemplo, se escaparon en su día al mandato patriarcal, y fueron penalizadas por ello). Nuestro libro, que es una compilación de reflexiones y pequeñas historias de vida de madres bis, lesbianas y trans, y/o con peques trans, muestra cómo son unas maternidades muy deseadas, que pasan por mucha negociación también con la pareja o red afectiva (se habla de quién se va a embarazar, por ejemplo, cómo se van a organizar los cuidados, etc.). También se puede ver cómo funcionan nuestras familias elegidas (nuestras amigas que son las “tías” de nuestros peques, por ejemplo) y nuestras redes de cuidado en general, porque hay veces que la gente no puede contar con su familia de origen. Estas maternidades tienen mucho que aportar al mundo de la crianza en general, sólo hay que querer ver más allá de tu propio ámbito para ello. Yo creo que hay muchas intersecciones posibles con otras maternidades que se alejan de la norma cishetero con las que podemos trabajar, a mí me interesa mucho ese espacio de intersticios, de “grietas” del sistema.

Pâmela e Maria: Desde tu propia experiencia, ¿no es tan intensa la práctica de la maternidad, como para modificar los cimientos de una vida *queer*? O, ¿cómo afectan lxs hijxs a una vida *queer*?

Gracia Trujillo: Creo que les hijos afectan de una manera radical a cualquier vida, pero en nuestro caso hay cuestiones que vivimos que son diferentes a las de las maternidades tradicionales, digamos. Por mencionar algunas cosas: nos pasamos el día saliendo del armario: en el cole, en la consulta de pediatría, en el supermercado, en la calle o en mil interacciones cotidianas. Ser visible ya no es una cuestión sólo individual sino que afecta a tus hijos también. Y también nos pasa que se produce, en general, un cambio en la relación con las familias de origen. Hay una especie de “vuelta a casa” a través de la maternidad en muchos casos, cuando no un redimirse de las familias de origen de la lesbofobia de años anteriores: tengo una hija lesbiana pero bueno, ahora voy a hacer de abuela o abuelo.

Pâmela e Maria: ¿Yéndonos a tu libro, que fue tu investigación de tesis: *Deseo y resistencia*. Qué tenemos que aprender de las lesbianas españolas de los setenta y los ochenta? ¿Es necesario continuar hoy con esa lucha que consigues cartografiar en tu libro a nivel español, ahora que tenemos tanto conseguido aquí?



Gracia Trujillo: Sin duda. Creo que todas las generaciones políticas han aportado muchas cosas, impulsando la lucha lesbiana dentro de los feminismos, en el movimiento LGTBI+ y en la sociedad en general. No podemos bajar la guardia, y menos en el contexto actual de avance de la reacción neoconservadora en lo social y de la extrema derecha en el ámbito político. Y ya de los medios, ni hablemos, lo de la manosfera es terrible. Hay que seguir incidiendo en las coaliciones entre grupos sociales y activismos, aunque sean puntuales. Para ello, y pensando en lo que me preguntáis de los 70 y 80, en el periodo de la Transición a la democracia muchas lesbianas se sumaron a los Frentes de Liberación Homosexual, que eran frentes de inspiración marxista. La idea era sumar, y ahí estaban los gais y las travestis y transexuales junto con las activistas lesbianas peleando por la derogación de la Ley de peligrosidad y rehabilitación social. La primera manifestación del Orgullo, en el año 77 en Barcelona, fue lo que hoy llamaríamos de “confluencia” de fuerzas: ahí estuvieron apoyando las feministas, la gente de los partidos de extrema izquierda, y muchos y muchas otras que pensaron que aquella represión y violencia era intolerable. Para mí esto es muy inspirador para pensar hoy en día en esa necesaria confluencia de fuerzas políticas, en seguir construyendo redes de movilización y apoyo, en seguir pensando en objetivos comunes, más allá de las identidades.



Abstract:The interview addresses the journey of Gracia Trujillo, a professor at the Complutense University of Madrid. In this interview, Gracia reflects on her experience as a lesbian activist and university professor, highlighting the challenges that surround both spheres in an articulated manner. When discussing the main themes of her work, the author emphasizes the importance of reclaiming a critical analysis of the queer category, in which queer aligns with anti-racist, decolonial, and Latina agendas, as explored by Gloria Anzaldúa. She also touches on topics such as queer motherhood, lesbophobia, and the actions of the Spanish lesbian movement.

KEYWORDS: Queer Feminism. Gracia Trujillo. Activism.

Pâmela LAURENTINA SAMPAIO REIS

Doutoranda em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestra em Antropologia pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS) da UFSC.

María José ALONSO VIDAL

Doctora por el Programa Oficial de Doctorado Estudios de las Mujeres, Discursos y Prácticas de Género. Licenciada en Ciencias del Trabajo. Diplomada en Trabajo Social por la Universidad de Granada. Es profesora sustituta Interina. Departamento de Psicología. Área de Trabajo Social. Universidad de Jaén(UJA).

Recebido em: 15/02/2025

Aprovado em: 28/02/2025



TRADUÇÕES

**Um feminismo zumbi?
Promiscuidade e contágio¹:****Políticas sapatão² trans feministas cuir
decoloniais**

¹ Publicado originalmente como “¿Un feminismo zombi? Promiscuidad y contagio: políticas tortilleras trans feministas cuir descoloniales”. In: FLORES, valeria. *Interrucciones: Ensayos de poética activista*. Escritura, política, educación. Neuquén: La Mondonga Dark, 2013. A obra completa pode ser acessada em: <https://www.bibliotecafragmentada.org>. Seguindo as contestações feministas ao poder das figuras de intelectualidade e autoria, especialmente consolidadas por bell hook, flores nomeia-se em letras minúsculas, grafia aqui transposta. Demais publicações e intervenções de ativismo da autora podem ser acompanhados por meio de seu blog, *Escritos heréticos*. Disponível em: <https://escritoshereticos.blogspot.com/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

² N. T. Optei por referenciar o termo “tortilleras”, do título original, como “sapatão” na versão em Português. Na América Latina, tortillera é uma gíria popular derivada do sentido de “torticera” - coisa torta, retorcida -, apropriada pelos movimentos lésbicos e sexo-dissidentes em um processo de não conformação à abjeção pelo dispositivo da sexualidade. Apesar de não existir uma equivalência completa entre os termos, pois “tortillera” também é usado, mesmo que em menor medida, por movimentos lésbicos brasileiros (cf. LEONEL, 2023), a escolha de tradução foi feita considerando que “sapatão” é uma nomenclatura popularizada no Brasil em condições semelhantes. Desde 1970, se disseminou enquanto chamado pejorativo para mulheres em relacionamentos sáficos e, sobretudo, desviantes da feminilidade cisheteronormativa, evocando, em tom negativo, certa masculinidade e aspereza. Desse modo, empregá-la evoca uma cadeia citacional de insistência na não pertença e nas performances dissidentes de gênero e sexualidade, praticada e pensada pelos ativismos lésbicos no Brasil (cf. PACOR, 2021).



Val Flores, *Escritora, professora, ativista da dissidência sexual na Argentina.*

Tradução:

Rafaela Zimkovicz, *Universidade Federal do Paraná (UFPR)*

Resumo. Originalmente publicado na coletânea autoral de poética ativista *Interrucciones* (2013), pelo selo autônomo La Mondonga Dark, o texto apresenta um diagnóstico ético-político para as práticas feministas do Sul. Em interlocução com figurações da ficção científica, ativistas e pensadores³ regionais, e expoentes das filosofias pós-estruturalista e *queer/cuir*, a autora demarca as normatizações impostas pelos feminismos e o movimento LGBTIAP+ institucionalizados. Como contraponto às agendas heterocentradas, higienistas e racistas de securitização neoliberal e essencialização das experiências lésbicas, trans, intersex e das pessoas com deficiência, é proposta uma política de articulações sexo-dissidentes e feminista pró-sexo. De maneira central, ela questiona a postura descritiva assumida pelos estudos de gênero e sexualidade, fornecendo ferramentas teórico-metodológicas para a estruturação de novas tecnologias de subjetivação a partir dos arquivos corpóreos e, à extensão disso, provoca o estremecimento da episteme humanista ocidental e de suas cisões entre ativismo e produção de saberes.

PALAVRAS-CHAVE: Feminismo Pró-sexo. Dissidência Sexual. Ativismo Cuir. Estudos de Gênero. Escrita Ciborgue.

³ N.T. Ao longo do texto, privilegiei a utilização de linguagem não binária, mantendo e dando continuidade à política linguística da autora. Na versão em espanhol, predomina a escrita disruptiva de termos usualmente conjugados no masculino como elemento de universalização, como em "muertxs vivientes" (FLORES, 2013, p. 147, ver p. 5 deste arquivo). Devido às limitações de acessibilidade de dígitos como -x em substituição às vogais -a e -o do Português, priorizei a utilização das terminações em -e e -ie, em consonância com as recomendações da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) para uma linguagem anti-normativa (MARINHO, 2021; SANTOS FILHO, 2021). Em alguns momentos, são empregados dígitos externos ao sistema linguístico do Português e do Espanhol (*). Entendendo que esses usos contêm uma proposta de ruptura visual e de leitura que não é contemplada pelo uso das terminações não binárias de uso corrente (cf. FLORES, 2019), eles foram mantidos (ver p. 16).



Não nos reconciliamos com os opressores que atrelam seu gemido ao nosso pranto. Não nos reconciliamos.

Gloria Anzaldúa (1988)

O combate entre a subjetividade crítica e a subjetividade institucional é um combate que reúne várias forças dentro de instituições que são, elas próprias, heterogêneas, com certas tendências dogmáticas ou conservadoras e outras que não o são. É necessário reavaliar permanentemente os poderes hegemônicos em processo de constituição e desfazê-los no processo, sem a ilusão de que iremos acabar com a hegemonia para sempre. Enfraquecer uma hegemonia pode significar também voltar a instituir outra, razão pela qual a vigilância crítica não deve descansar nunca.

Jacques Derrida (1997)

Praticar ativamente a deslealdade tem seu preço e suas recompensas.

Chandra Talpade Mohanty (2008)

...se tivesse que apostar, na contramão de todos os contextos e posições, em uma definição própria de ser feminista (uma e apenas uma), apostaria sem dúvidas em uma posição alinhada a uma política do *enfrentamento do feminismo*. Acompanhando naturalmente todas as complexidades e sentidos entrepostos no sintagma: *o enfrentamento do feminismo*.

Alejandra Castillo (2011)

O único mito moderno é o dos zumbis, esquizos mortificados, bons para o trabalho, reconduzidos à razão.

O Anti-Édipo (DELEUZE; GUATTARI, 2010)

No espaço do burburinho político, na deriva entre a vida e a morte, pela densidade intersticial do espectro que reencarna a negatividade, a meia-voz, reverbera uma pergunta: um feminismo zumbi? Agarrada à escrita como forma de sobrevivência, cotejo um certo feminismo, uma certa forma da teoria feminista, uma certa ação política feminista, através da figuração do zumbi. Uma figura ambígua, duvidosa, com leituras conflitantes sobre sua decomposição móvel e itinerante. A proliferação de ficções sobre zumbis marca uma condição histórica, de transição entre o regime de poder disciplinar para o das sociedades de controle, uma luta entre os diferentes modelos de corpo e suas técnicas de vigilância, controle e produção.



Na literatura fantástica, o zumbi é sinônimo de morto-vivo e, na linguagem cotidiana, designa em sentido figurado pessoas que fazem as coisas mecanicamente, como se estivessem privadas de vontade própria. Ente criado a partir de uma maldição de vudu, cujo encanto o transforma em uma criatura entorpecida e servil a seu amo criador. Por isso, simboliza a antítese da criatividade. Na literatura, o zumbi aparece à margem como esse ser monstruoso que somente vive à sombra de seu criador e para ele. Nos relatos de zumbis, este jamais atua como narrador, pois seu estado de consciência não o permite contar seu enigma, ficamos sabendo sobre seus costumes e manias por terceiros.

Um dos ícones do cinema B⁴, aparece frequentemente em filmes de terror, de ficção científica e no cinema fantástico. Hoje circula como representação da condição humana na era do capitalismo avançado, identidade política das formas da democracia tardia, anti-herói⁵ que personifica uma paródia repulsiva do cidadão ideal, metáfora do trabalhador automatizado. Podemos ler o zumbi no entrecruzamento entre Donna Haraway, quando nos alerta que "nossas máquinas são perturbadoramente vivas e nós mesmos, assustadoramente inertes" (HARAWAY, 2009, p. 42), e o Anti-Édipo, que insinua que a morte imanente, difusa, fechada em si, é o estado que toma forma no capitalismo, a caixa vazia que se desloca a toda parte para tapar os escapes esquizofrênicos e conter as fugas (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

⁴ No início, eram considerados tipo B filmes realizados com baixo orçamento e atores iniciantes, não reconhecidos ou em decadência. A classificação seguiu sendo usada após a queda desse sistema e é comumente associada a produções de baixa qualidade. Esse gênero também é conhecido como cinema bizarro, que neste contexto corresponde a estranho, extravagante, insólito. Ele é um tipo de cinema com traços surrealistas e, em algumas situações, quase pornográfico.

⁵ Como diz o "Manifesto zumbi": "Os zumbis são personagens pouco glamourosos em comparação com outros seres do mundo do cinema. Desprovidos de consciência, personalidade e ambição, os zumbis são sobretudo anti-heróis trágicos, uma paródia repulsiva do cidadão ideal, com menos relação com as experiências de vida do que com a repetição automática de velhos costumes de socialização. E ainda assim, mesmo que se concentrem em perseguir os vivos, não podemos evitar de sentir simpatia por esses sonâmbulos inquietantes. Em uma sociedade na qual o significado da palavra "liberdade" é cada vez mais esquivo, não é difícil considerar os mortos vivos como a reencarnação daqueles cortesãos bobos, embora em um estranho estado de decomposição e segurando um espelho que reflete nosso sentir cívico e humano. Quão poderosos devemos nos sentir em nossa pele. Recusar toda lógica e objeto da vida, deixar correr e começar a balançar, gemendo e gesticulando com torpor. Tropeçar pelos subúrbios letárgicos, rondar seus centros comerciais abraçando a promessa consumista da liberação individual. Se alguma vez você já se beliscou para acordar desse sonho trivial chamado vida, console-se, porque você não está sozinho. Se una a nós em uma melancólica revolução sem líderes nem emblemas. Se una a nós para tomar as ruas nesta marcha rumo a um novo amanhecer" (Cf. MARCHA, 2008. Trata-se de um projeto idealizado pelos artistas Iratxe Jaio e Klaas van Gorkum junto à rádio Consonni, com a colaboração das Casas de Cultura de Barakaldo e Arteleku (Foro de Províncias de Gipuzkoa) e o apoio da Câmara de Barakaldo, do Foro de Províncias de Bizkaia e da Cooperativa Euskadiko Kutxa).



Por sua vez, a figuração zumbi inocula também o pensamento acadêmico. O sociólogo alemão Ulrich Beck fala em "conceitos zumbis" como categorias do passado que seguimos usando mesmo que já não tenham mais utilidade e mascarem uma realidade transformada. São termos que em dada época tinham vida e significado, mas que para muitos hoje não significam quase nada. É provável que continuemos empregando-as na atualidade porque não temos argumentos melhores para contrapô-las. No entanto, elas estão mortas.

Recorrer à figura do zumbi não é propor uma alegoria pelo fim do feminismo, não poderia estar mais distante disso. Pelo contrário, suscita uma provocação sobre os efeitos das práticas teóricas, epistemológicas e políticas de certo feminismo, o feminismo de primeiro plano, aquele que tem capacidade de hegemonia por sua convivência com o aparato discursivo estatal, que intensifica o uso de categorias e práticas políticas que nos mantêm como mortes viventes. O modo pessoal com o qual habito e transito no feminismo envolve uma trajetória que abarca uma forte pulsão de reinvenção e de reposicionamento daquilo que chamamos feminismo, segundo a qual não há uma diferenciação unívoca entre teoria e prática, mas sim práticas diferenciadas e sobrepostas. Centralizar como reflexão a pergunta política sobre a possibilidade de o feminismo que praticamos ter um quê de zumbi permite que se escutem seus ecos performativos, demarcando uma preocupação persistente com a busca de práticas de ressignificação e de recodificação anti-hegemônicas frente aos regimes da normalidade. A possibilidade de experimentar ideias, mais do que de compartilhar uma doutrina, implica fazer emergir novas lutas e novos problemas políticos que redesenhem o vasto território de embate e diálogo dos feminismos, no qual se torna iminente o estremecimento e o colapso das identidades diante de qualquer pretensão de enclausuramento.

O zumbi opera aqui como atravessamento intempestivo, ao estilo da escrita ciborguiana de Haraway, para quem

os instrumentos são, com frequência, histórias recontadas, que invertem e deslocam os dualismos hierárquicos de identidades naturalizadas. Ao recontar as histórias de origem, as autoras-ciborgue subvertem os mitos centrais de origem da cultura ocidental (HARAWAY, 2009, p. 86).

A potência das imagens que nos mostram ao mesmo tempo mobilidade e relação nos permite traduzir os modos de interpretação de um tempo particular e seu entrecruzamento político e social,



entreabrindo marcos de leitura não protocolares, em que é possível inserir olhares de suspeita aos cânones do feminismo e aos desses próprios olhares. Tramar esta reflexão como reescritura constante dos feminismos para que não se tornem axioma de verdade, partindo da iconografia da literatura gótica e da ficção científica, é mergulhar nos entrecruzamentos pantanosos - entre o orgânico e o inorgânico, o terror e o medo, e adentrar nos tropos do desvio. Se o monstro gótico nomeia a morte, os monstros da ficção científica aparecem em um contexto simbólico estruturado ao redor da ideia de vida e de suas possibilidades.

Estamos assistindo a uma mutação dos dispositivos biopolíticos de produção e de controle do corpo, do sexo, da raça e da sexualidade. A transformação em larga escala que afeta a natureza dos processos de produção da vida no capitalismo irá modificar também a topografia da opressão e as condições pelas quais a luta e a resistência se fazem possíveis. Será necessário criar novas formas de enfrentamento que escapem do paradigma dialético da vitimização, mas também das lógicas da identidade, representação e visibilidade que têm sido em grande parte reabsorvidas pelos aparatos comerciais, midiáticos e de hipervigilância como novas instâncias de controle. Parte do desafio político se tratará de como as minorias sexuais e os corpos cujo estatuto como humanidade ou cuja condição de cidadania têm sido colocados em questão pelos circuitos hegemônicos da biotanatopolítica poderão ter acesso às tecnologias de produção da subjetividade para redefinir o horizonte democrático (PRECIADO, 2009a, p. 58).

Refletir hoje sobre feminismo é, por isso, tornar explícita a trama invisível que ata um nome e uma escrita, uma vida e uma política, uma identidade e um corpo, um momento histórico e uma ação política, um paradigma epistemológico e um regime econômico.

Sob uma pulsão descolonizadora, este anseio de interrogação do feminismo para o próprio feminismo requer, como sugere Mohanty ao apontar o universalismo etnocêntrico,

dois projetos simultâneos: a crítica interna dos feminismos hegemônicos do 'Ocidente', e a formulação de interesses e estratégias feministas baseados na autonomia, geografia, história e cultura. O primeiro é um projeto de desconstrução e desmantelamento; o segundo, de construção e criação. Esses projetos - o primeiro funcionando de maneira negativa e o segundo de forma positiva - parecem contraditórios, mas a menos que seus respectivos trabalhos sejam abordados simultaneamente, os feminismos do "terceiro mundo" correm o risco de se ver marginalizados e guetizados tanto nas tendências principais (de direita e esquerda) do discurso



feminista, como no discurso feminista do ocidente (MOHANTY, 2008, p. 127).

Nesse sentido, a colonização discursiva se refere a uma certa forma de apropriação e codificação de "produção acadêmica" e "conhecimento" sobre os sujeitos generificados e sexuados do terceiro mundo por meio de categorias analíticas particulares, e em quase todos os casos implica uma relação de dominação estrutural e uma supressão, muitas vezes violenta, da heterogeneidade do sujeito ou dos sujeitos em questão. A prática de uma política feminista demanda necessariamente interrogar e questionar aquelas identidades e diferenças sobre as quais se ancoram as práticas e discursos da ordem heterocapitalista, racista e patriarcal, a fim de desestabilizar a organização das identidades segundo a diferença dos sexos, questionando em primeiro lugar a natureza do "ser mulher", o que obriga a multiplicar os desvios, posicionamentos e escritas possíveis. Ainda, a cristalização de uma política feminista que tem na identidade "mulher" e nas lutas feministas contra as estruturas de dominação patriarcal seus dois principais pontos de referência e apoio mantém uma ideia autocentrada e exclusivista de sujeito. As lutas por igualdade de direitos entre homens e mulheres constituem a agenda principal de um feminismo afirmativo que vê na mulher o princípio de definição de toda política feminista, o que gera efeitos excludentes para outros corpos e subjetividades igualmente regulados pelas tecnologias de gênero.

Uma prática feminista crítica, de resistência e negatividade,

deve estar aberta ao inesperado, ao porvir; deve trabalhar aberta e secretamente em favor do intempestivo, do inesperado, daquilo que demanda com urgência um presente, mas que ao mesmo tempo é estranho ou alheio a qualquer presente. Em outras palavras, talvez alinhadas às que podemos encontrar nos posicionamentos de Rosi Braidotti ou Donna Haraway, poderíamos dizer que uma prática feminista não pode ser definida positivamente, pois ser partidária da revolução ou da utopia requer um certo não-saber no coração do seu saber, impulsiona a prática de uma política sem identidades e definições pré-estabelecidas (CASTILLO, 2011),

as quais são sempre elementos contextuais e posicionais, alertas aos aparatos de captura que desejam mantê-las fixas e lineares. O feminismo zumbi segue trabalhando com o gênero como sendo sinônimo de mulher e um ponto de confluência, ao invés de interpelá-lo como um regime normativo fundante da opressão e um território de discussão e disputa política. Por isso, a desessencialização da categoria de gênero,



que não implica abandonar o feminismo, mas sim questionar seu heterocentrismo e racismo, é uma tarefa imprescindível para compreender as atuais incertezas consonantes ao compromisso político que apresenta uma concepção anti-substancialista do sujeito, em geral, e do sujeito do gênero, em particular.

Desejar e praticar uma política feminista que se faça incômoda reverbera em um ativismo bastardo que transita entre o teórico e o ficcional, que entende a configuração do espaço comum como uma figuração múltipla e aberta, e que pensa sobre o político e o impolitizável de sua constituição como território de disputa entre o que é representado e o que fica fora desse campo. Esta política do feminismo exige de nós mais contaminações de práticas e discursos e menos desejo de pureza, contágios que nos obrigam a entrecruzar arte e política, economia e sociedade, cultura e história. Um trabalho de leitura e reescrita criativa capaz de desarticular os saberes e domínios existentes para dar lugar a novas passagens de pensamento, reconhecendo filiações e trajetos, e multiplicando as "desordens anarco-barrocas"⁶. Algumas políticas de promiscuidade infectam as políticas de interpelação do feminismo e questionam o padrão moderno da política através de estratégias da ficção, do trabalho de pensar mundos possíveis e inapropriáveis que a linguagem da universalidade humanista decreta como menos "real" ou menos "efetivo". Isso impulsiona também a discussão das formas que nossos corpos adquirem para que possamos desaprender, sem melancolia, a morfologia atual das nossas identidades (CASTILLO, 2011).

Práticas de promiscuidade que expressam uma hibridização de dinâmicas, de conjuntos heterogêneos e proliferantes nos quais o sentido não está nunca a salvo de reversões parciais, que coexistem sem um sentido a priori capaz de organizar as trocas e os fluxos ou dar coerência e estabilidade circunstancial às práticas coletivas. Demandam uma leitura das micromutações incessantes do tecido social, mudanças que somente podem ser percebidas e interpretadas através da experiência da proximidade. A promiscuidade não se deixa confundir com um caos "a ordenar", mas sim compreende

esse ambiente imbricado constituído pelas combinações que se criam no terreno lamacento e no qual os tecidos políticos, capazes de formar uma força em um espaço concreto durante ao menos um breve lapso de tempo, são sempre provisórios⁷.

⁶ Expressão de Nelly Richard utilizada ao abordar a obra *Impuesto a la carne*, de Diamela Eltit (2010).

⁷ "Quando a realidade funciona de acordo com operadores de conexão que simulam ou clonam essa dimensão, a ambivalência que rege o promíscuo é traduzida imediatamente como um novo código,



Os conflitos e antagonismos de saberes que emergem das fissuras contra a autoridade do discurso centralizado operam como a força de desajuste que deve sacudir a língua normalizada do feminismo e sua disciplina acadêmica, gerando uma abertura das fronteiras do conhecimento a problemáticas até agora marginalizadas dentro do paradigma monocultural da razão ocidental-dominante. Desse modo, a condição aporética do pensamento feminista se soergue e se mantém vivaz.

Assistimos hoje a um tempo marcado pela hegemonia da reprodução sexual, do binarismo de gênero, da visão, da fala, da mobilidade e da imunidade, em que a naturalização e a privatização do corpo contrastam com a invenção e a distribuição diferencial de órgãos e fluídos (útero, seios, semen, sangue, morfologia facial, massa muscular, gordura, cor da pele) e com a tecnificação crescente das funções reprodutivas e do âmbito do "bem-estar" e da saúde. O feminismo sapatão viado trans cuir e decolonial se distancia, de um lado, do que Jackie Alexander e Chandra Tapalde Mohanty denominam "feminismo de livre mercado", que já lançou suas demandas de vigilância e repressão vinculadas ao biopoder e exige que elas sejam aplicadas (na forma de censura, castigo e criminalização) em nome "das mulheres" e para a proteção destas. De outro, ele se constrói também em oposição a um movimento gay normatizado cujas retóricas de liberação têm sido retomadas seguindo os círculos de socialização indivíduo/família/nação, um ativismo majoritário, manso e amnésico que busca o consenso e a integração, o respeito justo da diferença tida como tolerável, frequentemente reduzida ao fetiche multicultural em processo de espetacularização própria. As políticas gays e lésbicas de identidade aceitaram a lógica liberal segundo a qual a existência e a representação políticas significam direito ao consumo e visibilidade midiática. Como sobreviver aos efeitos normatizantes das políticas de identidade? (PRECIADO, 2009b, p. 163) Não há e nem pode haver uma pretensão de purificação do sujeito político a não ser sob o risco de normatização, opressão e reprodução de novas exclusões. A higienização sexual da política através de uma narrativa de direitos que satura o campo se produz ao difundir que os sujeitos se tornam mais "humanos", mais "pessoas" uma vez que perdem a marca de diferença que gerou sua

sequestrando sua potência inovadora, governando seu devir. Os "e's" que expressavam heterogeneidades abrem espaço para outros "e's" que colocam em jogo, através de um mesmo código midiático, diferenças recortadas e recombinadas do terreno da imagem e da linguagem pré-fabricadas" (COLECTIVO SITUACIONES, 2009).



inquietação. A inclusão no reconhecimento do direito que é propagandeada como a resolução automática das desigualdades na verdade intensifica-as ao despolitizá-las. "Os direitos são o emblema da soberania fantasmagórica do indivíduo não emancipado" (Wendy Brown)⁸.

Importunar o feminismo com o espectro zumbi incita repensar os processos de sublevação dos sujeitos excluídos do contrato democrático iluminista, o arquivo que surge das práticas de saber da crítica da normatização, e a emergência de corporalidades dissidentes, menores, subalternas que se reapropriam das tecnologias de produção do corpo e da identidade. O corpo⁹ não é natureza, mas um índice político de linguagens e técnicas, produzido pelos poderes soberanos e biopolíticos. Quais modelos de corporalidade operam no feminismo da igualdade e da diferença, no feminismo liberal e abolicionista, assim como nos movimentos LGBT, queer, trans, intersex e pós-pornô? Nas últimas décadas, por conta da força de interpelação dos sujeitos excluídos da ação e do discurso político, dos ativismos radicais, de teorias desconstrutivas e pós-estruturalistas, o feminismo e seu sujeito "mulher" têm se fragmentado. Se para muitas isso significa uma perda de poder e uma pressão política, para outras é uma oportunidade de multiplicar possibilidades, de abertura para mais interesses, realidades, e para a diversificação de autorias. A eclosão das identidades e a emergência de uma polifonia de vozes (sapatonas, travestis, transgêneras, viadas, putas, imigrantes, etc) provocaram a descentralização de toda grande narrativa, e privilegiaram a especificidade situacional das práticas e discursos. Nesta transitividade de vozes, corpos, personagens, cenas, não se trata de propor grandes celebrações, tampouco de alcançar um lugar ou forma definitiva, mas sim um incessante deslocamento que reinvente soberanias provisórias, atentas e gozantes, criando cenários de concordância efêmera.

Contudo, predomina no cenário político e cotidiano um pânico moral/sexual que se difunde pela opinião pública em reação à presença de figuras socialmente reconhecidas que são abertamente gays, lésbicas, trans, e que trabalham para promover suas causas políticas dentro das suas próprias instituições. Esse pânico revela o que constitui o discurso legítimo sobre os sujeitos não heteronormativos: quem está autorizado a

⁸ Discussão desenvolvida em CABELLO, 2011.

⁹ "O corpo moderno é antes de tudo um aparato somático estratificado, denso, sempre moldado por técnicas biopolíticas que simultaneamente o subjugam e o dotam de potência de ação" (PRECIADO, 2011).



falar, a quem ele se dirige e quais seus efeitos de verdade, o que coloca em evidência a notável facilidade com que certos indivíduos com autoridade social podem comunicar "verdades" sobre um sujeito LGT – se a mensagem já está presente no destinatário, nem precisa ser enviada, apenas ativada. "Os discursos homofóbicos funcionam mais como peças de uma estratégia mais abrangente e sistemática de deslegitimação" (HALPERIN, 2000, p. 54). Por isso, mesmo que o establishment gay tenha produzido seus próprios regimes disciplinares, suas próprias técnicas de normatização, devemos enfrentar não apenas os agentes de opressão específicos, como a polícia ou os agressores da população LGBTIAP+, nem somente as proibições formais, explícitas, tampouco apenas as instituições hostis como a educação e a saúde, mas igualmente as estratégias impressionantes e polimorfas de homofobia que modelam os discursos públicos e privados, e saturam todo o campo da representação cultural.

A promiscuidade e o contágio entre feminismo e dissidência sexual se sustenta sobre uma tensão inaudível. Por um lado, há essa força vital fugitiva da cristalização de formas; por outro, a maquinaria cultural com suas moralidades, imperativos e formulações. Com essas fraturas e tensões, se produzem os desenquadramentos identitários de sujeitos que não se pensam segundo as coordenadas assinaladas pelos corpos políticos convencionais do movimento feminista e LGBT. Poéticas de fuga de vozes e corpos, práticas e teorias, políticas e estéticas, que polemizam e disputam os discursos hegemônicos a partir das dissidências sexuais e de gênero. Desse modo, essas outras narrativas de si e dos outros, esses nomes "impróprios" para a lógica policial do Estado vão ocupando e des-habitando as margens que as políticas feministas e LGBTIAP+ constroem.

O substrato identitário excessivamente fixo e arraigado das lutas feminista e LGBT costuma bloquear as linhas de expressão daqueles materiais convulsivos, das quebras de identidades, da vadiagem imaginativa que a incerteza do não garantido representa no horizonte da previsibilidade política. Os discursos LGBT e feminista mais institucionalizados privilegiam narrativas de conciliação e apaziguamento para que as vozes incomodantes que reclamam, confrontam e desaprovam não desalinhem a prudente busca por equilíbrio da política institucional. Daí sua gramática zumbi. Por isso, habilitar um espaço ativo de questionamento capaz de refletir como as próprias práticas de resistência criam também silêncios e



marginalizações, bem como de contemplar a multiplicidade que nos habita e percorre, é parte de se interceptar o espírito zumbi do momento.

São muitas as linhas descontínuas, as rupturas e torções em uma memória da dissidência não plena, desregrada e revoltosa. Ela torna problemáticas as programações de identidade segundo narrativas monolíticas e uniformes do discurso de direitos, as quais inibem a variação contínua das diagonais cujos enunciados flutuantes designam composições híbridas e identidades transitórias. Para coletar essas desconexões de identidade, precisamos de narrativas abertas às separações, multiplicidades e às dispersões de vozes que se lançam, de maneira heterogênea, nos intervalos de narrativas não unificadas.

As vozes insubmissas que se atrevem a questionar a ritualização zumbi da identidade, a qual homogeniza o formato de protesto social, libertam aquilo que ficou aprisionado pela política institucional e potencializam uma força crítica de estranhamento ao interromper os discursos, práticas, políticas e estéticas mais ortodoxas e desviá-las rumo à ruptura dos entes que assujeitam as paisagens que habitualmente nos rodeiam. É a licença poética do ativismo mais lúdico e radical que rompe a clausura do saber e as identidades corporativas, que materializa uma complexidade de jogos de linguagem capazes de descentralizar as categorizações sociais, históricas e políticas mais comuns. Os folhetos político-ideológicos costumam apontar como defeito a irregularidade das falhas de textura e dos vazios de representação que justamente nos fazem entender que nenhum relato deve se manter autocentrado na falsa pretensão de expressar verdades inteiras, significados totais. É urgente para nós, como ativistas e teóricas feministas e da dissidência sexual, a tarefa de uma crítica vigilante das nossas linguagens que não queira mimetizar a superficialidade midiática da atualidade; uma crítica que se oponha e resista tanto ao realismo prático do saber instrumentalizado dos especialistas, como ao sentido comum do mercado cultural e a suas banalizações comunicativas da globalização neoliberal.

Promiscuidade e contágio de práticas que desemboquem em um feminismo zumbi, introduzindo-se nas zonas de atritos, fricções e interstícios, onde tornam-se materiais de leitura e análise distintos tipos de práticas sociais, de simbolizações culturais e de modelações estéticas que não conseguem se juntar facilmente em uma mesma composição de paisagem porque a operação de espacialização em esferas autônomas aplicada pelos protocolos especializados da academia ou da luta política fixa as delimitações de sujeitos e objetos de estudo. Promiscuidade e contágio para incitar que o discurso da violência contra as mulheres não



se articule com o discurso da (in)segurança; que a denúncia da exploração sexual não seja imposta às trabalhadoras sexuais autônomas e organizadas; que o discurso do abuso sexual não sustente premissas homofóbicas; que a denúncia da mutilação genital de meninas africanas não tenha como pano de fundo o silêncio sobre a mutilação genital infantil intersex; que o discurso pelo direito ao aborto não difunda argumentos que sejam lesbo ou transfóbicos; que as narrativas sobre o corpo contemporâneo não reivindicuem a natureza e os matizes moralizantes sobre seus usos e prazeres; que os estudos de gênero não pressuponham um corpo padrão; que o discurso das mulheres não subjuguem as lésbicas enquanto parte de uma coercitiva unidade; que os relatos sobre as experiências de aborto não avivem o trauma para além de marcá-lo como prótese da maternidade compulsória e forçada; que o discurso da heteronormatividade compreenda a criminalização do aborto como modo repressivo de sua institucionalidade, que o discurso LGBTIAP+ seja mais que identitário e expresse uma oposição partilhada à diferença sexual como matriz natural e necessária de subjetivação; que os estudos acadêmicos de gênero não reduzam as pressões, constrictões e restrições do gênero somente ao corpo das mulheres; que os discursos sobre o prazer se articulem e se sobreponham aos discursos do cuidado; que as posições pró-sexo sejam ouvidas e valorizadas para repensar as modalidades de regulação dos prazeres em um tempo histórico estruturado pela indústria pornográfica; que o discurso sobre a intersexualidade não seja casuístico, mas pensado como algo que nos atravessa todes, a todo momento¹⁰, entre muitas e infinitas outras inquietações.

Promiscuidade e contágio que, longe da lógica da unidade e do consenso, de um relato único e linear, habilite uma rearticulação sem premissas de pureza nem de promessas sem falhas, que incite sim a multiplicidade na dispersão, fazendo da vulnerabilidade corporal sua plataforma de ação e de resistência comum. Uma passagem de certa semiótica política da representação a uma semiótica política da articulação, porque quando a diferença política é reconstituída em

¹⁰ "Cada vez que se toma por consenso que todas as mulheres têm vagina, ou que todos os homens podem urinar em pé, cada vez que alguém afirma que os únicos cromossomos humanos são ou XY ou XX, cada vez que se diz que somente os homens têm testículos e apenas as mulheres ovários, cada vez que se assume que os genitais "normais" trazem felicidade, cada vez que se acredita que essa "normalidade" deve ser paga a qualquer preço...a intersexualidade nos atravessa. E forma parte do que somos, mesmo que nem remotamente passe por nossa cabeça ou corpo que, entre outras coisas, somos isso" (CABRAL, 2009, p. 8).



termos de opções binárias, a experiência constitutiva acaba sendo trocada por uma representação codificada dela própria.

Na materialidade das vidas concretas, situadas, diárias, encontramos - ou não - as condições para alargar nossas possibilidades corporais, sempre em um marco epistêmico/discursivo hegemônico de inteligibilidade genérica, que outorga coerência e estabilidade aos corpos. Ao expropriarem as tecnologias de produção corporal e da subjetividade exercidas pela tutela jurídica e médica, e reclamarem seu uso crítico e sua redefinição coletiva, os corpos já não são definidos por sua independência e soberania, mas por sua relacionalidade constitutiva. Essa situação nos conduz a pôr em prática um feminismo molecular contra um feminismo de Estado, que exceda as políticas de identidade e de representação. Se a medicina é o modo hegemônico de regulação e construção dos corpos, com a consequente perda de autonomia da soberania de decisão, a dependência em relação aos medicamentos e ao modelo hospitalar, e a constante patologização de condutas, sensações e prazeres; se o dispositivo jurídico e midiático penaliza e estigmatiza práticas e identidades através das normativas legais e do aparato repressivo das forças de segurança; se as instituições do Estado estabelecem as regulações do que é público (espaço, conhecimento, sujeitos, política, etc), urge a nós construir um feminismo que persiga a desmedicalização, a descriminalização, a desestigmatização, e a desestatização das sexualidades, dos corpos e das subjetividades. Um feminismo que, independente do nome que se atribua, será, de qualquer maneira e por sorte, deslocado por suas próprias forças divergentes e de dissenso. Um feminismo que ressalte sua potência como laboratório de propostas de ação de resistência contra a normatização institucional, criando as condições de enunciação para produzir um saber sobre nós mesmas e trabalhando com múltiplas intersecções de força e vetores de subjetividade, inclusive divergentes entre si, porque nem o "eu" nem o "nós" são categorias fixas e absolutas.

São as condições históricas dos modos de subjetivação zumbi que, modelando sujeitos maquinais perenes e protótipos de consumo, nos demandam um feminismo que visibilize nossas contradições e conflitos, que assuma sua condição como fragmentado e cindido, que permita entrar e sair das composições de identidade, seguindo os desafios pautados pelos diferentes horizontes que vão da teoria ao ativismo, passando pelo trabalho intelectual, a militância cidadã e a criação



estética. Um feminismo que evite as totalizações identitárias¹¹, que se movimente em planos de interrelações que se desfazem e se refazem segundo as circunstâncias, libertando os mundos simbólicos dos imaginários culturais e estéticos em que a relação entre discurso e subjetividade se torna mais oblíqua, e que muitas vezes ficam inibidos em meio aos discursos excessivamente programáticos de reivindicação e militância.

Deixar de viver sob a visão dos olhos do Ocidente significa se distanciar da naturalização do corpo, do eu essencializado e da metafísica de uma identidade feminina cativa do binarismo de gênero, isto é, de entender as mulheres como uma realidade biológica pré-definida, mas, sobretudo, as mulheres como se devessem ser brancas, heterossexuais e de classe média. Ainda mais e, fundamentalmente, implica questionar a codificação colonial da diferença que considera todo "outro" um receptor passivo de múltiplos estratos de dominação, para assim desestabilizar a unidade que reinstitui de novo e de novo a subordinação como condição de sua possibilidade baseada em exclusões. Porque os olhos do Ocidente não são artefato apenas de quem nos olha, também são parte do fundo de nossa retina, a partir do que compomos nosso próprio olhar.

Me arrisco a uma política feminista que assuma a pergunta desfigurada e desconcertante de um feminismo zumbi?, que não pretenda enclausurá-la às respostas históricas do já formulado, neutralizando-a como espaço de problematização, ameaçando-a com a possibilidade de um fim. Uma pergunta que, mesmo que exígua, seja um desafio para a imaginação teórica, à capacidade para fabular por nossa conta e para a sensibilidade presente em nossas práticas, fornecendo impulso inadiável para relançar as perguntas políticas radicais - hoje em suspenso - e uma chamada a recriar uma nova gramática política.

Feminismos dissidentes, indomáveis, que recuperam a existência de fragmentos discursivos e identitários de memórias de lutas com as

¹¹ Nesse sentido estabeleci minha participação nos "I Diálogos do ativismo lésbico" como parte de um conjunto de reflexões de outras ativistas lésbicas: "uma das minhas muitas preocupações gira em torno de como o ativismo lésbico assim como o movimento de dissidência sexual e de gênero, que se centra na redução da política a certas práticas, espaços e vozes, a qual já vem se instalando há algum tempo. Esse modo predominante de fazer política, que se converte no exclusivamente legítimo, valida os pressupostos de que para além das instituições do Estado não há poder possível, e, portanto, desconhece e se encarrega de silenciar aqueles agenciamentos e modos de organização que não têm o Estado como principal interlocutor. Dessa maneira, uniformizam-se as linguagens, as ações, os discursos, os emblemas, os interlocutores segundo as convenções de uma língua técnico-administrativa. Assim, se as rugas de identidades, as rupturas da identificação sexual, as formas singulares de habitar os corpos não se inserem no catálogo estatal do reconhecível, desaparecem do discurso público e a potencialidade refratária de seus gestos convulsivos e perturbadores dos processos de normatização é desativada" (FLORES, 2011a).



quais aprendemos a fazer do "pessoal é político" o horizonte da invenção coletiva e de processos de intensa conflitualidade subjetiva. Feminismos cujos sujeitos de enunciação são um vasto universo de indisciplinades do gênero, da sexualidade, da classe e da raça, críticos dos processos de purificação e repressão dos projetos feministas que estabelecem alianças com o estado, o aparato repressivo e o puritanismo. O "proletariado do feminismo", como nomeou Virginie Despentes, ou, em uma versão local, o "lumperio LGBTIAP+" (FLORES, 2011b), faz e desfaz os códigos de uma subjetividade feminista constituída por múltiplas corporalidades: as putas, as sapatatas, *s intersex, as machonas, *s trans, as travestis, as mulheres não brancas, as violentadas, as ativistas pró-sexo, *s praticantes de S/M, as trabalhadoras sexuais lésbicas, as afrodescendentes, as mulheres de povos originários, *s consumidor*s de drogas, *s com deficiências, as presas, as gordas, e um tumultuado etcétera sem nome que excede qualquer descrição.

Reflexões finais

Se o feminismo envolve o movimento de pensar, sob um regime de atribuição forçada de gênero, sobre as práticas de liberdade com o propósito de intensificá-las nos corpos, é válido circunscrever sua luta a somente um corpo - de mulheres -, cuja inteligibilidade está dada pelas normas reguladoras de gênero, que ao mesmo tempo o limitam e oprimem? Por isso, mais do que uma pergunta lúgubre sobre o feminismo, um feminismo zumbi? É uma oportunidade política de construirmos uma pertença que não fique sujeita ao domínio genital, e sim ao acionamento de pragmáticas que desdobrem e aumentem a potência de vida de todos os corpos. Essa é a força propulsora da desconstrução que precisamos lubrificar, muito distinta da lógica de supressão ou expulsão. Então, sem deixar de prestar atenção ao fato de que qualquer identidade é uma ficção reguladora que constrói suas próprias exclusões e silêncios, a tarefa política para tecer essas articulações exige uma crítica das categorias de identidade que as estruturas jurídicas contemporâneas engendram, naturalizam, imobilizam, e, também, das próprias identidades que são acionadas como estratégia política para a mobilização de demandas.

Em cumplicidade e persistência com um desejo vital pela liberdade corporal, que assume a tensão de não delegar ao espaço do Estado a



possibilidade de seu exercício, "a arte da inservidão voluntária", que inaugura toda a prática crítica, localiza e aponta o poder confortavelmente instalado nas epistemes dominantes de uma cultura como centro da sua investida. A crítica constitui uma prática através da qual formulamos os limites dos nossos modos de conhecimento mais seguros, dos modos de saber que se reconstroem dentro de nossa vida cotidiana e que regulam nosso senso comum. E, assim como a leitura, ela requer uma certa paciência, que demanda que ajamos um pouco mais como vacas do que como humanos, aprendendo a arte do lento ruminar, diria Nietzsche.

Um feminismo zumbi? é a pergunta-pêndulo arisca para um feminismo atento a suas próprias produções putrefatas e a suas zonas viventes, às suas várias hibridações. Um feminismo de terror, de classe B, bizarro e extravagante, que mantenha a suspeita sobre os automatismos de suas próprias categorias à medida que produz medo como vetor de sua ameaça visceral para a ordem vigente de desigualdade econômica, social e cultural. Uma montagem criativa entre o gótico e a ficção científica, o orgânico e o inorgânico, entre vida e morte, corpo e tecnologias, feita de políticas sapatãs trans feministas cuir decoloniais que falam em línguas para "não serem possuídas pela linfa de deus" (CORBALÁN; FLORES, 2012), nem do estado, da pátria ou do casamento.

Referências

ANZALDÚA, Gloria. "Hablar en lenguas. Una carta a escritoras tercermundistas". In: MORAGA, Cherríe; CASTILLO, Ana (ed.) *Esta puente, mi espalda*. San Francisco: Ism Press, Inc, 1988.

CABRAL, Mauro (ed.). *Interdicciones: escrituras de la intersexualidad en castellano*. Córdoba: Anarrés Editorial, 2009.

CABELLO, Cristian. Iguales no somos: libertad, sexualidad y liberalismo en la discusión mediatizada sobre matrimonio homosexual en Chile. In: JORNADAS ESTUDIANTILES DE TEORÍA DE GÉNERO, 2., 2011, Santiago. Anais [...]. Santiago: Facultad de Derecho de La Universidad de Chile, 2011.

CASTILLO, Alejandra. Entrevista a Alejandra Castillo, "Tránsitos entre la academia y el feminismo". Realizada por Paola Uribe Valdés. *Revista Multidisciplinaria de Género y Cultura*, al Sur de Todo, 2011. Disponível



em: <https://oge.cl/transitos-entre-la-academia-y-el-feminismo/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

COLECTIVO SITUACIONES. *Impasse: dilemas políticos del presente*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2009.

CORBALÁN, Macky; FLORES, valeria. "Lenguaraz". Editora La mondonga dark. 2012.

DELEUZE, Guilles; GUATTARI, Félix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DERRIDA, Jacques. Una filosofía deconstructiva. *Zona erógena*, v. 35, p. 1-10, 1997.

FLORES, valeria. I Diálogos críticos del activismo lésbico. 2011. Disponível em: https://potenciatortillera.blogspot.com/2011/07/i-dialogos-criticos-del-activismo_02.html. Acesso em: 22 jan. 2024.

FLORES, valeria. Un pensamiento lumpérico.: de comunidades imaginadas, protocolos identitarios y lenguaje de derechos. In: JORNADAS CINIG DE ESTUDOS DE GÊNERO E FEMINISMOS: "FEMINISMOS DEL SIGLO XX: DESDE KATE MILLETT HASTA LOS DEBATES ACTUALES", 2., 2011, La Plata. Anais [...] . Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación. Universidad Nacional de La Plata, 2011. Disponível em: <https://memoria.fahce.unlp.edu.ar/library?a=d&c=eventos&d=Jev4927>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FLORES, valeria. *Interruqiones: Ensayos de poética activista*. Escritura, política, educación. Neuquén: La Mondonga Dark, 2013. Disponível em: <https://www.bibliotecafragmentada.org>. Acesso em: 22 jan. 2024.

FLORES, valeria. Lengua viva, disturbios somáticos ¿deseo de normalización?. *Escritos heréticos*. 2019. Disponível em: <https://escritoshereticos.blogspot.com/2019/11/lengua-viva-disturbios-somaticos-deseo.html>. Acesso em: 23 jan. 2024.

HALPERIN, David. *San Foucault: para una hagiografia gay*. Córdoba: Cuadernos de Litoral, 2000.

HARAWAY, Donna J. (2009) *Manifiesto ciborgue: ciencia, tecnologia e feminismosocialista no final do sec XX* in: TADEU, Tadeu (org.) *Antropologia ciborgue: as vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte, MG: Autêntica Editora.



LEONEL, Vange. Ninguém vai me ofender. *Diversidade*. 2023. Disponível em: <https://cidadeverde.com/diversidade/121521/ninguem-vai-me-ofender>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MARCHA Zombi Barakaldo. Barakaldo: Videoconsonni, 2008. Color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=X5d9xkxTu34>. Acesso em: 22 jan. 2024.

MARINHO, Enilda Valéria Gomes. *Quem tem medo da linguagem não-binária?*. 2021. 151 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021.

MOHANTY, Chandra Talpade. Bajo los ojos de occidente. *Academia Feminista y discurso colonial*. In: NAVAZ, Liliana; HERNÁNDEZ, Rosalva Aída (ed.). *Descolonizando el Feminismo: Teorías y Prácticas desde los Márgenes*, 2008, p. 112-161.

PACOR, Mariana. Sapatão-imagem, sapatão-poema: retratos e escritas de si.. *E-BOOK X CINABEH - Vol 01...* Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/75040>. Acesso em: 23/01/2024.

PRECIADO, Paul B.. Transfeminismo y micropolíticas del género en la era farmacopornográfica. *Artecontexto: arte, cultura, nuevos medios*, Madrid, n. 21, 2009, p. 58-59.

PRECIADO, Paul B.. Terror anal. In: HOCQUENGHEM, Guy. *El deseo homosexual*. Santa Cruz de Tenerife, España: Melusina, 2009.

PRECIADO, Paul B.. Cuerpo impropio: guía de modelos somatopolíticos y sus posibles usos desviados. 2011. Disponível em: <https://cartografiatransfeministas.wordpress.com/2011/10/12/cuerpo-impropio-guia-de-modelos-somatopoliticos-y-sus-posibles-usos-desviado-s/>. Acesso em: 22 jan. 2024.

SANTOS FILHO, I. I. dos. Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 1256-1275, 2021.



¿Un feminismo zumbi? Promiscuidad y contagio: políticas tortilleras trans feministas cuir descolonial

RESUMEN: Publicado originalmente en la colección autoral de poética activista *Interrucciones* (2013), del sello autónomo La Mondonga Dark, el texto presenta un diagnóstico ético-político para las prácticas feministas en el Sur. En interlocución con figuras de la ciencia ficción, activistas y pensadoras regionales y exponentes de las filosofías post-estructuralista y *queer/cuir*, la autora delimita las normalizaciones impuestas por los feminismos y el movimiento LGBTI+ institucionalizados. Como contrapunto a las agendas heterocéntricas, higienistas y racistas de la securitización neoliberal y de la esencialización de las experiencias lésbicas, trans, intersexuales y discapacitadas, se plantea una política de articulaciones sexodisidentes y feministas pro-sexo. De modo central, cuestiona la postura descriptiva adoptada por los estudios de género y sexualidad, lo que proporciona herramientas teórico-metodológicas para estructurar nuevas tecnologías de subjetivación basadas en archivos corporales. Al hacerlo, provoca un temblor en la episteme humanista occidental y sus escisiones entre el activismo y la producción de saberes.

PALABRAS CLAVE: Feminismo pro-sexo. Disidencia sexual. Activismo cuir. Estudios de Género. Escritura Cyborg.

Val FLORES

Escritora, professora, ativista da dissidência sexual na Argentina. Tortillera masculina, feminista heterodoxa queer pós-fugitiva, sudaka, antiespecista. Fundadora do coletivo Fugitivas del Desierto (2004-2008); do selo La Mondonga Dark (Neuquén, 2012), em parceria com a ativista e jornalista Macky Corbalán; e articuladora do arquivo Potencia Tortillera (2011-). Autora das coletâneas Deslenguada (2010) e Romper el corazón del mundo: Modos fugitivos de hacer teoría (2021), discutindo possibilidades de produção de saberes, políticas e memórias lésbico-cuir decoloniais.



Rafaela ZIMKOVICZ (Tradutora)

Mestranda pela Universidade Federal do Paraná, com enfoque nos Estudos de Gênero e Sexualidade. Pesquisa movimentos de feminismo autonomista, dissidências sexuais e queer-feminismo da América Latina, com ênfase nas ações de militâncias contemporâneas por aborto seguro. Integra o Núcleo de Estudos de Gênero (NEG) e o Laboratório de Investigação em Corpo, Gênero e Subjetividade na Educação (LABIN) da UFPR.

Recebido em: 22/02/2024

Aprovado em: 26/12/2024



SEÇÃO TEMÁTICA



Violência por parceiro íntimo e práticas de controle de corpos: uma análise das especificidades em relações homoafetivas

Natália Evelyn Gomes Moreira, *Centro Universitário do Rio São Francisco*

Larissa Raposo Diniz, *Centro Universitário do Rio São Francisco*

Bruno Robson de Barros Carvalho, *Centro Universitário do Rio São Francisco*

Resumo: Este artigo faz parte de uma monografia de graduação em psicologia cujo objetivo é identificar os dispositivos de controle de corpos, e suas formas de atuação, presentes nas relações afetivo sexuais homoafetivas. Trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo de cunho qualitativo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário online através da plataforma Google Forms. Participaram deste estudo um total de 14 pessoas com idades entre 19 e 35 anos, sendo 7 pessoas autodeclaradas homoafetivas e 7 bissexuais. A análise de dados se deu por meio da análise de conteúdo. Todos os participantes afirmaram estarem vivenciando ou terem vivenciado violência por parceiro íntimo. A respeito dos dispositivos de controle de corpo, foram encontrados dados sobre violência psicológica, violência moral e violência sexual. Observou-se que existem dispositivos de controle de corpos presentes nos relacionamentos homoafetivos, sendo práticas discursivas que permeiam as violências psicológica, moral e sexual e, o tipo de violência mais expressivo encontrado neste estudo foi a violência psicológica.

PALAVRAS-CHAVE: Dispositivos de controle de corpos; Relacionamentos homoafetivos; Violência por parceiro íntimo; VPI.



Introdução

Este artigo apresenta discussões de uma pesquisa monográfica cuja problemática buscou compreender as dinâmicas de violência por parceiro íntimo em relacionamentos homoafetivos.

A violência por parceiro íntimo (VPI) não é uma questão recente, sendo considerado um problema de saúde pública, visto que pode trazer inúmeros prejuízos para as vítimas. Os agravos à saúde perpassam pela falta de autonomia, pela diminuição da autoestima e da autoimagem, por sentimentos de inferioridade e angústia, e conseqüentemente, podem resultar em quadros depressivos (GUIMARÃES *et al.*, 2017).

As especificidades das violências em relacionamentos homoafetivos são invisibilizadas tanto pelo não reconhecimento destas relações, como também, por muitos casais não terem sua orientação sexual assumida, dificultando o reconhecimento da violência sofrida, bem como seu enfrentamento.

Contudo, a maioria dos estudos sobre a VPI são direcionados a relacionamentos heterossexuais, o que por consequência inviabiliza outros arranjos de relacionamentos, como as relações homoafetivas. Essa invisibilidade é fruto de mitos como: “a violência doméstica dirigida a pessoas LGBT ¹é um fenômeno raro”; “as relações entre pessoas do mesmo sexo são relações entre iguais”; “as relações conjugais ou de intimidade entre pessoas do mesmo sexo são mais fáceis de terminar”; “a violência conjugal é sempre exercida por homens e as vítimas são sempre mulheres” (MOLEIRO *et al.*, 2016, p. 43-45).

Essas crenças advindas do senso comum só reforçam a necessidade de conhecer melhor as semelhanças e diferenças entre a violência por parceiro íntimo cometida em relacionamentos hétero e homoafetivos, de modo a desmitificar essas e outras ideias, e proporcionar uma melhor compreensão deste fenômeno, bem como, pensar em formas de enfrentamento.

Trata-se de estereótipos que corroboram ainda mais para a manutenção das práticas de violência, para a invisibilidade das relações homoafetivas, e para a dificuldade de as vítimas saírem deste ciclo de violência. Deste modo, é de suma importância se aprofundar em estudos e pesquisas a respeito de relações homoafetivas, não se restringindo apenas a heteronormatividade, visto que existem poucos estudos no

¹ Abreviação utilizada para representar lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e trans.



Brasil sobre violência por parceiros íntimos do mesmo sexo (BARRETTO, 2018).

A nível social, a pesquisa traz como benefício a possibilidade de dar visibilidade as dinâmicas presentes na violência por parceiro íntimo em relacionamentos homoafetivos, possibilitando uma maior discussão a respeito de relacionamentos em pessoas do mesmo sexo, visto que é algo silenciado.

No nível pessoal dos participantes, a pesquisa pode ser um espaço de acolhimento, na qual os mesmos possam falar sem receio sobre um assunto visto como sigiloso, principalmente no caso de pessoas gays, lésbicas e bissexuais, dessa forma possam encontrar um apoio emocional.

Em virtude disso, este estudo tem por objetivo compreender quais são as dinâmicas presentes na violência por parceiro íntimo em relacionamentos homoafetivos e identificar os dispositivos de controle de corpos, e suas formas de atuação.

A violência em relações afetivo-sexuais

A violência possui diversos sentidos e significados. Minayo e Souza (1998, p. 514) apontam que “a violência consiste em ações humanas de indivíduos, grupos, classes, nações que ocasionam a morte de outros seres humanos ou que afetam sua integridade física, moral, mental ou espiritual”. Assim, a violência pode acontecer em diversos contextos e impactar o indivíduo em sua totalidade.

O relacionamento afetivo sexual, quando não é saudável, também produz violências, e possui diferentes nomenclaturas, por exemplo: relacionamento abusivo, relações tóxicas, violência por parceiro íntimo, violência doméstica, entre outros. A violência doméstica é compreendida como “qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial” (BRASIL, 2006, p. 1). Nessa compreensão, a mulher é apontada como principal vítima e o homem como agressor, dando, nesse caso, maior visibilidade às relações heterossexuais.

No Brasil, a LEI N^o 11.340, de 7 de agosto de 2006 define os tipos de violência doméstica em: física, sendo qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal; patrimonial é a retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de



trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos; psicológica é qualquer conduta que lhe cause danos emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações; moral é qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria; e a sexual é qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, bem como, controlar métodos contraceptivos e etc. (BRASIL, 2006).

A violência de gênero pode ocorrer em virtude de papéis sociais estabelecidos e reforçados pela cultura patriarcal. Esta cultura limita as mulheres no uso da razão e do poder, de modo que, os papéis femininos são estimulados a designar comportamentos dóceis, prudentes e pacíficos, e os papéis masculinos são induzidos a manifestar comportamentos agressivos e perigosos, que evidenciem força e coragem (MEDEIROS, 2005; SAFFIOTI, 2004).

As representações da violência em relacionamentos afetivo-sexuais partem sempre do dualismo homem e mulher, como se já houvesse cenário e papéis pré-estabelecidos, “marido e mulher”, oscilando entre amor e ódio, de certa forma, interiorizados culturalmente (GROSSI, 2000). Questiona-se então: a violência por parceiro íntimo ocorre apenas em relacionamentos héteros? Como se dá a violência presente em relações afetivo-sexuais homoafetivas?

Acredita-se que toda relação pode apresentar violência, a linha é tênue entre amor e raiva, cuidado e controle” (COSTA, 2013, p. 37). E, são inúmeros os elementos que influenciarão na configuração do que é cuidado e do que é controle. A autora traz um recorte de um relacionamento afetivo-sexual entre mulheres, no qual o controle está associado a questionar excessivamente com quem e onde a parceira está e a que horas vai voltar, proporcionando um sentimento de privação de liberdade.

A violência não ocorre exclusivamente em relações heterossexuais, mas também em relações entre indivíduos do mesmo sexo. O Centers for Disease Control and Prevention adotou o termo Intimate Partner Violence (IPV), traduzido para o português, Violência por Parceiro Íntimo (VPI), para caracterizar o abuso ou agressão que ocorre em relacionamentos românticos, tanto héteros quanto homoafetivos (BREIDING *et al.*, 2015).



No que diz respeito às relações homoafetivas, Elísio *et al.* (2018), em sua pesquisa realizada com jovens gays entre 19 e 29 anos de idade, explicita algumas especificidades apontadas pelos entrevistados, por exemplo, antes mesmo da violência dentro da relação, as pessoas gays e lésbicas já são violentadas pela sociedade, pelo não reconhecimento e a não aceitação desse relacionamento, principalmente demonstrações de afeto em público. Com isso, também é observado na sua pesquisa, que as pessoas gays e lésbicas sofrem um duplo processo de vitimização, primeiramente por sua orientação sexual, e em seguida pela VPI, o que ocasiona uma dupla invisibilidade, dificultando o enfrentamento desse fenômeno.

Desta forma, a violência pode estar presente em todo tipo de relação, em específico as relações afetivo-sexuais, tudo irá depender de qual é o sentido atribuído às violências dentro destas relações e como estão sendo percebidas e vivenciadas as violências (COSTA, 2013).

Dispositivos de controle e suas formas de atuação

Para conseguir identificar os dispositivos de controle e suas formas de atuação presentes em relações afetivo sexuais, faz-se necessário estabelecer o que são estes dispositivos e como seu uso pode atuar no controle de corpos dentro de uma relação de poder, um relacionamento abusivo.

Foucault (1990, p. 244) define dispositivos como:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos.

A partir desta definição, compreendemos que o dispositivo é fluído, por exemplo, normas e regras, sejam eles físicos ou não, e pode estar presente em diversas relações. No dispositivo há elementos que podem promover mudanças, como também, possibilitar que o dispositivo seja mudado (FRANCISCO, 2000).

Deleuze (2015, p. 1) postula que o dispositivo é “composto por linhas de natureza diferente”, estas linhas não possuem um modelo uniforme, funcionam de forma heterogênea traçando caminhos que



estão sempre em desequilíbrio, mas que possuem o potencial de direcionar a algo. Desta forma, Weinmann (2006) sugere que estas linhas do dispositivo são invisíveis e podem possibilitar ou não o saber. Este controle funciona como uma dimensão de poder, “que Foucault analisa em termos de tecnologias específicas: poder pastoral, poder soberano, poder disciplinar, biopoder, etc.” (p. 21).

Um dispositivo de poder bastante relevante para este estudo, é o discurso da sexualidade, visto que não apenas regula o sexo, mas também os corpos. O corpo será alcançado através de discursos e domínios internos, atravessando as subjetividades e entrelaçando-se como parte integrante das relações (SANTOS; AMARAL; TONELI, 2018).

O dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global. (FOUCAULT, 1990, p. 140)

Sendo assim, os indivíduos continuarão a reproduzir tais discursos através das gerações, de forma tão sutil que poderão nem se dar conta. No entanto, a libertação da sexualidade não se refere somente às mulheres, mas a todos os indivíduos.

A evolução cultural nos dá a possibilidade de assumir o controle dos instrumentos da sexualidade, da reprodução e da socialização, e de tomar decisões conscientes para libertar a vida sexual humana das relações arcaicas que a deformam. (RUBIN, 1993, p. 50)

Agamben (2005, p. 10) ressalta que “o dispositivo tem sempre uma função estratégica concreta e se inscreve sempre em uma relação de poder”. Dentro desta perspectiva, as relações nas quais se estabelece a violência, são também relações de poder, igualmente compreendidas como relações assimétricas.

Em estudo realizado por Elísio *et al.* (2018), com jovens gays entre 19 e 29 anos de idade, compreende-se que o que vai diferenciar vítima e agressor dentro de uma relação afetivo sexual, não é a orientação sexual, mas sim, o fato de um dos parceiros da relação se colocar como superior ao outro, desta forma, a “dependência da vítima face ao/à agressor/a alimenta a subjugação e dificulta o término das relações” (p. 52).

O fato de estar em um relacionamento homoafetivo por si só já compreende um lugar de violência perante a sociedade, visto que ainda



existe uma não aceitação deste relacionamento em público (ELÍCIO *et al.* 2018). Isso se dá porque existe ainda um regime de visibilidade que faz com que as pessoas tenham que negociar o tempo todo a visibilidade e a aceitabilidade dos seus desejos, da sua vida íntima e da forma como vivenciam o desejo particularmente (SEDGWICK, 2007).

Nos relacionamentos homoafetivos, existem algumas especificidades quanto às práticas de controle de corpos, a exemplo do **outing**², que é o ato de expor a orientação sexual de uma pessoa LGBTQIA+³ sem seu consentimento, em relacionamentos abusivos. Esse processo é utilizado como uma ameaça, sendo uma forma do agressor controlar a vítima (MOLEIRO *et al.*, 2016).

Na pesquisa realizada por Ferrari *et al.* (2021), através dos relatos dos entrevistados de homens gays cis, é possível observar outra prática de controle de corpos: a retirada do preservativo sem consentimento durante a relação sexual, conhecido como **stealth breeding**⁴. Os jovens relatam que estas práticas acontecem com ficantes ou namorados, e algumas vezes os jovens só se dão conta do não uso do preservativo, ao final da relação sexual, podendo ser compreendida como mais uma forma de controle de corpos.

A partir do exposto anteriormente sobre os sentidos e significados de dispositivos de controle, dentro desta pesquisa, pressupõem-se que as VPI em relacionamentos homoafetivos possuem dispositivos de controle de corpos próprios tais como: práticas discursivas que invisibilizam a expressão da sexualidade, outing, stealth breeding, entre outros.

Metodologia

Trata-se de um estudo de caráter exploratório e descritivo de cunho qualitativo. Uma vez que a pesquisa exploratória busca ampliar ideias sobre um determinado assunto, com o objetivo de criar uma proximidade com o problema; este tipo de estudo é bastante utilizado em temáticas novas, pouco pesquisadas. Já a pesquisa descritiva, visa

² Termo utilizado para definir o ato de expor a orientação sexual de uma pessoa sem seu consentimento.

³ Abreviação utilizada para lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, trans, queers, intersexuais e assexuais, acompanhada do símbolo de “+”, que representa pessoas agêneros, pansexuais, não-binárias e outras orientações sexuais e identidades de gêneros.

⁴ Termo utilizado para definir o ato de remover o preservativo sem consentimento durante a relação sexual.



descrever com maiores informações sobre uma população ou fenômeno (BASTOS; FERREIRA, 2016). Desta forma, busca descrever os fenômenos através dos significados atribuídos pelos participantes.

A coleta de dados foi realizada através de questionário online através da plataforma Google Forms. Participaram deste estudo um total de 14 pessoas com idades entre 19 e 35 anos, que vivenciaram, em algum período, ou que estivessem vivenciando, violência por parceiro íntimo em relacionamentos homoafetivos.

As respostas foram registradas de forma anônima, garantindo o sigilo sobre suas identidades e os conteúdos compartilhados. No tocante aos dados sociodemográficos, sobre a identidade de gênero, 5 identificaram-se como homens cisgênero, 7 como mulheres cisgênero, 1 pessoa não-binária e 1 pessoa bigênero. Em relação à orientação sexual, 7 participantes se declararam homossexuais e 7 como bissexuais. No que se refere a raça, 7 se autodeclararam brancos, 4 pardos e 3 pretos. A respeito do nível de escolaridade, 5 possuem o Ensino Médio Completo, 5 Ensino Superior Completo e 4 Pós-graduação Completa. Quanto ao estado civil, 10 participantes declararam-se solteiros, 2 casados e 2 em união estável.

A análise dos dados obtidos, seguiu o modelo de Análise de conteúdo, pois permite analisar as comunicações ou textos, possibilitando ao pesquisador identificar os inúmeros sentidos construídos no material em análise. Essa análise é dividida em cinco fases: a preparação das informações; unitarização ou transformação do conteúdo em unidades; categorização ou classificação das unidades em categorias; descrição; e, interpretação (MORAES, 1999).

A coleta de dados teve duração de três meses a partir da data da aprovação desta pesquisa pelo Comitê de Ética do Centro Universitário do Rio São Francisco, e encerrou-se quando não houve mais novos respondentes, mesmo com a continuação da divulgação da pesquisa. Todas as respostas foram obtidas anonimamente. Este trabalho foi submetido no dia 29 de outubro de 2022 e aprovado pelo CEP/UNIRIOS em 02 de dezembro de 2022, sob o parecer 5.790.317 e CAAE 64645222.2.0000.8166.

Discussão e resultados



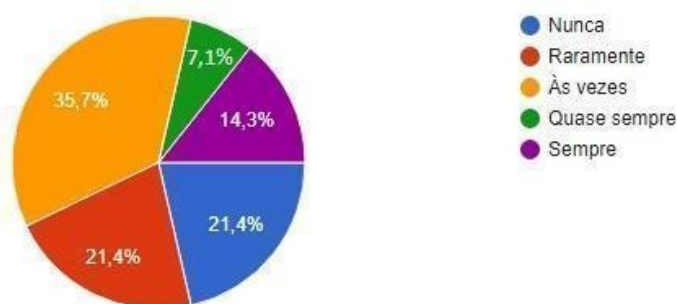
Para identificar os dispositivos de controle de corpos, e suas formas de atuação, presentes nas relações afetivo sexuais homoafetivas foram utilizadas 17 perguntas, questionando alguns tipos de controle que pode haver em um relacionamento que apresente violência (relações sociais, relações familiares, alimentação, medicalização, relação sexual, redes sociais, aparência física, humor do agressor, entre outros).

Os resultados deste estudo serão apresentados em quatro categorias: (1) meu corpo não me pertence (questões sobre aparência física, roupas, alimentação e medicalização); (2) Minando as redes de apoio (questões sobre ciúmes desproporcional, afastamento de familiares e/ou amigos e monitoramento de redes sociais); (3) Sujeição sexual; (4) Agressividade e medo.

Meu corpo não me pertence

Esta categoria apresenta os dados a respeito do controle sobre a aparência física, roupas, alimentação e medicalização. Sendo assim, a primeira pergunta desta categoria questiona se o parceiro já tentou alguma vez controlar a aparência física de seu companheiro: 37,5% afirmam que este controle ocorre às vezes, 21,4% raramente, 14,3% sempre, 7,1% quase sempre e 21,4% nunca, como mostra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 1 – Controle de aparência física



Fonte: Google Forms (elaboração própria, 2023).

Destes respondentes que afirmaram entre “raramente”, “às vezes”, “quase sempre” e “sempre”, 5 são homens cisgênero e 6 são mulheres cisgênero. De modo geral, os dados sugerem que o controle sobre a aparência física é algo presente na maioria das relações dos respondentes.



Na pergunta “Já precisou trocar de roupa por que seu(sua) parceiro(a) pediu, por achar muito vulgar ou chamativa?”, 50% afirmam “nunca” ter acontecido, enquanto 21,4% “raramente”, 14,3% “às vezes” e 14,3% “sempre”. Entre os respondentes que afirmaram ter vivenciado esse tipo de situação em algum momento são: 3 homens cis, 2 mulheres cis, 1 bigênero e 1 não-binária.

Na pergunta “Alguma vez sentiu que seu(sua) parceiro(a) tentou controlar sua alimentação, afirmando que estava cuidando de você por que te achou gordo(a) ou magro(a) demais?”, 71,4% afirmaram “nunca”, 21,4% “às vezes” e 7,1% “quase sempre”.

Por fim, na pergunta “Seu(sua) parceiro(a) te forçou a tomar ou a parar de tomar algum medicamento, mesmo sob orientação médica?”, 85,7% afirmaram “nunca” terem vivenciado isso, enquanto 14,3% “raramente”.

Meu corpo não me pertence faz uma alusão, portanto, a perda de sua identidade e de seu próprio corpo em termos de aparência física em sua totalidade, conforme Foucault (1999, p. 163), “um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado”.

Em relacionamentos gays e lésbicos, o controle de aparência física e de vestuário podem estar vinculados ao padrão heteronormativo, em outras palavras, o padrão socialmente aceito. De acordo com Costa e Cruz (2018), a forma como se expressa a preferência e desejos por corpos tem a ver com construções simbólicas históricas, isso implica questões como raça e etnia, peso, e até mesmo características como “afeminado”, “ másculo e/ou macho”, etc. Essa questão é baseada numa racionalidade universal, algo inserido de maneira coercitiva através de discursos hegemônicos a respeito de uma binaridade aceitável: homem-mulher (BUTLER, 2013).

Desta forma, é possível observar que em relacionamentos entre homens gays é bastante comum a procura por parceiros com aparência “hétero” ou “discreto”, essas características são justificadas pelo desejo de ser socialmente aceito, ou mesmo, de não ter sua sexualidade exposta, como é possível observar nos relatos a seguir:

Tive trejeitos que desviam da heteronormatividade questionados e reprimidos pelo ex, já me foi pedido para falar de outra forma e até pra ficar em silêncio. (Vitor, 20 anos, homem cis, gay)



Me senti desconfortável quando meu parceiro me pediu para me comportar na frente dos amigos dele. (Pedro, 23 anos, homem cis, gay)

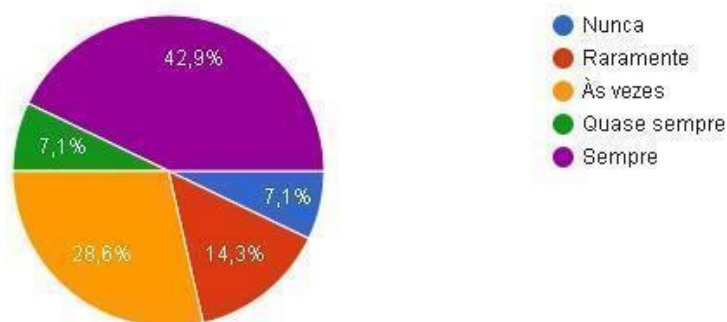
As roupas consideradas vulgares ou chamativas também são motivo para conflito nos relacionamentos, sendo pedido pelo(a) parceiro(a) para que troque de roupa, conforme apresentado, 50% dos participantes afirmam já terem passado por esse tipo de situação. Com isso, a aparência física e as formas de se vestir, são controladas como uma maneira de adequar ao que é compreendido como normal, segundo Zago (2013, p. 426), “no sentido de fazer com que aparentem ser normais, como todo mundo”.

Minando as redes de apoio

A presente categoria apresenta questões relacionadas ao ciúme desproporcional por parte do parceiro, a percepção de que o parceiro não queria que saísse para algum lugar, o afastamento de familiares e amigos e o monitoramento de redes sociais.

O gráfico a seguir, apresenta os resultados da questão “Você já se afastou de alguma amizade, ou familiar, por causa do seu(sua) parceiro(a)?”:

GRÁFICO 2 - Afastamento de familiares e amigos



Fonte: Google Forms (elaboração própria, 2023).

Conforme demonstrado no gráfico 2, quando questionados (as) se já se afastaram de alguma amizade ou familiares por causa de seu (sua) parceiro (a), 42,9% responderam “sempre”, 7,1% “quase sempre”, 28,6% “às vezes”, 14,3% “raramente” e 14,3% “nunca”. São 92,9% os



respondentes que afirmaram ter se afastado em algum momento, sendo 6 mulheres cis, 5 são homens cis, 1 bigênero e 1 não-bináriae.

Na questão “Você observa que seu(sua) parceiro(a) demonstra ciúmes desproporcional?”, 42,9% afirmam terem observado “sempre” esse comportamento, 21,4% “quase sempre”, 21,4% raramente e 14,3% “nunca”.

Na pergunta “Já sentiu que seu(sua) parceiro(a) não quer que você saia para algum lugar?”, 28,6% “sempre”, 14,3% “quase sempre”, 50% “às vezes” e 7,1% “nunca”. E em “Você já notou que seu(sua) parceiro(a) monitora suas redes sociais?”, 28,6% “sempre”, 35,7% “quase sempre”, 14,3% “às vezes”, 7,1% “raramente” e 14,3% “nunca”.

Este tópico, discute questões referentes ao ciúme desproporcional, afastamento de familiares e amigos, desejo de que o(a) companheiro(a) não saia sozinho(a) e o monitoramento de redes sociais. Essas questões foram agrupadas por possibilitarem uma compreensão de que ao restringir as saídas, os contatos e até mesmo as redes sociais, o agressor estaria de certa forma *minando as redes de apoio* da vítima, e contribuindo de certa forma, para que se sinta sem apoio e sozinha.

As redes de apoio são relações que os indivíduos consideram como importantes durante momentos de crise, a exemplo das VPI, neste sentido, podem ser familiares, amigos e pessoas próximas que possam de alguma forma acolher e ajudar (SLUZKI, 1999 apud FERRARI *et al.*, 2021). Conforme apresentado no tópico 4.1.2, um total de 92,9% já se afastou de familiares e amigos por causa do(a) parceiro(a), esse dado também está ligado às saídas sem o(a) companheiro(a), que também representam um total de 92,9%. A entrevistada narra:

Fez eu me distanciar de todos os meus amigos afirmando que eles eram falsos, mas manteve as amizades, principalmente as que existiam segundas intenções, e toda vez que ia sair (sem mim) falava que eu tinha que ter amizades (sendo que fazia eu me afastar de todo mundo. (Milly, 19 anos, mulher cis, bissexual)

Neste relato, observa-se a maneira como a parceira de Milly a manipulou para que ela se afastasse dos amigos e deixasse de sair, mas ao mesmo tempo manteve suas próprias amizades e justificava suas saídas dizendo que ela deveria também sair com seus próprios amigos. No entanto, como seria possível após ter se afastado? Essas situações vulnerabilizam a vítima e a colocam numa posição de isolamento.



Devemos compreender que a rede de apoio é fundamental ao enfrentamento da VPI (FERRARI *et al.*, 2021), e que estes afastamentos podem dificultar a saída destas pessoas da situação de violência que esteja vivenciando, seja pelo não reconhecimento da violência, ou mesmo, pela falta de apoio para denunciar. Cabe ressaltar que a VPI em relacionamentos homoafetivos possui agravantes, que dificultam a denúncia, por exemplo, o não reconhecimento do relacionamento, a falta de apoio familiar e de amigos, a orientação sexual não assumida e até mesmo o preconceito em espaços como as delegacias.

O ciúme admitido como dentro de parâmetros normais em uma relação afetivo-sexual é sinônimo de ameaça e indica algo que não é saudável, esta ameaça pode ser real ou imaginária. Sendo assim, existem graus de ciúmes, partindo do menor que pode contribuir para que ambos os(as) parceiros(as) busquem melhorar o relacionamento, até um grau crítico, em que o ciúme é utilizado para aprisionar o(a) parceiro(a), levando à violência (CENTEVILLE; ALMEIDA, 2007). Neste estudo, definimos como ciúme desproporcional, aquele que não condiz com a situação ou momento, e que leva o parceiro a deixar de sair, afastar-se de familiares e amigos, como dito no parágrafo anterior, aprisiona-o. O relato a seguir retrata esse tipo de ciúme:

Ela era extremamente manipuladora e ciumenta com meus amigos e amigas mais próximas. (Bielo, 20 anos, bigênero, bissexual)

Conforme Flach e Deslandes (2019), o monitoramento de redes sociais permeia a dicotomia entre cuidado e controle para com os parceiros, entretanto, essa prática viola os direitos e a privacidade quando utilizada sem consentimento. Então, como saber se é cuidado ou controle? Acreditamos que tudo que prejudique ou afete o outro pode ser considerado como controle, nesse sentido, o monitoramento de redes sociais, diz respeito ao controle de aplicativos de redes sociais, por exemplo, quem o parceiro tem como “amigo”, com quem troca mensagens e até mesmo as fotos que curte. De certa forma, as restrições e o monitoramento sobre as redes sociais caminham juntamente com o ciúme desproporcional, ambos apresentaram um percentual de 85,7% nas respostas dos nossos participantes.

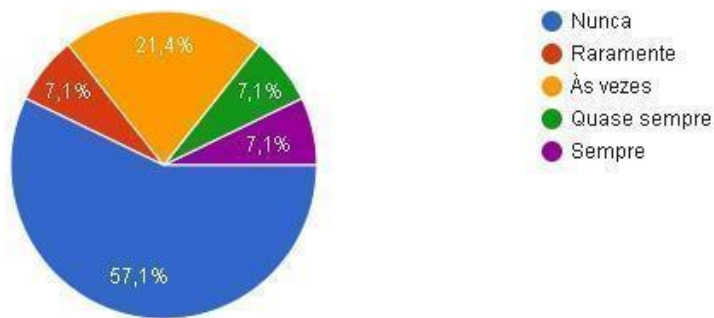
Sujeição sexual

Nesta categoria são inseridas questões a respeito de relações sexuais e consentimento, na pergunta “Ele/ela já insistiu muito para ter



relação sexual mesmo você dizendo que não queria?”, o gráfico a seguir demonstra as seguintes respostas:

GRÁFICO 3 - Insistência do parceiro para haver relação sexual



Fonte: Google Forms (elaboração própria, 2023).

Conforme apresentado acima, 57,1% afirmam que o parceiro “nunca” insistiu, 7,1% “raramente”, 21,4% “às vezes”, 7,1% “quase sempre”, 7,1% “sempre”. Em relação aos aspectos sociodemográficos, os respondentes que responderam entre “raramente” e “sempre” dividem-se em: 3 mulheres cis e 3 homens cis.

Quando questionados se alguma vez tiveram relação sexual sem consentimento, 92,9% afirmam “nunca” terem vivenciado tal situação e apenas 7,1% “raramente”. Sobre a retirada do preservativo sem seu consentimento durante o ato sexual, os números dividem-se em :78,6% “nunca”, 7,1% “raramente”, 7,1% “às vezes” e 7,1 “sempre”, sendo todos homens cis.

Na pergunta “Ele/ela já ameaçou expor sua orientação sexual? (caso não seja assumido(a))”, 85,7% “nunca” e 14,3% “raramente”.

Neste tópico, discutem-se questões a respeito das relações sexuais e consentimento, acrescido a ameaça de exposição da orientação sexual (no caso, de pessoas não assumidas). O controle sobre o ato sexual aqui descrito, diz respeito a remoção do preservativo durante a relação e sem consentimento, a insistência para a relação sexual, mesmo com a expressão da recusa do outro, e por fim, a prática sexual sem consentimento. Sendo assim, compreendi como sujeição sexual o dispositivo de controle do corpo presente nas relações sexuais, colocando a vítima num papel de submissão em relação aos desejos dos parceiros, e que por consequência, a vítima pode nem se dar conta de ter vivenciado violência sexual.



De acordo com o exposto referente aos resultados, 42,9% já passaram por situações em que o(a) parceiro(a) insistiu para que tivessem relação sexual, mesmo expondo seu não desejo. 21,4% já tiveram o preservativo removido sem seu consentimento (stealthing) durante o ato sexual e 7,1% já tiveram relação sexual sem consentimento.

Toledo e Teixeira Filho (2012) discutem que dentro de relacionamentos entre mulheres lésbicas é comum que a afetividade se sobressaia a relação sexual, e que a atividade sexual em maior quantidade é algo característico em relações entre homens gays, respaldando-se em discursos que atribuem a atividade sexual e a masculinidade aos homens e a feminilidade e a passividade as mulheres. Partindo desse pressuposto, os dados encontrados neste estudo sobre a insistência em ter relação sexual (42,9%), sendo 3 mulheres cis e 3 homens cis, apontam que há uma pequena diferença do que a literatura apresenta, sugerindo que essas representações de gênero podem estar associadas mais aos relacionamentos héteroafetivos do que aos homoafetivos.

A partir dos dados colhidos sobre a remoção de preservativo, foi possível observar que os 3 respondentes que passaram pela situação de stealthing, sendo todos homens cis e gays, quando questionados sobre o tipo de violência vivenciada, interessantemente nenhum assinalou violência sexual, esse dado faz com que questionemos como as pessoas estão compreendendo as práticas de violência sexual dentro dos relacionamentos homoafetivos. Ressalta-se que os impactos desta prática vão desde o psicológico até a exposição a infecções sexualmente transmissíveis (IST 's).

No âmbito jurídico, o stealthing pode ser considerado tanto violação sexual por fraude (art. 215 do Código Penal), quanto estupro (art. 213 do Código Penal), a depender de como a conduta ocorra, no entanto, o que chama a atenção é que de modo geral, muitos não consideram nenhum dos dois, levando em consideração que a relação sexual foi consentida, apenas a remoção do preservativo que não (CARVALHO; LIMA JÚNIOR, 2022).

Pensar nesta questão jurídica ajuda a problematizar as práticas sexuais dentro dos relacionamentos, como a vítima se posicionará a fim de denunciar, se pode nem ter a sua denúncia aceita? Ainda mais, nos casos de relacionamentos homoafetivos, que já contam com a discriminação por sua orientação sexual, desta forma, torna-se mais um



dispositivo de controle de corpos, de maneira que dificulta o reconhecimento da prática como violência sexual, e contribui para que passe despercebido.

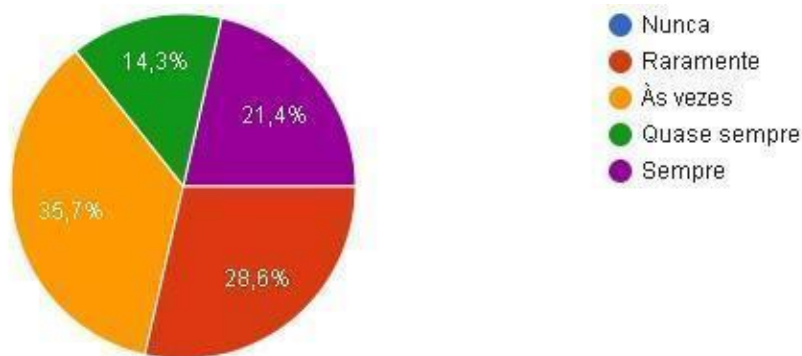
Cabe levar em consideração que essas práticas referentes as relações sexuais poderiam ser aprofundadas em estudos futuros, buscando compreender como são percebidas as relações sexuais atualmente dentro dos relacionamentos homoafetivos, de maneira, a vislumbrar melhor quais os sentidos e significados atribuídos pelas vítimas ao que é permitido dentro dos relacionamentos e, principalmente nas relações sexuais.

Por fim, quanto a prática da ameaça de exposição da sexualidade do(a) parceiro(a) (outing), dos 14,3%, são eles, um homem e uma mulher cis, ambos bissexuais. Essa ameaça funciona como uma violência psicológica, na literatura é comum encontrar estudos a respeito do outing em relacionamentos homoafetivos, porém, poucos discutem a ameaça da exposição da orientação sexual no que concerne a pessoas bissexuais, sinalizando para a importância de estudos que abarque tal temática.

Agressividade e medo

Nesta categoria são apresentadas questões relacionadas ao manejo de agressividade e raiva. Iniciando com a pergunta “Você já se sentiu desconfortável, ansioso(a) ou com medo perto de seu(sua) parceiro(a)?”, de modo que não há nenhum número para “nunca”, 28,6% “raramente”, 35,7% “às vezes”, 14,3% “quase sempre” e 21,4% sempre, como é demonstrado no gráfico a seguir:

GRÁFICO 4 - Sentimento de desconforto, ansiedade ou medo perto do(a) parceiro(a).



Fonte: Google Forms (elaboração própria, 2023).

Na questão “Ele/ela já te xingou?”, 21,4% afirmam que “nunca”, 42,9% “raramente”, 21,4% “às vezes” e 14,3% “sempre”. Na pergunta “Ele/ela te diminui na frente de outras pessoas?”, 42,9% “nunca”, 14,3% “raramente”, 21,4% “às vezes”, 7,1% “quase sempre” e 14,3% “sempre”. Na questão “Ele/ela muda de humor bruscamente com frequência?”, 14,3% “nunca”, 14,3% “raramente”, 14,3% “às vezes”, 14,3% “quase sempre” e 42,9% “sempre”.

Este tópico discute questões referentes ao comportamento agressivo, as mudanças bruscas de humor com frequência e aos xingamentos feitos pelos(as) agressores(as), e o impacto nas vítimas, a exemplo, dos sentimentos de medo, ansiedade, desconforto, etc.

Todos os respondentes afirmaram já terem sentido desconforto, ansiedade e medo perto do(a) parceiro(a). No entanto, esse dado sugere que esses sentimentos podem estar atribuídos a alguns fatores, por exemplo, em relação a mudanças bruscas de humor frequentes. É possível observar que 85,7% dos respondentes afirmam que o(a) parceiro(a) apresenta esta oscilação de humor. Uma respondente relata:

Em casa, ela perdia a paciência ou ficava brava por qualquer coisa e sempre me culpava. (Bruna, 35 anos, mulher cis, bissexual)

Sobre xingamentos, 78,6% já passaram por isso, e a respeito de situações em que o(a) parceiro(a) chegou a diminuí-lo(a) na frente dos outros, foram 57,1%. Essas situações contribuem para sentimentos de desconforto, ansiedade e medo perto do(a) parceiro(a). Pois ao tentar sair destes relacionamentos, alguns parceiros acabam fazendo ameaças o que dificulta ainda mais a situação, como relato a seguir:

Em todas as situações que eu pensei em terminar e esbocei essa vontade, ela deixava claro que poderia tentar contra a própria vida. Eu me libertei desse relacionamento, quando ela soube que eu estava



namorando (9 meses depois do término), tomou remédios para dormir em excesso e quase morreu. Muitos amigos se afastaram de mim, pois ela vendeu a história como se ela fosse a vítima e eu a pessoa que feriu o amor dela. (Bruna, 35 anos, mulher cis, bissexual)

O relato de Bruna demonstra como a VPI se configurou em relacionamento, e mesmo com o desejo de terminar, ainda sofria ameaças da parceira, algo que se concretizou meses após o término. É possível observar que parte de sua rede de apoio (amigos) se afastou em virtude do que a parceira relatava e manipulava, mas que mesmo assim, Bruna conseguiu se desvencilhar desta relação abusiva e seguir em frente.

Considerações finais

A princípio, este estudo teve como hipótese a questão de as especificidades das violências em relacionamentos homoafetivos serem invisibilizadas tanto pelo não reconhecimento destas relações, como também, por alguns casais não terem sua orientação sexual assumida, o que poderia dificultar o reconhecimento da violência sofrida, bem como seu enfrentamento.

Durante a análise dos dados coletados, foi possível observar que a violência por parceiro íntimo em relacionamentos homoafetivos não se restringe somente às pessoas gays e lésbicas, como também, às pessoas bissexuais. Também foi possível notar que as dinâmicas consideradas neste estudo como dispositivos de controle de corpos são práticas discursivas, que em sua maioria, são equiparadas às violências psicológica, moral e sexual, e que por diversas vezes, não são reconhecidas pelas vítimas.

A violência psicológica é a mais expressiva neste estudo, é interessante que os próximos estudos busquem vislumbrar como são as dinâmicas dentro dos relacionamentos afetivo-sexuais e o que é considerado como normal e permitido.

Em suma, este estudo conseguiu atingir todos os objetivos propostos, entretanto, houve limitações, como a pouca literatura em língua portuguesa, corroborando para lacunas a respeito das práticas e dispositivos de controle de corpos dentro dos relacionamentos homoafetivos.



Referências

AGAMBEN, Giorgio. O que é um dispositivo? **Outra Travessia**, Florianópolis, n. 5, p.9-16, 2005.

BARRETTO, Raquel Silva. Relacionamentos abusivos: uma discussão dos entraves ao ponto final. **Gênero**, Niterói, v. 18, n. 2, p. 142-154, maio 2018.

BASTOS, Maria Clotilde Pires; FERREIRA, Daniela Vitor. **Metodologia científica**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016. 224 p. (Vagalume).

BRASIL. Maria da Penha. Planalto. Lei 11.340 07/08/2006: lei maria da penha. Lei Maria da Penha. 2006. Maria da Penha. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm. Acesso em: 30 set. 2022.

BREIDING, Matthew J. *et al.* **Intimate Partner Violence Surveillance Uniform Definitions And Recommended Data Elements**. 2015. Centers for Disease Control and Prevention National Center for Injury Prevention and Control. Disponível em: <https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipv/intimatepartnerviolence.pdf>. Acesso em: 4 set. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CARVALHO, Breno Alves de; LIMA JÚNIOR, William de Carvalho Ferreira. Stealthing: Sua Melhor Adequação Ao Direito Brasileiro Diante Da Possibilidade De Um Novo Tipo Penal. **Legalislux: SEÇÃO I: DEMOCRACIA, SISTEMAS NORMATIVOS E PENSAMENTO CRÍTICO**, Belém do São Francisco, v. 4, n. 1, p. 25-28, jan. 2022.

CENTEVILLE, Valeria; ALMEIDA, Thiago de. Ciúme romântico e sua relação com a violência. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 16, n. 1, p.73-91, maio 2007.

COSTA, Juliana Mazza Batista. **Do lilás ao Roxo: violências nos vínculos afetivos-sexuais entre mulheres**. 2023. 132 f. Dissertação



(Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, UFPE, Recife, 2013.

COSTA, Vinícius de Paiva; CRUZ, João Lúcio Mariano. Gaydárpio: Estigmatização de Corpos no Aplicativo Grindr. **XX Congresso De Ciências Da Comunicação Na Região Centro-Oeste**. Campo Grande: Intercom, 2018. 15 p. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/centrooeste2018/resumos/R61-0283-1.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: DELEUZE, Gilles. **O mistério de Ariana**. 3. ed. Lisboa: Nova Vega, 2015. p. 83-96. (Coleção Passagens). Tradução Ernesto Sampaio. Disponível em: https://www.uc.pt/iii/ceis20/conceitos_dispositivos/programa/deleuze_dispositivo. Acesso em: 13 set. 2022.

ELÍSIO, Rita; NEVES, Sofia; PAULOS, Rita. A violência no namoro em casais do mesmo sexo: discursos de homens gays. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, [S.L.], n. 117, p. 47-72, 1 dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.4000/rccs.8149>. Acesso em: 20 set. 2022.

FERRARI, Wendell; NASCIMENTO, Marcos Antônio Ferreira do; NOGUEIRA, Conceição; RODRIGUES, Liliane. Violências nas trajetórias afetivo-sexuais de jovens gays: "novas" configurações e "velhos" desafios. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 7, n. 26, p. 2729-2738, abr. 2021.

FLACH, Roberta Matassoli Duran; DESLANDES, Suely Ferreira. Abuso digital ou prova de amor? O uso de aplicativos de controle/monitoramento nos relacionamentos afetivo-sexuais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p.1-14, 2019.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1999.

FRANCISCO, Ana Lúcia. **Instituições e dispositivos institucionais: processos de subjetivação e seus efeitos**. 2000. 126 f. Tese



(Doutorado) - Curso de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

GROSSI, Mirian Pillar. Rimando amor e dor: reflexões sobre a violência no vínculo afeto-conjugal. In: PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Mirian Pillar. **Masculino, Feminino, Plural**. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 293-313.

GUIMARÃES, Renata Cavalcante Santos *et al.* Impacto na autoestima de mulheres em situação de violência doméstica atendidas em Campina Grande, Brasil. *Revista Cuidarte, Bucaramanga, Colômbia.*, v. 9, n. 1, p. 1988-1997, 3 nov. 2017. Triannual. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2216-09732018000101988&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 set. 2022.

MEDEIROS, Mércia Carréra de. Unidos contra a violência. In: CASTILLO-MARTIN, Márcia; OLIVEIRA, Suely de. **Marcadas a ferro: violência contra a mulher: uma visão multidisciplinar**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas Para As Mulheres, 2005. p. 100-103.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde**, Manguinhos, v. 3, n. 4, p. 513-531, fev. 1998.

MOLEIRO, Carla *et al.* Guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas: guia de boas práticas para profissionais de estruturas de apoio a vítimas. Lisboa: Comissão Para A Cidadania e A Igualdade de Género, 2016. 70 p. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/15563/1/Moleiro_Pinto_Oliveira_%26_Santos_2016_Manual_Violencia_Domestica_LGBT_CIG.pdf. Acesso em: 24 set. 2022.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 37, n. 22, p. 7-32, 1999.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: notas sobre a economia política do sexo. In: RUBIN, Gayle. **Políticas do Sexo**. Tradução de Christine Rufino Dabat. Recife: SOS Corpo, 1993. p. 09-61.



SAFFIOTI, Heleieth I. B. Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. 158 p.

SANTOS, Daniel Kerry; AMARAL, Marília dos Santos; TONELI, Maria Juracy Filgueiras. (2018). Psicologia, Políticas do Corpo, do Gênero e das Sexualidades: capturas e resistências do cotidiano. **Psicologia Política**, 18(42), p. 309-321.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 1, n. 28, p. 19-54, jan. 2007.

TOLEDO, Livia Gonsalves; TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. AS Lesbianidades Entre O Estigma Da Promiscuidade E Da Ilegitimidade Sexual. **Temáticas**, Campinas, v. 20, n. 40, p. 67-103, 2012.

WEINMANN, Amadeu de Oliveira. Dispositivo: um solo para a subjetivação. **Psicologia & Sociedade**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 16-22, dez. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/sg6tCv5VrHKSGWTYp9bTymz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

ZAGO, Luiz Felipe. "Armários de vidro" e "corpos-sem-cabeça" na biossociabilidade gay online. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, [s.l.], v. 17, n. 45, p. 419-432, 14 jun. 2013. FapUNIFESP (SciELO).



Intimate partner violence and body control practices: an analysis of the specificities in homoaffective relationships

ABSTRACT: This article is part of an undergraduate psychology thesis aimed at identifying the mechanisms of body control and their modes of operation within same-sex affective and sexual relationships. It is an exploratory and descriptive qualitative study. Data collection was conducted through an online questionnaire using the Google Forms platform. A total of 14 participants, aged 19 to 35, took part in this study, with 7 self-identified as homoaffective and 7 as bisexual. Data analysis was performed using content analysis. All participants reported experiencing or having experienced violence from an intimate partner. Regarding body control mechanisms, data were found on psychological violence, moral violence, and sexual violence. It was observed that body control mechanisms exist in same-sex relationships, involving discursive practices that underlie psychological, moral, and sexual violence. The most prominent type of violence found in this study was psychological violence.

KEYWORDS: body control dispositives; homoafetives relationships; intimate partner violence; IPV.

Natália Evelyn GOMES MOREIRA

Graduada em Psicologia pela UniRios. Pós-graduada em Psicologia Hospitalar pela Faculdade Focus. Pós-graduanda em Transtorno do Espectro Autista pela PUC-PR.

Larissa RAPOSO DINIZ

Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Possui mestrado em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2010) e graduação em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba (2006). Tem experiência em docência e conduz pesquisas com ênfase em Psicologia Social e Psicologia Política, atuando principalmente nos seguintes temas:



**Violência por parceiro íntimo e práticas de controle de corpos:
uma análise das especificidades em relações homoafetivas**

208

gênero, identidade, ambientalismo, movimentos sociais e psicologia social discursiva.

Bruno Robson de BARROS CARVALHO

Graduado em Psicologia pela Faculdade do Vale do Ipojuca (2011). Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2014). Doutor em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco (2020). Docente do curso de Psicologia do Centro Universitário do Rio São Francisco - UniRios. Coordenador do Grupo de Pesquisa em Psicologia e Subjetividade Sertaneja.

Recebido em: 03/10/2023

Aprovado em: 15/02/2025



SEÇÃO TEMÁTICA



**Reivindicação, Direitos e
Enfrentamento à
Discriminação:**

Um panorama das lutas institucionais das dissidências sexuais e de gênero no Brasil

Émerson Santos, *Universidade de Pernambuco*

Benedito Medrado, *Universidade Federal de Pernambuco*

Resumo. Este trabalho, desenvolvido no formato de ensaio, tem como objetivo produzir uma leitura ampla e situada sobre a produção do conhecimento científico que tem como objeto a institucionalização do Movimento LGBTQ+ na reivindicação de direitos e no enfrentamento da discriminação. O corpus de análise foi constituído a partir de base de dados de revisão bibliográfica produzida para o desenvolvimento de duas pesquisas: uma investigação de doutorado e um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq. O interlocutor prioritário neste texto são pesquisadores/as iniciantes no campo, os quais buscamos alimentar com nuances e outras leituras para as discussões desta agenda de pesquisa nos estudos de gênero e sexualidade no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Movimento LGBTQ+. Gênero. Sexualidade. Movimentos Sociais.



Introdução

A produção acadêmica a respeito das dissidências sexuais e de gênero no Brasil se adensou consideravelmente nas primeiras décadas do século XXI. Trabalhos apresentados em congressos acadêmicos e artigos publicados em periódicos científicos com frequência foram organizados no formato de coletâneas que oferecem fartas referências bibliográficas para as novas pesquisas na área, ao mesmo tempo em que ampliaram o leque de objetos e questões de pesquisa. Do mesmo modo, a produção de trabalhos de conclusão de curso de graduação e especialização, dissertações de mestrado e teses de doutorado vêm alimentando um campo em permanente expansão.

Parte considerável dessas produções se dedicou a analisar o que convencionou-se chamar na atualidade de Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexos e outras identidades dissidentes dos padrões hegemônicos de corpo, gênero e sexualidade (LGBT+). Dentro dessa discussão, esse artigo visa contribuir para dar visibilidade à produção sobre o tema a partir de um amplo panorama sobre a produção de conhecimento das lutas institucionais das dissidências sexuais e de gênero na reivindicação de direitos e no enfrentamento da discriminação no Brasil.

Sem a pretensão de ser exaustivo ou compreensivo, este artigo, apresentado em formato de ensaio, foi elaborado a partir de base de dados bibliográficos produzidas para o desenvolvimento de duas pesquisas: uma investigação de doutorado e um projeto de pesquisa financiado pelo CNPq¹. Para produção deste trabalho, fizemos uma seleção de textos (artigos científicos, livros e capítulos de livro acessados em plataformas digitais ou a partir de indicações de pesquisadores/as e ativistas que integram o Movimento LGBT+) que são apresentados, a partir de uma linguagem acessível, com vistas a uma leitura sobre acontecimentos, atores, atrizes, linhas e fluxos que marcam o surgimento e a expansão do Movimento LGBT+ no Brasil, bem como uma breve apreciação sobre a consolidação do Movimento por meio de redes de expressão nacional e de conquistas no âmbito dos poderes executivo e judiciário, em âmbito federal.

¹ Tese de doutorado: A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do Movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020 (SANTOS, 2022). Projeto de Pesquisa: “Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos” (MEDRADO, 2020).



Um passeio por alguns escritos precursores no Brasil

O debate em torno do que convencionou-se nomear no Brasil de “Movimento LGBT+” foi precedido pela discussão sobre a “homossexualidade”, como categoria identitária e como campo de ação política. Os primeiros relatos de relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo no nosso país datam ainda do século XVI quando as primeiras expedições dos invasores portugueses chegaram em nossas terras.² Envolvimentos homoeróticas que hoje são apresentadas como experiências de relações homossexuais constam em diversas cartas e diários de padres jesuítas e outros membros do clero católico no período do Brasil Colônia. Tais relatos apontam que o nomeado “*peccatum nefandum*”³ pela igreja católica, acontecia sem grandes constrangimentos tanto entre indígenas do sexo masculino, quanto do sexo feminino.

São fartas as descrições nesse sentido como se pode observar na clássica obra “Devassos no Paraíso” de autoria do escritor João Silvério Trevisan (2018 [1986]). Tupinambás, Guaicuru-Caduveo, Nambikwara, Xavante, Tapirapé e Kadiwéu são apenas alguns dos muitos povos indígenas onde foram relatadas a existência de relações homoeróticas e, em alguns casos, rupturas com os papéis de gênero associados ao sexo biológico, como os *Kudin*, “homens” do povo Kadiwéu que se comportavam como “mulheres” nas aldeias. Também há informação de algumas mulheres indígenas Tupinambá que cortavam seus cabelos, participavam de batalhas, seguiam os ofícios reservados ao gênero masculino e eram casadas com outras indígenas que desempenhavam o papel de gênero reservado hegemonicamente ao sexo feminino (Trevisan, 2018 [1986]).⁴

De acordo com Trevisan (2018 [1986]), o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss reportou a existência de relacionamentos homossexuais entre primos adolescentes no povo Nambikwara seguindo uma tradição tribal onde um deveria desposar a irmã do outro. Mesmo após adultos e casados, os homens Nambikwara continuavam a ter relações sexuais com seus cunhados. Essas observações feitas por Lévi-Strauss a partir das suas pesquisas no estado do Mato Grosso, em

² Neste artigo, usamos a nomenclatura utilizada nas obras referidas, ainda que consideramos que as categorias “sexo” e “gênero” tenham sido atualizadas e que, hoje, apresentem compreensões mais complexas do que a simples distinção entre estruturas biologia e produções culturais”.

³ Pecado Nefando na tradução para a língua portuguesa, significa “o que não pode ser dito” ou “cujo nome não pode ser pronunciado”.

⁴ Para mais informações, recomendamos a leitura de FERNANDES, Estevão R. “Existe índio gay?": a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. Curitiba: Editora Prismas, 2017. 245p.



1930, se somam a outras dezenas de registros de etnólogos e antropólogos que exploraram o cotidiano dos povos indígenas brasileiros e revelaram a existência de práticas homossexuais⁵.

Envolvimentos homoeróticos também são relatados entre negros africanos escravizados e os homens brancos, sendo difícil distinguir quando se tratava de um estupro ou de desejo de ambos os envolvidos (MOTT, 1992). A própria existência da relação de escravidão torna impossível a visualização das fronteiras entre sexo forçado e desejo/sexo consentido. Homens negros escravizados também mantinham relações sexuais entre si, embora os relatos desses episódios sejam mais escassos, assim como os de envolvimento entre negros e indígenas.⁶

Boa parte dos registros dessas relações são oriundos dos arquivos dos Visitadores do “Tribunal do Santo Ofício” no Brasil, especialmente entre os anos de 1591 e 1620. Analisados pelo antropólogo Luiz Mott no seu artigo intitulado “Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial” (1992). Documentos dos tribunais instalados na Bahia e em Pernambuco entre o final do século XVI e início do século XVII apontam o crime de “sodomia⁸” como o segundo mais recorrente nos processos da “Santa Inquisição”. Mott (1992) evidenciou a antiguidade das práticas homossexuais no país, apesar da forte repressão praticada no período colonial.

⁵ Uma discussão mais aprofundada a respeito da diversidade sexual e de gênero nos povos indígenas e os impactos do colonialismo sobre elas pode ser apreciada na obra: FERNANDES, Estêvão R. Existe índio gay?: a colonização das sexualidades indígenas no Brasil. 1. ed. Curitiba: Prismas, 2017.

⁶ Para maior aprofundamento sobre aspectos, recomendamos a leitura de alguns textos: MOTT, Luiz. *Bahia: inquisição e sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010; LIMA, Milena Ferreira S. “Completo, e consumado”: sodomia e escravidão em Pernambuco na primeira metade do século XVIII. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura Plena em História, Universidade do Estado da Bahia, 2016; GOMES, Fábio da Silva. O Escravo Sodomita na Colônia, Khóra, *Revista Transdisciplinar*, v. 2, n. 2 (mai. 2015).; VAINFAS, Ronaldo. Moralidades Brasília: deleites sexuais e linguagem erótica na sociedade escravista, in. Laura de Mello e Souza (org.). *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997, pp. 221-274, vol. 1. VAINFAS, Ronaldo. Inquisição como fábricas de hereges: os sodomitas foram exceção? in. VAINFAS, Ronaldo; FLEITER, Bruno & LIMA, Lana L. da Gama (Orgs.). *A Inquisição em Xequê: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006, pp. 267-280.

⁷ Instituição eclesiástica de caráter judicial, o Tribunal do Santo Ofício tinha por objetivo “inquirir heresias”, ou seja, buscar informações sobre ideias, teorias ou práticas que não estavam de acordo com a doutrina católica. Em função disso também é conhecido como “Santa Inquisição”, “Tribunal da Inquisição” ou simplesmente “Inquisição”.

⁸ O termo “sodomia” possui origem bíblica e originalmente refere-se aos atos praticados na cidade de Sodoma. De acordo com a narrativa bíblica, as cidades de Sodoma e Gomorra foram destruídas em função dos pecados cometidos pelos seus habitantes, sobretudo o pecado do coito anal entre indivíduos do sexo masculino. Até o século XIX com a invenção e emergência da categoria “homossexual” oriunda do discurso médico, era comum a utilização do termo “sodomita” para referir-se a indivíduos que estavam envolvidos em práticas homoeróticas, principalmente homens.



Tamanha era a perseguição imposta pela legislação da época que denunciados pelo crime de sodomia poderiam ser degradados, açoitados, humilhados através da confissão pública do seu “crime” e ter todos os seus bens confiscados e transferidos para os denunciadores⁹. Os praticantes da “sodomia perfeita”, ou seja, “penetração do membro viril desonesto no vaso traseiro com derramamento de semente”, poderiam ser levados à fogueira (MOTT, 1992). Nesse último caso, uma única experiência homoerótica era considerada um crime suficiente para condenar o réu. O medo e o tormento da condenação à fogueira eram tão aterrorizantes que levou alguns a assassinar seus então parceiros como uma forma de apagar as provas da prática considerada criminosa.

Mais que evidenciar a antiguidade das relações entre pessoas do mesmo sexo, essas fontes revelam a força da perseguição e quão longínqua é a violência praticada contra os indivíduos que ousam cruzar, ainda que com o máximo de descrição possível, as fronteiras da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsória. Tal violência também é percebida por meio do grande silenciamento dessas questões na ciência durante séculos que só vieram à tona em função das virtuosas pesquisas empreendidas por Mott.

Outro intelectual de destaque nesse debate é Peter Fry. Sua contribuição não se restringe apenas ao esforço de conferir credibilidade ao tema da sexualidade enquanto agenda de pesquisa. Então professor da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Fry atuou no Grupo Somos. Destaca-se também o pioneirismo de suas pesquisas sobre identidade e cultura homossexual no país. É de sua autoria o ensaio “Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil”. Nele, o intelectual buscou contribuir para o conhecimento a respeito da sexualidade masculina no contexto brasileiro, deslocando essa discussão do campo da medicina “para colocá-la firmemente no campo da antropologia social” (FRY, 1982, p.87).

Essa preocupação de Peter Fry em levar a investigação das sexualidades para o campo das ciências sociais se dava em virtude de boa parte dos estudos dessa questão estarem situados dentro de subáreas da medicina. Conforme levantamento realizado ao longo dos anos 1980 por Mott (1992), boa parte dos mais de 100 artigos, livros, teses e comunicações encontradas sobre o tema no Brasil, abordavam o

⁹ Como estratégia de obter informações sobre os pecados cometidos pelos habitantes da época, a Inquisição garantia que os bens dos culpados seriam confiscados e transferidos para os acusadores. Além disso, nos casos em que os acusadores eram um dos envolvidos na relação, o detrator receberia o perdão e pagaria penas mais leves não correndo o risco de ser queimado vivo na fogueira do tribunal.



“problema homossexual” a partir da medicina legal, psiquiatria, psicopatologia e criminologia. Outro elemento importante dentro dessa discussão é a especial atenção das ciências biomédicas no século XIX ao desejo sexual orientado para pessoas do mesmo sexo, conforme formidavelmente desvelado por Foucault (2001).

Antes de refletir a respeito das principais contribuições do ensaio precursor de Peter Fry, cabe aqui abrir um parêntese para dedicar alguns parágrafos para evidenciar os principais discursos que contribuíram para o surgimento da noção de “homossexualidade”, a qual desempenhou um papel importante na “construção” da noção de uma “identidade homossexual” no Brasil, elemento que se tornaria fundamental para o surgimento e consolidação da organização política desses sujeitos na forma de ação coletiva.

Discutindo sobre esta questão, Júlio Simões e Regina Facchini afirmaram que o contemporaneamente nomeado “Movimento LGBT” pode ser considerado um desdobramento de um complexo processo de “reapropriação e reelaboração da noção de ‘homossexual’ estabelecida, primordialmente, no campo das teorias biomédicas do século XIX” (2009, p. 37, grifos do original). Surgidas na Europa, tais teorias “abriram caminho à moderna disciplina da sexologia, articularam a variedade de expressões da sexualidade humana a determinadas condições biológicas e constituições corporais supostamente inatas e imutáveis” (2009, p. 37).

Foi nesse contexto que se iniciou a consolidação da definição de homossexual como um tipo específico de sujeito com constituições físicas e psicológicas singulares, expressa sobretudo pela ideia da “alma de mulher aprisionada num corpo de homem”, ainda tão difundida atualmente pela indecorosa necessidade de atribuir uma “causa” para a homossexualidade, tida nessa perspectiva como um “desvio”.

As classificações biomédicas não se constituíram, porém, sem a influência de sujeitos que atualmente são considerados pioneiros do ativismo pelo respeito à diversidade sexual e de gênero, a exemplo de Karl-Heinrich Ulrichs. Advogado alemão, Ulrichs escreveu mais de uma dezena de volumes sobre o tema, a exemplo dos ensaios “*Forschungen über das Räthsel der mann männlichen Liebe*”¹⁰. Nesses textos, Ulrichs defendia que a atração e o desejo afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo se tratava de uma questão biológica, classificando esses sujeitos como “Uranistas” e definindo a si mesmo como tal. O termo se refere a

¹⁰ Tradução livre: “Pesquisas sobre o Enigma do Amor Entre Homens”.



uma passagem da obra “O Banquete” escrita pelo filósofo grego Platão, onde uma Afrodite, Deusa do Amor, nasceu homem (Urano).

O pioneirismo de Ulrichs fica ainda mais evidenciado quando solicitou, em 1867, que o Congresso de Juristas Alemães apoiasse a eliminação de todas as normas legais que criminalizavam as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo, tornando-se o primeiro homossexual, que se tem registro, a apresentar publicamente uma demanda de cidadania, num espaço político. Hostilizado pelos seus colegas, Ulrichs não abandonou essa que era uma de suas bandeiras prioritárias.

De acordo com Simões e Facchini (2009), o conjunto de escritos de Ulrichs teve grande influência em diversas formulações médicas sobre a homossexualidade que emergiram posteriormente apontando-a como uma “inversão sexual” que seria “decorrente sobretudo de causas biológicas, tais como degeneração hereditária, patologia congênita ou defeitos hormonais” (p. 38). Embora patologizantes, esses discursos foram utilizados muitas vezes para oferecer subsídios científicos na defesa de sujeitos acusados de crimes sexuais perante os tribunais judiciais. Com base neles foi possível afirmar que homossexuais não poderiam responder criminalmente por seguirem o desejo da sua natureza.

Cunhado por Ulrichs, o termo “Uranista/Uraniano” logo caiu em desuso quando o jornalista e escritor austríaco Karl-Maria Kertbeny lançou o termo “homossexual” em publicações realizadas em dois folhetos posicionando-se contra a legislação prussiana que estabelecia punições para o crime de sodomia masculina (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A partir de então, “homossexual” se constituiu num termo comum para referir-se a homens e mulheres que mantêm relações sexuais e afetivas com pessoas do mesmo sexo.

Certamente não foi a sexologia com suas afirmações biomédicas que “inventaram” os homossexuais, pois conforme já evidenciado por Trevisan (2018 [1986]), Mott (1992) e Perlongher (2008 [1987]), inúmeros registros apontam para existência de práticas homoeróticas há muitos séculos e especificamente no Brasil, seguramente pelo menos a partir do século XVI, conforme os relatos examinados por estes autores. Todavia, ao tentarem compreender os fenômenos que estavam diante dos seus olhos, dentro dos consultórios médicos, nos bares, cafés, casas de dança e teatros, aqueles profissionais da medicina foram responsáveis por lançar as “bases do que viria a se desenvolver como uma nova identidade sexual e social” (SIMÕES e FACCHINI, 2009, p. 39).



Se pode soar como exagero afirmar que a homossexualidade foi “inventada” pelos saberes médicos, talvez não o seja dizer que ela foi discursivamente construída por narrativas oriundas das experiências em consultórios e programas de experimento clínicos. Esses discursos oriundos de esforços de classificação e intervenção biomédicos foram reapropriados pelos primeiros ativistas homossexuais que passaram a utilizá-los como argumentos que confirmavam a necessidade de reformas legais e sociais que reduzissem ou mesmo acabassem com a perseguição a homossexualidade. Do mesmo modo, também é verdade que a influência dos discursos a respeito da naturalização e essencialização da homossexualidade e das identidades sexuais e de gênero também provocaram inúmeros impasses na constituição do Movimento LGBTQ+ enquanto uma forma de ação coletiva, problema que persiste até a atualidade.

Retomando o ensaio de Peter Fry (1982), o texto é tido como uma das principais referências entre os primeiros trabalhos sobre homossexualidade no contexto brasileiro. Nele, o autor buscou investigar “a construção das categorias sociais que dizem respeito à sexualidade masculina no Brasil”. Nessa esteira, descreve três sistemas taxonômicos que na sua compreensão estariam disseminados pelo país de forma distinta em determinadas regiões e classes sociais.

O primeiro desses sistemas, nomeados por Fry (1982) de “modelos”, organizaria as identidades sexuais masculinas com base no estabelecimento de uma hierarquia de gênero ancorada no dualismo masculino/papel de “ativo” *versus* feminino/papel de “passivo” na relação sexual. Ou seja, no “modelo hierárquico”, são considerados masculinos todos os homens que praticam a penetração, não importando se isso ocorre em relações sexuais com mulheres ou outros homens. Já aqueles que são “passivos”, ou seja, que recebem a penetração, são tidos como “bichas” e/ou “veados”, associados ao gênero feminino; as famosas almas femininas aprisionadas em corpos masculinos. A caracterização desse primeiro modelo ocorreu a partir das observações feitas pelo antropólogo no ano de 1974, quando realizou uma etnografia em terreiros de candomblé da periferia de Belém, buscando estudar as relações entre homossexualidade masculina e religiões afro-brasileiras. De acordo com Fry (1982), esse primeiro modelo tido como hierárquico estaria mais presente sobretudo nas periferias do norte-nordeste e nos locais mais afastados dos grandes centros urbanos.

Por sua vez, o segundo modelo, tido como intermediário, nomeado por Fry (1982) de “médico-psicológico” seria a gênese da moderna



identidade homossexual e nele orientação sexual e gênero se desarticularam de maneira progressiva. Assim, todos os homens que mantivessem relações sexuais com outros homens estariam classificados como homossexuais, não importando sua posição de “ativo” ou “passivo”. Embora em um primeiro momento esse modelo preservasse hierarquias de gênero definindo como “homossexuais de verdade” aqueles que desempenham o papel de “passivo”, essa formulação perde espaço para a compreensão da homossexualidade a partir da atração, relação e práticas sexuais entre pessoas do mesmo sexo.

Derivado das formulações dos já citados Karl Ulrichs e Havelock Ellis, o segundo modelo foi fortalecido pelos escritos de médicos psiquiatras e especialistas na medicina legal brasileira como Pires de Almeida e Viveiros de Castro. Apesar da progressiva separação entre orientação sexual e gênero, o modelo médico-psicológico acaba mantendo uma certa hierarquia com base na oposição entre normalidade e anormalidade/doença, colocando a homossexualidade como uma anomalia/doença resultado de um desvio da heterossexualidade, tida como normal e saudável. Assim, essa compreensão “apenas desloca a homossexualidade do campo do pecado para o controle muito mais totalizante da medicina” (FRY, 1982, p.100).

Por fim, o “modelo igualitário” constituiria uma reação ao “modelo médico-psicológico”, do qual é derivado. Nessa direção, consolida uma separação entre orientação sexual e gênero, mas preserva o dualismo heterossexual *vs.* homossexual. A principal formulação desse modelo diz respeito a contestação do estigma de anormalidade/doença atribuído à homossexualidade, numa tentativa de dotá-la de qualidades positivas e torná-la uma experiência da sexualidade humana tão legítima quanto a heterossexualidade. Para Fry (1982), o “modelo igualitário” estaria presente em centros urbanos mais populosos e foi articulado sobretudo pelos grupos de defesa dos direitos de homossexuais que lutaram expressamente contra o modelo hierárquico e buscaram fortalecer uma compreensão de que todos aqueles que sentem atração afetiva e sexual por pessoas do mesmo sexo são homossexuais, independente da sua posição na “transa”.

O autor sugere uma tendência geral de transição do “modelo hierárquico” para o “igualitário”. Esse processo teria contado, na compreensão de Fry, com forte influência dos primeiros grupos de militância homossexual. Todavia, conforme apontado por James Green (2019 [2000]), há evidências de que no cenário urbano brasileiro do fim do século XIX e início do século XX já circulavam ideais de identidades



homossexuais que não se restringiam as classificações da díade ativo/passivo, ou seja, algumas décadas antes do surgimento dos primeiros grupos políticos que reivindicaram a não discriminação da homossexualidade.

Embora não seja possível afirmar que as concepções sobre a homossexualidade refletidas pelo "modelo igualitário" tenham sido "inventadas" pelo então Movimento Homossexual, é possível afirmar que o surgimento dos primeiros grupos de militância e sua atuação nas últimas décadas do século XX contribuíram em grande medida para difusão dos ideais do "modelo igualitário" numa parcela significativa da comunidade LGBTQ+. Reuniões com representantes do poder público, realização das paradas do orgulho e aparições dos ativistas e de suas narrativas em veículos da imprensa foram fundamentais nesse sentido. O crescimento da visibilidade do Movimento LGBTQ+ no Brasil acompanhou a expansão dos debates públicos sobre as sexualidades e identidades de gênero.

Outra questão importante do ensaio de Peter Fry que deve ser problematizada, conforme refletido por Simões e Facchini (2009), é a insistência no termo "modelo". Tendo em vista que sua proposta reflete valores, compreensões culturais, representações e categorias sociais por meio das quais buscamos tornar comportamentos e identidades facilmente classificáveis. Todavia, os modos de relacionamento e envolvimento afetivo-sexuais nem sempre podem ser facilmente postos em conformidade com esses modelos, sejam eles hierárquicos ou igualitários, conforme ilustrado na rica etnografia realizada por Néstor Perlongher.

Passados mais de trinta anos da publicação da primeira edição do livro "O Negócio do Michê: a prostituição viril em São Paulo"¹¹, o estudo ainda é uma referência fundamental para os estudos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil. Em um período onde os debates em torno da "identidade homossexual" no país estavam assentados em "modelos" bem articulados e esquematizados, Perlongher (2008 [1987]) revela como o desejo, sobretudo o desejo "homo orientado", está muito para além de classificações e taxonomias. Tendo entre suas referências teóricas Gilles Deleuze, Felix Guattari e Michel Foucault, "O Negócio do Michê" surpreende pela forma precursora como debate questões inerentes a sexualidade no Brasil.

¹¹ Resultado da etnografia realizada por Perlongher para sua dissertação de mestrado em Antropologia Social na Unicamp, orientada por Peter Fry e Marisa Corrêa, a obra publicada pela primeira vez em 1987 se destaca pela qualidade dos registros de campo e análises realizadas pelo autor.



A sintonia das análises de Perlongher, realizadas em meados dos anos 1980, com a Teoria Queer e os estudos sobre sexualidade e desejo surpreendem também pela qualidade e coerência entre suas perspectivas teóricas e inovações metodológicas. Ilustrando a riqueza das estratégias metodológicas e capacidade inovadora do objeto de pesquisa desse importante estudo etnográfico, Richard Miskolci e Larissa Pelúcio no prefácio da mais recente edição de “O Negócio do Michê”, afirmam que “Perlongher escolheu a prostituição viril como objeto de investigação, de forma que o mercado do sexo se revela o pretexto para discussão do seu verdadeiro negócio: o segredo, o desejo socialmente proscrito, enfim, a homossexualidade” (2008, p. 10).

Vale ressaltar que estas não são as únicas obras que se dedicaram a uma discussão aprofundada sobre a “categoria homossexual”, na literatura brasileira em Ciências Humanas e Sociais.¹² Porém, ainda hoje se configuram como atuais e continuam influenciando o pensamento contemporâneo sobre orientação sexual, dada sua relevância aos estudos em gênero e sexualidade e aos movimentos sociais no campo dos direitos sexuais e reprodutivos.

Assim, além das contribuições dos autores aqui referidos para o debate em torno da homossexualidade, o surgimento do Movimento LGBTQ+ no Brasil também foi influenciado pelas lutas das mulheres no Movimento Feminista. As experiências de organização política para enfrentar as desigualdades de gênero inspirou algumas das primeiras tentativas de articulação do então Movimento Homossexual. Além disso, as denúncias empreendidas pela teoria feminista também contribuíram para ampliar o debate em torno do enfrentamento das assimetrias de gênero e sexualidade.

Paralelamente a publicação desses estudos, os anos 1980 foram palco para o surgimento de diversos Grupos organizados de militância homossexual. Na região nordeste se destacaram *Grupo de Atuação*

¹² Sugerimos a leitura de textos tais como: ZAMBONI, Jesio. A bicha na emergência da homossexualidade cultural: peter fry e o que o inglês não viu. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. e178463, 2018; SIMÕES, Júlio A.; CARRARA, Sérgio. O campo de estudos socioantropológicos sobre diversidade sexual e de gênero no Brasil: ensaio sobre sujeitos, temas e abordagens. *Cadernos Pagu*, n. 42, p. 75–98, jan. 2014; COSTA, R. da S. M. da. Homossexualidade: um conceito preso ao tempo. *Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades*, [S. l.], v. 1, n. 01, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2255>. Acesso em: 25 out. 2024. MECCIA, Ernesto. *Los últimos homosexuales. Sociología de la homosexualidad y la gaycidad*. Buenos Aires, Gran Aldea Editores, 2011.; PARKER, Richard G. *Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Editora Best Seller, 1991 [1988].



Homossexual (GATHO) de Olinda-Pernambuco; *Grupo Gay da Bahia (GGB)* de Salvador-Bahia; *Nós Também* de João Pessoa-Paraíba; e *DIALOGAY* de Aracaju-Sergipe. Também se destacaram o *Beijo-Livre* na região Centro-Oeste e Grupos do Sudeste, como o *Somos* de São Paulo e *Triângulo Rosa* do Rio de Janeiro.

Debates em torno do Movimento LGBT+

Ao longo desses mais 40 anos de trajetória do Movimento LGBT+ no Brasil, um conjunto bastante diversificado de estudos já foram desenvolvidos. Apesar disso, não há consenso teórico a respeito de qual seria a definição mais adequada para essa forma de ação coletiva. As obras de autoria de Simões e Facchini (2009) e Colling (2015) oferecem um conjunto de informações a partir das quais é possível compreender que o Movimento LGBT+ se constituiu como um movimento diversificado e plural, formado por uma variedade de sujeitos que atuam com o objetivo de promover a cidadania, demandando a efetivação e ampliação de direitos. Os militantes do Movimento objetivam ainda realizar modificações no campo da cultura, com vistas a superação das violências motivadas por intolerância, discriminação e ódio praticadas contra aqueles que não atendem os padrões hegemônicos de gênero e sexualidade.

De acordo com Facchini (2005), a trajetória do Movimento LGBT+ no país pode ser classificada em três “ondas”. A “primeira onda” (1978-1983) é marcada pelo surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro, no contexto da ditadura civil-militar. Outras marcas da primeira onda são criação, em 1980, da primeira organização não-governamental homossexual registrada no Brasil, o GGB, ainda em funcionamento; forte caráter antiautoritário; concentração da maioria dos Grupos no eixo Rio de Janeiro-São Paulo; e a reivindicação de agendas presentes até hoje a exemplo da luta contra discriminação, defesa de tratamento digno pela mídia e educação sexual nas escolas.

Por sua vez, a “segunda onda” (1984-1991) apresenta como características a redução do número de Grupos; deslocamento da distribuição geográfica de Grupos do movimento para o eixo Rio de Janeiro-Nordeste; a chegada da epidemia do HIV/Aids no Brasil, contribuindo para o aumento do preconceito contra os/as homossexuais e desmobilizando as propostas de liberação sexual surgidas na primeira onda do movimento; desenvolvimento de uma atuação mais pragmática, com foco na garantia de direitos civis e no enfrentamento a violência;



menor resistência a institucionalização; e valorização da construção de relações com o Movimento LGBT de outros países, especialmente com os do continente Europeu e com os Estados Unidos (FACCHINI, 2005; SIMÕES e FACCHINI, 2009).

A “terceira onda” do Movimento LGBT+ discutida por Facchini (2005) compreende o período de 1992-2005 e foi palco de mudanças significativas. Nesse período, ampliam-se as relações o Estado, por meio de reivindicação de políticas públicas e legislações específicas, e com o Mercado através da realização de eventos, muitos deles de grande porte, como as Paradas do Orgulho. Outras características da “terceira onda” (FACCHINI, 2003; FACCHINI, 2005) são a ampliação do número de Grupos; realização de vários encontros nacionais do movimento; a fundação da ABGLT em 1995; diversificação da distribuição geográfica dos Grupos para todas as regiões do país e em cidades de médio e até pequeno porte; maior organização de lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, demandando mais espaço nas pautas do movimento em confronto direto com os gays; ampliação das pesquisas sobre sexualidade nas universidades brasileiras; e a criação do *Programa Brasil Sem Homofobia*, considerada a primeira política pública de caráter intersetorial para a população LGBT no Brasil.

Embora importante, a classificação proposta por Facchini (2005) tem sido alvo de críticas. A principal delas ocorre em torno da generalização realizada pela autora. Com a ampliação de pesquisas que tratam de experiências de organização política das dissidências sexuais e de gênero em localidades para além do eixo São Paulo-Rio de Janeiro, novas compreensões têm emergido, desafiando algumas das afirmações delineadas pelas três ondas.

Abraçando a perspectiva teórica dos Estudos *Queer*, Leandro Colling, por sua vez, conduziu uma pesquisa de pós-doutorado a respeito das lutas das “dissidências sexuais e de gêneros” em cinco países da ibero-américa: Equador, Chile, Argentina, Espanha e Portugal. O estudo resultou na publicação do livro “Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo *queer*” (2015). Como o próprio título já anuncia, o trabalho discute os embates entre essas duas formas de militância nos países onde a pesquisa foi realizada, com exceção dos materiais coletados no Equador que ficaram de fora da publicação do livro.

Na compreensão de Colling (2015), o Movimento “*mainstream*” ou “institucionalizado” compreenderia as organizações que possuem sede própria, vários anos de existência, registro legal e estrutura



administrativa hierarquizada. Além disso, também seriam reconhecidos pelo Estado como os interlocutores da sociedade civil para construção de políticas públicas de promoção da cidadania e outras ações governamentais/estatais de fortalecimento do respeito às sexualidades e gêneros dissidentes. Já os ativismos Queer, seriam aqueles não normatizados, com práticas autogestionárias, valorização da horizontalidade na tomada de decisões por meio de assembleias e da recusa aos processos de cristalização de lideranças. Tais ativismos também apresentariam formas alternativas para apresentação de demandas, rejeitariam noções heteronormativas para angariar a desejável respeitabilidade e manteriam uma posição mais crítica ao Estado, tendendo a concentrar seus espaços na busca por transformações culturais mais amplas que a conquista de direitos através de legislações.

A obra escrita por Colling (2015) apresenta uma contribuição relevante, na medida em que revela as diferentes estratégias que têm sido utilizadas por distintos sujeitos para o enfrentamento das desigualdades instituídas pela heteronormatividade. Além disso, ao deslocar os olhares das experiências de militância nos Estados Unidos, o estudo também contribui para ampliar a discussão levando em conta realidades nacionais muitas vezes desconsideradas neste debate. Todavia, como já apontaram Santos, Feitosa e Vieira (2017), a classificação elaborada pelo autor pareceu não levar em conta a possibilidade de existência simultânea das duas concepções políticas nas militâncias que atuam no vasto campo do Movimento/Ativismo Queer. Tais classificações também podem ser perigosas e contribuir para instituir disputas, hierarquias e polarizações – “Movimento x Ativismos Queer” –, que não contribuem para superação ordem sexual e de gênero discriminatória.

Mudanças ocorridas nos últimos anos no contexto social brasileiro como a ampliação das universidades, a criação de inúmeros grupos de pesquisa sobre sexualidade e gênero e o acesso de jovens ativistas às perspectivas teóricas Queer também resultaram em transformações na militância, até mesmo nas organizações consideradas “*mainstream*”. De igual modo, acontecimentos no cenário político como o *impeachment* da então Presidenta Dilma Rousseff, o fortalecimento de agendas conservadoras no Governo Michel Temer e a eleição de Jair Bolsonaro, um ex-parlamentar declaradamente homofóbico, para Presidência da República, também provocaram consideráveis mudanças nos modos de atuação das lutas por direitos sexuais e de gênero no Brasil.



Nesse cenário, quais experiências podem ser situadas unicamente enquanto Movimento ou ativismos Queer? Será que essas perspectivas estão entrelaçadas e coexistem nas experiências brasileiras de militância das “dissidências sexuais e de gênero”? Apostar em classificações e separações rígidas pode ser arriscado em demasia. O principal risco, talvez, seja não localizar na realidade empírica brasileira uma separação tão evidente. Um indício disso pode ser constatado ao observar a grande pluralidade existente em eventos como as Paradas do Orgulho que reúnem ativistas que se engajam na apresentação de demandas para cobrar e tensionar o Estado, ao mesmo tempo que congrega performances artísticas nada convencionais, algumas delas fortemente disruptivas. Se tal divisão poderia ser mais facilmente observada na segunda metade do século XX, quando há o surgimento das perspectivas teóricas e políticas Queer, contemporaneamente essas separações não parecem tão simples de serem efetuadas.

Isso porque o Movimento LGBTQ+ no Brasil tem se mostrado cada vez mais complexo. Desde o surgimento da ABGLT em 1995, primeira organização de abrangência nacional nesse campo, até o ano de 2020, foram fundadas mais de vinte (20) organizações dessa natureza. A criação excessiva dessas redes acabou sendo incentivada pela possibilidade de ocupação de espaços políticos, a exemplo de comissões, conselhos e grupos de trabalho na estrutura de governos municipais, estaduais e federal para apresentação de demandas específicas de cada um dos sujeitos políticos do Movimento.

Quadro 1 - Organizações de expressão nacional com atuação no Movimento LGBTQ (2022)

Nome	Sigla	Fundação
Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos	ABGLT	1995
Associação Nacional de Travestis e Transexuais	ANTRA	2000
Liga Brasileira de Lésbicas	LBL	2003
Articulação Brasileira de Lésbicas	ABL	2004
Rede Nacional de Negras e Negros LGBTQ	Rede Afro LGBTQ	2005
Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura ¹³	ABETH	2006
Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras Feministas Autônomas	CANDACES	2007

¹³ Fundada denominação (alterada em 2022) de “Associação Brasileira de Estudos da Homocultura”.



Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil	Rede Trans	2009
Rede Nacional de Operadores de Segurança Pública LGBTI+	RENOSP-LGBTI+	2010
Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais ¹⁴	ArtJovem LGBT	2011
Articulação Brasileira de Gays	ARTGAY	2011
Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas	Rede Sapatá	2013
Instituto Brasileiro de Transmasculinidades	IBRAT	2013
Associação Brasileira de Famílias Homotransafetivas	ABRAFH	2015
União Nacional LGBT	UNA LGBT	2015
Aliança Nacional LGBTI	---	2016 ¹⁵
Rede Nacional de Adolescentes LGBT	---	2016
Mães Pela Diversidade	---	2016
Associação Brasileira pela Saúde Integral de Pessoas Trans, Travestis e Intersexo	ABRASITTI	2017
Associação Brasileira de Intersexos	ABRAI	2018
Rede Gay do Brasil	Rede GAY	2018
Rede de Pesquisadoras e Ativistas Lésbicas e Bissexuais do Brasil	Rede LesBi Brasil	2019
Frente Bissexual Brasileira	FBB	2020

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das organizações específicas elencadas acima na Quadro 1, também foram estruturados Grupos que discutem questões relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero em entidades da sociedade civil das mais diversas áreas. Exemplo disso é a Comissão de Diversidade Sexual e Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a instituição de comissões semelhantes em outras entidades de classe como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Conselho Federal de Serviço

¹⁴ Fundada sob o nome Articulação Brasileira de Jovens Gays, alterado em 2018 para sua denominação atual.

¹⁵ Teve seu registro formal em 2003, passando a atuar como uma rede em 30 de maio de 2009, inicialmente na forma de uma lista de discussão na internet. Em 2016, passou a atuar de forma estruturada em todas as regiões do país.



Social (CFESS). Organismos de militância LGBT também foram criados em federações sindicais, tais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Até os movimentos sociais mais sintonizados com a perspectiva da “luta de classes” aderiram a essa agenda. Um exemplo significativo desse processo é o surgimento do Coletivo LGBT do Movimento Sem Terra (MST) no ano de 2015.

Muitas das organizações nacionais com atuação no Movimento LGBT+ surgiram nos diversos Encontros realizados para reunir militantes e grupos de todas as regiões do país. Iniciando com a denominação de Encontro Brasileiro de Homossexuais ainda em 1980, passando a ser chamado de Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT) no ano de 1997, esses eventos reuniram dezenas de Grupos cujo ativismo destinava-se ao combate do preconceito e da violência LGBTfóbica juntamente com algumas ONGs que concentravam sua atuação no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS. Tais encontros passaram a contar com financiamento estatal e se transformaram no principal fórum de construção de estratégias de caráter nacional e de deliberações do Movimento LGBT+.

Quadro 2 - Encontros Nacionais do Movimento LGBT+ Brasileiro (1980-2008)

Ano	Encontro	Local
1980	I Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	São Paulo-SP
1984	II Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Salvador-BA
1989	III Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Rio de Janeiro-RJ
1990	IV Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Aracaju-SE
1991	V Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Recife-PE
1992	VI Encontro Brasileiro de Homossexuais (EBHO)	Rio de Janeiro-RJ
1993	VII Encontro Brasileiro de Lésbicas e Homossexuais (EBLHO)	Cajamar-SP
1995	VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (EBGL)	Curitiba-PR
1997	IX Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	São Paulo-SP
2001	X Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Maceió-AL
2003	XI Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Manaus-AM
2005	XII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis (EBGLT)	Brasília-DF



2008	XIII Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis ¹⁶ (EBGLT)	Porto Alegre-RS
------	--	-----------------

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Facchini (2005) e Reis (2018).

As alterações no nome dos encontros revelam os tensionamentos ocorridos no período. Ativistas lésbicas passaram a exigir mais espaço no Movimento, apontando recorrentes atitudes machistas de alguns grupos formados exclusivamente por gays. Estes, por sua vez, argumentavam que o termo “homossexualidade” dizia respeito tanto a identidade gay como a identidade lésbica, sendo assim, portanto, já era suficiente para dar a visibilidade pleiteada pelas mulheres. Noutro lado, travestis denunciavam a dupla exclusão que vivenciavam dentro do Movimento, sofrendo com o machismo de algumas lideranças gays e com a transfobia de algumas lideranças lésbicas que não as aceitavam nos espaços destinados as mulheres.

Desse processo, pelo menos dois desfechos são bastante significativos. Primeiro, conforme apontam Simões e Facchini (2009), há uma forte segmentação do Movimento que passa a contar com a participação de segmentos bem definidos, com demandas específicas e delimitadas. Segundo, também há o fortalecimento e consolidação das identidades lésbicas, travestis e transexuais no interior do Movimento LGBT, contribuindo para maior visibilidade de suas pautas e para o surgimento de novas lideranças.

A visibilidade conquistada por lésbicas, travestis e transexuais também é resultado do processo de maior organização dessas ativistas. Apesar das dificuldades enfrentadas, cada qual com suas particularidades, conseguiram inserir suas demandas na agenda do então Movimento Homossexual, provocando transformações e deslocamentos que estão para além das alterações na nomenclatura de encontros e Grupos. Organizando seus próprios fóruns de discussão, como os Seminários Nacionais de Lésbicas (SENALE)¹⁷ e os Encontros Nacionais de Travestis e Transexuais que atuam na Luta contra a AIDS

¹⁶ Em função da realização da 1ª Conferência Nacional destinada ao debate sobre direitos humanos LGBT, em 2008, os participantes do XIII EBGLT deliberaram pelo não realização de novos encontros, por entender que outras Conferências LGBT seriam convocadas e realizadas pelo poder público com certa regularidade. Outro fator que pesou para o encerramento dos EBGLTs foi a constatação da existência de muitas organizações de caráter nacional no movimento, ficando cada um responsável por realizar seus encontros.

¹⁷ A primeira edição do SENALE teve lugar no Rio de Janeiro-RJ e foi realizada no dia 29 de agosto de 1996, data em que hoje é celebrado o Dia Nacional da Visibilidade Lésbica. As participantes da VIII edição do evento, realizada em Porto Alegre-RS, decidiram renomeá-lo para Seminário Nacional de Lésbicas e Mulheres Bissexuais (SENALESBI), nome que segue sendo usado até então.



(ENTLAIDS)¹⁸, as mulheres alcançaram êxito no fortalecimento de suas identidades, criaram redes de militância e obtiveram sucesso na organização coletiva de suas demandas.

Se por um lado essa segmentação expõe o problema da fragmentação, por outro, reflete um avanço significativo dos debates a respeito das desigualdades motivadas por diferenças sexuais e de gênero na sociedade. A existência de um número considerável de Grupos, comissões, redes e associações indica que as demandas do Movimento LGBT+ estão sendo, cada vez mais, incorporadas nas mais diversas organizações da sociedade civil, também sendo um elemento importante que aponta um processo de consolidação dessa agenda de reivindicação de direitos. Conforme apresentado no quadro a seguir, a atuação da militância vem se refletindo na criação de políticas públicas de promoção da cidadania e de enfrentamento da discriminação.

Quadro 3 - Principais Conquistas do Movimento LGBT+ no Governo Federal (2004-2018)

Nome	Ano
Programa Brasil Sem Homofobia	2004
1º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos GLBT ¹⁹	2008
Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT	2009
Coordenação Geral de Promoção dos Direitos Humanos LGBT ²⁰	2009
Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT)	2010
2º Conferência Nacional de Políticas de Direitos Humanos LGBT	2011
Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT	2011
Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra LGBT	2013
3º Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT	2016
Pacto Nacional de Enfrentamento da Violência LGBTfóbica	2018

¹⁸ A primeira edição do ENTLAIDS foi realizada na cidade do Rio de Janeiro-RJ, em 1993. O encontro foi organizado pela Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) e contou com a participação de cerca de 40 pessoas. Para mais informações a respeito dos primeiros passos da organização política de travestis e transexuais no Brasil, ver “Movimento Político Social da População T no Brasil” (SILVA, 2018).

¹⁹ “GLBT” era a sigla utilizada à época, alterada para “LGBT” por deliberação dos delegados que participaram da Conferência.

²⁰ Com algumas alterações na estrutura do Governo Federal promovida pelo então Presidente Michel Temer, a coordenação foi transformada em Diretoria no ano de 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Feitosa (2016).

Além da proximidade com o Poder Executivo, a militância também atuou junto ao Poder Judiciário. Centenas de decisões judiciais favoráveis aos pleitos apresentados já foram concedidas nos Tribunais de Justiça dos estados e Tribunais Regionais Federais, bem como nas cortes superiores como o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e no Supremo Tribunal Federal (STF).

Quadro 4 - Síntese das Principais Conquistas do Movimento LGBT nas cortes Superiores do Poder Judiciário

Processo	Resultado	Instância	Ano
ADPF 132 ADI 4277	Casamento Civil entre pessoas do mesmo sexo através da Resolução 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)	STF	2011
ADI 4275	Alteração do prenome e gênero em registro civil por pessoas transgênero (travestis, mulheres transexuais e homens trans) nos cartórios de registro civil sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual, laudo médico/psicológico ou ação judicial	STF	2018
Consulta Nº 0604054-58.2017.6.00.0000 de autoria da Senadora Fátima Bezerra	As cotas de candidatos dos partidos políticos são de gênero, e não de sexo biológico. Pessoas transgênero adquiriram o direito de registrar sua candidatura conforme o gênero que se identificam, desconsiderando o sexo biológico.	TSE	2018
ADO 26 MI 4773	Homofobia e da transfobia foram enquadradas como crime de tipo penal definido na Lei do Racismo (Lei 7.716/1989) até que o Congresso Nacional edite lei sobre a matéria.	STF	2019
ADI 5543	Declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Portaria 158/2016 do Ministério da Saúde e da Resolução RDC 34/2014 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária que excluía do rol de habilitados para doação de sangue homens que tiveram relações sexuais com outros homens e/ou as parceiras sexuais destes nos 12 meses antecedentes.	STF	2020
AREsp 1.552.655	Reconheceu o direito da aposentadoria integral a militar Maria Luiza da Silva, considerada como primeira transexual dos quadros da Força Aérea Brasileira, declarando nulo o ato administrativo que a impediu de progressão na carreira baseado na realização da cirurgia de transgenitalização.	STJ	2020



ADPF 460	Declarou a inconstitucionalidade de dispositivos da Lei 6.496/2015 do Município de Cascavel (PR) que vedavam a adoção de políticas de ensino que se referissem a “ideologia de gênero”, “gênero” ou “orientação de gênero”.	STF	2020
----------	---	-----	------

Fonte: Elaborado pelo autor.

Além das decisões favoráveis proferidas pelos tribunais superiores sintetizadas na Quadro 4, outras dezenas de direitos foram conquistados na primeira e segunda instância do Poder Judiciário. Ao longo dos últimos anos os direitos a herança, pensão por morte, inclusão do cônjuge no plano de saúde e adoção passaram a ser uma realidade para casais homossexuais. Também foi através do judiciário que travestis, mulheres transexuais e homens trans adquiram o direito de ter as despesas com intervenções corporais, como a cirurgia de mastectomia, custeadas pelos convênios de saúde.

Contudo, nem tudo são flores. Os avanços conquistados em termos de políticas públicas e de jurisprudências também expressam a dificuldade que o Movimento teve em inserir suas agendas no Poder Legislativo. A partir da década de 1990, diversos projetos de lei foram apresentados no Congresso Nacional com vistas a autorizar o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo, fixar punição específica para os crimes motivados por LGBTfobia, reconhecer famílias homotransafetivas e estabelecer o direito à identidade de gênero etc. Entretanto, mesmo com a eleição de parlamentares LGBT e seu forte engajamento na defesa das propostas, nenhuma delas foi aprovada ou conseguiu avançar satisfatoriamente nas casas legislativas.

As dificuldades de interlocução com o Estado antes mais restritas ao parlamento começaram a ficar mais presentes no Governo Federal com o impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, em 2016. O afastamento da Presidenta, considerado ilegal por setores expressivos do Movimento LGBT, elevou o então vice-presidente Michel Temer ao principal posto do Poder Executivo Federal, a Presidência da República. Seu governo contou com um apoio significativo dos principais grupos de oposição a cidadania LGBT no Congresso Nacional e iniciou um processo de sucessivos encolhimentos das chamadas políticas públicas de direitos humanos.

Com a chegada de Jair Bolsonaro na Presidência da República, esse processo se acentuou ainda mais. Afirmando que seu Governo se insere no espectro ideológico da direita, o Presidente Bolsonaro emitiu



atos normativos nos primeiros meses de sua gestão que extinguiram importantes setores de implementação e elaboração das políticas públicas LGBT na burocracia federal como a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (SECADI/MEC). O Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT (CNCD/LGBT) também foi extinto pelo novo governo, impactando fortemente na articulação do Movimento LGBT com a burocracia federal.

Esse cenário de barreiras no campo institucional estimulou uma reconexão da militância com outros modos de fazer ativismo através do fortalecimento dos laços com organismos e redes internacionais, consolidação dos vínculos com outros movimentos sociais e rearticulação com o Mercado para realização de grandes eventos como as Paradas do Orgulho por todo país.

Um esforço nesse sentido foi a criação, em 2020, do Conselho Nacional Popular LGBTI+²¹, uma espécie de fórum que passou a congrega organizações da sociedade civil com atuação no enfrentamento à discriminação. Reunindo tradicionais instituições que atuam na organização política das dissidências sexuais e de gênero como a ABGLT, ANTRA e ABL, o Conselho também foi composto pela OAB, UNE, MST, CNTE e CUT. Em 2022, um total de vinte e quatro organizações da sociedade civil faziam parte deste fórum de articulação para o enfrentamento da LGBTfobia no Brasil.

A posse de Lula para seu terceiro mandato à frente da Presidência da República em primeiro de janeiro de 2023 inaugura um novo período para o Movimento LGBT+. Sob o comando do Ministério dos Direitos Humanos, foi criada a Secretaria Nacional das Pessoas LGBT+ tendo como principal missão o enfrentamento do preconceito e da discriminação. Nos cabe, a partir daqui observar o desenvolvimento das ações deste departamento de políticas públicas e avaliar, em um futuro breve, sua efetividade.

Considerações Finais

Sem qualquer pretensão de apresentar sínteses ou apreciações conclusivas sobre as reflexões compartilhadas neste ensaio, enfatizamos alguns aspectos que consideramos relevantes nessa trajetória de mais de 40 anos do Movimento LGBT+ no Brasil. Uma trajetória que figura um

²¹ <https://conselhpopulargbti.blogspot.com/>



processo complexo de construção de luta pela cidadania e enfrentamento de desigualdades.

Assim, esse ensaio sobre a trajetória das lutas institucionais do Movimento LGBT+ no Brasil ao longo das páginas anteriores visa contribuir com um campo de estudos em constante desenvolvimento. Aqui, buscamos oferecer uma leitura inicial para pesquisadores/as iniciantes no campo, como também apontar nuances e outras leituras para as discussões desta agenda de pesquisa nos estudos de gênero e sexualidade, na interface entre cultura e política.

A segmentação e fragmentação do movimento, como discutido, permitiram o avanço e a visibilidade de demandas específicas de lésbicas, travestis e transexuais, mas trouxeram também desafios de coesão. Esse panorama complexo expressa, de um lado, um fortalecimento das pautas e uma integração cada vez maior do movimento à sociedade civil e aos poderes públicos, mas, de outro, uma tensão interna que pode comprometer a sua unidade e o potencial de transformação cultural, ao mesmo tempo que favorece uma constante atualização e resistência à institucionalização, mantendo-se sem em movimento.

O caminhar institucional das lutas travadas em defesa das dissidências sexuais e de gênero, por respeito e cidadania no Brasil, está longe de ser um processo linear e progressivo.

Apesar das barreiras, percalços e dificuldades impostas por uma matriz cisheteronormativa que limita modos de existência e oprime expressões de gênero e sexualidade, nosso panorama evidencia resistências construídas ao longo de séculos.

Em face desse cenário, algumas sugestões para o futuro do movimento incluem: (1) promover um diálogo contínuo entre as diferentes posições no/do movimento, respeitando as especificidades de cada grupo, mas construindo uma pauta comum que maximize a força política coletiva; (2) fortalecer a formação política interna, especialmente em relação ao ativismo em torno das identidades de gênero e ao papel do movimento dentro de projeto democrático de sociedade; (3) articular ações em âmbito local e internacional, fortalecendo alianças que possam resistir a retrocessos institucionais; e (4) ampliar os canais de comunicação com a sociedade, com a finalidade de desconstruir preconceitos e promover uma cultura de respeito e inclusão.

A atuação do Movimento LGBT+ no Brasil nessas últimas quatro décadas nos apresenta para um horizonte de esperança para construção de relações sociais fundadas no respeito, na igualdade e na diversidade,



fazendo-nos crer que outro mundo é possível, num movimento semelhante aquele ao qual nos convida Galeano, citando Fernando Birri em “As palavras andantes”: “A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar”.

Alimentar utopias pode contribuir para que o Movimento LGBT+ no Brasil se mantenha dinâmico e adaptável, mas sem perder de vista o foco na construção de uma sociedade mais igualitária e justa para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero.

Referências

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: Tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

PEREIRA, Cleyton Feitosa. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. *Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos*, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FRY, Peter. Da Hierarquia à Igualdade: a construção histórica da homossexualidade no Brasil. In: *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1982. cap. 4, p. 87-115.

GALEANO, Eduardo. *As palavras andantes*. Trad. Eric Nepomuceno. Porto Alegre: L&PM Editores, 2004. GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Unesp, 2019 [2000].



MEDRADO, Benedito. *Produções culturais em gênero, sexualidade e direito: agenciamentos possíveis em tempos adversos*. 2020. 23 f. Projeto de pesquisa – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

MOTT, Luiz. Relações raciais entre homossexuais no Brasil colonial. *Revista de Antropologia*, v. 35, p. 169-189, 1992.

PERLONGHER, Néstor. *O Negócio do Michê: A prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008 [1987].

REIS, Toni. OS EBGLTs. In: CAETANO, Márcio; RODRIGUES Alexandro; NASCIMENTO, Cláudio; GOULART, Treyce Ellen (Orgs.). *Quando ousamos existir: itinerários fotobiográficos do movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018)*. Rio Grande: FURG, 2018. cap. 14, p. 83-91.

SANTOS, Émerson Silva et al. *A bandeira do arco-íris no coração do nordeste brasileiro: repertórios de interação socioestatais do movimento LGBT em Pernambuco entre 1980 e 2020*. 2022. 223f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande.

SANTOS, Émerson; FEITOSA, Cleyton; VIEIRA, Rafael. Concepções Políticas do Coletivo Lutas e Cores: Movimento LGBT ou Ativismos Queer?. In: CARNEIRO, Jussara Costa (org.). *Com a diferença tecer a resistência: 3º seminário desfazendo gênero*. Campina Grande: Universidade Estadual da Paraíba, 2017.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018 [1986].



Reclamación de derechos y enfrentamiento a la discriminación: Un panorama de las luchas institucionales de las disidencias sexuales y de género en Brasil

RESUMEN: Este trabajo, desarrollado en formato de ensayo, tiene como objetivo producir una lectura amplia y situada sobre la producción del conocimiento científico que tiene como objeto la institucionalización del Movimiento LGBT+ en la reivindicación de derechos y en la confrontación de la discriminación. El corpus de análisis se construyó a partir de una base de datos de revisión bibliográfica producida para el desarrollo de dos investigaciones: una investigación de doctorado y un proyecto de investigación financiado por el CNPq. El interlocutor prioritario en este texto son investigadores/as principiantes en el campo, a quienes buscamos proveer con matices y otras lecturas para las discusiones de esta agenda de investigación en los estudios de género y sexualidad en Brasil.

PALABRAS CLAVE: Movimiento LGBT+. Género. Sexualidad. Movimientos Sociales.

Émerson Santos

Doutor em Ciências Sociais pela UFCG (2022), docente da educação básica e do ensino superior, e colaborador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE).

Benedito Medrado

Doutor em psicologia social pela PUCSP (2002), docente dos cursos de Graduação e Pós-graduação em Psicologia da UFPE, e coordenador do Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE), integrante da coordenação da Rede Internacional de Pesquisas sobre Masculinidades.

Recebido em: 08/10/2023

Aprovado em: 04/10/2024



SEÇÃO TEMÁTICA



As masculinidades e a melancolia de gênero em jovens gays afeminados

Kléber Neves Marques Júnior, *Universidade Federal da Paraíba*

José Erivonaldo Ferreira Paiva Júnior, *Universidade Federal da Paraíba*

Resumo. A desidentificação com a masculinidade hegemônica e com a heterossexualidade, sua principal sinalizadora, gera um processo melancólico na constituição do gênero e da sexualidade dissidente. Associa-se a juventude ao circuito dessa economia simbólica como o momento da vida que mais carrega a expectativa de sua materialização, isto é, meninos-homens, másculos e heterossexuais. Quando os jovens percebem que não conseguem seguir essa “receita cultural”, passam a constituir-se pela própria vulnerabilidade de suas identidades e a melancolia persiste mediante as desvinculações socioculturais. Com isso, objetivamos analisar os determinantes de produção da melancolia de gênero na trajetória de vida de jovens gays afeminados. Utilizamos uma abordagem qualitativa, e os dados foram produzidos por meio de entrevista semiestruturada, cuja sistematização foi feita com base nos Núcleos de Significação, conforme proposto por Aguiar e Ozella (2006; 2013). Identificamos que a identidade dos jovens, gays e afeminados é marcada pelo medo de passarem toda a vida como mobilizadores de conflitos sociais que minam todos os seus processos de pertencimento e vinculação, levando à inibição de todo potencial de agenciamento de gênero e sexualidade e a um rebaixamento de si que provoca o cansaço e a exaustão de resistir às instituições sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Masculinidade hegemônica. Jovens gays. Juventudes. Melancolia de gênero.



As masculinidades modeladas

Os acomodamentos da estrutura binária (masculino e feminino) dos gêneros e das sexualidades, isto é, os lugares de pertencimento e as escolhas que fazemos para evitar o sentimento de ausência de poder, têm efeitos nas nossas formas de subjetivação da vida e são engendrados no contexto da reprodução das masculinidades.

Para Scott (1995, p. 86), “gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos”. Esse posicionamento situa o gênero como uma construção social de eficácia prática que reflete as desigualdades entre homens e mulheres e extrapola concepções biologizantes que supostamente justificam essas dissimetrias a partir do sexo biológico.

O conceito de masculinidade hegemônica é análogo a essa posição e opera nesse sentido ao demonstrar que aspectos sociais, históricos e culturais incidem em diferenças entre homens e mulheres e entre os próprios homens. Connell (1995, p. 188) explica que “a masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero”.

A hegemonia, nesse contexto, significa a “[...] ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão”. Não só, ela é a forma que representa o homem de honra, de modo que todos eles devem se posicionar em relação a ela, legitimando a subordinação global das mulheres aos homens e entre os próprios homens (Connell; Messerschmidt, 2013, p. 245).

Esse tipo de masculinidade reúne um conjunto de práticas que são carregam uma aparência universal e, por isso, exige do homem uma forma específica de ser, precisando ele performar virilidade, altivez, agressividade, violência, ser uma superpotência sexual, esportivo, resistente aos afetos e todo capital de atitudes que, com isso, legitima e reafirma o homem “de verdade”, sendo “[...] a mensagem dominante: ser homem é ser diferente do outro, diferente de uma mulher” e, mais ainda, diferente dos gays (Welzer-Lang, 2001, p. 463; Connell, 2003; Connell; Messerschmidt, 2013; Connell, 2016; Marques Júnior, 2022).

A masculinidade hegemônica somente se equilibra e decorre em identidade quando associada à heterossexualidade. Para Carvalho, Andrade e Junqueira (2009), a sexualidade envolve desejo, afeto e intimidade, dimensões que também são socialmente produzidas e que requerem um grande esforço de (auto)governo por serem tão íntimas. A



vida nessa perspectiva faz com que, desde muito jovens, os meninos sejam ensinados a se acomodarem a esse ideal masculino heterocentrado estrutural que lhes garante o privilégio, a honra, o *status* heroico, ousado e audacioso, e eles devem seguir a vida como cúmplices e resistentes a qualquer inflexão que possa ferir esse fundamento. Associada à juventude, para além de ser um “jovem de futuro”, com bom desempenho profissional, escolar, familiar, produtivo, dentre outras prerrogativas, ele precisa ter a competência social de ser um homem de verdade, portanto, não-gay e não-afeminado (Marques Júnior, 2022).

Esses aspectos nos levam a identificar que há uma política de gênero inscrita nas masculinidades e na heterossexualidade, que envolve um conjunto de práticas que forjam relações de aliança, dominação, subordinação, intimidação e exploração, sendo a desqualificação do seu oposto um atributo de valor determinante na regulação e constituição do sujeito homem-macho. Gera-se uma formação subjetiva melancólica dessa política de gênero na construção das masculinidades e feminilidades, com particularidades nos ritos culturais e performáticos da vivência de jovens e gays afeminados, que em determinadas situações existenciais precisam renunciar/renegar esses fundamentos.

De acordo com Butler (2017), a melancolia de gênero é um processo psíquico e sociocultural que leva à internalização e à naturalização das normas de gênero e sexualidade e, conseqüentemente, reprime desejos e identidades que não se conformam a essas normas. Não obstante, optamos por um deslocamento dos moldes psicanalíticos do conceito para uma reflexão mais sociológica sobre esses processos de desidentificação. Assim, elucidamos que a masculinidade hegemônica e a heterossexualidade têm o lugar de norma e, com isso, sublinham uma dolorosa batalha entre o desejo de dissidência e o desencorajamento sistêmico.

Butler (2020) define que a melancolia pode ser dicotomicamente ora oblativa, levando à autocensura, ora criativa, fortalecendo o corte dos elos com a normatividade. Contudo, existe uma vacilação ou hiato entre essas dimensões e, com isso, o caráter oblativo da melancolia, em grande medida, pode causar dores e culpa aos processos de mediação que levam à desidentificação com a norma e favorece a organicidade e o fluxo livre de construção dos gêneros e das sexualidades. Nesses horizontes, há recorrentes despedidas e retornos às estruturas e lógicas de inteligibilidade de onde supostamente se deve partir, terreno de nossas preocupações neste estudo.



É nessa vacilação entre a oblação e a criatividade que, em muitos casos, identificamos na trajetória de jovens gays afeminados a compulsória negação do feminino por força das normas de gêneros e sexualidades, ao passo que o desejo de uma vinculação afeminada e homossexual nunca é perdido e passa a ser privatizado, condicionado ou manipulado sob o sentido da melancolia, posto que há consequências na desobediência e no enfrentamento da força da assunção da “morfologia do gênero” e suas identificações com a hegemonia (Butler, 2018; Marques Júnior, 2022).

Essa parametrização tem o poder de forjar uma cultura da melancolia de gênero na sua relação com a masculinidade hegemônica e com as juventudes gays e afeminadas, em um processo que, desde muito cedo, em cada situação existencial, obriga o sujeito a desapegos que fazem parte da constituição de seu gênero e de sua sexualidade. Há, em certa medida, uma perda de resistência da vontade de si pelo embargo de um processo marcado por uma identificação permanentemente rejeitada.

Diante disso, objetivamos neste estudo¹ analisar os determinantes de produção da melancolia de gênero na trajetória de vida de jovens gays afeminados. Para alçar o objetivo proposto, optamos por uma abordagem qualitativa, e como instrumento de produção de dados, elegemos a entrevista semiestruturada, cuja sistematização foi feita por meio dos Núcleos de Significação, com base em Aguiar e Ozella (2006; 2013).

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública do município de João Pessoa, na Paraíba, localizada na zona oeste da cidade, em um bairro considerado periférico. Os estudantes participantes foram identificados por meio da indicação de seus(suas) professores(as), pela temporalidade de convivência e pelo possível reconhecimento de suas questões de gênero e sexualidade. Essa foi a estratégia possível, pois, à época da pesquisa, estávamos vivenciando o período da pandemia do Covid-19 e, como forma de contenção, as aulas ainda estavam acontecendo remotamente.

¹ Este estudo é derivado da pesquisa realizada para a dissertação intitulada “Masculinidades bicha: trajetórias escolares das bichas no Ensino Médio”, apreciada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, do Centro de Ciências da Saúde (CCS), da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I, com Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) sob o nº 46801021.8.0000.5188.



Após a identificação de três possíveis participantes, entramos em contato com eles, nos apresentamos, assim como o objetivo da pesquisa e suas diretrizes éticas, e eles aceitaram dialogar conosco. Preferiram nos encontrar no prédio da escola, devido à proximidade do local de suas casas. Eles eram estudantes regularmente matriculados no ensino médio e se autoidentificaram como gays afeminados, na faixa etária entre 17² e 20 anos, nomeados neste estudo como jovens 1, 2 e 3.

O Jovem 1, 17 anos de idade, estudante do 1º ano do ensino médio, se descreveu como alguém extrovertido, que ama cantar, de boa energia e, por vezes, tímido, a depender da intimidade que tem com quem está interagindo. Afirmou ter sido expulso de casa aos 16 anos quando conversou com sua mãe sobre sua sexualidade, a qual tentou negar até aquele momento. Por isso, estava residindo com o genitor e a madrasta, com quem ainda não tem um vínculo de confiança e respeito. Disse ele:

[...] em casa eu sou tão quieto que tu nem imagina! Eu fico bem quietinho porque lá eu sei que não gostam [de gays], principalmente a esposa do meu pai. Porque quando ela vê um homossexual na TV, em uma novela e tal, ela faz: ‘olha lá o viado safado... vai comer uma mulher!’. Aí eu fico bem quieto no meu quarto [...] (Jovem 1).

O Jovem 2, 20 anos de idade, estava cursando o 3º ano do ensino médio, disse ter sido abandonado pelo genitor aos seis meses de seu nascimento. Residia com a genitora e a irmã, cuja relação era marcada por pouco diálogo, sobretudo no que concerne às suas questões de gêneros e sexualidades. Sobre sua idade escolar, expôs que a homofobia o fazia pensar em desistir da escolarização e, por isso, algumas vezes foi reprovado.

Já o Jovem 3, também com 20 anos de idade, disse que o genitor e a genitora são divorciados e que por isso passa temporadas separadamente com cada um deles. Caracterizou a relação como sendo “ótima” e elucidou um pensamento problemático de seus parentes quanto à sua sexualidade assujeitada: “é melhor um filho gay do que um ladrão, é o que eles dizem”. Apesar de todos os contraditórios efeitos implicados nesse dito, o jovem afirmou sem pranteios que tem uma boa relação familiar. Expressou ainda que gosta de escrever, desenhar roupas e estudar o passado para identificar as mudanças. Se autodescreveu como uma pessoa agressiva e violenta, sendo essa sua forma de defesa das discriminações que sofre.

² Nesse caso, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) foi assinado por uma parente responsável pelo estudante.



A análise dessas e de outras determinações do empírico nos levou a formação do Núcleo de Significação intitulado: “*Se eu pudesse, eu não escolheria ser gay pelo simples fato de que eu não gosto de sofrer*”. Esse recorte da fala de um dos jovens da pesquisa sintetiza a significação de uma incorporação fundamentalmente melancólica da masculinidade hegemônica e da heterossexualidade enquanto estruturas reguladoras da aquisição das identidades. Suas trajetórias passam a ser marcadas por desprestígio, degradação, desvinculação, não pertencimento e pela ausência generalizada de conforto nos processos culturais de solidariedade e afeto.

A masculinidade hegemônica e os vetores sociais da melancolia

Antes mesmo do nascimento há códigos universais, simbolizados entre os séculos II e XVIII (Connell, 2003), para que a criança seja concebida, rendida e modelada pela cultura da melancolia de gênero. Não se espera, contudo, que o menino-homem se desidentifique com aquilo que lhe confere honra. Esse percurso inicia com a família na indução a cópia mimética das práticas de avôs, pais, irmãos, tios e primos, figuras da mídia e outros “exemplos” da presumida superioridade masculina e heterossexual.

Welzer-Lang (2001, p. 463) argumenta que cada etapa da vida do menino-homem compreende que ele esteja implicado a um lugar que o permita experimentar a masculinidade hegemônica. Com isso, “os mais velhos, aqueles que já foram iniciados por outros, mostram, corrigem e modelizam os que buscam o acesso à virilidade”. Louro (2000) corrobora com essa reflexão ao especificar que o aprendizado dos papéis sociais também se dá com a ajuda de brinquedos, brincadeiras, roupas, com a organização especial de lojas que separam o masculino e o feminino, nas filas de meninos e meninas na escola, nos banheiros, dentre outros elementos que reiteram e naturalizam a organização do mundo pelo sexo.

Com a chegada da juventude, vem a ocupação do espaço público de modo mais “instrumentalizado”. Nesse contexto, a ritualização da política das masculinidades deve ser reiterada porque as aprendizagens saem do controle central da família e passam a sofrer incidências do mundo externo com sua diversidade exposta. Portanto, a infância é privilegiada para tais convencimentos, mas a juventude ganha contornos



e territórios de performatização e de riscos específicos devido ao contexto de autonomia e liberdade que a entorna (Marques Júnior, 2022).

O “espaço público”, no caso dos jovens participantes deste estudo, elucida enunciações do nordeste brasileiro, terra de “cabra macho” que é representado pelo homem violento, flagelado, retirante, forte e bruto (Albuquerque Júnior, 2012). Esse “cabra macho” precisava ser invocado pelo Jovem 1 para ir à escola: “Para vir para essa escola eu tinha que passar por um campo de futebol, porque era um atalho que tinha... Eu passava bem quietinho, enchia o peito e erguia os braços”.

Por si só, a busca pela identidade masculina hegemônica e universalizada é sofrível e melancólica por colocar ao menino-homem a negação de seu próprio sofrimento inerente a formação do gênero e à luta por um lugar inatingível. Diríamos que uma das capacidades e competências mais esperadas para os meninos é que detenham modos subjetivos de autorregulação contra inflexões “afeminizantes”. Por tanto, existem certas particularidades e custos na vida dos jovens gays afeminados que se desencontram desses fundamentos e sofrem muitas punições quando decidem enunciá-las.

Em termos práticos, aquele menino-homem que (tenta) controlar bem a geografia da masculinidade hegemônica e leva uma vida heterocentrada, o “prêmio” que recebe é o afeto dos pais e mães ou responsáveis, dos(as) amigos(as), a possibilidade do namoro, das primeiras experiências sexuais, o consolo da espiritualidade, o direito a transitar pela cidade e o acesso as instituições sociais que aliviam o sofrimento. Butler (2018, p. 202) reforça que “a análise da melancolia homossexual não pode ser considerada como simétrica à análise da melancolia heterossexual”. Portanto, são diferentes as condições e vetores de reprodução das violências de gêneros e sexualidades produzidas pela masculinidade hegemônica e pela heterossexualidade.

A família é um desses vetores, carrega uma força ontológica de proibição, inibe as falhas de determinação da masculinidade hegemônica e da heterossexualidade e cria uma subjetividade própria na defesa da hegemonia por meio dos mais variados discursos, sobretudo o religioso, que pode ser um dos principais mecanismos de motivação que leva a correspondência mais íntima com a hegemonia, pois impera o medo de viver em pecado e a conseqüente condenação (Oliveira, 2017; Marques Júnior, 2022).



Esse aspecto pode ser notado nas falas a seguir:

[...] Eu dizia: ‘nossa, eu vou para o inferno!’ e essa coisa toda, né? (Jovem 1). E

Eu fico o tempo todo ouvindo minha mãe dizer [...] quando ela está com raiva [...] que isso [de ser gay] é errado, que Deus condena isso e por aí vai. (Jovem 2).

Se tem algo que interfere mais na vida de um homossexual, principalmente, é a religião... Pode prestar atenção... É complicado...” (Jovem 3).

O discurso religioso aqui, por meio da fala de parentes, aparece com uma intencionalidade constrangedora para que esses jovens vivam uma vida de traumas recorrentes. Isto é, a sociedade heterocentrada busca em suas práticas alimentar um estado de constante insegurança nos jovens gays afeminados, que é fomentada pela masculinidade hegemônica para a qual ela mesma pretende ser a resposta. Se a masculinidade hegemônica é a estrutura, a família e a religião colocam-se como suas vigilantes.

Essa simbologia disciplinante pode levar o jovem gay a agir sobre ele mesmo no sentido do reforço da masculinidade hegemônica, e assim esperam os familiares. Notamos uma tentativa de otimização de seu funcionamento por meio das afirmações dos(as) parentes, na intencionalidade de controlar a imaginação, a motivação e a autonomia, agudizadas na juventude, quanto a uma inflexão gay e afeminada nessa constituição. Demarcamos um processo de autorreificação no qual é esperada a internalização arbitrária das injunções da masculinidade hegemônica. No caso de jovens gays não-afeminados, por exemplo, essa é uma reciprocidade possível e bajuladora da arquitetura da masculinidade.

No contexto disciplinar dessa “lei externa” familiar correspondente à hegemonia, observamos tentativas de negação da “lei interna”, momento em que, pelo pânico de gênero (Butler, 2016), o jovem passa a exigir de si a otimização dos seus “atributos masculinos” que podem os tornar novamente “valorizados”. Butler (2016, p. 175) explica que, desta forma, “[...] a melancolia aparece como uma das múltiplas formas, mas a mais paralisante, de aceitar ser habitado por um discurso que, ao mesmo tempo, não é meu, mas me constitui”. Devido a isso, aceitar a não-relação com a masculinidade hegemônica e a heterossexualidade é quase como a morte de uma divindade, um desrespeito ao amor da família moderna.



Nessa perspectiva, os jovens fizeram as seguintes reflexões:

Quando eu senti essa coisa, eu tentava reprimir porque me ensinaram que era errado [ser gay]... Minha mãe, meu pai... todo mundo me ensinou que era errado. Me sentia estranho e muito mal. (Jovem 1).

No começo tentei negar [ser gay] pela solidão. Eu não conseguia falar com ninguém abertamente sobre isso. Se eu pudesse, eu não escolheria ser gay pelo simples fato de que eu não gosto de sofrer. (Jovem 2).

É como se “[...] na melancolia, uma parte do Eu se voltasse contra si próprio, através de autorrecriminações e acusações” (Butler, 2016, p. 176). Concomitantemente, notamos também uma fusão progressiva e estratégica entre os sentimentos atribuídos à família como amor, devoção, acolhimento e a honra que a masculinidade hegemônica provoca, condicionados, no entanto, à renúncia de si.

Considerando todos os anseios que, contingenciados à juventude e às responsabilidades que vêm com o contexto da maturidade, forja-se uma dicotomia entre a linguagem dissidente do Eu e o medo, o erro, a solidão e a ausência de solidariedade como consequência dessa possível desobediência. Entendemos também que essa estratégia visa à anulação de qualquer dimensão de revolta contra os pressupostos da masculinidade hegemônica, interditando uma possível redefinição completa para outras masculinidades possíveis. Isso porque o império masculino não é solidário à sua transformação, recusa ou revolta (Badinter, 1993).

Há uma rede que trabalha pela melancolia de jovens gays afeminados, uma vez que a masculinidade hegemônica é uma forma de vida em todos os campos de gestão social. Foucault (2006, p. 135) ressalta que o “o poder se exerce em rede, e nessa rede, não só os indivíduos circulam, mas estão sempre em posição de serem submetidos a esse poder e também de exercê-lo”.

Na fala a seguir, um outro lugar dessa rede onde o poder circula pode ser situado: “Eu vejo que... se eu agir [afeminado] como eu ajo, eu provavelmente não serei contratado... não seria contratado pelo que eu sou...” (Jovem 2). Em seu relato, o Jovem 2 traz a dificuldade de empregabilidade para homens gays afeminados, apontando uma outra dimensão dos vetores da melancolia. Destacamos o trecho de sua fala quando menciona que não seria contratado somente por ser gay. Isso pode ser interpretado como um aspecto subjetivo, de difícil tipificação



em termos práticos, mas constituinte da cultura da melancolia de gênero. Quer dizer, não importa seus currículos e suas competências, o gênero e suas elaborações, e a sexualidade dissidentes o antecipam e retiram da juventude a expectativa promissora no âmbito da produtividade.

Nessa perspectiva, Moura e Nascimento (2021) constataam que há um desmerecimento, alegorização, deboche ou inferiorização da identidade masculina afeminada em ambientes organizacionais. Por outro lado, quando conseguem ingressar nessas instituições, uma das perspectivas organizacionais é que performem a masculinidade homossexual não-afeminada.

Não só, na intenção de constranger, “a rua”, por meio das relações comunitárias e seus contextos culturais implicados, também produzem e fazem gozo diante das identidades afeminadas: “Eu passava na rua e Deus e o mundo dizia: ‘isso aí quando crescer vai ser viado’” (Jovem 3). Do mesmo modo, o Jovem 2 descreveu:

[...] ser bicha é bom... Sim e não. Sim porque é você mesmo e não é pelo preconceito que você sofre. Não é uma escolha que você faz. Você acha que eu gostaria de sair na rua e ser apedrejado, esfaqueado, baleado [...]? Você acha que eu gostaria de ser humilhado, escrachado quando fosse comprar um remédio na farmácia ou se eu estivesse andando no meio da rua e viesse um cara e me agredisse com uma barra de ferro? Se eu pudesse, eu não escolheria ser gay pelo simples fato de que eu não gosto de sofrer (Jovem 1).

O relato do jovem 1 leva a uma tensão que vem dos “policiais da masculinidade” alheia que, com frequência, agem com violência e agressões aos homens afeminados. O dito também aduz a dicotomia melancólica ao atribuir ambivalência ao “ser bicha”, posto que, ora permite a organicidade das identificações dissidentes, ora predomina a “lei externa” que é violenta e repressora. Há um tom de angústia e hesitação ao que se é, sentimentos típicos da melancolia de gênero causados pelo entendimento de que passará a vida toda como um mobilizador de conflitos sociais sem recompensas satisfatórias.

A emulação dessa relação foi percebida quando os jovens foram questionados quanto ao que compreendem sobre “ser heterossexual”:

[Ser hétero] é ser ‘normal’, é passar despercebido... A bicha não passa despercebida. Querendo ou não, a gente sempre chama atenção... Seja por um gesto, por uma fala... Todo mundo olha. (Jovem 1).



A heterossexualidade para mim sempre foi um menino e uma menina, um homem e uma mulher... (Jovem 2).

É o modo 'normal'... É a parte 'normal', entre aspas... (Jovem 3).

É notável que a melancolia estruturada mantém um ponto de vista masculino e heterossexual que se atrela ao paradigma normativo dos acomodamentos binários sob o *status* de normalidade ontológica. Essa condicionalidade leva os jovens a inibirem suas expressões dissidentes ou a performarem uma masculinidade mais próxima do ideal hegemônico:

Existe um [eu] 'mais menino' e outro [eu] 'mais menina'... Sim. Com certeza. Porque cada ambiente é uma coisa... Não dá para ser 100% bicha o tempo todo... Acho que não... Quando eu estou perto do meu pai, engrosso a voz... São alguns lugares e alguns casos assim... Às vezes isso me incomoda, dividir o que pode o que não pode... Espero que isso um dia acabe, né? (Jovem 1).

Inclusive, até para arrumar uma pessoa [para namorar] onde eu moro em si é difícil pelo simples fato de que as pessoas me conhecem e eu tenho do que elas vão dizer ou pensar... Infelizmente eu tenho muito medo de como elas vão reagir ao meu jeito. (Jovem 2).

Falar “grosso”, condicionar a gestualidade de acordo com as pessoas e os lugares, conforme o risco percebido, é uma tarefa cotidiana dos jovens gays afeminados para se autopreservarem, diferentemente da masculinidade homossexual não-afeminada, cujo signo oficial é preservado pelos quadros institucionais da hegemonia. Pontuamos, ainda nesse íterim, a retomada de um discurso perigoso na fala do Jovem 3:

Eu não vou me deitar com outro homem para no outro dia Deus e o mundo está falando [de mim] ou pegar uma doença. Deixa-me quieto no meu canto, deixa eu reservado, deixa [minha sexualidade] só para mim, é o melhor que faço (Jovem 3).

Ao dizer que prefere não ter práticas sexuais com outro homem, o jovem condiciona sua decisão por receio do que as respostas sociais do seu território podem causar. Na mesma narrativa, associa a possibilidade de adquirir uma Infecção Sexualmente Transmissível (IST) em uma relação homoafetiva. É possível que esse discurso possa estar ancorado no pânico de gênero que fundou e ainda hoje mantém a associação de uma representação cultural equivocada dos homens gays às ISTs, denotando ressonância de um discurso do passado no presente (Lopes, 2021).

Ainda, quando ele diz “[...] deixa [minha sexualidade] só para mim”, está demonstrando um “anseio insatisfeito” (Butler, 2017, p. 154),



isto é, não é uma auto atribuição de todo consciente, mas uma “atuação” do luto não resolvido de sua sexualidade imposto pela melancolia. Nas palavras de Safatle (2016, p. 190), trata-se da “[...] conformação de si a algo que tem a forma da vontade do Outro”.

Com isso, notamos que são muitos os vetores e triunfos da política de gênero que funda a política heterocentrada das masculinidades, a detentora das estratégias de nomeação e da instauração de um mal-estar existencial aos jovens gays afeminados. Não apenas, percebemos que a melancolia é inerente e instaurada pela masculinidade hegemônica, atuando não somente como coerção comportamental daqueles que dela divergem, mas também dos que brigam por sua força performativa de subordinação e pelo discurso moral de orgulho e honra.

Para Butler (2019, p. 217),

[...] ser homem ou ser mulher são assuntos internamente instáveis. Estão sempre acometidos por uma ambivalência precisamente porque há um custo na assunção de cada identificação, a perda de algum outro conjunto de identificações [...]

Logo, a assunção da identificação gay e afeminada é carregada por corpos imaginantes com uma memória acidentada, sofrida pela força cultural e impactada pelas afeições produzidas na relação com o outro. Imaginantes, pois, apesar de se enunciarem como gays afeminados, o realizam “sob o signo oficial de sua proibição e renegação” (Butler, 2017, p. 147). Portanto, há algo a ser perdido, negociado e submetido às identificações da masculinidade hegemônica e da heterossexualidade por meio de seus mais variados vetores. Por outro lado, é possível supor que ao “sair do armário” o processo da melancolia fora vencido e é chegada a liberdade e a adesão de si, contudo, esse é um processo permanente e prolongado em todas as situações existenciais, como discutimos a seguir.

A contravertida do pânico de gênero por meio da melancolia

Como já dito, é melancólico o hiato do assujeitamento à resistência para lidar com um modo profundo de intervenção social decorrente das inúmeras tentativas de substituição do primado da masculinidade hegemônica e sua força capilar no campo político e subjetivo das relações mais genuínas da vida humana. No limite, todas as instituições pretendem levar os jovens gays afeminados a uma identificação com o que lhes causa dor: o masculino heterossexual.



Todos os vetores de melancolia até aqui mencionados sublinham que a juventude gay e afeminada ainda é enunciada em contexto de subsistência e de uma “identificação melancólica” (Butler, 2017, p. 145). A melancolia é específica no caso de alguns desses jovens porque procede de um luto impossível de ser cumprido daquilo que foi/é perdido dos modos de vida heterossexuais. As perdas não pranteadas (e às vezes inconfessadas) permanecem na subjetividade desses jovens agindo sob crenças, sonhos e planos.

A tal ponto, o jovem 2 comunicou que precisou se acostumar a sofrer nas relações com as pessoas e concluiu: “[...] as alegrias ficam na memória por um curto período de tempo, já as tristezas, elas ficam para sempre”. O jovem 1, quando reportado ao termo “bicha”³, caracterizou o poder da linguagem no despertar da melancolia em seu desfavor:

Quando [me] chamam de bicha, eu fico ‘nem aí’... Bom, às vezes eu tento ignorar, mas eu lembro de tudo... De toda repressão... todo mundo me reprimendo... Sei lá. Por exemplo, às vezes, quando eu falava as pessoas diziam: ‘fala que nem homem, menino’. Por isso que, quando falam ‘bicha’, ‘viado’, eu fico pensando ‘nada a ver’... Mas às vezes pega mesmo no psicológico. (Jovem 1).

A ambivalência da melancolia está presente no que foi expresso pelo jovem 1. Observamos um “desnível de si” por meio dos reiterados sentimentos de inadequação. Quer dizer, há quedas provisórias nos níveis de resistência e autoaceitação, lugar onde a melancolia operacionaliza sua contravertida. Portanto, evidenciamos algo de impertinente em supor que se vive “fora do armário” a todo tempo e instante, aspecto este percebido nos relatos a seguir.

[...] hoje em dia eu já tenho uma carapaça para me proteger. A parte triste da minha proteção é que eu me isolo. Infelizmente eu perdi completamente as minhas emoções. A empatia também diminuiu um pouco... (Jovem 2).

Refletindo sua trajetória de vida, o Jovem 2 relatou que como uma forma de proteção usa uma “carapaça”. Esse foi um uso interessante do termo, pois, na anatomia zoológica a carapaça é definida como um escudo ósseo que serve para proteger o dorso de animais como tartarugas, caranguejos, jabutis, dentre outros (Santos et al., 2020). Sua proteção, entretanto, é social, significando manipular suas expressões de gênero e sua sexualidade e, como consequência disso, anular suas

³ O termo “bicha” foi difundido no Brasil dos anos 1960 como um xingamento aos homens afeminados. É uma adaptação da palavra francesa “biche”, que faz menção a jovens mulheres. Green (2019) significa que o termo é subversivo, pois ultrapassa sua intencionalidade violenta e revela as desigualdades e contradições na construção das masculinidades entre os próprios homens.



emoções, seu choro, a empatia e a solidariedade, resultando em isolamento. Por conseguinte, o jovem 3 usou o termo “reservado” para caracterizar essa tentativa de proteção, ainda que implique o “sigilo” em suas relações: “[...] dentro desse bairro não tem quem diga que já me viu com um homem... nem como amigo! Sempre fui mais reservado”.

Os jovens demonstraram subjetividades cuja dinâmica, conteúdo e qualidade aduzem a dificuldade de poder ser para a dificuldade de dever ser enquanto efeito da melancolia, das perdas provocadas pela dissidência. Diríamos que a contravertida do pânico de gênero por meio da melancolia atinge seu maior nível quando deixa de agir somente por meio das instituições e passa a agir nos jovens gays em si mesmos.

Com isso, importa destacar ainda que a proteção citada pelo jovem assume um sentido contraditório, onde seu assujeitamento e subalternização são interiorizados sob a lógica da proteção em uma mesma sentença. Butler (2016, p. 176) denota que “há uma “reflexividade” na melancolia através da qual eu me tomo a mim mesmo como objeto, clivando-me entre uma consciência que julga e outra que é julgada”.

Ainda nessa retórica, o Jovem 2 fez o seguinte relato:

Sempre fui uma pessoa muito carinhosa, sempre gostei de abraços... Então eu tentei abraçar menos... Tentei falar menos... Eu tentei olhar menos para os meninos assim... Aquele olhar de querer conhecer e ver o que rola... Tentei diminuir as minhas amizades com as meninas, que era uma coisa que me criticavam muito no fundamental... (Jovem 2).

Manipular gestos de carinho, abraços, o próprio ato da fala, o olhar dirigido para outros homens e as amizades com o outro gênero são aspectos que se colocavam na vida desse jovem como uma autoposição perante a política das masculinidades com uma função intencional de não sofrer, sofrendo. Butler (2016, p. 178) diz que “[...] somos atravessados por objetos que não conseguimos completamente integrar e que podem se voltar contra nós em uma reflexividade violenta e paralisante”.

Ampliando essa reflexão, consideramos importante destacar a função da máscara citada por Butler (2003, p. 80), a qual assume sentido semelhante a “carapaça” mencionada pelo Jovem 3. A autora então explica que “a máscara é parte da estratégia incorporadora da melancolia, a assunção de atributos do objeto/Outro perdido, na qual a perda é uma consequência de uma recusa amorosa”. À vista disso, a máscara ou a “carapaça” aduz a um processo de preservação, de renúncia



ou recusa de si em razão da lealdade com o outro, posição enfaticamente reiterada por um lugar nas políticas das masculinidades.

A máscara-carapaça se associa ao simbolismo de “não dar bandeira”, destacado na fala do Jovem 2, ao citar que parou de olhar para outros rapazes com desejo, demonstrando aqui mais um aspecto dessa contravertida masculina no bojo da melancolia de gênero, que é a “heterossexualização do desejo” (Butler, 2017). Essa significação tem continuidade quem ele fez o seguinte relato:

Na escola, por exemplo, eu já vi amigos meus, que não sabiam que eu sou [gay], serem esculachados... Tipo assim, tem umas pessoas que andam com uma certa inclinação, como o pessoal fala, rebolando... E quando você ver um homem rebolando, não só um homem, mas também uma criança, as pessoas veem com maus olhos. Então assim, o que eu vejo é como eu falei mesmo, tentar não dar bandeira... Para mim, não ‘dar bandeira’ seria tentar agir o mais normal e naturalmente possível para não demonstrar que sou gay (Jovem 2).

Ao perceber um colega de escola ser destrutado por ser gay, o pânico de gênero operou e fez o jovem 2 avaliar o desempenho performático e estético das masculinidades, concluindo que rebolar e gesticular demais poderia levá-lo a sentir o mesmo esculacho, por isso, decidiu “não dar bandeira”. Cabe ressaltar ainda aspectos da melancolia estruturada expressa por meio de ponto de vista masculino e heterossexual a aproximação com o ideal hegemônico como dimensões “naturais” e “normais” da vida. Observamos uma consciência que se articula as figurações sociais impostas por sua genitora e suas divindades.

O que foi referido pelo jovem 3 também ressoa o entrelace de poder do discurso familiar e alude as repercussões comunitárias de suas escolhas:

Muitas vezes [deixei de fazer coisas que gosto]... Agora o fato de eu não fazer não é por nada... Meu avô é vivo, minha avó é viva... Vamos ser justos, eu faço, me relaciono com alguém, amanhã todo mundo estará sabendo e não vai ser vergonhoso para mim, vai ser para meus pais. Então deixa quieto! Terminei [com meu último ficante] porque ele queria andar de mãos dadas, mostrar para todo mundo [que namorávamos]... Eu terminei porque depois que meu avô morrer, eu vou viver, mas até lá, eu devo respeito a ele. (Jovem 3).

O jovem afirmou que por diversas vezes inibiu sua sexualidade e seus afetos em prova de “respeito” a seu avô. Não somente, ao citar que terminou um relacionamento porque o parceiro queria “*andar de mãos dadas em público*”, demonstrou um sistema de atitudes melancólicas



que, para ele, é uma defesa elaborada para a honra de seu avô. De modo semelhante, o jovem 2 expôs:

Eu não só sinto medo do que a minha mãe pensa, mas também o que as outras pessoas pensam... Porque eu sou uma pessoa sentimental, uma pessoa carente, uma pessoa que já chegou perto da depressão... E assim, eu sinto que eu não quero ficar sozinho. (Jovem 2).

Destarte, essa é uma interpretação auto-repudiada, capturada e sublinhada pela melancolia, que os posiciona em atitudes que funcionam como uma “compensação moral” ou asseveram uma responsabilidade ética com as vinculações pelo fato de serem gays. Por outro lado, todas as dimensões dessa figuração estão, ao mesmo tempo, recusadas e rejeitadas, pois ora representam “vergonha”, ora indicam a solidão.

Cabe ressaltar que essa reflexibilidade culposa da melancolia de gênero está presente antes da premissa da autodeclaração pública na vida de jovens gays afeminados, portanto, tem atuação permanente nas identidades culturais. A intenção de seus vetores pode não estar tão nítida, mas seus efeitos são visíveis e relatáveis:

[...] antes de eu conseguir dizer que eu sou assim [gay], eu chorava muito, sei lá... Acho que eu já estava com início de depressão. Eu nunca dizia o que era realmente... Depois de muito tempo, eu decidi contar que era por causa disso [de ser gay] que eu chorava, que chegava triste na escola, me afastava das amigas... Aquilo me machucava... (Jovem 1).

No começo [eu tentativa negar] pela solidão, que eu não conseguia falar com ninguém abertamente sobre isso [de ser gay], ainda mais porque meus amigos na época do fundamental eram meio... assim... não eram tão tolerantes, né? (Jovem 2).

Os sentimentos de solidão, de não ter referência ou ponto de apoio, são vetores estratégicos da melancolia para aqueles que expressam qualquer sinal de discordância com o “destino da heterossexualidade”, levando-o a um processo de autocensura da identidade em razão da intolerância generalizada. Marques Júnior (2022) destaca que choro, tristeza e afastamento dos vínculos de amizade são características comuns na vida de jovens gays afeminados. Do ponto de vista do autor, esses jovens são tensionados e isolados por instituições que poderiam mediar a dor e o sofrimento, mas os negligenciam. Eles passam, então, a viver um “monólogo interno”, isto é, uma tensão psíquica regulada pela heteronormatividade e que perpassa questões fortes, dolorosas, densas e tensas demais para uma criança ou adolescente discernir, o que se torna contraditório, pois, mesmo estando no marcador supostamente universal



da infância/adolescência, não há cuidado ou vigilância para o sofrimento dos dissidentes.

A melancolia de gênero condiciona as dores que podem ou não ser choradas (Butler, 2017), e nesse caso, os jovens são forçados a seguirem alimentando uma violência interna em suas consciências e tendo que recompor, recriar e reinventar seus vínculos.

[...] eu não vejo no futuro a minha mãe no altar comigo, me casando com outro homem. A minha mãe, infelizmente, diz que vai me amar e me compreender, mas eu não vejo minha mãe no altar comigo... Na verdade, eu não vejo nem minha família no casamento. (Jovem 2).

A fala do Jovem 2 sintetiza a arquitetura da melancolia de gênero e sua performatividade autoritária e tirana que opera por meio do sacrifício de nós mesmos para o império da masculinidade hegemônica e da heterossexualidade. Cria-se uma dinâmica interna e íntima sistematicamente não agraciada e que clama pelo apagamento de uma consciência criativa e inventiva que pode se desidentificar com a política das masculinidades e com a heterossexualidade.

Há, por outro ângulo, ensejos de liberdade:

No mês do orgulho LGBTQ+ eu tirei aquela foto do meu whatsapp com a bandeira... Foi dentro do meu quarto mesmo. E aí, querida, vamos protestar, né?! Fiquei meio receoso de postar, aí eu disse: ‘espera aí que vou achar motivação agora’. Aí fui falar com minha amiga e ela disse: ‘que foto bonita, tem que postar’. Aí eu posteí. Meu pai viu, minha mãe viu, mas não disseram nada. (Jovem 1).

[O feminino] é algo que eu não gosto e não admito, mas eu não quero manipulá-lo. É um negócio que eu convivi durante tantos anos, então não adianta eu fazer força para querer modificar algo que eu já nasci assim. Não adianta. Eu tomo como se fosse parte do meu corpo, então, fica aí mesmo. Quando quiser dormir, durma, e quando quiser acordar, fique à vontade. A gente divide o nosso corpo mesmo... É assim que vejo o feminino em mim. (Jovem 3).

Os relatos acima trazem a força criativa que a melancolia também pode provocar. Assim sendo, é possível modificar a reflexibilidade culposa da masculinidade hegemônica e da heterossexualidade por meio de símbolos e atitudes que favoreçam situações existenciais em que a bandeira LGBTQIAPN+ supera o medo e evoca a força de enunciação dissidente, do mesmo modo que o despertar do feminino possa conduzir a um protesto contra sua destruição, provocando a tirania normativa.

Considerações finais



Objetivamos com esse estudo analisar os determinantes de produção da melancolia de gênero na trajetória de vida de jovens gays afeminados. Para isso, chamamos atenção para os vetores socioculturais que submetem esses jovens a melancolia de gênero implicada à masculinidade hegemônica e a heterossexualidade enquanto dimensões produtoras de conflitos e sofrimento.

Elucidamos que a melancolia ora reforça a “autocensura”, ora possibilita a ruptura dos jovens e seus elos cristãos, familiares, fálicos, comunitários, afetivos e românticos com a masculinidade hegemônica e com a heterossexualidade. Por outro lado, nossa preocupação está no hiato entre essas duas dimensões. Nesse contexto, é cabível destacar que muitas vezes agimos como se não houvesse mais disputa nas políticas das masculinidades e como se os jovens gays e afeminados já não mais sofressem com as repercussões dessa desidentificação. Com efeito, há lógicas sociais complexas e estruturantes sobrepostas a liberdade de ser que são reificadas pelo pânico de gênero causando ódio, raiva, ressentimento e repulsa às dissidências.

A ideia de que a resistência é solidária de uma sociedade com menor incidência das dores da masculinidade hegemônica requer atenção, pois, ela também causa melancolia, sacrifica peculiaridades distintivas e, em muitos casos, esse é o principal caminho para o seu triunfo. A falta aqui provoca o desamparo em um contexto intenso de relações sociais fragmentadas simbolicamente em sua totalidade. Incorrer no discurso generalizante de que somos o tempo todo resistência é uma grande armadilha da política das masculinidades e provoca a cosmética sensação de autogoverno enquanto cortina os processos de exclusão.

Observamos, a partir disso, que há consequências socioculturais do entrelaçamento dessas estruturas que profundamente causa o sentimento de culpa permanente, medo da solidão, abjeção e negação da própria identidade. Os jovens gays afeminados passam por acúmulos de vulnerabilidades que ficam ainda mais adensados devido às expectativas sociais e culturais direcionadas às juventudes, particularizada quando esse desenvolvimento acontece na/pela diferença de gêneros e sexualidades. Eles sentem o peso de passar pela vida como sujeitos mobilizadores de conflitos e de ter que lidar com a sensação de vazio por não ter um caminho para seguir, levando à sensação de desamparo e desvinculação social generalizada.



Concluímos, então, que pautar os sofrimentos postos pela melancolia de gênero é não só caracterizar essas expressões, mas também permitir pensar possibilidades de fortalecer os jovens da diversidade, sugerir políticas públicas de cuidado e situar onde está o (des)compromisso com o sofrimento desses sujeitos no caminho de uma topografia interna que leve a sobrevivências das perdas e os instrumentalize à reinvenção de si.

Referências

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. *R. bras. Est. pedag.*, v. 94, n. 236, p. 299-322, jan./abr. 2013.

AGUIAR, W. M. J.; OZELLA, S. Núcleos de Significação como Instrumento para a Apreensão da Constituição dos Sentidos. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 2, n. 26, p. 222-245. 2006.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. O preconceito contra o nordestino. In: ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia. 3. ed. São Paulo: Edições MMM, 2012.

BUTLER, J. A vida psíquica do poder: teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

BUTLER, J. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. *The force of non-violence*. New York: Verso Books, 2020.

CARVALHO, M. E. P.; ANDRADE, F. C. B.; JUNQUEIRA, R. D. Gênero e diversidade sexual. EFPB, 2009. Disponível em: www.ufpb.br>contents>noticias>didaticos>glossarioEscolasPlurais1. Acesso em: 01 mar. de 2024.

CONNELL, R. Gênero em termos reais. São Paulo: nVersos, 2016.

CONNELL, R. *Masculinities*. Ciudad Universitaria: UNAM-PUEG, 2003.



CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/cPBKdXV63LVw75GrVvH39NC/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. de 2024.

DAYRELL, J.; CARRANO, P. Juventude e Ensino Médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL, J.; CARRANO, P.; MAIA, C. L. (Orgs.). *Juventude e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FOUCAULT, M. *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

GREEN, J. N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora da UNESP, 2019.

LOPES, P. O. HIV e AIDS, passado e presente: os gays como representação social da doença, *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v. 7, n. 5, 2021. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/download/30028/23651>. Acesso em: 01 mar. de 2024.

LOURO, G. L. *Pedagogias de gênero e sexualidade*. In: LOURO, G. L. (Orgs.). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MARQUES JÚNIOR, K. N. *Masculinidades bicha: trajetórias escolares das bichas no ensino médio*. 2022. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, Paraíba, 2022.

MOURA, R. G.; NASCIMENTO, R. P. O gay afeminado nas organizações: uma tensão permanente com padrões heteronormativos. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 29, n. 1, 2021.

OLIVEIRA, M. R. G. *O diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.



SAFATLE, V. Dos problemas de gênero a uma teoria da despossessão necessária: ética, política e reconhecimento em Judith Butler. In: BUTLER, Judith. Relatar a si mesmo. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

SANTOS, I. et al. Prótese parcial removível de carapaça na reabilitação de jabuti-piranga (*Chelonoidis carbonária* SPIX, 1824): relato de caso. Enciclopedia biosfera, v. 17, n. 34, 2020. Disponível em: <https://www.conhecer.org.br/ojs/index.php/biosfera/article/view/2091>. Acesso em: 26 fev. 2024.

SCOTT, J. Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica. Recife: SOS: Corpo e Cidadania, 1995.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Revista Estudos Feministas, v. 2, n. 9, p. 460-482, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/WTHZtPmvYdK8xxzF4RT4CzD/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. de 2024.



Masculinities and gender melancholy in effeminate young gay men and

ABSTRACT: The disidentification with hegemonic masculinity and with heterosexuality, its main indicator, generates a melancholic process in the constitution of dissident gender and sexuality. Youth is associated with this symbolic economy as the stage of life that carries the highest expectation of its materialization, that is, boys-men, masculine and heterosexual. When young people realize they cannot follow this "cultural recipe," they begin to constitute themselves through the vulnerability of their identities, and melancholy persists through sociocultural disconnections. Thus, we aim to analyze the determinants of the production of gender melancholy in the life trajectories of effeminate gay youth. We used a qualitative approach, and the data were produced through semi-structured interviews, whose systematization was based on the Nucleus of Signification, as proposed by Aguiar and Ozella (2006; 2013). We identified that the identity of young, effeminate gay men is marked by the fear of spending their entire lives as mobilizers of social conflicts that undermine all their processes of belonging and connection, leading to the inhibition of all potential for gender and sexuality agency and a self-deprecation that causes the fatigue and exhaustion of resisting social institutions.

KEYWORDS: Hegemonic masculinity. Young gays. Youths. Gender melancholy.

Kléber Neves MARQUES JÚNIOR

Graduado em Serviço Social (FPB), Mestre em Educação (UFPB), Especialista em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas: Práticas Educacionais (FUNDAJ).

José Erivonaldo Ferreira PAIVA JÚNIOR

Graduado e Mestre em Fisioterapia (UFPB), pós-graduando em Fisioterapia Neonatal e Pediátrica pela (UNIPÊ-PB), pós-graduado em Fisioterapia em Terapia Intensiva pela (Faculdade Iguazu).



Kléber Neves Marques Júnior
José Erivonaldo Ferreira Paiva Júnior

257

Recebido em: 03/03/2024

Aprovado em: 03/10/2024



SEÇÃO TEMÁTICA



“Tem que ser bagual, tem que pegar boi pelo pescoço”:
Masculinidades interioranas e o dispositivo do armário em Santa Maria - RS

Daniel da Silva Stack, *Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC)*

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado¹ que utilizou a etnografia digital para investigar o aplicativo Grindr, uma plataforma de geolocalização voltada para encontros sexuais entre homens. A pesquisa focou na vivência de quatro jovens universitários, com idades entre 24 e 27 anos, residentes em Santa Maria e oriundos de cidades menores ou zonas rurais do Rio Grande do Sul. A investigação evidenciou como esses jovens aprenderam sobre a masculinidade em seus contextos familiares, escolares e sociais em suas cidades de origem, e ainda, como tais vivências impactam seus usos em aplicativos de relacionamento. A pesquisa expôs semelhanças e diferenças nas trajetórias dos interlocutores, destacando a influência de sua origem no "interior" sobre suas compreensões de gênero e sexualidade, onde elementos da cultura campeira são centrais na construção do conceito de masculinidade no interior gaúcho. O termo *bagual*, que descreve um homem arisco e valente, exemplifica um ideal de masculinidade vinculado ao trabalho rural e à pecuária, predominante entre os participantes oriundos das zonas rurais. A pesquisa também analisou como esses jovens navegam entre diferentes contextos — sua cidade de origem, a cidade universitária e a plataforma do Grindr — e como utilizaram códigos de masculinidade de maneira estratégica no aplicativo para formar e gerenciar suas identidades sexuais e de gênero.

¹ Gostaria de expressar minha sincera gratidão ao meu orientador de mestrado, Fernando de Figueiredo Baliero, por seu apoio incondicional, orientação valiosa e incentivo ao longo de minha jornada acadêmica. Sua expertise e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho.



PALAVRAS-CHAVE: Masculinidades. Homossexualidades. Interior.
Aplicativos de relacionamento.

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir as configurações de masculinidades em contextos interioranos do Rio Grande do Sul, a partir das trajetórias de quatro jovens universitários oriundos de pequenos municípios ou zonas rurais do estado. Os interlocutores foram selecionados por meio de um estudo etnográfico realizado em um aplicativo de relacionamento, o Grindr². A pesquisa teve início com uma etnografia no aplicativo, realizada entre julho de 2020 e junho de 2021, a partir da localização na cidade de Santa Maria³, com o objetivo de observar a recorrência de padrões normativos nos perfis dos usuários, a construção racionalizada dos perfis, as apresentações do corpo e as negociações da sexualidade. Paralelamente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas por meio da plataforma Google Meet, durante o período de julho a dezembro de 2021. As narrativas dos jovens universitários destacaram uma série de aspectos culturais e subjetivos significativos em suas trajetórias, conjugando as exigências culturais de um modelo de masculinidade viril com a regulação heteronormativa da sexualidade. Nos usos dos aplicativos de relacionamento, foi possível compreender como eles agenciam questões relativas à masculinidade na busca sexual.

A pesquisa utilizou a etnografia digital (HINE, 2015; 2016) como metodologia, considerando a internet como um "artefato cultural", cujas dimensões (incorporada, corporificada e cotidiana) geram novos padrões culturais e sociais que podem ser investigados sob a perspectiva

² Aplicativo de geolocalização voltado para o sexo entre homens, ele exibe de modo gratuito noventa e nove perfis de usuários de acordo com a proximidade, não é necessário ter o interesse prévio de outros perfis para a interação, como o match no Tinder, todos os usuários são exibidos na grade de perfis e podem contatar os outros, exceto o perfil sofreu bloqueio.

³ O município de Santa Maria é localizado na região central do Rio Grande Sul, com uma população estimada em 2020 de 283.677 habitantes de acordo com IBGE 2020, sendo a quinta cidade mais populosa do estado. Santa Maria se destaca por ter a primeira universidade da região Sul a não localizada em capitais, a Universidade Federal de Santa Maria. Em conjunto, é a segunda cidade com maior contingente de militares do Brasil, ficando apenas atrás do Rio de Janeiro.



sócio-antropológica. A investigação do aplicativo Grindr, com foco na localidade de Santa Maria – RS, possibilitou um contato próximo com os usuários, resultando na realização de entrevistas semiestruturadas com quatro jovens universitários, com idades entre 24 e 27 anos. As entrevistas tiveram como foco abordar aspectos particulares não visíveis nos perfis dos usuários, como a construção de ideais de masculinidade na infância, a vivência em seus contextos de origem, a mudança para Santa Maria, as negociações da sexualidade e, especificamente sobre o aplicativo, compreender como as interações online resultaram em encontros presenciais, os critérios utilizados na busca sexual, as possíveis frustrações com o uso dessas tecnologias e os contrastes entre as exigências da plataforma e as realidades dos usuários em seus contextos sociais, examinando aspectos culturais e subjetivos relacionados à construção da masculinidade.

Ao ingressar no campo de pesquisa, ficou evidente a importância da construção da masculinidade entre os usuários da plataforma. Para compreender as narrativas sobre masculinidades no aplicativo, foi necessário investigar a produção social de gênero e sexualidade ao longo das trajetórias dos interlocutores. Isso levou à análise de como esses jovens percebem sua sexualidade e como manejam os códigos de gênero na plataforma para buscar contatos sexuais.

Os jovens entrevistados descrevem seus contextos de origem – pequenos municípios urbanos ou zonas rurais – como interioranos. O termo "interior", tal como mobilizado na linguagem êmica do campo estudado, refere-se a algo mais específico do que as cidades do estado que se localizam territorialmente fora da área metropolitana das capitais ou do litoral, como Santa Maria, município de médio porte localizado na região central do estado. Conhecida como uma cidade de trânsito, os interlocutores da pesquisa são representativos de uma população que se mudou para a cidade, mas mantém laços com suas cidades de origem.

Desse modo, os termos “interior” e “cidade pequena” são utilizados ao longo do texto a partir das significações desses sujeitos e dos tipos de relações que estabelecem em cada contexto (ARAÚJO; RIBEIRO, 2020; SOUZA, 2021). Como destaca Rosane Prado (1998), o “inferno da personalidade” demarca experiências comuns em cidades pequenas, onde as relações sociais são mais estreitas e coercitivas. Assim, tanto o contexto pesquisado, a cidade de Santa Maria, quanto os municípios de



origem dos jovens entrevistados, são considerados contextos do interior do Rio Grande do Sul. No entanto, as descrições de seus municípios de origem, devido às relações estabelecidas, fazem com que o termo “interior” seja utilizado com maior frequência para nomear as relações em suas cidades de origem.

Os interlocutores residem em Santa Maria e organizam suas vidas com visitas frequentes às suas cidades de origem, onde preservam relações familiares e de amizade. Assim, tornou-se relevante analisar a dinâmica da construção da masculinidade em relação aos laços sociais mais profundos estabelecidos em pequenas comunidades (ABRAMOVAY, 2000; PRADO, 1998). Além disso, ao deixarem suas cidades de origem e se deslocarem para um ambiente urbano mais amplo e distante de suas famílias, esses jovens encontraram a oportunidade de formar redes de relações com outros homens gays, permitindo-lhes experimentar a homossexualidade de maneira mais aberta, mas também apresentando preocupações com a visibilidade da homossexualidade.

Na trajetória dos interlocutores, não se fez presente apenas um ideal de masculinidade, mas diversas interpelações sobre a masculinidade, que se apresentavam dependendo do contexto, tal como Connell e Messerschmidt (2013) apontam em relação a complexidade na construção hegemônica da masculinidade ao tomarmos como objeto as sociedades contemporâneas, marcadas por influências culturais locais, regionais e globais. Na pesquisa, as narrativas de alguns dos interlocutores, por exemplo, demonstraram a relevância de signos do mundo rural, como o cuidado de animais de grande porte, o trabalho braçal na lavoura, entre outras práticas que constituem o “ser homem” em contextos de “masculinidade campeira” (LEAL, 2019). Já na interface do aplicativo, eles se deparam com exigências e enunciados de gênero que remetem à produção de uma masculinidade valorizada na busca sexual entre homens, caracterizada por um modelo de estética corporal idealizada com base nos circuitos gays metropolitanos (MISKOLCI, 2017).

Foi possível identificar um contraste entre as exigências discursivas dos usuários do Grindr, na busca por padrões estéticos normativos, e as possibilidades limitadas de respondê-las em um contexto social e cultural distinto, algo perceptível tanto na observação



em campo quanto nas entrevistas com os interlocutores. Patrick⁴, por exemplo, afirma que em Santa Maria “*exigem o padrão Rio de Janeiro*”⁵ e conclui que, na localidade, “*90% dos perfis são fora do padrão*”.

A construção da masculinidade também perpassa a forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 257), o que pôde ser observado nas performances e narrativas nos perfis do aplicativo. Um dos aspectos centrais é a relação com a homossexualidade, onde é possível identificar que a masculinidade valorizada através do aplicativo é aquela que emula a masculinidade vista como heterossexual, o que fica latente nas autodefinições em termos como “*homem de verdade*”, “*macho*”, “*discreto*”, na constante rejeição à feminilidade e na busca por parceiros não-assumidos (MISKOLCI, 2009; 2017).

Como argumenta Daniel Welzer-Lang (2001), a masculinidade é frequentemente definida em termos de oposição ao feminino, o que se manifesta nas expectativas e interpelações desde a infância sobre o que significa ser um “homem de verdade”. O que também se reflete na busca afetiva e sexual entre homens, especialmente porque a homossexualidade historicamente carrega o estigma de ser associada à inversão de gênero. Tais construções de masculinidade foram observadas na vivência dos jovens universitários.

Nos próximos tópicos, busco abordar as construções contextuais da masculinidade dos interlocutores, ressaltando a relação entre o aprendizado da masculinidade em cidades do interior e a homossexualidade em diálogo com o “dispositivo do armário” (SEDGWICK, 2007), o qual, em cada contexto de agenciamento, seja em seus municípios de origem, na cidade de Santa Maria - RS ou na interface do aplicativo, apresenta distintas maneiras de (in)visibilizar a homossexualidade. Posteriormente, evidencio como as concepções de masculinidade experienciadas nos contextos de origem se distanciam e se aproximam dos ideais de masculinidade presentes no aplicativo voltado para o público homossexual.

⁴ Todos os nomes presentes no artigo são ficcionais como procedimento ético de confidencialidade da identidade dos interlocutores. Os municípios, além de Santa Maria, também tiveram seus nomes e algumas informações ocultadas como resguardo do anonimato, assim como o curso que os estudantes realizavam no momento da pesquisa.

⁵ De modo a padronizar a escrita e facilitar a leitura, todas as citações a categorias nativas pertencentes ao campo de pesquisa apresentam aspas e itálico para serem diferenciadas de conceitos teóricos.



Masculinidades interioranas e a vivência homossexual

O aprendizado da masculinidade perpassa a relação entre gerações, na família, onde os costumes locais se reproduzem concomitantemente com a reprodução das normas de gênero. Na escola e na vizinhança, o gênero é produzido “através de estruturas de grupos de pares, controle do espaço escolar, padrões de encontros afetivos-sexuais, discursos homofóbicos e assédio” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 253). Em ambos os contextos, a homosociabilidade é uma dimensão central, e a aprendizagem da masculinidade – muitas vezes marcada pela violência – se dá, principalmente, na relação intra-gênero, ou seja, exclusivamente entre homens (SEDGWICK, 2007).

As narrativas dos jovens interlocutores revelaram diversos contextos onde a masculinidade é produzida e reforçada. Práticas como as “*carneadas*”⁶ e o trabalho familiar na lavoura, além de instituições como o Centro de Tradições Gaúchas (CTG) e a escola, destacam-se como lócus de produção do gênero, ambientes onde a masculinidade é (re)produzida e ensinada. A forte sociabilidade masculina nesses contextos contribui para a transmissão de normas de gênero, muitas vezes através da violência simbólica (KIMMEL, 1998), que define e reforça os comportamentos considerados aceitáveis para um “homem de verdade”. Esses espaços não apenas reiteram, mas também moldam as concepções culturais sobre o que significa ser homem, evidenciando a influência de práticas tradicionais e relações sociais na construção da masculinidade (LEAL, 2019). A questão da masculinidade nesses espaços retoma o fantasma da homossexualidade, confirmando um regime regulatório baseado na coerência entre sexo, gênero, desejo e práticas sexuais (BUTLER, 2003). Aqueles que escapam dessa coerência são alvos de violência simbólica ou física nas relações sociais, experienciadas pelos jovens interlocutores em diferentes momentos da infância.

⁶ Costume cultural que envolve o abate de uma grande animal e a divisão de sua carne entre famílias, no contexto pesquisado, os tios e primos que criavam os animais se reuniam em um dia específico para realizar o abate, visto pelos sujeitos como uma tarefa masculina.



Neste sentido, a análise de Michel Foucault (2010) sobre a sexualidade auxilia a compreender como a sexualidade é moldada, regulada e influenciada por normas sociais, políticas e culturais também no contexto estudado. É através do discurso e das relações de poder que a sexualidade se organiza em nível individual e coletivo, sendo a produção social do gênero e da sexualidade resultado de processos históricos e sociais particulares. Este conceito nos ajuda a discutir a produção das masculinidades interioranas para homens cisgêneros e gays em contextos do Rio Grande do Sul. A masculinidade, por não ser singular e fixa, sendo consequência da ação individual e coletiva de diferentes grupos de homens, traz nuances nas quais cultura, sociedade e subjetividade resultam em modelos de masculinidades permeados por relações de poder (KIMMEL, 1998; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013; CONNELL, 2003; MISKOLCI, 2016).

Dos quatro jovens selecionados para a pesquisa, Lito⁷ e Félix⁸ residiam em zonas rurais de seus municípios de origem, enquanto

⁷ Lito é um jovem homossexual de vinte e quatro anos, pós-graduando na UFSM. Vindo da zona rural do município de Santa Maria, filho de um agricultor e uma professora. Teve cobranças constantes do pai e irmão para que se reconhecesse com a masculinidade do campo, na execução de funções braçais e na lida com animais de grande porte. De sua mãe houveram cobranças para que em seu corpo trouxesse signos da masculinidade, como andar sem rebolar, voz grossa e firme entre outras. Em sua infância frequentou o CTG de sua linha rural, fez o ensino médio na parte urbana do município e teve seu primeiro encontro com outro homem no segundo ano de sua graduação.

⁸ Félix, jovem homossexual de 27 anos, é oriundo de um município no interior do estado com contingente populacional de pouco mais do que três mil habitantes (IBGE 2020), sustentado economicamente pela agricultura e pecuária. Esse interlocutor relatou que o medo com relação a exposição de sua sexualidade se construiu através de enunciados religiosos, aprendidos em sua infância e adolescência, que condenavam ao inferno os homossexuais. Ao retratar seu município e consequentemente seus familiares, afirmou que esses “vivem ainda no século XIX”, em razão disso, relata que após duas tentativas de suicídio passou a compreender e desejar uma possibilidade de vida fora do seu município. Ao se mudar para Santa Maria com vinte e seis anos teve suas primeiras experiências homoeróticas com rapazes que conheceu através do aplicativo. A vigilância incisiva da sexualidade e gênero em seu município de origem fez com que a homossexualidade devesse ser camuflada. Félix se descreve como um cara discreto que procura se relacionar com semelhantes.



Patrick⁹ e Eric¹⁰ viviam em contextos urbanos. Embora o rural e o urbano não sejam isolados e estejam interconectados de maneira complexa (WANDERLEY, 2009), cada um desses ambientes moldou a produção de gênero de formas distintas. Os jovens relataram que, apesar das diferenças contextuais, havia uma pressão social generalizada para a heterossexualidade e para o estabelecimento de relações monogâmicas e reprodutivas. No entanto, os moradores das zonas rurais descreveram um ideal de masculinidade que se relaciona especificamente com elementos do mundo rural, destacando diferenças significativas na forma como a masculinidade é vivenciada e expressa em comparação com o ambiente urbano (LEAL, 2009).

Lito descreve que o homem do campo "*tem que ser bagual, tem que pegar boi pelo pescoço*". Em seu contexto, as práticas de gênero estavam relacionadas à virilidade, destreza e habilidades com animais de grande porte. As "*carneações*" descritas por ele revelam um espaço onde a masculinidade era (re)produzida entre seus primos, tios, pai e irmão, que compartilhavam pressupostos de masculinidade e reiteravam enunciados de gênero, dentre os quais o que nomeia este artigo. Através do que Lito conta, fica evidente que as divisões de tarefas no rural compõem um arcabouço de práticas que situam e produzem os sujeitos na esfera familiar, determinando posições de acordo com o gênero, para homens e mulheres no campo (PIECHA, 2020).

Nos espaços de sociabilidade na lavoura, surgiam analogias que definiam a masculinidade ideal, associada a elementos do meio rural, como a figura do "*touruno*": "tinha que ser macho; e eles faziam essas

⁹ Patrick é um jovem homossexual de vinte e sete anos, natural de um município com um pouco mais de 60 mil habitantes, que fica a 150 km de Santa Maria. Ele associa seu contexto de origem a um forte tradicionalismo e conservadorismo que faria os habitantes de sua cidade terem a "mente fechada". Filho de uma professora e de um fazendeiro (atualmente), passou pela experiência do divórcio dos pais no início da adolescência. Após isso, teve a vivência com sua mãe marcada por conflitos devido a se distanciar da norma de gênero e sexualidade que lhe fora imposta, na época das entrevistas estava residindo no município para realizar estágios obrigatórios do curso em saúde.

¹⁰ Eric, jovem homossexual de 26 anos, se autoreconhece como não-branco, originário de um município com uma população aproximada de 120.000 mil habitantes, relata ao assumir-se para sua mãe um sentimento de vergonha e rejeição; na exposição de sua homossexualidade afirmara lidar com o olhar incisivo da vizinhança. O fato de Erick ser originário de um município com um número de habitantes consideravelmente maior que os demais interlocutores evidenciou relações sociais de proximidade distintas, diferentemente dos demais interlocutores que afirmaram que "todo mundo conhece todo mundo" em suas cidades, as relações de proximidade para Erick estavam delimitadas principalmente em sua vizinhança, assim, pode construir um circuito de sociabilidade afastado do seu bairro, a qual conseguiu evitar olhares da vizinhança acerca de sua homossexualidade e estabelecer os primeiros contatos afetivos com outros homens.



analogias com as vacas e com os bichos também, de 'ah, tem que ser o touruno, o touro, não pode fraquejar nem nada'" (Lito, 24 anos). A figura do "touruno" refere-se ao boi mal castrado que procuraria vacas para o coito. Aqui, tal discurso é estimulado para reiterar concepções de gênero em que o "homem de verdade" porta um desejo sexual constante e está sempre realizando investidas no sexo oposto. Nesses espaços, o discurso é fundamental para a manutenção de estruturas de poder tal como Foucault (2012) argumenta que existem mecanismos de "rarefação do discurso", por meio dos quais se autoriza o dito e o não dito. Os discursos sobre a sexualidade nesses contextos evidenciam que a sexualidade não é reprimida, mas, a todo momento, está sendo estimulada na discursividade, com um objetivo específico: produzir sujeitos heterossexuais alinhados a práticas generificadas no meio rural.

Destaco o seguinte trecho para elucidar o modo como determinados ideais de masculinidade e do que é esperado para cada gênero emergiram discursivamente nas entrevistas:

[...] os homens ali no campo cuidam dos bichos, cuidam de tudo que fica para fora de casa, de dar bóia (comida) para os bichos, cuidar da lavoura, capinar; tinha plantação de mandioca, de melancia e aí tinha que capinar. Às vezes minha irmã acabava indo também, mas era mais eu e meu irmão. Tudo que era pra fora de casa, que envolvia força, suor, tocar as vacas, curar, vacinar ovelha, tudo que envolvia os animais e tal. As mulheres faziam o trabalho que é de casa, "ah se carneava vaca elas ensacavam os pedaços", faziam os guisados, a comida depois, faziam comida para quando os caras chegassem quando tinha alguma carneação, alguma coisa grande que tinha... chamavam gente pra ajudar, aí minha mãe e minha tia faziam as comidas. Aí no ano novo também, essas coisas assim, os caras ficavam no galpão fazendo churrasco e as mulheres na casa conversando. No papo dos homens ali era de vaca, de bicho, eu não me identificava com nada daquilo (Lito, 24 anos, grifos meus).

Félix, que também residia na zona rural, compartilha que seu contexto social segue uma rígida divisão de tarefas baseada no gênero, uma prática que se estende além do núcleo familiar. Ele relata que, após a morte de seu avô, sua avó teve que assumir os negócios, contudo, alguns fazendeiros se recusaram a fazer negócios com ela por ser mulher. As situações descritas pelos interlocutores convidam à reflexão sobre a



cultura local, na qual as dinâmicas de gênero são fortemente moldadas por convenções que reforçam conceitos tradicionais de masculinidade e feminilidade (PIECHA, 2020). Tais convenções exercem um controle significativo sobre os indivíduos que não se conformam com os padrões estabelecidos, ideais heterossexuais, monogâmicos e reprodutivos.

Félix também relata uma vigilância constante sobre o comportamento de gênero e sexualidade por parte dos moradores de seu município, mencionando o uso frequente do termo "*china*", utilizado para descrever um comportamento sexual promíscuo associado às mulheres. Além disso, conta sobre diversos escândalos envolvendo moradores locais que foram pegos mantendo intimidade com pessoas do mesmo sexo. Sua cidade natal apresenta o menor contingente populacional entre os jovens com quem conversei, cerca de pouco mais de três mil habitantes, o que conflui com os modelos de relações sociais propostos por Prado (1998) e Abramovay (2000), nos quais, quanto menor o número de habitantes, maior a coerção das relações sociais nesses contextos.

A literatura que trata da sexualidade vivenciada em “cidades pequenas” destaca a proximidade das relações como ponto central, onde as sexualidades dissidentes são organizadas (ARAÚJO; RIBEIRO, 2020; LOPES, 2016). Nesse contexto, a constante vigilância sobre gênero e sexualidade em seu município moldou o comportamento de Félix, que, sob forte pressão familiar, desempenhou com maestria as funções esperadas de um “homem bagual”, chegando a se gabar de atirar melhor que seu pai. No entanto, a exigência sobre seu gênero e sexualidade levou Félix a esconder sua homossexualidade de todos os membros da família e a tentar tirar a própria vida em dois momentos distintos¹¹.

Ao se mudar para Santa Maria aos 26 anos, Félix conseguiu estabelecer contatos sexuais com outros homens por meio de aplicativos

¹¹ Dados apresentados pelo Conselho de Psicologia de Alagoas, segundo os quais a população LGBTI+ apresenta maiores índices de ideação suicida e de suicídios do que pessoas cisgêneras heterossexuais. Disponível em: <https://www.crp15.org.br/artigos/pesquisa-revela-o-risco-de-suicidio-na-comunidade-lgbt/>. Outros dados fornecidos pelo Observatório Mortes e Violências LGBTI no Brasil, expõe a fragilidade que jovens LGBTQIAPN+ enfrentam por serem dissidentes, resultando em cinco vezes mais chances de tentativa de suicídios. Ainda é necessário pontuar que municípios pequenos do interior sofrem da falta de métricas sobre esses dados, nas conversas que tive com Félix ele acabou relatando um suicídio e duas tentativas de suicídios de moradores de seu município que atribui ao fato de serem expostos ou circularem rumores sobre envolvimento afetivo e sexual com pessoas do mesmo sexo.



de relacionamento. As narrativas de Félix revelam uma intensa coerção social e vigilância comunitária, que resultam em sofrimento psíquico e social para dissidentes sexuais e de gênero. Nesse contexto, viver a homossexualidade é visto por ele como uma situação impensada, deixando apenas dois caminhos possíveis: mudar de cidade ou extinguir sua própria existência.

Observo que a convivência familiar tem como pedagogia de ensino da sexualidade, assim como a masculinidade, a violência (KIMMEL, 1998; WELZER-LANG, 2001). Lito, por exemplo, relata a constante pressão de seu pai para que se tornasse um “homem do campo” e a forma como sua mãe exigia que ele demonstrasse atributos tradicionais de masculinidade, como andar “feito homem” e falar grosso. As interações familiares, e também com a vizinhança, foram moldadas pelo medo da rejeição, pela vergonha e pela dificuldade de visualizar a vivência da homossexualidade, tanto dentro do município quanto fora dele.

Para analisar esses mecanismos de segredo e visibilidade, utilizo a teoria de Eve K. Sedgwick (2007), que descreve o conceito de “armário” como um símbolo da opressão gay no século XX. Sedgwick argumenta que o “armário” — ou a ocultação da não conformidade com as normas de sexualidade — não é um fenômeno isolado, mas sim um processo contínuo que envolve decisões repetidas sobre a revelação da sexualidade. A “gramática do armário”, ou seja, o dispositivo de (in)visibilidade da homossexualidade, é útil para descrever as trajetórias dos interlocutores e suas experiências contemporâneas.

Ressalta-se que, no retorno a suas cidades de origem, os interlocutores fazem mudanças conscientes na apresentação de si, como ajustar sua linguagem, suas vestimentas e o não uso de aplicativos de relacionamento, seja pelo medo da exposição da homossexualidade ou de comentários que “*circulam pela boca do povo*”. No entanto, a visibilidade da homossexualidade no contexto familiar apresenta complexidades que precisam ser discutidas.

Situações similares ao que encontrei em minha pesquisa foram descritas por Guilherme Passamani (2010) em uma pesquisa com jovens gays universitários residentes na mesma cidade em que fiz minha pesquisa, que organizavam suas relações sociais com base na ocultação



da homossexualidade. Esses jovens criaram seus próprios mecanismos de vivência da sexualidade, e a “*sociedade do apartamento*” é descrita por Passamani (2010) como um espaço onde eles permitiam interagir de modo mais livre sobre aspectos de sua homossexualidade. Esses jovens se encontravam no apartamento de um amigo no centro da cidade e se permitiam conversas abertas sobre sua homossexualidade, relacionamentos, desejos etc. No entanto, na ausência desse local seguro, comportavam-se e apresentavam-se como heterossexuais, inclusive para suas famílias.

Os jovens que compõem esta pesquisa apresentam semelhanças com os interlocutores de Passamani (2010): são homens gays, universitários e que se mudaram de cidades menores para Santa Maria com o objetivo de realizar a graduação. Contudo, esses jovens se diferenciam na forma como organizam a visibilidade da sexualidade, onde as redes sociais e aplicativos de relacionamento ocupam uma posição central na homosociabilidade e na visibilidade da sexualidade. Em conjunto, na maioria dos casos, há uma visibilidade da homossexualidade para alguns membros da família, que acabam por entrar no “armário” junto com esses jovens.

O contexto familiar exhibe uma complexidade em relação à visibilidade da homossexualidade. Os interlocutores que comunicaram sua homossexualidade a familiares e amigos obtiveram aceitação, evidenciada pelo contato contínuo com suas famílias e suporte emocional e financeiro na mudança de cidade. Contudo, a vivência da homossexualidade não é discutida abertamente no meio familiar. Um exemplo disso é Lito, que namorou por dois anos sem apresentar seu parceiro à família.

A revelação da homossexualidade nesse contexto evidencia a constante relação entre segredo e visibilidade. Os interlocutores que se assumiram como homossexuais para membros da família (principalmente mães e irmãs) frequentemente relataram uma aceitação condicional: a homossexualidade é aceita, desde que não seja discutida abertamente. Desse modo, o “*não falar sobre*” tornou-se uma afirmação comum nas narrativas, refletindo a falta de abertura para a vivência cotidiana da homossexualidade dentro do núcleo familiar. Em determinado momento, rompe-se a barreira em relação à



homossexualidade, mas criam-se novas barreiras discursivas. Quando comparadas às vivências heterossexuais, essas barreiras evidenciam a desigualdade de prestígio e aceitação que a homossexualidade encontra no privado, evidenciando como o “dispositivo da sexualidade” cunhado por Sedgwick (2009) continua a exercer peso nas vivências homossexuais contemporâneas.

Além da trajetória familiar, a escola se destacou como reprodutora da normatividade de gênero, por meio de um currículo oculto (LOURO, 2000) de práticas sociais que evidenciam sujeitos dissidentes da norma. No cotidiano escolar, foram demarcadas pelos interlocutores a divisão de gênero na educação física, na qual os meninos devem se identificar com o futebol e as meninas com a ginástica. Essas práticas foram reproduzidas por eles na tentativa de se integrar ao grupo aceito, que compartilhava os mesmos comportamentos de gênero.

Além disso, foram comuns as narrativas de violência simbólica (KIMMEL, 1998) descritas pelos interlocutores no contexto escolar. Patrick e Eric relataram violências marcantes em sua infância, de estigmatização pelo reconhecimento de “feminilidade”, Patrick, por usar uma camiseta rosa e apresentar “*trejeitos*” em sua performatividade de gênero, foi associado por uma professora a estar parecendo “*uma mulher*”. Já para Eric, em uma competição de desfile, por andar de maneira considerada “feminina”, foi retirado da atividade com outros estudantes e isolado em uma sala de aula.

Patrick: **Teve uma vez que fui com uma camisa rosa linda que eu tinha achado no guarda-roupa da minha avó**, e ela era bem clima anos 80 e eu fui com ela para escola me achando “a vintage”; e **aí essa professora parou a aula e falou assim “meu deus tu parece uma mulher”**, ela era uma professora bem “tantan”, ela falou “nossa tu parece uma mulher” e ficou um tempo parada refletindo, viajando, não sei se causei alguma desconstrução mais brusca nela, não sei se eu feri ela de alguma maneira, trouxe alguma memória, **mas ela parou a aula e disse “tu tá parecendo uma mulher”** não lembro mais o que ela disse, eu lembro do momento que ela parou e me olhou e eu fiz uma cara de desentendido.

Pesquisador: Como seus colegas reagiram nessa situação?



“Tem que ser bagual, tem que pegar boi pelo pescoço”:
Masculinidades interioranas e o dispositivo do armário em Santa Maria - RS

271

Patrick: Foi no primeiro ano do ensino médio né, então já estava nos 15 anos, já havia me aceitado como gay **e aí ficou todo mundo em choque assim porque ninguém esperava aquele comentário**, eu estava conversando sei lá o que estava fazendo, ficou todo mundo **“o que está acontecendo aqui?”** do nada isso” (grifos meus).

De forma semelhante, Eric enfrentou dificuldades no ambiente escolar por transgredir as normas estabelecidas. O episódio mencionado anteriormente refere-se a uma cena durante um desfile escolar, em que tentou emular o estilo da modelo Gisele Bündchen. Seu desfile, considerado “feminino”, resultou na sua remoção abrupta da atividade por uma professora. Esses eventos revelam como o constrangimento é imposto e reforçado por professores e colegas, com o objetivo de consolidar normas rígidas de gênero e sexualidade. Isso, por sua vez, evidencia a falta de preparo para lidar com a diferença no contexto escolar e como essas práticas contribuem para a perpetuação de estigmas e exclusões.

Nossa, tem uma situação que eu nunca esqueço. Eu estava na primeira série. Todo o ano na escola - não sei se na sua cidade também - mas o povo faz uma série de brincadeiras tipo desfile, coisa assim, concurso essas coisas. **Eu tinha sete anos e aí tá, iria num desfile na escola; e tem jeito de menino desfilando e tem jeito de menina, pelo menos naquela época tinha. E aí chegou a minha vez e a minha referência de desfile de modelo, essas coisas, era a Gisele Bündchen.** E aí na hora de desfilar **eu fui muito afeminado com a mão na cintura e tudo mais. Aí a professora veio me tirou e me colocou em uma sala, me deixou lá**, eu nem lembro o que aconteceu. Mas coisas que eu hoje enxergue como algo que talvez tenha tido alguma coisa a ver com sexualidade ou algo do tipo foi essa ocasião, para mim foi bem marcante [...] **o que marcou para mim assim foi ela me tirando**, mas eu não lembro do que ela me falou ou se ela falou alguma coisa (Eric, 26 anos, grifos meus).

Os relatos dos interlocutores abordam como a escola desempenha um papel significativo na produção e regulamentação das normas de gênero. Patrick enfrentou violência por usar uma camiseta de cor considerada “feminina”, e Eric foi punido por adotar trejeitos



considerados “femininos”. Guacira Lopes Louro (2000) discute como os espaços educacionais limitam a convivência com a diferença. Se cruzarmos esses dados com pesquisas relacionadas¹² à temática LGBTQIAPN+ no ambiente escolar, é possível perceber que pessoas dissidentes da norma de gênero e/ou sexualidade apresentam maior vulnerabilidade física e mental nesse contexto, se comparados a sujeitos heterossexuais.

As relações familiares e sociais, marcadas pela constante vigilância e constrangimento, tiveram um impacto significativo na decisão desses jovens de deixarem seus contextos de origem. Em suas narrativas, os interlocutores descreveram suas cidades de origem como “atrasadas”, “do século XIX” e com pessoas “de mente fechada”, sugerindo que a vivência da homossexualidade era inconcebível nesses ambientes. Em contraste, Santa Maria foi retratada como um espaço de libertação sexual e acolhimento, oferecendo oportunidades para que pudessem expressar suas identidades de forma autêntica. Contudo, essas oposições repetidas nas narrativas individuais precisam ser problematizadas, pois se mostram limitantes para a compreensão das relações estabelecidas entre Santa Maria e seus municípios de origem. Lopes (2016) problematiza ao analisar discursos sobre cidades pequenas e homossexualidade, afirmando que:

[...] ao nos reportar a oposições como tradicional versus moderno, centro versus periferia, rural versus urbano, simples versus complexo, capital versus interior, não corremos o risco de substancializar os fenômenos que pretendemos compreender construindo um modelo (ou mesmo aplicando um modelo pronto) que não encontra efetividade na maneira como os sujeitos vivem ou compreendem a realidade? Em outras palavras, em que medida não estamos impondo um olhar “colonizador das sexualidades” para as “cidades do interior” (LOPES, 2016, p.34-35).

Nas narrativas e vivências dos sujeitos, é perceptível uma constante preocupação com a visibilidade da homossexualidade, mesmo

¹² Os dados da Pesquisa Nacional sobre o ambiente educacional no Brasil (2016) com o tema “as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais” apresentou que 60,2% dos jovens já se sentiram inseguros na escola por conta da sexualidade, sendo 38,04% dos jovens se sentiam vulneráveis ao usar o banheiro e 36,01% evitavam atividades relacionadas a prática de educação física. Disponível em: <<https://educacaointegral.org.br/wp-content/uploads/2018/07/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>> Acesso em 18 out 2024.



no contexto de Santa Maria. O afastamento da vigilância da família e dos vizinhos permite que experimentem a sexualidade de maneira diferente. Viver em um lugar mais populoso, como Santa Maria, oferece mais oportunidades de interação com outros homens gays. No entanto, existem nuances na exposição da masculinidade, especialmente por meio de aplicativos de relacionamento, que, em muitos casos, acabam se tornando uma extensão do “armário” (MISKOLCI, 2009).

Embora os jovens afirmassem que a homossexualidade só poderia ser vivenciada fora de suas cidades de origem, eles também reconheceram a presença de indivíduos homossexuais em seus municípios, e alguns relataram experiências afetivas com outros homens enquanto ainda residiam nesses contextos. Mesmo com a percepção de que Santa Maria possibilita relações com outros homens, os interlocutores demonstraram preocupação com a visibilidade da homossexualidade e a performatividade de gênero, tanto em espaços offline na cidade quanto nos aplicativos.

Masculinidades, homossexualidades e aplicativos de relacionamento

No contexto de investigação sobre aplicativos e as masculinidades agenciadas nos perfis dos usuários, observo que elementos culturais locais se misturam com influências da cultura global, criando novas configurações de masculinidade nos ambientes digitais nos contextos que venho pesquisando. Como já mencionado, para Connell e Messerschmidt (2013), a definição de um ideal hegemônico de masculinidade é complexa, pois as mudanças na estrutura de gênero variam de acordo com o contexto, resultando em diversas formas de masculinidade e feminilidade locais. Embora a hegemonia seja exercida por meio de exemplos de masculinidade, como os ídolos esportivos, que têm autoridade simbólica, a maioria dos homens e meninos não vive de acordo com esses padrões (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 263). Dessa forma, ainda é possível identificar elementos que definem o ideal global de masculinidade, “moldados nas esferas transnacionais da política mundial, mídia e comércio, como evidenciado pelos estudos



sobre masculinidades e globalização” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 267).

Como Richard Miskolci (2016) destaca, o modelo de masculinidade mais desejado entre homens gays é resultado de três principais transformações históricas: (1) a epidemia de HIV/AIDS, que, buscando se afastar do estigma da doença, fez com que homens gays começassem a trabalhar seus corpos na academia, resultando na ideia de corpos “sarados”, ou seja, ausentes de doença; (2) a pornografia homossexual, que inverte estigmas da homossexualidade e os coloca como sujeitos desejantes, o que, por sua vez, acaba por reforçar um modelo estético corporal; e (3) o regime de perseguição e repressão à homossexualidade, que levou muitos homens a mimetizarem a masculinidade heterossexual como mecanismo de proteção em relação à sua sexualidade.

A presença de um determinado ideal estético e de masculinidade perpassa igualmente o aplicativo de relacionamento. A figura do “padrão” é utilizada para expressar normas sociais que orientam o desejo. A busca pelo “padrão Rio de Janeiro”, como afirma Patrick, que impera no aplicativo, representa um ideal de masculinidade globalmente difundido e visível na plataforma, descrito por Patrick como “homens masculinos, bombados e que cheiram a Chanel”. Em conjunto, Lito relata: “Eu acho que tem esse ideal, essa procura por ‘padrões’, né? O musculoso, bronzeado, sarado. E tem muito dessa procura. Eu vejo caras que só têm o abdômen na foto; e então eles geralmente procuram caras iguais a ele” (Lito, 24 anos).

Em contrapartida, Antônio, outro usuário do aplicativo, afirmou que os perfis de Santa Maria “pedem um Tom Cruise e são um Faustão”, ilustrando duas dimensões das buscas no aplicativo: as contradições entre os usuários de Santa Maria, onde as demandas e exigências dos perfis muitas vezes não são atendidas pelos próprios usuários na plataforma; e o modo como modelos de masculinidade influenciam as percepções de usuários em contextos interioranos. As observações em campo e as entrevistas evidenciam que, embora modelos ou ideais de corpo e masculinidade influenciem o imaginário sexual desses homens, não definem, por si só, os tipos de relações estabelecidas.

Como mencionado na introdução, Patrick reconhece que a grande maioria dos usuários não está de acordo com esse padrão, o que exige



uma reflexão sobre como as relações se dão através do aplicativo e os diferentes agenciamentos realizados na tentativa de aproximar-se desse padrão, angariando “capital afetivo” ou “capital sexual” (ILLOUZ, 2011; ILLOUZ; KAPLAN, 2020).

As pesquisas de Eva Illouz (2011) e Eva Illouz e Danna Kaplan (2020) ajudam a pensar a transformação das relações afetivas a partir dos aplicativos de relacionamento e como o capitalismo se introjetou nesse segmento, modificando as relações mediadas pela tecnologia. Illouz (2011) afirma que, na internet, os sujeitos se encontram em um movimento intenso de olhar sobre si mesmos, o que desperta uma constante busca por uma melhoria pessoal, como ela diz: “até o prato gastronômico mais requintado ainda pode ser superado” (ILLOUZ, 2011, p. 53).

Ao buscar compreender o que seria o “prato gastronômico mais requintado”, Illouz (2011) recorre à teoria de Bourdieu para nomear o “capital afetivo”, que faz com que os usuários sejam mais ou menos desejados conforme se aproximam de determinadas características. A teoria dos capitais sustenta que o capital é parte de uma relação de desigualdade material e simbólica, sendo que possuir determinado capital coloca o sujeito em melhores posições na esfera social.

Posteriormente, Eva Illouz e Danna Kaplan (2020) cunham o conceito de “capital sexual”. Para as autoras, os segmentos de aplicativos de relacionamento estão, na maioria das vezes, voltados ao sexo casual. Assim, o “capital sexual” apresenta três eixos principais: (1) aparência (rosto e corpo); (2) estilo sociocultural; e (3) afetividade. O “capital sexual” torna-se definidor da posição do sujeito na estrutura do desejo e pode proporcionar ganhos sociais e econômicos. Quanto aos ganhos econômicos derivados do capital sexual, as autoras citam pessoas que trabalham com o sexo e grandes corporações que lucram com a produção do desejo erótico. Em um nível pessoal, elas destacam que o capital sexual traz autoestima, autoexpressão e autonomia; ao deter o capital sexual dominante, o indivíduo pode obter ganhos sexuais e sociais dentro da configuração da estrutura do desejo.

As expressões “*padrão*” e “*padrão Rio de Janeiro*” surgem para definir o capital sexual dominante no aplicativo estudado. No entanto,



apesar de os interlocutores reconhecerem que esse modelo orienta o desejo dos usuários, ele é pouco representado na localidade em questão. Isso é evidenciado pela fala de Antônio, que diz: "*pedem um Tom Cruise e são um Faustão*", e por Patrick, que afirma: "*90% dos usuários estão fora do padrão*".

A investigação revela que os usuários dos aplicativos, incluindo os interlocutores, negociam com a norma de masculinidade ao tentar incorporar em suas apresentações pessoais os traços desse ideal, a fim de tornar seus perfis mais desejáveis. Além disso, destacam em seus perfis pessoais códigos associados à masculinidade local. Por exemplo, ao analisar o perfil de Félix, as fotografias exibidas no aplicativo evocam um modelo de masculinidade pautado na rusticidade. Suas fotos o mostram usando bombacha, indumentária tradicional gaúcha, andando a cavalo, tomando mate no campo, entre outros elementos que refletem sua trajetória oriunda do meio rural.

Os jovens universitários constantemente buscam se aproximar do capital sexual dominante. Félix e Lito, por exemplo, escolhem se descreverem como "*discretos*" em seus perfis, uma estratégia para afirmar um ideal específico de masculinidade e vivência cotidiana da sexualidade. Lito explica que, embora seja homossexual assumido na maior parte de suas relações sociais, opta pela "*tribo discreto*" por associá-la à sua timidez. No entanto, quando questionado sobre como outros usuários poderiam interpretar seu perfil, ele afirma que exibir o rosto com barba, adotar a tribo discreto e se descrever como ativo no campo sexual desperta o imaginário dos outros, reforçando concepções de masculinidade que circulam nos aplicativos.

Patrick afirmou em nossas conversas que frequentemente vai a academia a fim de se aproximar da categoria "*barbie*" utilizada como tribo no aplicativo para denominar homens musculosos. Ao descrever sobre seu próprio perfil ele afirma:

Patrick: Eu peguei uma foto mais recente, uma qualidade boa, que **mostra um pouco de físico, porque não né, é o cartão de visitas**, mas sem mostrar demais, estava um braço ali aparecendo, mas a camiseta estava cobrindo. Então, sem ser "vulgar".

Pesquisador: E o que você acha que suas fotos falam sobre você?



Patrick: Piranha de classe (risos), eu acho que mostra isso que eu não estou ali desesperado por sexo, **mas que eu me cuido fisicamente e que eu sou amigável, quando mostra o rosto**, ou mostra em um ambiente tão enjaulado, mostra que sou amigável (grifos meus).

Tanto os perfis de Félix, Lito e Patrick agenciam, de maneiras distintas, categorias e códigos escritos ou visuais, com o objetivo de aumentar seu “capital sexual” e torná-los mais desejados pelos demais usuários. No processo de construção de si através do perfil, os usuários incorporam e acionam conscientemente ideais de masculinidade. Ao analisar os perfis de maneira mais ampla, é possível observar a busca recorrente pela associação à masculinidade entendida como heterossexual, além do desejo de se distanciar da feminilidade.

A busca exclusiva pelo “*padrão Rio de Janeiro*” é rara no aplicativo, pois esse ideal envolve uma interseção entre classe, estilo sociocultural e padrões estéticos que não correspondem à realidade de Santa Maria. No entanto, ele é importante para entender como o desejo é organizado nos aplicativos de relacionamento, revelando o capital sexual desejado e permitindo compreender as diferenças na construção do desejo em diferentes contextos sociais.

Ao analisar a produção de masculinidade no contexto dos interlocutores e no aplicativo, percebe-se que existem modelos dominantes que variam conforme o ambiente — digital ou offline. Nas áreas urbanas de seus municípios de origem, o modelo de masculinidade desejável está associado à heterossexualidade, monogamia e reprodução. Já nas zonas rurais, atividades como o cuidado de animais de grande porte, o trabalho com gado e a vida no meio rural são vistas como qualidades que definem o “homem de verdade”.

Em contraste, o aplicativo organiza a masculinidade de forma diferente, valorizando o corpo sarado e a masculinidade que remete à heterossexualidade como modelos de desejo. No entanto, a busca por esse ideal revela a complexidade de conceber um padrão desejado e a possibilidade de alcançá-lo, mostrando que os contextos interioranos têm uma relação distinta com esse modelo, refletindo uma (re)atualização dos ideais de masculinidade conforme a cultura local.



Considerações Finais

As entrevistas e a pesquisa de campo permitiram identificar como os modelos de masculinidade são construídos e influenciados por uma combinação de ideais hegemônicos globais e tradições locais, especialmente através das mídias digitais. Observou-se que os modelos de masculinidade regionais e locais interagem e se sobrepõem, resultando em configurações variadas dessa masculinidade.

Nos contextos individuais dos interlocutores, emergiram distintos enunciados de gênero. Para os moradores da zona rural, a masculinidade é frequentemente associada a características do meio rural, como ser “*bagual*”. As práticas tradicionais, como as “*carneações*”, exemplificam tarefas que reforçam uma masculinidade rural, similar ao que Leal (2019) descreve sobre o galpão, funcionando como espaços de ensino e reprodução dos valores masculinos do campo.

Além das influências rurais, outras instituições sociais, como a escola e a vizinhança, desempenham papéis cruciais na vigilância de gênero e sexualidade. Comportamentos que não se conformam às normas tradicionais de masculinidade são punidos com violência simbólica, como insultos e estigmatização, evidenciando a pressão para manter uma performatividade de gênero específica.

No ambiente dos aplicativos de relacionamento, surge um novo ideal de masculinidade, que se relaciona com o ideal hegemônico global. O corpo musculoso e a virilidade, assim como a tentativa de “passar por hétero”, orientam as interações e desejos dos usuários. A figura do “*padrão*” descreve um modelo estético característico de masculinidade, classe e corpo, mas é insuficiente para descrever a masculinidade dominante e a estrutura das relações entre os homossexuais no aplicativo.

Em conclusão, a análise das dinâmicas de masculinidade e capital sexual nos aplicativos de relacionamento revela a complexidade das identidades sexuais e de gênero em contextos distintos. Embora o “*padrão Rio de Janeiro*” se apresente como um ideal dominante, ele é pouco representado em locais como Santa Maria, onde as especificidades culturais e sociais moldam diferentes concepções de masculinidade. A busca por esse padrão, que envolve negociações de aparência e



comportamentos, reflete como o desejo é organizado e alterado pelos contextos sociais, sejam urbanos ou rurais. Além disso, a relação entre as normas de masculinidade e as interações digitais mostra que, ao negociarem sua visibilidade e identidade, os indivíduos não apenas tentam atender a um modelo de desejo, mas também reconfiguram as expectativas culturais e locais. Isso evidencia que, no contexto dos aplicativos, as construções de masculinidade estão em constante (re)atualização, sendo influenciadas pelas dinâmicas de cada cultura e pela interação com as novas formas de expressão sexual e afetiva.

Referências Bibliográficas

- ARAÚJO, Bruna Silva; RIBEIRO, Fernanda Maria Vieira. Cidades pequenas, personalidade e família na perspectiva do armário gay. **Revista Homem, Espaço e Tempo**, v. 15, n. 1, p. 83-96, jan./jul. 2020. ISSN 1982-3800.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CONNELL, Raewyn, W. **Masculinidades**. Universidade Nacional Autônoma do México: Cidade do México, 2003.
- CONNELL, Raewyn, W. Política da Masculinidade. **Educação e realidade**: 20(2):185-206 jul./dez. 1995.
- CONNELL, Raewyn. W.; MESSERSCHMIDT, James. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424-443, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100018>.
- CONNELL, Raewyn. W.; PEARSE, Rebecca. **Gênero: uma perspectiva global**. Tradução de M. Moschkovich. São Paulo: Nversos, 2015.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. São Paulo, Graal, 2010.



FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HINE, Christine. **Ethnography for the Internet**: embedded, embodied and everyday. London: Bloomsbury, 2015.

HINE, Christine. Estratégias para etnografia da internet em estudos de mídia. In: CAMPANELLA, Bruno; BARROS, Camila (Eds.). **Etnografia e consumo midiático**: novas tendências e desafios metodológicos. Rio de Janeiro: E-papers, 2016. p. 15–34.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ILLOUZ, Eva; KAPLAN, Danna. **El capital sexual en la modernidad tardía**. traducción Vicente Merlo Lillo. Barcelona: Herder editora, 2020.

KIMMEL, Michael S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. Porto Alegre: **Horizontes Antropológicos**, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998.

LEAL, Ondina F. Os gaúchos: cultura e identidade masculina no Pampa. **Tessituras**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 33–46, 2019. DOI: <https://doi.org/10.30800/tessituras>.

LOPES, Moisés Alessandro de Souza. Algumas observações sobre as homossexualidades em "contextos interioranos": lançando questões de "fora dos centros". Amazônica: **Revista de Antropologia**, v. 8, n. 1, p. 24-37, 2016.

LOURO, Guacira L. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MISKOLCI, Richard. **Desejos digitais**: uma análise sociológica da busca por parceiros on-line. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

MISKOLCI, Richard. **O Armário Ampliado** – Notas sobre sociabilidade homoerótica na era da internet. Niterói, v. 9, n. 2, p. 171-190, 1. sem. 2009.

PASSAMANI, G. R. “Na Batida da Concha”: um Olhar Antropológico sobre Homossexualidade Masculina no Interior do Rio Grande do Sul. **Revista Sociais e Humanas**, [S. l.], v. 19, n. 2, p. 121–134, 2010. Disponível em:

<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/1388>. Acesso em: 01 fev. 2025.

PIECHA, R. “**O serviço que não aparece**”: A divisão sexual do trabalho e as formas de agenciamento de mulheres camponesas em Jaguari - RS. Santa Maria: Dissertação de mestrado, 2020. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, 2020.

PRADO, Rosane M. Cidade pequena: paraíso e inferno da personalidade. **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 4, p. 31-56, 1998.



ROSE, Nicolas. Administrando indivíduos empreendedores. In: ROSE, Nicolas. **Inventando nossos selfs:** Psicologia, poder e subjetividade. Petrópolis: Vozes, 2011.

SEDGWICK, Eve K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 19–54, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2007000100002>.

SOUZA, Lucas Henrique de. **Homossexualidades e cidades pequenas:** a experiência de homens gays em cidades pequenas. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 44., 2021, Campinas. Anais Eletrônicos: Anpocs, 2021. Disponível em: <https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhemFtcyI7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSVZPIjtzOjQ6IjQ2OTliO3oiO3M6MToiaCI7czozMjoiNjlmM2IxY2JkMGUzYTlhNjFiMmVlNDk3MzIwYmU1YjliO3o%3D> Acesso em 01 fev 2025.

WANDERLEY, Maria N. B. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociais e Agrários**, v. 17, n. 1, p. 60–85, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2009000100004>.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 281–297, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200005>.



“It has to be bagual, it has to grab an ox by the neck”: masculinities in the countryside and the device of the closet in Santa Maria - RS

THIS WORK PRESENTS THE RESULTS OF A MASTER'S DEGREE RESEARCH THAT USED DIGITAL ETHNOGRAPHY TO INVESTIGATE THE GRINDR APPLICATION, A GEOLOCATION PLATFORM FOCUSED ON SEXUAL ENCOUNTERS BETWEEN MEN. THE RESEARCH FOCUSED ON THE EXPERIENCE OF FOUR YOUNG UNIVERSITY STUDENTS, AGED BETWEEN 24 AND 27, LIVING IN SANTA MARIA AND COMING FROM SMALLER CITIES OR RURAL AREAS OF RIO GRANDE DO SUL. THE INVESTIGATION SHOWED HOW THESE YOUNG PEOPLE LEARNED ABOUT MASCULINITY IN THEIR FAMILY CONTEXTS, SCHOOL AND SOCIAL IN THEIR CITIES OF ORIGIN, AND ALSO, HOW SUCH EXPERIENCES IMPACT THEIR USES IN RELATIONSHIP APPS. THE RESEARCH EXPOSED SIMILARITIES AND DIFFERENCES IN THE TRAJECTORIES OF THE INTERLOCUTORS, HIGHLIGHTING THE INFLUENCE OF THEIR ORIGINS IN THE "COUNTRYSIDE" ON THEIR UNDERSTANDINGS OF GENDER AND SEXUALITY, WHERE ELEMENTS OF RURAL CULTURE ARE CENTRAL IN THE CONSTRUCTION OF THE CONCEPT OF MASCULINITY IN THE INTERIOR OF RIO GRANDE DO SUL. THE TERM "BAGUAL", WHICH DESCRIBES A RISKY AND BRAVE MAN, EXEMPLIFIES AN IDEAL OF MASCULINITY LINKED TO RURAL WORK AND LIVESTOCK FARMING, PREDOMINANT AMONG PARTICIPANTS FROM RURAL AREAS. THE RESEARCH ALSO ANALYZED HOW THESE YOUNG PEOPLE NAVIGATE BETWEEN DIFFERENT CONTEXTS — THEIR CITY OF ORIGIN, THEIR UNIVERSITY TOWN AND THE GRINDR PLATFORM — AND HOW THEY STRATEGICALLY USED MASCULINITY CODES ON THE APP TO FORM AND MANAGE THEIR SEXUAL AND GENDER IDENTITIES.

KEYWORDS: Masculinities. Homossexualities. Countryside. Dating apps.

Daniel da SILVA STACK

Pesquisador na área de gênero e sexualidade, compõe o Núcleo de Identidade de Gênero e Subjetividades (NIGS) e o Núcleo de Estudos sobre Emoções e Realidades Digitais (NEERD). Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (PPGAS/UFSC) onde investiga o modo como geração e envelhecimento impactam as experiências afetivas e usos de aplicativos de relacionamento para homens gays nascidos até 1980 no interior de Santa Catarina. Tem experiência na área de antropologia e sociologia digital, atuando principalmente nos seguintes temas: gênero e



“Tem que ser bagual, tem que pegar boi pelo pescoço”:
Masculinidades interioranas e o dispositivo do armário em Santa Maria -
RS

283

*sexualidade, masculinidades, homossexualidades, mídias digitais,
interior e aplicativos de relacionamento.*

Recebido em: 18/10/2024

Aprovado em: 26/12/2024



SEÇÃO TEMÁTICA

Trabalho sexual e gestão de riscos: a história de um garoto de programa

Lorenço Rodrigues, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS)*

Maria Beatriz Rodrigues, *Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS)*.

Resumo. A presente pesquisa, de enfoque qualitativo e exploratório, busca compreender como se desenvolve a gestão de riscos na prostituição masculina, por meio de entrevistas com um garoto de programa de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Foram realizados dois longos contatos com o sujeito, quando foi possível obter dados relevantes sobre a sua trajetória de vida, sua organização de trabalho e suas práticas de gestão de riscos. A oportunidade de observar *in loco* o seu local de trabalho foi um adicional na realização da pesquisa. Como ocupação, o sexo é moralmente condenado pela sociedade e, dessa forma, neste trabalho, recorre-se ao conceito de trabalho sujo, para compreender algumas razões que levam à marginalização social do trabalho sexual. A partir do relato do garoto de programa, percebeu-se que os perfis criados pelos trabalhadores sexuais obedecem aos desejos dos clientes, geralmente oferecendo corpos viris e musculosos. Masculinidade e virilidade são componentes essenciais para obter sucesso na carreira de garoto de programa. A gestão dos riscos profissionais envolve um conjunto de procedimentos e assunção de estimulantes e medicamentos, que confirmam as características do conceito de trabalho sujo. Cumprir essas prerrogativas define o desempenho do profissional, o reconhecimento e a valorização no mercado sexual.

PALAVRAS-CHAVE: Prostituição Masculina. Trabalho Sujo. Gestão de Risco.



1. INTRODUÇÃO

A vida em sociedade é marcada por regras e estas se apoiam em escolhas, a partir de dualidades, de disputas entre conceitos contrários, como o bem e o mal, o são e o doente, a liberdade e a prisão, o dominador e o dominado, dentre uma infinidade de outras. Regular, ou seja, aplicar ou seguir regras, significa posicionar-se em uma dessas extremidades, onde a certeza do lugar assumido, cria uma distância segura do outro extremo. Souza (2018), ao tratar da tensão originária da filosofia, ressalta a diferença, ou a não unidade, como articuladora da estrutura do pensamento ocidental. Como dito, as dualidades são infinitas e o pensamento humano se posiciona, ontológica e epistemologicamente, para fazer frente e explicar esses “desvãos na estrutura do real” (p. 17), com urgência de conhecer e classificar a realidade enfrentada. E assim fazendo, nunca está livre de posições político-ideológicas.

A intenção destas reflexões não é pretensiosa a ponto de querer esclarecer conceitos que estão há séculos em processo de disputa e identificação, mas colocar em confronto os que são utilizados neste artigo e assumir posições. As dualidades enfrentadas nesta discussão são prostituição versus vida familiar tradicional, e trabalho socialmente valorizado versus trabalho marginalizado, ou sujo. Pode-se refletir, como fez Douglas (2010), sobre as origens e impressões do que veio a ser considerado sujo/poluído na antropologia de sua época, sendo que nasciam de sistematizações e juízos de grupos sociais sobre outros, de culturas sobre outras, como no caso do olhar ocidental frente aos povos originais de terras conquistadas. Em suas palavras, “a impureza é essencialmente desordem. A impureza absoluta só existe aos olhos do observador. [...] A impureza é uma ofensa contra a ordem” (p. 6-7). A sensação de desordem pode decorrer do desconhecimento, do preconceito, do olhar de estranhamento e de surpresa. Sejam quais forem as dualidades, ou pensamentos e posições opostos, a ideia aqui não é sintetizá-los, ou encontrar semelhanças, apesar de ser esse o fundamento do pensamento ocidental, como acima colocado, mas, principalmente entender como convivem e se interseccionam esses opostos, nas relações sociais.

Portanto, o trabalho sujo aqui discutido não é derivado de juízo de valor, mas do conceito cunhado inicialmente por Hughes (1958), que o entendia como sendo o conjunto de atividades de menor prestígio social, invisibilizadas, estigmatizadas, apesar de suas relevâncias na vida social



(Bendassolli e Falcão, 2013). Hughes partiu do estudo do envolvimento de agentes nazistas no extermínio de judeus, em campos de concentração. Da fricção entre opiniões da sociedade sobre essas práticas, e sobre os que a exerciam, nasceu o conceito de trabalho sujo. A definição de trabalho sujo foi modificada a partir do estudo de novas formas de organização do trabalho ao longo dos tempos, mesmo sendo ainda é um conceito pouco estudado, e marcado pela divisão moral do trabalho (Batista e Codo, 2018).

À medida em que as ciências adotaram posições mais críticas, afastando-se de visões puritanas ou positivistas, esses temas ganharam espaço na pesquisa e na produção de conhecimento, ao invés de serem relegados à invisibilidade e à indiferença. O trabalho, por exemplo, hoje é concebido como estruturante da vida humana e não somente como uma atividade produtiva e de viabilidade econômica (Bendassolli e Falcão, 2013). Dessa forma, exercer um trabalho considerado sujo, marginalizado, causa diversos impactos nos indivíduos e grupos que o executam.

A prostituição, por sua vez, neste estudo é pensada como ocupação presente, mas invisível aos olhos da sociedade, ainda que milhões de indivíduos trabalhem com sexo e muitos outros o consumam ao redor do mundo. Um garoto de programa foi estudado, sendo parte de uma atividade profissional que difere grandemente em práticas, cuidados, prevenção, informação, entre muitas outras características. Dessa forma, os dados coletados não são generalizados, como representativos dos garotos de programa.

Busca-se realizar uma pesquisa útil, oportuna e relevante à academia e à comunidade (Alvesson e Sandberg, 2013), dessa forma, sendo a prostituição uma ocupação negligenciada pelo Estado e pela sociedade, apresentar a realidade do mercado do sexo, desacomoda tabus e, assim fazendo, lança luz sobre o tema e contribui para a formulação de políticas que deem mais atenção aos trabalhadores sexuais. Busca-se também compreender as masculinidades e o sentido dos corpos na prostituição masculina e, do mesmo modo, de que maneira as relações sociais concebem ou designam a prostituição, como trabalho sujo.

Corpos são meios para os relacionamentos sociais, são imagem e essência frente aos outros e a nós mesmos. Corpos são amados, odiados, cuidados, feridos, destruídos e, na dita profissão mais antiga do mundo, são usados para satisfazer as mais secretas fantasias sexuais. Para que o



aluguel¹ do sexo se estabeleça comercialmente são necessários cuidados com o corpo, que conseguem manter os clientes interessados, cativos e, por que não, até amigos e provedores. Algumas das questões de foco que emergem dessas primeiras considerações, e que fundamentam o artigo, são o corpo como comércio, a gestão dos riscos deste corpo em uma atividade como a prostituição, e o significado de trabalho sujo e suas consequentes discriminações sociais.

A prostituição é uma ocupação presente em registros oficiais e bíblicos há séculos. Estima-se que cerca de 40 milhões de pessoas no mundo a exerçam, sendo as mulheres 75% deste contingente, a maioria entre 13 e 25 anos. É estimado que 75 mil brasileiros e brasileiras trabalhem no exterior com prostituição, a maioria de forma clandestina (Meihy, 2015). Por razões que não discutiremos aqui, certamente fundadas no machismo patriarcal, parece ser mais fácil conceber a prostituição como atividade feminina, incluindo travestis e mulheres transexuais, do que masculina. O tabu aumenta quando se sabe que trabalhadores sexuais masculinos, performantes de virilidade e masculinidade, atendem homens considerados socialmente heterossexuais e “pais de família”. A condenação não vai diretamente a esses, mas à sociedade que os confina nessa performance. Mesmo considerando esse contexto, a prostituição masculina é praticada no Brasil há alguns séculos (Trevisan, 2018; Green, 2019), e ainda são poucos, desde muito tempo, os estudos que abordam sua prática por homens (Perlongher, 1987; Santos, 2021).

A prostituição masculina envolve uma acurada organização do trabalho, pois é densa na administração de rituais próprios do ofício – como a manipulação de anabolizantes, estimulantes sexuais, psicotrópicos, controle de infecções sexualmente transmissíveis, entre outras substâncias e práticas, que exigem a gestão de risco. Cumprir essas prerrogativas define o desempenho do profissional, a segurança, o reconhecimento e a valorização no mercado sexual. O garoto de programa² desta pesquisa, que trabalha exclusivamente com homens, é um exemplo de como as exigências de corpo e de comportamentos são cruciais para a aprovação do profissional pelos clientes.

¹ Neste estudo, utiliza-se o termo aluguel do sexo, tendo em vista que a “venda” denota submissão e despersonalização do trabalhador sexual, enquanto que aluguel mantém a propriedade e integridade pessoal deste, conforme Soares, *et al.* (2015).

² Nesta pesquisa, expressões como *boys*, profissionais do sexo e trabalhadores sexuais, mistura entre os termos socialmente corretos e os próprios do ambiente desses profissionais, serão utilizadas para se referir aos garotos de programa.



Além desta introdução, o presente estudo está dividido em uma seção de discussão teórica, onde são analisados conceitos como corpolatria, masculinidade e virilidade na prostituição, derivando para os conceitos de trabalho sujo e gestão de riscos. Apresentamos os procedimentos metodológicos, seguidos da análise e discussão das entrevistas com o garoto de programa, o qual denominamos Narciso.

1. A PROSTITUIÇÃO MASCULINA: CORPOS, MASCULINIDADE E VIRILIDADE

O perfil de garoto de programa, ou o corpo mais desejado pelos clientes, é o que expressa masculinidade e virilidade. Segundo Santos (2021), profissionais com músculos salientes, chamados de “sarados”, sem pelos e com o pênis grande são valorizados e escolhidos pelo maior número de clientes. Não existe distinção entre homens brancos ou negros pelo público consumidor, mesmo sendo já clássico no imaginário popular, a ideia de que o homem negro tenha o órgão genital mais avantajado (Perlongher, 1987).

O conceito de corpolatria é aplicado ao culto do corpo, da beleza e da perfeição. O corpo é um objeto simbólico, a partir do qual são transmitidas inúmeras mensagens, relacionadas à saúde, ao prestígio, à força, à segurança e ao poder (Goldenberg, 2015). É a principal ferramenta de trabalho dos profissionais sexuais, que transformam suas vidas em uma busca contínua, por um corpo desejado e consumível (Le Breton, 2006; 2013). A maior parte dos clientes dos garotos de programa estão à procura de corpos perfeitos e definidos, músculos avantajados, sem sinal de defeitos ou deficiências físicas (Santos, 2021). Além disso, é exigido que os profissionais performem a masculinidade hegemônica, ou seja, marcada pela virilidade.

Da mesma forma que se discute hegemonia na sociedade, para as diferentes submissões de classes e grupos a outras classes e grupos, o conceito aplica-se a gênero e sexualidade (Baydoun, 2020; Gramsci, 1971). A masculinidade hegemônica dita o modo como homens devem se comportar em sociedade, é o conjunto de traços e características que delimitam o que e quem pertence ao espaço masculino e ao espaço feminino. A masculinidade hegemônica define e compreende o ser homem e permite perpetuar a superioridade masculina na sociedade ocidental (Eccel; Saraiva e Carrieri, 2015). As masculinidades



hegemônicas são construções sociais que variam ao longo do tempo, da cultura e da sociedade (Connel e Messerschidt, 2013).

A virilidade geralmente está relacionada ao homem jovem, com boas condições de saúde, sexualmente ativo, que não expressa ou controla os sentimentos e apresenta comportamentos mais agressivos, que remetem à bravura e à coragem (Machado, 1998). O homem viril deve se afastar de qualquer traço feminino, para que a sua reputação não seja posta sob suspeita, pelos demais membros da sociedade (Cerqueira, 2012). A cultura machista e patriarcal determina esses pré-requisitos, para não comprometer a masculinidade e a virilidade, assim como, para garantir o crédito social (Nonato, 2020). Nas sociedades ocidentais, o feminino é considerado inferior e sinônimo de fragilidade (Moura; Nascimento e Barros, 2020).

2.1 Trabalho Sujo

O trabalho tem centralidade na vida social e psíquica das pessoas. Para Gernet e Dejours (2011, p. 63), é “um conjunto complexo de relações entabuladas entre o sujeito e aqueles com e para quem ele trabalha, a fim de coordenar as inteligências singulares”. O trabalho é também fonte de prazer e sofrimento, dependendo de sua organização e da capacidade de equilibrar necessidades físicas e psicológicas. Contudo, em determinadas situações o sofrimento prevalece, gerando adoecimento físico e/ou mental, podendo levar inclusive ao suicídio (Dejours, 1996).

Se transpormos essas características ao conceito de trabalho sujo, associamos características como degradação e repugnância (Hughes, 1958), próprias de ocupações entendidas como desagradáveis, mesmo sendo essenciais (Adams, 2012). O termo “trabalho sujo” é carregado de conotação negativa e vem utilizado em ocupações como: coveiros, trabalhadores da limpeza urbana e hospitalar, advogados criminalistas, médicos legistas, agentes penitenciários, policiais militares e profissionais do sexo (Bendassoli e Falcão, 2013; Cerqueira; Misoczky, 2021; Monteiro *et al.*, 2017; Pereira *et al.*, 2020). Os profissionais que desempenham atividades sujas são julgados, estigmatizados e excluídos (Lhuillier, 2009). Para Douglas (2010), o trabalhador impuro ou intolerável é aquele que exerce uma atividade profissional considerada fora de padrões dominantes de higiene na sociedade, poluído, sem crédito ou desqualificada pelo coletivo.



O trabalho sujo é fonte de problemas de saúde física e mental, pois o desgaste e o risco de alguns ofícios podem causar acidentes e tensão no trabalhador, além das óbvias consequências como cheiro, o contato com materiais tóxicos ou em decomposição, com pessoas e situações perigosas, violentas, etc. A pressão psicológica com que tais trabalhadores convivem, a exclusão, o sofrimento físico e emocional são produtores de adoecimento nos indivíduos (Bendassoli e Falcão, 2013). Em suma, uma atividade é considerada suja em decorrência do grupo social que a desempenha, por ser moralmente desqualificada pelo coletivo, por ter sua conduta questionada ou entendida como pecaminosa (Pereira; Paiva e Irigaray, 2021), como a prostituição e a ideia que carrega, de sexo sendo oferecido e comercializado.

1.2 A Gestão de Riscos

A gestão de riscos é uma estrutura montada para controlar eventuais adversidades, que possam prejudicar a organização do trabalho, ou o “processo por meio do qual as diversas exposições ao risco são identificadas, mensuradas e controladas” (Brito, 2003, p. 15). Diz respeito a procedimentos que procuram evitar danos e assegurar o desenvolvimento das atividades em uma organização (Coetzee e Lubbe, 2011), assim como é a capacidade de tomar decisões assertivas, que visem melhorar os resultados e minimizar as incertezas (Hill e Dinsdale, 2003).

A gestão de risco, portanto, é um conjunto de práticas aplicáveis a indivíduos, às organizações, à sociedade, ao meio ambiente, tais como políticas de saúde pública, de proteção ambiental, de cuidado e atenção à vida, e são em grande parte de responsabilidade do Estado (Spink, 2014). Tais políticas buscam mapear, identificar, analisar, avaliar e priorizar os grupos considerados de risco, além de monitorá-los com o propósito de deter eventuais danos ao sujeito, ao coletivo ou às organizações. Os indivíduos também criam as suas próprias formas de contingenciamento de possíveis danos que possam sofrer em suas atividades, desenvolvendo modelos peculiares de gestão de risco (De Luiz e Spink, 2013; Barreto, 2017a).

A superação de desafios pelos sujeitos submetidos a trabalhos sujos está relacionada à gestão de riscos, ao desenvolvimento de táticas que possibilitem o aperfeiçoamento de habilidades de proteção e ao acesso a informações que auxiliem nesse enfrentamento (Saraiva, 2013). Para Moreira *et al.*, (2018), a classe social, a idade, o gênero e a etnia são



determinantes para compreender o modo como os indivíduos lidam com o risco e como exercitam a proteção, principalmente pelo acesso às informações de que dispõem e necessitam. Sexualmente, a maneira de gerenciar os riscos varia muito, a depender das pessoas, da forma como tratam a prevenção e a exposição a infecções, do meio em que vivem, e das informações que acessam (Leite; Murray e Lenz, 2015).

No que tange à prostituição masculina, a gestão de riscos se faz necessária na organização do ofício, não somente nos tipos de práticas sexuais (De Luiz, 2011), como também no uso de psicotrópicos, anabolizantes e medicamentos, por iniciativa própria ou por solicitação dos clientes, por vezes, sem prescrição e acompanhamento de profissionais habilitados (Santos, 2021).

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa qualitativa e exploratória pretendia seguir o método de histórias de vida, porém, a aproximação ao campo demonstrou que o tempo desses profissionais tem um custo, já que exercem a prostituição como forma de trabalho e manutenção econômica. Dessa forma, mudou-se a estratégia de aproximação e, com algum esforço, foram possíveis duas entrevistas com Narciso, um garoto de programa de Porto Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul. Os objetivos do que pretendia ser uma história de vida balizaram a coleta de dados por meio de entrevistas abertas e observação *in loco* da realidade deste profissional, entendendo que dois encontros não poderiam ser classificados como tal.

Na entrevista aberta não há roteiro, a liberdade de condução consente que o/a pesquisador/a investigue de modo acurado determinados assuntos. A técnica permite, através de uma conversa informal, que seja discutido o objeto específico do estudo (Gil, 2022; Lakatos, 2021). Desse modo, foi realizada a escuta livre do sujeito, visando a realização de um estudo sobre gênero e sexualidade, que permitisse o compartilhamento de experiências por uma pessoa socialmente invisibilizada (Corrêa, 2012).

A abordagem qualitativa permite examinar cuidadosamente os comportamentos humanos e os significados que os indivíduos atribuem à realidade. O trabalho do pesquisador é o de investigar o contexto ao qual os sujeitos pertencem, analisando os significados que estes imputam às suas ações, como também narrar e fazer ecoar as suas relações e atitudes (Baptista, 1999). Histórias, crenças, relações, opiniões



e percepções puderam ser relatadas e interpretadas pelo sujeito participante, e o compartilhamento possibilitou espaço aos sentimentos e sensações emergentes nas entrevistas.

A intenção era compreender as subjetividades do indivíduo pesquisado e, ao mesmo tempo, refletir sobre o contexto sócio-histórico em que está inserido (Colomby *et al.*, 2016; Granato; Lopes e Costa, 2020). A identidade e o autoconhecimento estão na base da construção do sujeito sócio-histórico, ou seja, o entrelaçamento entre identidade, família e classe social (Gaulejac, 2016). A investigação social cruza trajetórias e impactos sofridos durante a vida (Mageste e Lopes, 2007). Para o pesquisador, é uma oportunidade singular ouvir o indivíduo pesquisado, e para o indivíduo é um momento para ser ouvido, permitindo-se também refletir sobre o vivido. Métodos de narração e escuta, como colocado por Glat (1989, p. 30) “tem como consequência tirar o pesquisador de seu pedestal de ‘dono do saber’ e ouvir o que o sujeito tem a dizer sobre ele mesmo: o que ele acredita que seja importante sobre sua vida”. Barros e Lopes (2014), complementam essa ideia afirmando a importância de entender na pesquisa, como histórias individuais e coletivas se articulam.

Na pesquisa com Narciso, a abordagem escolhida, entrevistas abertas, com pouca intervenção dos pesquisadores, permitiu a ele o controle do andamento da coleta de dados, narrar os fatos que marcaram a sua trajetória de vida, analisar a relevância destes no passado e entender a interferência no presente (Godoy, 2018; Santos e Glat, 1999). Dessa forma, a abordagem buscou ser política e emancipatória, dando visibilidade ao que se declarou, narrou e suas interpretações sobre fatos e eventos. Embora seja particular a cada sujeito, a trajetória de vida, quando compartilhada com outros indivíduos, pode provocar identificação, empatia, despertar interesses, etc.

Para encontrar o sujeito desta pesquisa, foi necessário entrar no *site* de buscas *Google*, inserindo no campo de pesquisa “garoto de programa Porto Alegre”, que listou uma série de possibilidades. Como forma de seleção, decidiu-se acessar as primeiras sugestões. Fez-se contato com os três primeiros garotos de programa sugeridos pela busca: o primeiro recusou-se a participar da pesquisa, o segundo informou que participaria mediante o pagamento do valor de um programa. Por fim, o terceiro garoto de programa contatado aceitou colaborar com o estudo, contando sua trajetória profissional e de vida. Foram realizados encontros no local onde o profissional realiza os atendimentos, entre os meses de maio e junho de 2021. O indivíduo desta pesquisa está sendo



identificado como Narciso, personagem da mitologia grega, conhecido por sua beleza, vaidade e orgulho.

3. NARCISO E O SEU ESPELHO

Narciso é um profissional do sexo, com aproximadamente 40 anos de idade, atuante há 20 anos em Porto Alegre, que afirma ter sido o primeiro “cafetão”³ de homens da cidade e até hoje atende programas de forma individual. Durante sua infância, diz ter sido uma criança “comum”, sem traumas e abusos. Porém, considera que já tinha “a sexualidade a florada”, pois desde muito cedo soube o que era sexo e manifestava curiosidade e interesse pelos vizinhos, amigos e outras pessoas que frequentavam a sua casa. Declara-se bissexual, pois se relaciona sexualmente com pessoas dos gêneros masculino e feminino (Reis, 2018), sendo que os programas são exclusivamente com homens.

O garoto de programa revela uma boa relação com a família, formada por mãe, pai, irmãos e um filho, fruto de um relacionamento com uma amiga. Sua família conhece a atividade que exerce, o respeita e apoia. Narciso começou a fazer programas após uma decepção amorosa, quando ficou fragilizado e descrente da possibilidade de um novo relacionamento estável. A pesquisa de Santos (2021) com garotos de programa de luxo na cidade de São Paulo confirma que o fim de relacionamentos e a possibilidade de ganhos imediatos são gatilhos para o ingresso na prostituição.

Narciso sempre trabalhou em atividades relacionadas ao corpo, demonstrando seu culto à beleza, e o uso simbólico e profissional do corpo, conhecido como corpolatria (Goldenberg, 2015). Além de garoto de programa e proprietário de agência de programas, foi *personal trainer*, massagista e ator de comerciais. Mesmo quando desempenhava estas outras atividades, os programas sempre fizeram parte de sua rotina profissional. A busca pelo corpo desejado e admirado faz parte do trabalho sexual, garantindo vida mais longa no mercado aos profissionais que o mantêm (Le Breton, 2006; 2013).

Durante alguns anos, Narciso foi dono de uma agência que organizava os programas de diversos profissionais, homens e mulheres. Ao longo do tempo, a agência foi se consagrando no mercado do sexo de Porto Alegre e se tornando referência de boa qualidade e atendimento, segundo o entrevistado. Afirma prezar pela boa qualidade de

³ O proxeneta, ou vulgarmente conhecido como “cafetão”, é a pessoa que administra a clientela para garotas(os) de programa, recebendo parte dos rendimentos, pelo agenciamento.



atendimento e que sempre se destacou por isso. Em ocasiões, quando os clientes não aprovavam o serviço prestado por seus agenciados e demonstravam insatisfação com o atendimento, Narciso enviava outro profissional ao cliente, ou ele mesmo realizava o programa. Nessas ocasiões, não cobrava pelo atendimento, de forma a garantir a manutenção do cliente.

Narciso sempre aconselhou os profissionais que agenciava a estudarem, pois a prostituição não garante uma fonte de renda segura, futuro ou aposentadoria. A maior parte deles seguia na área da estética e, em algumas ocasiões, ele buscava cursos e bolsas de estudo em escolas, para que os profissionais pudessem terminar o ensino básico. O garoto de programa percebe que boa parte dos trabalhadores sexuais permanecem na profissão por até três anos, o que é confirmado por um estudo com profissionais do sexo em São Paulo (Santos, 2021). Os profissionais pensam em outras fontes de renda e formação, para que possam deixar o ofício em situações de mudança de seus corpos e eventuais problemas de saúde.

Narciso assume ter agido com violência com seus agenciados, na cobrança por educação, nas exigências de trabalho e na repressão a comportamentos indesejados. Isso geralmente ocorria quando um dos garotos de programa não se comportava de maneira adequada com um cliente, ou falhava na organização do trabalho. As práticas violentas são recriminadas, mas necessárias, segundo o entrevistado, para garantir a autoridade entre os profissionais da agência. A violência está presente na prostituição masculina (Perlongher, 1987), e este fenômeno pode ser um dos motivos que fazem do ofício um trabalho sujo (Cerqueira e Misoczky, 2021; Pereira; Paiva e Irigaray, 2021).

A sua agência encerrou as atividades após a criação de um *site*, por um de seus ex-funcionários, com agenciamento de forma mais vantajosa para os profissionais, todavia, com qualidade inferior, conforme Narciso. Atualmente, ele cobra R\$500,00 por programa, podendo ser considerado um garoto de programa de luxo (Santos, 2021). Ele conta que, no período em que foi proprietário da agência, chegou a lucrar R\$30.000,00 por mês. Hoje, diz que, mesmo lucrando próximo de R\$10.000,00 mensais, possui muitos gastos com aluguel, anabolizantes, psicotrópicos, tratamentos estéticos, gel lubrificante, academia e limpeza do apartamento. Considera-se um empreendedor, que diferencia o seu negócio, mantendo cuidados que garantem um serviço de qualidade e de referência. Mostrou um livro onde mantém anotações sobre o perfil de cada cliente, para orientar-se como deve proceder nos atendimentos: o



cliente X não gosta de beijo na boca, o cliente Y prefere sexo oral de determinada maneira, o cliente Z não gosta de cheiro de cigarro.

Narciso relatou bons e longos relacionamentos com antigos clientes, os quais enviam dinheiro para ajudá-lo com as despesas do dia a dia. Por este auxílio, não é esperado sexo como retorno. Segundo ele, é comum que antigos clientes o ajudem financeiramente, isto se dá em razão da boa prestação de serviço que realizou no passado e pelos laços afetivos que os programas criaram. Santos (2021) confirma que é comum no trabalho sexual que clientes e ex-clientes deem dinheiro ou presentes aos *boys*, sem esperar algo em troca, reforçando o laço afetivo, construído entre profissionais e clientes.

A maioria dos clientes de Narciso é de homens cisgêneros – indivíduos que se identificam com o sexo/gênero dado ao nascer (Vergueiro, 2015) – declaradamente heterossexuais e muitos casados com mulheres. Entre esses, há atores e diretores de televisão, médicos e empresários conhecidos na sociedade local, além de membros de facções criminosas da região. Quanto aos produtos que oferece aos clientes, Narciso referiu quatro, que divulga em *sites*, para atender diferentes perfis de clientes e diversificar a clientela: (1) “Narciso”, sendo o garoto de programa ativo no sexo anal; (2) “marimba”, em referência aos seus músculos hipertrofiados; (3) “passivo submisso”, o qual é somente receptor no sexo anal; e (4) *cross-dressing*, prática em que ele e/ou o cliente fazem uso de vestimentas e adereços do universo feminino como saias, vestidos, salto alto, maquiagem, entre outros.

Santos (2021) também identificou *boys* que utilizam a mesma estratégia de diversificação, para atingir o maior número de clientes, oferecendo produtos pensados para atender ambientes distintos. Narciso evita que sua masculinidade e virilidade sejam postas sob suspeita, principalmente pela disponibilização do produto “passivo submisso”, e por isso o divulga em *sites* específicos, que atendem determinado tipo de público. Na busca pela virilidade, um profissional que pratica o sexo anal como receptor tende a ser desvalorizado entre os clientes (Santos, 2021).

4.1 Gestão de Riscos: Drogas e IST

As drogas, legais ou não, fazem parte do dia a dia de Narciso, o qual mencionou que há vinte anos faz uso diário de estimulante sexual, Viagra (citrato de sildenafila), além de substâncias psicotrópicas, como cocaína, MDMA (metilenodioximetanfetamina, ecstasy), key (cetamina) e GHB (ácido gama-hidroxitirato). Além disso, faz uso de



anabolizantes, para hipertrofiar os músculos, e semanalmente realiza tratamentos estéticos como manicure, pedicure e bronzeamento artificial, para ficar com a “marca da sunga”, que desperta fetiches. A busca pelo corpo considerado perfeito faz com que, segundo ele, tenha que recorrer a substâncias químicas para aumentar os músculos, atitude considerada comum entre os garotos de programa (Santos, 2021).

Narciso faz a depilação total de seu corpo, incluindo braços e pernas, apesar de pesquisas apontarem que pelos nas pernas, nos braços e no rosto são sinais de virilidade e força, características apreciadas pela maioria dos clientes (Araújo; Bandeira e Silva, 2015). Segundo narrado, a depilação total é uma exigência dos clientes, preocupados com limpeza e higiene. Conforme Ceccheto (2008), um homem másculo e viril deve ostentar músculos inchados e pelos nos lugares ideais, o rosto não precisa ser bonito, a estrutura física é o que importa. A corpolatria, (Goldenberg, 2015) faz Narciso recorrer a frequentes procedimentos estéticos e utilizar drogas anabolizantes, visando acelerar a hipertrofia muscular. O uso de estimulantes sexuais se dá pela alta demanda de atendimentos e pela imposição de sempre estar com o pênis ereto, como demonstração de atração e desejo pelos clientes, em que pese, não se sinta sexualmente atraído por muitos destes.

Narciso, quando questionado sobre os cuidados com infecções sexualmente transmissíveis, referiu que os clientes preferem não usar preservativos e, em razão disso, ele faz auto aplicação frequente de duas injeções de Benzetacil (benzilpenicilina benzatina), sugerido por um ex-namorado médico, para impedir o contágio de sífilis. Apesar de Narciso mencionar não fazer uso de preservativo durante alguns programas, pesquisas apontam o contrário, indicando um alto índice de trabalhadores sexuais que se protegem de IST – infecção(ões) sexualmente transmissível(is) – fazendo o uso do preventivo (Cavalcante *et al.*, 2021; Santos, 2021). O entrevistado também faz uso da PrEP (Profilaxia Pré-Exposição), para evitar o contágio por HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana). As luzes do apartamento de Narciso são todas *neon*, pois conforme informou, ajudam a detectar problemas identificáveis na pele associados ao contágio da sífilis ou outra IST.

O azul matiza o branco. Bate a luz azul na pele, qualquer escuro que tiver, ela vai gritar. Porque ele fica mais claro, entendeu? Por isso, que tudo aqui é azul, porque eu já faço isso e já vou analisando ali. O interesse pela massagem surgiu por isso. Uma das coisas foi essa, porque eu consigo em uns 30 minutos analisar o corpo do cliente. Enquanto eu ‘tô fazendo a massagem anal ali, eu fico [gesto de



cheirar os dedos]’, para ele não ver, para ver se ele já fez a higiene. Essa técnica de trabalho. Aí o cliente quer penetração, você vai fazer penetração. Claro que tem mil coisas ali que você tá correndo o risco, né? Eu não aconselho ninguém a fazer isso que eu faço, inclusive hoje é dia de fazer, né? Mas, por exemplo, eu faço duas Benzetacil hoje e duas Benzetacil na próxima semana. Isso é método de profilaxia de outras coisas, né, além da PrEP, porque a PrEP é só HIV e a Benzetacil é para tudo. Bacteriana, sífilis, gonorreia, mas eu não aconselho a ninguém a fazer isso, porque eu faço com segurança. Vai falar com médico ele vai dizer, “nossa”, mas eu conversei com médicos, amigos íntimos, que são da putaria, eles que me ensinaram (Narciso).

A experiência de práticas sexuais sem preservativo deixa clara a gestão de riscos na carreira de Narciso (De Luiz, 2011; De Luiz e Spink, 2013). Mesmo tendo conhecimento das consequências, realiza o trabalho conforme desejado pelos clientes e, para minimizar a possibilidade de contágio, estabeleceu práticas que, segundo ele, evitam a transmissão de alguma infecção, como o uso de luzes *neon* para observar com maior precisão os corpos dos clientes, a penetração de somente parte no pênis a fim de evitar o contato com possíveis fissuras anais e o consequente sangramento, além de, em certos casos, precisar solicitar aos clientes para que tomem banho e façam a “chuca” (técnica de limpeza da região anal), assim como ensinar aos que desconhecem a prática. Além disso, como referido, utiliza medicamentos de forma continuada, para evitar infecções.

Destaca-se que todo este gerenciamento do risco é feito enquanto Narciso executa as preliminares e o ato sexual. Ao tirar a roupa do cliente, fazendo massagem ou tocando determinadas partes do corpo, faz uma vistoria. A fronteira tênue entre a sedução, o prazer e o “exame” que pratica em seus clientes realça os modos de realizar o seu trabalho e de zelar por sua saúde. Ao mesmo tempo que explora e satisfaz os desejos sexuais do cliente, ele cria suas próprias formas de contingenciamento e alternativas de gestão dos riscos, que lhe permitem uma certa segurança ou, pelo menos, a sensação de tranquilidade (De Luiz e Spink, 2013; Barreto, 2017a).

Em suma, Narciso realiza a administração de riscos conforme a experiência que adquiriu em programas e por meio de contatos pessoais com médicos e pessoas próximas que lhe passam informações. O *barebacking*, sexo anal sem preservativo, também está na gestão de riscos de Narciso, que como visto, assume PrEP, para prevenir o HIV, e Benzetacil para impedir infecções, ilumina o seu apartamento com luzes *neon*, para inspecionar os corpos dos clientes, pratica sexo anal de



maneira menos agressiva, porém, parece negligenciar, ou ao menos não mencionou, outras infecções sexualmente transmissíveis como a herpes genital, tricomoníase, infecção pelo papiloma vírus humano (HPV), hepatites virais B e C, entre muitas outras (Brasil, 2021).

Os psicotrópicos, anabolizantes e estimulantes sexuais, são tidos como solicitação dos clientes, para aumentar o desejo sexual e tornar a prática mais ousada. O uso excessivo de drogas durante as relações sexuais vem se tornando um problema de saúde pública (Branquinho, 2020), o chamado *chemsex*, abreviação de *chemical sex* (sexo químico), é motivo de grande preocupação das autoridades sanitárias da Inglaterra, por exemplo (Lisboa, 2022). O país europeu formulou uma política pública a fim de conscientizar a população em geral, mas principalmente os homens que fazem sexo com outros homens, sobre os perigos de conciliar psicotrópicos e sexo. Essa combinação traz riscos à saúde pelos efeitos das drogas, além do fato de algumas substâncias possuírem efeitos duradouros, como a metanfetamina, fazendo com que o usuário entre em um estado mental que pode favorecer a negligência, com o uso de preservativo e/ou a PrEP, por exemplo, ficando mais exposto às IST. Além, é claro, de correr riscos de sofrer violências, assaltos, e crimes em geral.

4.2 Trabalho Sujo: intersecções com a prostituição

A prostituição é socialmente considerada uma ocupação suja (Cerqueira e Misoczky, 2021). A história de Narciso e a literatura tornam possível entender características que identificam o ofício, com os critérios do trabalho sujo. A moralidade é um fator que histórica e socialmente designa a prostituição como um trabalho sujo (Batista e Codo, 2018; Pereira; Paiva e Irigaray, 2021), por exemplo, livros bíblicos ou documentos históricos, sempre associaram a prostituição ao mal, à doença e à desgraça de famílias e sociedades (Meihy, 2015). Hoje, a moralidade de séculos atrás ainda se faz presente, mesmo que de forma menos punitiva e, quando associada a outros fatores, reforça a ideia da atividade suja e desviante.

Pelo relato de Narciso, são observados pontos em sua trajetória que compõem a percepção social do sujo e do desviante, como o uso de fármacos e drogas durante os programas, assim como, determinadas práticas sexuais (Andrade e Nunes, 2009; Bendassolli e Falcão, 2013). A marginalidade social pela qual os profissionais sexuais são percebidos e, muitas vezes conduzidos, é mais um exemplo que indica a



subalternização da atividade (Lhuilier, 2009). A exposição a infecções sexualmente transmissíveis, do mesmo modo que a violência que circunda a prostituição, mostram-se como sinais que classificam o trabalho sexual como distante do ideal social de trabalho e de carreira respeitável e digna (Adams, 2012). Mesmo assim, Narciso entende a prostituição como tendo um papel na preservação da sociedade, dos casamentos e do bem-estar dos filhos.

Nós somos os termômetros da sociedade. Principalmente as meninas, as prostitutas. Elas têm esse poder de acalmar e segurar famílias. Porque graças a ela o cara não larga a mulher, porque o cara sempre ia largar a mulher pra pegar uma novidade. Alguns até fazem isso. Os que não tem dinheiro. Mas o cara que tem grana, que se mantém porque dali daquela família, dali vai sair novos dentistas, novos médicos, novos psicólogos, novos terapeutas, porque tem base. Os filhos estudaram bem e vão ser o futuro do nosso país. É importante que essa família se mantenha firme. E aparentemente pelo menos né. Tudo ok! A prostituta que vai fazer isso. Senão vai aparecer amante. Vai destruir aquela família, os filhos vão ficar revoltados porque não estão acostumados a passar por nada na vida, né. Tudo filho de papai. Aí imagina um divórcio. Aí um vai pra droga. Outra fica louca. Pega carência e se atira pro primeiro vagabundo que tem pela frente. Não faz mais faculdade. Se fode toda, né? Então que é isso, que é algo importante, tanto pessoal quanto social (Narciso).

Questionado se aceitaria que o seu filho fizesse programa, Narciso responde que não, pois é uma vida difícil e arriscada, que não deseja para o filho, que hoje tem 20 anos de idade. Quando o filho completou 18 anos demonstrou interesse em realizar programas, para poder comprar uma motocicleta, e o pai recusou dizendo que deveria buscar outra forma de ganhar dinheiro. Ele sabe que não pode proibir o filho, caso fosse uma decisão tomada hoje, e o conselho que deu foi “não faça passivo, primeiro porque doíe segundo porque queima o filme”. Questionado pelo filho sobre o motivo de “queimar o filme” ao ser o receptor no sexo anal ou oral, Narciso disse que “o cliente quer o macho, o cara que dá a bunda não é macho, embora todos os clientes que dão, são casados, são héteros”.

O comentário de Narciso reforça o que outras pesquisas apontam (Barreto, 2014; Barreto, 2016; 2017B; 2019; Barreto; Silveira e Grossi, 2012; Hamann; Pizzinato e Rocha, 2017; Perlongher, 1987; Swami e Tovée, 2008), que ser um homem másculo e viril diz respeito ao modo de performar atitudes comportamentais e sexuais; o sujeito “passivo”, receptor no sexo anal ou oral, é considerado inferior, assim como os



homens com comportamentos afeminados, ou seja, práticas consideradas femininas no sexo. Narciso, após tantos anos de prática e por ter cultivado o respeito de clientes fieis, se sente seguro em seu mercado de atuação pois, mesmo adepto a práticas discriminadas por alguns clientes, sente-se acima de preconceitos, “se eu quisesse plantar bananeira no meio da sala e dançar *la cucaracha*, eles iam bater palmas e dizer que tá bom”.

Através deste relato, observa-se que a ideia de trabalho sujo está presente inclusive no discurso de Narciso, que não deseja o mesmo ofício para o filho, assim como desqualifica os profissionais que realizam o sexo anal, como se fossem uma categoria inferior, dentro de um ofício já considerado socialmente subalterno (Nonato, 2020; Moura; Nascimento e Barros, 2020). Por fim, questionado sobre qual seria o sentido de seu trabalho, respondeu que o trabalho representa poder e autonomia, para ser quem ele deseja ser. O trabalho permite que ele seja “tudo ao mesmo tempo. Eu sou uma empresa”. A fala de Narciso vai ao encontro do que os garotos de programa de luxo entrevistados por Santos (2021) entendem como o sentido do trabalho na prostituição: liberdade, autonomia e oportunidade de ser e ter o que desejam.

4.3. Trabalho e Pandemia

A pandemia de Covid-19 foi um dos piores momentos na carreira de Narciso. Desde março de 2020, o número de clientes reduziu substancialmente, prejudicando seus projetos e planos, assim como o obrigando a se desfazer de alguns bens, como roupas e relógios, para atender às necessidades básicas. Apesar de relatar receber valores mensais consideráveis, Narciso parece não ter acumulado recursos para garantir o seu sustento em situações de afastamento do comércio sexual, situação semelhante a de outros profissionais do sexo que não realizam planejamento e controle financeiro (Viana, 2010; Barreto, 2017b; Santos, 2021).

Conforme Dias (2021), desde o início da pandemia de Covid-19, os garotos de programa sofreram com a diminuição do número de clientes, em razão das medidas restritivas de isolamento, que obrigaram as pessoas a permanecerem em casa, em teletrabalho, e impossibilitadas de saídas durante o horário de almoço, prática habitual principalmente entre homens casados. Igualmente, com a crise econômica e o desemprego decorrentes da pandemia houve restrições quanto aos gastos com serviços sexuais.



Antes da pandemia, Narciso estudava inglês, para passar uma temporada em Amsterdã (Países Baixos), contudo, com o início do surto de Covid-19 na Europa, o fechamento de estabelecimentos e o impedimento de acesso de imigrantes aos aeroportos, viu-se impedido de realizar a viagem, o que lhe causou muito descontentamento e frustração. Narciso também precisou ajudar financeiramente antigos profissionais que trabalhavam em sua agência, pois sentia-se obrigado, em razão dos compromissos assumidos no passado e pela consideração aos profissionais. Isto foi mais um agravante à sua situação financeira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa buscou entender como é desenvolvido o gerenciamento dos riscos e da organização do trabalho na prostituição masculina. A partir do relato de Narciso, compreendeu-se muitos dos aspectos de concepção e construção da profissão. A necessidade de corpos musculosos, de atitudes másculas e virilidade são componentes básicos para tornar-se um garoto de programa reconhecido e valorizado no mercado do sexo. A manipulação de anabolizantes, psicotrópicos e medicamentos também estão presentes na constituição do profissional ideal. A gestão de riscos exercida pelo sujeito desta pesquisa evidenciou consequências dos percursos necessários ao exercício da profissão do sexo, como a automedicação, o uso frequente de estimulantes sexuais e a exposição à violência.

A aproximação do conceito de trabalho sujo, bem como sua respectiva definição aqui apresentada, auxiliou no entendimento do ofício. Moralmente, a profissão foi sempre condenada, desde o início da história humana. A exposição a infecções sexualmente transmissíveis, principalmente a partir da prática do *barebacking* é um fator que alude ao pensamento social de ocupação abjeta, marginalizada e repugnante, sendo esse profissional visto como uma possível via de transmissão e contaminação.

A prostituição está presente em todas as classes sociais, gera renda a milhões de pessoas no mundo, além de satisfazer os prazeres e desejos de um número inestimável de indivíduos. Conhecer o trabalho sexual é importante para o desenvolvimento de políticas públicas sexuais, de saúde, prevenção, bem-estar, segurança e emprego, para dar visibilidade aos profissionais e suas necessidades. Esses dados servem aos pesquisadores, legisladores, formuladores de políticas públicas e à



sociedade de modo geral. O estudo tem as limitações da abordagem exploratória, inicial e carente de maior aprofundamento. Como sugestão de pesquisas futuras, indica-se a elaboração de estudos que analisem a gestão de riscos de trabalhadoras do sexo, tal como outras que acompanhem a implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas, que protejam e deem segurança aos trabalhadores sexuais de modo geral. Outra sugestão seria a pesquisa com garotos ou garotas de programa de diferentes classes sociais que, com certeza, têm outras questões adicionais, não mencionadas por Narciso. A gestão de riscos em ambientes precários de aluguel de sexo, por exemplo, pode ser dificultada por carência de recursos e de informação.

Por fim, destaca-se que as entrevistas possibilitaram uma abordagem fundamental para conhecer a realidade de trabalhadores invisíveis aos olhos do Estado e da sociedade em geral. Possibilitando a compreensão do tempo presente do sujeito pesquisado, através da sua história, assim como as vivências e experiências o levaram à prostituição e a conviver com os riscos de seu ofício. A possibilidade de ter visitado e conhecido o seu local de trabalho foi uma experiência de grande riqueza e complementação das informações fornecidas pelo sujeito. Significou estar dentro do estudo, poder comprovar, de forma presencial, participante, tantos elementos da história de Narciso.

Referências

ADAMS, Josh. Cleaning up the dirty work: Professionalization and the management of stigma in the cosmetic surgery and tattoo industries. *Deviant Behavior*, 33(3), p. 149-167, 2012.

ALVESSON, Mats; SANDBERG, Jörgen. *Constructing Research Questions Doing Interesting Research*. 1 ed. London: SAGE, p. 141, 2013.

ANDRADE, Arthur Guerra; NUNES, Eliane Lima Guerra. Adolescentes em situação de rua: prostituição, drogas e HIV/ AIDS em Santo André, Brasil. *Psicologia & Sociedade*, v. 21, n.1, p. 45-54, 2009.

ARAÚJO, Luana Broni; BANDEIRA, Maria Ceci Leal; SILVA, Tiago Luís Coelho Vaz. Prostituição de luxo: gênero, trabalho e sociabilidade na cidade de Belém. *Revista Pegada*, v. 16, n. 2, p. 364 - 377, 2015.



BAPTISTA, Dulce M. Tourinho. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. In: MARTINELLI, M. L. *Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio*. São Paulo: Veras Editora, p. 212-231, 1999.

BARRETO, Diva Rodrigues Daltro. *Luta por invisibilidade ou reconhecimento? Um estudo sobre a história de vida de acompanhantes de luxo*. 2014. Dissertação [Mestrado] - Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.

BARRETO, Leticia C; SILVEIRA, Cibele; GROSSI, Miriam P. Notas etnográficas sobre prostituição masculina em Florianópolis: entre o trabalho, o afeto e a sexualidade. *Revista de Ciências Humanas*, v. 46, n. 2, p. 511-534, 2012.

BARRETO, Victor Hugo de Souza. *Festas de orgias para homens – territórios de intensidade e sociabilidade masculina*. Salvador: Editora Devires, 2016.

_____. Risco, prazer e cuidado: técnicas de si nos limites da sexualidade. Avá. *Revista de Antropologia*, n. 31, p. 119-142, 2017a.

_____. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca*. Niterói: Eduff – Editora da Universidade Federal Fluminense, 2017b.

_____. Limites, fissuras, prazer e risco em festas de orgia para homens. *Mana*. 2019, v. 25, n. 1, p. 9-37, 2019.

BARROS, Vanessa Andrade de; LOPES, Fernanda Tarabal. Considerações sobre a pesquisa em história de vida. In: Eloisio Moulin de Souza. (Org.). *Metodologias e análises qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. 1ed. Vitória: EDUFES, v. 1, p. 41-63, 2014.

BATISTA, Anália Soria; CODO, Wanderley. Trabalho sujo e estigma. Cuidadores da morte nos cemitérios. *Revista de Estudos Sociais*, 63, p. 71-83, 2018.



BAYDOUN, Mahmoud. “*Não sou nem curto afeminados*”: Reflexões viadas sobre a masculinidade hegemônica e a efeminofobia no Grindr. I ed. Salvador: Editora Devires, v I. p. 154, 2020.

BENDASSOLLI, P. F.; FALCÃO, J. R. Psicologia social do trabalho sujo: revendo conceitos e pensando em possibilidades teóricas para a agenda da psicologia nos contextos de trabalho. *Universitas Psychologica*, 12(4), p. 1153-1166, 2013.

BRANQUINHO, Bruno. O que é o chemsex e por que está se tornando um problema para os homens gays e bis?. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/o-que-e-o-chemsex-e-por-que-esta-se-tornando-um-problema-para-os-homens-gays-e-bis/>. Acesso em 25 de jun. de 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)*. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3g629Yz>. Acesso em 29 de jan. de 2022.

BRITO, Osias. *Controladoria de risco – Retorno em instituições financeiras*. Saraiva, 2003.

Cavalcante, Antônio Eduardo Osório, Glauceline Barbosa Coutinho, Anando Rodrigues de Carvalho, Emanuel Thomaz de Aquino Oliveira, Silas Alves da Silva, Lílian Machado Vilarinho de Moraes, Filipe Melo da Silva, and Jailson Alberto Rodrigues. “Professional Women of the Sex: Discourse on the Use of the Condom and Its Self-Perception of HIV Vulnerability”. *Research, Society and Development* 10 (2), 2021.

CECCHETO, Fátima Regina. *Violência e estilo de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2008.

CERQUEIRA, Fábio Vergara. Sobre efeminação e virilidade, a Grécia vista do pampa. *Métis (UCS)*, v. 10, p. 81-109, 2012.

CERQUEIRA, Paulo Rodrigues; MISOCZKY, M. C. O tema da prostituição em publicações relacionadas com os estudos organizacionais. REAd. *Revista Eletrônica de Administração* (Porto Alegre), v. 27, n. 01, p. 66-92, 2021.



COETZEE, Philna; LUBBE, Dave. Internal audit and risk management in South Africa: adherence to guidance. *Acta Academica*, 43(4), p. 29-60, 2011.

COLOMBY, Renato Kock; PERES, Amanda Luz; LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, Silvia Geerali. A pesquisa em história de vida nos estudos organizacionais: um estudo bibliométrico. *FAROL - Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), p. 852-887, 2016.

CONNELL, Robert W.; MESSERSCHMIDT, James W. Masculinidades hegemônica: repensando o conceito. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 21, v. 1, p. 241-282, 2013.

CORRÊA, Maria Eduarda Cavadinha. *Duas mães? Mulheres lésbicas e maternidade*. 2012. Tese [Doutorado] - Programa de Pós Graduação em Saúde Pública, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

DEJOURS, Christophe. Uma Nova Visão do Sofrimento Humano nas Organizações. In: CHANLAT, Jean-François (org). *O Indivíduo na Organização: Dimensões Esquecidas*. São Paulo: Atlas, 1996.

DE LUIZ, George Moraes. *A gestão dos riscos no cenário da aids: um estudo sobre as estratégias adotadas por homens que fazem sexo com homens em parceria casual*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2011.

DE LUIZ, George Moraes; SPINK, Mary Jane. La gestión de riesgos en el ámbito del sida: estrategias adoptadas por hombres que tienen sexo con hombres en relaciones informales. *Athenea Digital*, v. 13, p. 39-56, 2013.

DIAS, Tiago. 'Vida de boy ': o corre dos garotos de programa no centro de São Paulo. 2021. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2021/01/27/vida-de-boy-o-corre-dos-garotos-de-programa-no-centro-de-sao-paulo.htm>. Acesso em 23 de jan. de 2022.

DOUGLAS, M. Pureza e Perigo. São Paulo: Perspectiva, 2010.



ECCEL, Claudia Sirangelo; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CARRIERI, Alexandre. Masculinidade, autoimagem e preconceito em representações sociais de homossexuais. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração* (UFF), v. 9, p. 01-15, 2015.

GAULEJAC, Vincent de. *A Neurose de Classe - Trajetória Social e Conflitos de Identidade*. História e Historicidade. 2016.

GERNET, Isabelle, e DEJOURS, Christophe. Avaliação do trabalho e reconhecimento. In P. F., BENDASSOLLI e L. A. SOBOLL (Orgs.), *Clínicas do trabalho* (p. 61-70). São Paulo: Atlas, 2011.

Gil, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa* (7a ed). São Paulo: Atlas, 2022.

GLAT, Rosana. *Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: Agir; 1989.

GODOY, Arilda Schmidt. Reflexão a respeito das contribuições e dos limites da história de vida na pesquisa em administração. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 19(1), p. 161–175, 2018.

GOLDENBERG, Mirian. O corpo como capital. In: GOLDENBERG, M (org.). *O corpo como capital: gênero, sexualidade e moda na cultura brasileira*. São Paulo: Estação das Letras e Cores, p. 39-53, 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Selection From Prison notebooks*. London, UK: New Left, 1971.

GRANATO, Leonardo; LOPES, Fernanda Tarabal; COSTA, Alessandra de Sá Mello. da. Historia e investigación social cualitativa: reflexiones en torno de la historia comparada y la historia de vida. *Revista Organizações & Sociedade*, 27(94), p. 508–531, 2020.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

HAMANN, Cristiano; PIZZINATO, Adolfo; ROCHA, Kátia Bones. Dinâmicas de gênero e sexualidade no sexo tarifado entre homens: uma



análise por meio da noção de comunidades de prática. *Temas em Psicologia*, v. 25, p. 1007-1024, 2017.

HILL, Stephen; DINSDALE, Geoff. *Uma base para o desenvolvimento de estratégias de aprendizagem para a gestão de riscos no serviço público*. Tradução L. C. Vasconcelos. Escola Nacional de Administração Pública, 2003.

HUGHES, Everett Cherrington. *Men And Their Work*. Glencoe, Illinois: Free Press, 1958.

Lakatos, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa* (9a ed). São Paulo: Atlas, 2021.

LE BRETON, David. *Adeus ao corpo*. Campinas: Papyrus Editora, 2013.

_____. *Sociologia do corpo*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEITE, Gabriela Silva; MURRAY, Laura; LENZ, Flavio. O par e o ímpar: o potencial de gestão de risco para a prevenção de DST/HIV/Aids em contextos de prostituição. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, p. 7-25, 2015.

LHUILIER, Dominique. Travail, management et santé psychique. *Connexions*, 91, 85-101, 2009.

LISBOA, Daniel. 'R\$ 500 a mais': garotos de programa se drogam para agradar clientes ricos. 2022. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2022/06/15/r-500-a-mais-garotos-de-programa-se-drogam-para-agradar-clientes-ricos.htm>. Acesso em 25 de jun. de 2022.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidade, Sexualidade e Estupro. *Cadernos PAGU*, São Paulo, p. 231-273, 1998.

MAGESTE, Gazielle Souza; LOPES, Fernanda Tarabal. O Uso da História de Vida nos Estudos Organizacionais. In: *Encontro de Ensino e Pesquisa em Administração e Contabilidade*, 2007, Recife. EnEPQ 2007, 2007.



MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Prostituição à brasileira: cinco histórias*. 1. ed. São Paulo: Contexto, v. 1, p. 250, 2015.

MONTEIRO, Daniel Francisco Barros; PEREIRA, Verônica Fujise; OLIVEIRA, Laurenae Leopoldino de; LIMA, Oscar Palma; CARRIERI, Alexandre de Pádua. O Trabalho Sujo com a Morte, o Estigma e a Identidade no Ofício de Coveiro. *Revista Interdisciplinar De Gestão Social*, 6(1), 2017.

MOREIRA, Sueli Aparecida; FRANÇA JUNIOR, Ivan; JACOB, Michelle; CABRAL, Alicia; MARTIRANI, Laura Alves. Percepção de risco como estratégia de convívio comensal com jovens órfãos pelo HIV/AIDS em São Paulo, SP, Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 22, n. 64, p.141-152, 2018.

MOURA, Renan Gomes; NASCIMENTO, Rejane Prevot; BARROS, Denise Franca. "There's a lot of woman in him": the feminine as a deviance from the norm. *Organizações & Sociedade*, v. 27, p. 620-643, 2020.

NONATO, Murillo. *Vivências Afeminadas: pensando corpos, gêneros e sexualidades dissidentes*. I. ed. Salvador: Editora Devires, v. I. p. 150, 2020.

PEREIRA, Jefferson Rodrigues; PAIVA, Kely César Martins de; IRIGARAY, Hélio Arthur Reis. "Trabalho sujo", significado, sentido e identidade: proposição de análise integrada e perspectivas de pesquisas. *Cadernos EBAPE.BR*, 19(4), p. 829–841, 2021.

PEREIRA, Jefferson Rodrigues; SANTOS, José Vitor Palhares dos; SILVA, Alice Gerlane Cardoso da; PAIVA, Kely Cesar Martins de; CARRIERI, Alexandre de Pádua. Entre o sagrado e o profano: identidades, paradoxos e ambivalências de prostitutas evangélicas do baixo meretrício de Belo Horizonte. *Cadernos EBAPE.BR*, 18(2), p. 391–405, 2020.

PERLONGHER, Néstor. *O negócio do Michê: prostituição viril em São Paulo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.



SANTOS, Renato Caio Silva. *Segredos de corpos nus: Masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo*. I ed. Salvador: Editora Devires, v. I. p. 240, 2021.

SANTOS, Rosângela Silva; GLAT, Rosana. *Ser mãe de uma criança especial: do sonho à realidade*. Rio de Janeiro: Anna Nery / UFRJ; 1999.

SARAIVA, Karla. Educando para viver sem riscos. *Educação*, v.36, n. 2, p. 168-179, 2013.

SOARES, João Francisco Selhorst; SANTOS, Luciamara Cristina; CARDOSO, Josiane Paia; NEVES, Lídia; BATISTA, Eraldo Carlos. A Prostituição Como Profissão: Uma Análise Sob a Ótica das Profissionais do Sexo. *Revista Saberes*, Faculdade São Paulo, 13 FSP, v. vol. 3, p. p. 63 - 75, 2015.

SOUZA, Ricardo Timm. *Ética do escrever. Kafka, Derrida e a literatura como crítica da violência*. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

SPINK, Mary Jane Paris. Viver em áreas de risco: tensões entre gestão de desastres ambientais e os sentidos de risco no cotidiano. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 9, p. 3743-3754, 2014.

SWAMI, Viren; TOVÉE, J. Martin. The muscular male: A comparison of the physical attractiveness preferences of gay and heterosexual men. *International Journal of Men's Health*, v. 7, n. 1, p. 59-71, 2008.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VERGUEIRO, Viviane. A cisgeneridade. In: *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, p. 43-71, 2015. Disponível em <https://goo.gl/16C2G6>.



Sex work and risk management: the story of a prostitute

ABSTRACT: This research, with a qualitative and exploratory focus, seeks to understand how risk management develops in male prostitution, through interviews with a male prostitute from Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Two long contacts were made with the subject, when it was possible to obtain relevant data about their life trajectory, their work organization and their risk management practices. The opportunity to observe their workplace in situ was an additional factor in carrying out the research. As an occupation, sex is morally condemned by society and, therefore, in this work, the concept of dirty work is used to understand some reasons that lead to the social marginalization of sex work. From the call boy's report, it was clear that the profiles created by sex workers obey the clients' desires, generally offering virile and muscular bodies. Masculinity and virility are essential components for success in a career as a prostitute. Professional risk management involves a set of procedures and the assumption of stimulants and medications, which confirm the characteristics of the concept of dirty work. Fulfilling these prerogatives defines the professional's performance, recognition and appreciation in the sexual market.

KEYWORDS: Male Prostitution; Dirty Work; Risk Management.

Lorenço RODRIGUES

Doutorando em Administração pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). Mestre em Administração (PPGA/UFRGS). Especialista em Direito Social do Trabalho, Processo do Trabalho e Direito da Seguridade Social pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública (FMP). Especialista em Gestão de Políticas Públicas pelo Instituto Prominas. Graduado em Administração (UFRGS). Possui interesse e experiência em assuntos como diversidade, escolaridade, mundo do trabalho, gestão de pessoas e relações de trabalho. Atualmente é servidor público do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (TJ/RS).

Maria Beatriz RODRIGUES

Professora da Escola de Administração e do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGA/UFRGS). PhD em Development Studies, Sussex



University (UK), Mestre em Administração e Psicóloga. Leciona, estuda e pesquisa temas relacionados à Ética e à Diversidade em organizações.

Recebido em: 28/03/2023

Aprovado em: 26/12/2024



ENSAIO

“A gente grava, depois tira foto!”

percursos teóricos-metodológicos com
homens cis nos mercados do sexo online

Jônatas Stritar Alaman, *Universidade Federal de Santa Catarina*

Resumo. O presente ensaio é formado por notas teórico metodológicas de observações feitas em ambientes digitais convergentes com práticas contemporâneas de exercício do trabalho sexual, levados a cabo por homens cisgêneros. Meu intuito é apresentar os caminhos percorridos quando buscava compreender os usos e estratégias destes homens nos mercados do sexo contemporaneamente. Apresento, assim, reflexões de meus diários de campo que versam sobre a presença destes sujeitos em redes sociais e sites de acompanhante e a maneira como se utilizam desses mediadores digitais. Procuro, então, lançar luz sobre as intersecções possíveis entre tais fenômenos e as tensões políticas consequentes dos processos de acomodação dos mercados do sexo aos meios digitais atualmente.

PALAVRAS-CHAVE: Mercados do sexo online. Homens cisgêneros. Etnografia digital. Políticas de diferenciação.



Introdução

As notas etnográficas apresentadas nas páginas seguintes são resultados de afetações teórico-metodológicas de minha pesquisa de mestrado em ambientes digitais convergentes com práticas contemporâneas de exercício do trabalho sexual, levados a cabo por homens cisgêneros (Jônatas Alaman, 2023)¹. Nesta pesquisa, tive a curiosidade em entender como o espaço das redes sociais e a lógica interacional da internet influenciam práticas que envolvem a comercialização, ou veiculação erótica, do sexo atualmente.

Tendo um histórico de pesquisas relacionados ao exercício da prostituição masculina (Alaman, Guilherme Passamani, 2021; Alaman, Passamani e Marcelo Rosa, 2022), o espaço que a internet ocupava neste campo de pesquisa ainda pareciam incipientes se considerarmos o avanço exponencial de plataformas e a disseminação cada vez mais mainstream de ‘novas’ possibilidades de se exercer o trabalho sexual. O uso de sites e aplicativos, em certa medida, vem recebendo a moderada atenção dentre discussões que enlaçam sexo, desejo, aplicativos e dinheiro (Victor Barreto, 2017, 2019; José Jesus, 2021; Thiago Oliveira, 2016; Richard Miskolci, 2013). Entretanto, questões que antes pareciam estar inscritas no campo ‘territorial’ (Néstor Perlongher, 1987; Barreto, 2017; Renato Santos, 2019), foram transpostas a um entrelaçado de ambientes que, ao meu ver, devem dizer respeito a outra ordem de questões contemporâneas que envolvem o trabalho sexual exercido por homens cis.

Nesse sentido, minhas observações me impeliram a perambular (Débora Leitão e Laura Gomes, 2017) pelas fronteiras entre distintos ambientes digitais, estabelecendo conexões entre presenças e ausências que dizem respeito a políticas contemporâneas que pincelam outras

¹ Como necessidade de delimitar melhor o meu campo, descrevo a congruência de meus interlocutores com o gênero atribuído em seus nascimentos, mesmo considerando que a realidade social e o exercício do trabalho sexual masculino, aqui pensando especificamente na prostituição masculina, ser mais complexa, como observada em outros lugares (Alaman, Passamani, 2021). Entretanto, para além de uma postura ética em não partir de uma cisgeneridade universalizante que não é marcada, faço emergir a categoria cis em um campo fortemente ditado por uma masculinidade hegemônica (Raewyn Connell, James Messerschmitt, 2013) que, em maior ou menor grau, gira em torno de um falocentrismo homoerotizado. Para mais discussões sobre experiências de homens transmasculinos nos mercados do sexo, ver Shay Rodriguez (2021) e Leonardo Tenório (2022).



possibilidades para o exercício do trabalho sexual exercido por homens cisgêneros. A ideia corrente de que a internet expandiu possibilidades de exercício do trabalho sexual, principalmente para pessoas mais jovens², me lançou em fronteiras que, com o avanço de plataformas digitais (Lorena Caminhas, 2018, 2020a, 2020b), em um movimento tensionador, são marcadas mais fortemente, mas também borradas. Essas brechas entre distintas atividades,- como o serviço de acompanhante, a pornografia e a produção de conteúdo erótico digital -, além de estabelecer políticas de diferenciações entre alguns atores aí envolvidos, também multiplicam os referenciais, por vezes não-normativos, de um mercado do sexo que encontrou, ao meu ver, suas bases mais prolíficas.

Estou de acordo com as formulações de Adriana Piscitelli (2016) quando afirma que a noção de mercados do sexo remete a duas questões: o fenômeno da prostituição não se acomodando aos termos de "indústria" e a referência à atividade de prostituição sendo comumente reducionista das diferentes interações que se estabelecem em intercâmbios sexuais e comerciais que não são percebidas por essa alcunha. O "mercado", então, de mercados do sexo, amplia a noção de produção/consumo características deste termo e

remete ao vasto terreno dos intercâmbios materiais e simbólicos mediante os quais se organiza o social. Essa ideia alargada de mercado contribui para considerar que os mercados do sexo envolvem não apenas intercâmbios caracterizados como "comércio", mas também outras trocas que não são assim concebidas e podem, até ser pensadas como dádivas (Ibid., p. 4).

É importante destacar, entretanto, que as divergências com relação às aproximações ao 'sexo' por parte de meus interlocutores podem dar o tom para o estágio atual destes fenômenos que o envolvem com o dinheiro. Os distanciamentos referentes às práticas que possibilitam o contato físico com clientes reforçam fronteiras entre sujeitos e atividades e estabelecem hierarquias difíceis de serem conceitualizadas e circundadas, como a noção de mercados do sexo pode vir a propor.

² "Only Fans' aproxima milhares de jovens da prostituição na América Latina". Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/sociedad/2020-12-06/only-fans-aproxima-milhares-de-jovens-da-prostituição-na-america-latina.html>> Acesso em 31 out. 2024.



Neste meio, meu campo se baseou em observações em distintos momentos entre setembro de 2022 e março de 2023, em sites de acompanhantes e duas redes sociais, Twitter e Instagram³. Também realizei entrevistas com distintos sujeitos que, ou apenas exerciam a atividade de acompanhante, ou apenas produtores de vídeos pornográficos, ou outros que exerciam ambas atividades.

Tais observações consistiram em acompanhamentos e imersões que só podem ser entendidas quando estamos no entremear de redes sociais. Sendo um jovem homossexual, branco e cisgênero nos inícios de seus vinte anos, minha compreensão sobre minhas observações foram intensificadas através de usos pessoais destes meios. Suponho que, à medida em que compartilho de alguns referenciais online, como os conhecidos *memes* e linguagens características de ondas que surgem e se vão no fluxo efêmero das redes, também faço emergir um dos pontos que considero cruciais para o entendimento dessa metamorfose, ou pelo menos de um acomodamento à determinadas linguagens atuais, dos mercados do sexo.

Nesse percurso de observação, digo que a metodologia se constituiu a partir de usos e agenciamentos de mediadores digitais contemporaneamente. Para isso, foi preciso manter uma observação de práticas e usos das redes, suas formas de sociabilidades, interações e de exposição de si. Aqui, entender as ferramentas de aproximação e as políticas de cada 'ambiente'⁴, que inevitavelmente se imiscuem no outro, demanda uma própria aproximação que eu tenho com o campo, e no caso específico das redes sociais, existe um atravessamento ainda maior com relação à minha própria percepção destes lócus de investigação (Gilberto Velho, 1978, 2003)

³ A rede social Instagram se popularizou pelo seu uso de imagens publicadas em perfis pessoais, quase como um álbum de fotos. Atualmente, diversificou suas funcionalidades, como publicação de vídeos e possibilidades de realização de *lives*. Twitter, -agora chamado de X, mas ainda sendo referido pelo antigo nome,- por sua vez, é uma rede social, primordialmente, de textos publicados. Em uma de suas características, está o ranqueamento de assuntos mais comentados no momento, possibilitando uma conversão de opiniões distintas sobre determinado tema. Além disso, Twitter também apresenta a possibilidade de publicar vídeos e fotos, sendo esta função muito utilizada pelos produtores de conteúdo atualmente, visto que, até o momento, a rede social não censura conteúdos sexualmente explícitos.

⁴ Entendo tais lócus de investigação, como sites e redes sociais, como ambientes, pensando que cada uma dessas estruturas mantém uma estabilidade com relação às suas maneiras de alocar as sociabilidades que ali são desenvolvidas pelos seres humanos. Noções similares também são encontradas em Débora Leitão e Laura Gomes (2017)



Em que ser um “nativo digital”⁵ baseia minha percepção? Como é possível me distanciar? Mesmo que seja com um perfil profissional, como tentei manter em determinado momento na rede Instagram, uma metodologia considerada característica de metodologias digitais como selecionar *screenshots*⁶, ou observar o que acontece sob a tela de celular ou computador, esconde muito do que eu mesmo sinto quando acompanho esses perfis, de como eu reajo a eles quando desbloqueio meu celular e sou influenciado por eles (Ollivia Maria Gonçalves, 2023; Anna Bentes, 2021). A ansiedade característica de ser bombardeado por informações a todo instante me localiza, subjetivamente, fisicamente e emocionalmente, em um constante atrito ao que observo em tela, ao que me é apresentado. ‘*Matar tempo online*’ então, faz emergir uma relação tensa e muito mais subjetiva do que possa parecer.

Apesar de o exercício de distanciamento deva ser feito em certos momentos, suponho que minha localização em campo, com minhas questões teórico-metodológicas e um embaçamento de até onde se localiza um pesquisador e um influenciado é frutífero para entendermos justamente o que está sendo agenciado nos mercados do sexo atualmente, e como. O que tem de geração nesse suposto fenômeno contemporâneo de plataformização/midiatização? Como se apresentam? Como marcadores sociais interferem na forma com que o sexo, em suas diversas facetas, é agenciado? Pensando no caso de homens cisgêneo que estão se mobilizando nesse campo conflituoso entre distintas atividades, como podemos delinear suas agências em determinados ambientes interativos?

Ganhando seus sentidos e possibilidades em uma sociedade em rede (Manuel Castells, 2001), a plataformização diz respeito a propostas econômicas, em sua maioria privadas, que constroem bases e estruturas que possibilitam algum negócio de ser realizado. Isto é, “indicam a institucionalização de intermediários econômicos e culturais, que administram as possibilidades de comunicação, interação e comercialização” (Caminhas, 2020b, p. 7).

Aqui, as empresas que viabilizam a relação entre trabalhador/a e cliente, como a plataforma OnlyFans, devem ser entendidas como agenciadoras de um fenômeno amplo que, ao longo do tempo, vem se

⁵ Termo referente a uma geração já imersa na proliferação de dispositivos tecnológicos em seus primeiros anos de vida.

⁶ Prints de tela.

⁷ O paralelo entre procrastinar em redes sociais e o exercício da etnografia digital é constantemente feito na academia. Aqui, vemos que o trabalho existe até em momentos considerados de descanso.



imiscuindo com as tecnologias de informação. As discussões que envolvem os processos de plataformização dizem respeito, na maioria das vezes, em questões trabalhistas, como possibilidades de negociação e a inevitável relação de subordinação de milhares de trabalhadores/as às lógicas instáveis do mercado econômico.

Apesar de compartilhar dessas inseguranças com relação às possibilidades de regulamentação do trabalho sexual, minhas reflexões vão de encontro ao que Caminhas (2018) chama de midiatização dos mercados do sexo. Esse aspecto de exibição, chamariz de um voyeurismo contemporâneo possibilitado primordialmente pela pornografia gravada no século XX cria essa tensão entre o olhar incessante à uma tela e a possibilidade do toque, instaurando um campo político e subjetivo delicado de ser discutido.

As notas que se seguem devem ser lidas como um emaranhado de relatos que se misturam em observações-participantes, descrições, impressões pessoais e reflexões teórico-metodológicas. A não-separação entre diários, como aponta Florence Weber (2009), apresenta potencialidade analítica em que erros e acertos do pesquisador fogem de uma busca perfeita, a “tese-ovo”⁸, sem erros e final. O vaivém teórico-metodológico mostra uma pesquisa por vezes frustrante, cansativa e resistente às minhas indagações. Não acredito que tenha chegado em alguma conclusão, mas minhas perguntas não respondidas podem gerar respostas para futuras pesquisas. Se não é isso, então pode ser aquilo.

As questões que foram se desenrolando no decorrer de minha pesquisa versam sobre a experiência de homens cisgêneros nos mercados do sexo atualmente. Questões clássicas do campo da prostituição masculina, como os tensores libidinais de Néstor Perlongher (1987), dão o tom para a política da diferença que recria hierarquias de desejo e relações de poder. Nesse caso, marcadores sociais são importantes para o exercício do trabalho sexual. Geração, classe, raça e performatividades de gênero (Judith Butler, 2021) complexificam meu campo e minhas análises.

⁸ Termo apresentado a mim pela Professora Sônia Maluf em minha banca de defesa.



As performatividades, quando aplicadas às minhas observações online em sites de acompanhantes e redes sociais dizem respeito a certos tipos de masculinidades que recebem destaque em um sistema de hierarquizações entre expressões de gênero e sexualidade, encontrando justamente nos mercados do sexo, através de mediadores digitais ou não, um espectro para suas reiteraões constitutivas do “masculino” neste fenômeno.

Olhando em retrospectiva às minhas notas, vejo um desenrolar que, fugindo de respostas estáticas, como “homens nos mercados do sexo apenas performam um tipo de masculinidade exacerbada e hegemônica”, entremeiam distintas experiências que tem como motor principal o agenciamento de si para a veiculação de um desejo sexual/homoerótico calcado em tensões nunca resolvidas. Claramente não considero este um esforço inovador, Néstor Perlongher mesmo já nos apresentava as fugas libidinais em um contexto que atava, como uma fita de möbius, violência/perigo e desejo (Maria Filomena Gregori, 2016). Neste campo digital, as diferenças se exacerbam, são midiaticizadas, plataformizadas (Caminhas, 2020b). Neste meio, o que se dá é uma proliferação produtiva, de criatividade mesmo, onde os chamados nichos de mercado se multiplicam e a veiculação de si enquanto trabalhador envolve a presença nas redes com suas estruturas características, aqui já levando em consideração também plataformas de comércio erótico/sexual como OnlyFans e Privacy⁹.

Em minha dissertação pode-se encontrar entrevistas mais longas e discussões mais variadas que me acometeram durante meu campo etnográfico nas redes. Aqui, destaco impressões, observações e descrições que, ao fim, são análises um tanto ‘cruas’ em um formato mais alternativo de reflexão teórico-metodológica (Alinne Bonetti, 2010). Desta maneira, decidi estruturar minhas notas em um formato temporal contínuo que segue minhas indagações ao longo dos meses que realizei uma imersão digital mais intensa em certos perfis em redes sociais e sites de acompanhantes.

Para além de entrevistas com interlocutores para aprofundamento de questões, destaco minhas impressões primeiras ao adentrar as redes e ambientes que constituem este universo de pesquisa. O uso de screenshots foi usado para salvaguardar aquilo que foi observado, capaz

⁹ Apesar de serem características dessa ‘nova onda’ de trabalhadoras/es sexuais, não realizei campo em tais plataformas, focando mais em usos de redes abertas sem necessidade de pagamento.



de ser perdido no turbilhão de informações que percorrem não somente os perfis de trabalhadores analisados, mas nas redes sociais em geral.

Me atentei em minha dissertação, e destaco aqui, observações e aprofundamentos que fiz em alguns perfis em redes sociais, analisando comportamentos, lógicas de interação entre sujeitos, a maneira com as quais agenciavam o desejo e erotismo em seus perfis online e a maneira com que davam contorno a uma aparição contemporânea, erotizada e sensual, de uma sexualidade homoerótica masculina cisgênera.

Traço então, seus paralelos, exageros, aproximações e distanciamentos, que, com ajuda posterior de entrevistas semi-estruturadas, me ajudaram a entender melhor as minhas indagações iniciais. A sistematização se deu não somente pelas notas com minhas impressões e perguntas, como as que aqui estão organizadas, mas por um acompanhamento durante meses de perfis em redes sociais, observando a maneira com que evocam o desejo, procuram angariar clientes e se valem de uma lógica interacional, e também comunitária entre eles, das redes sociais atualmente.

Quero que a leitora passe por estas reflexões construídas ‘em tempo real’ durante meu processo de pesquisa com redobrada paciência. Minha intenção é contribuir para futuros estudos sobre gênero e sexualidade, pensando principalmente em questões que envolvem masculinidades, mercados do sexo (Adriana Piscitelli, 2016) e o espaço que as redes ocupam atualmente em ordenamentos de convenções de gênero contemporaneamente, como algumas pesquisas vêm realizado (Daniel Stack, 2022; Rafael Saldanha, 2017).

Permanências: sites de acompanhantes, masculinidades online e marcadores sociais / Setembro - Outubro

Para esclarecimento, as notas abaixo dizem respeito a perguntas que envolvem uma tensão clássica quando o assunto são homens cisgêneros nos mercados do sexo. A orientação sexual do trabalhador neste campo sempre se tornou motivo de debate (Perlongher, 1987). Pensando em como, atualmente, a sexualidade homossexual encontra campos políticos e subjetivos mais férteis e produtivos para ser



produzida, me indaga: onde fica o escamoteamento de uma homossexualidade negada em um campo agenciado contemporaneamente? Ou as questões que os sites me apresentavam eram de outra ordem?

Variedade de anúncios. Uns com fotos profissionais, outros com fotos caseiras (o que me interessa mais), outros com nenhuma descrição e fotos que nem mostram o rosto, outros com os perfis ‘completos’, mais ‘tradicionais’. O que isso informa sobre o campo e os possíveis ‘tipos’ de prostituição? O que, por exemplo, a foto tirada no quarto com o celular implica no imaginário do cliente? Em comparação com campos comuns da prostituição, como saunas e ruas, aqui parece que a variedade é norma. De corpos, mas de idades, ‘cores’ e performances de gênero/masculinidade. Mas será que existe essa suspensão completa de territórios?

Nos sites encontro os clássicos garotos: musculosos, reforçando uma masculinidade não só nas fotos mas nas descrições também, com fotos profissionais. No boytoy¹⁰, um segundo site que entrei em contato a partir de uma outra busca online, pelo menos existem 3 categorias. As ‘pagas’, onde se exige uma mensalidade para se estar no topo de página, estão vazias. Já a gratuita está relativamente cheia de anúncios. Na própria descrição desta categoria encontro um aviso dizendo que ali é para “iniciantes”. Os mais ‘óbvios’ são facilmente identificáveis. Fotos de baixa qualidade, sem muito ‘enfeite’ estético, pelo menos nos moldes clássicos desse tipo de prostituição de tela. São selfies, fotos nos espelhos, sem muita atenção para a roupa ou necessariamente para uma performance comum em ensaios fotográficos profissionais: com boa iluminação, com um fundo atraente, tensionando os músculos, olhando para a câmera com um desejo lascivo. Entretanto, me chama a atenção por exemplo para garotos mais ‘masculinos’ segurando cigarros, que suponho ser de maconha em algumas fotos. A posição da câmera, a pose do jovem. Me pergunto onde isso influencia no negócio do desejo. Como se fosse uma autenticidade masculina popular desviante/delinquente.

Parece que focar em certa faixa etária pode ser suficiente. Focando em aspectos de masculinidade também. Me parece que a performance aqui é interessante. Boys tatuados, magros, ‘masculinos’ x os mais ‘afetados’, que não se apoiavam em performances ou signos da masculinidade hegemônica. Na pesquisa, sinto que os mais velhos/profissionais parecem não ter espaço. Sinto que já estão manjados, cientes do negócio, com relativa experiência (presumindo que estejam na prostituição há certo tempo como a própria descrição

¹⁰ Para motivo de comparação, analisei anúncios e perfis de dois sites de acompanhantes no começo de minha pesquisa, *GarotoComLocal* e *boytoy*.



de alguns supõe). Parece que o campo nos sites me afasta da ideia bem estreita de novos agenciamentos da prostituição (pensando em questões específicas com relação ao campo de Perlongher; michê-gay-homossexualidades etc) e me aproxima de questões mais amplas: como o online reflete o off; como as masculinidades/performances são agenciadas online; não sei se é imperativo focar apenas nas ‘novas’ prostituições, estas presumidamente contemporâneas pois digitais; mas sim focar nessas novas ‘aparições’ dela.

Talvez devo focar em novos agenciamentos e em como marcadores sociais influenciam a partir disso; se formos considerar, claro, que eles entraram na prostituição ‘recentemente’, sem acesso as tais redes dos mercados do sexo que Maria Elvira (2009) fala¹¹. Ou novas redes: redes expandidas, redes digitais. Penso em masculinidades off, e como são ‘postas’ online, como são agenciadas pelos interlocutores; o que muda, o que intensifica, até onde eles tem agência sobre isso? Onde gênero, sexualidade e classe são imbricados aqui? Me sinto procurando extremos de interseções entre noções de masculinidade com raça, classe etc.

Fluxos digiterritoriais: Produção de conteúdo pornográfico online, primeiras inserções e profissionalização - Novembro-Dezembro

Neste momento da pesquisa me lancei em um fluxo de links que destacam distintos ambientes e distintas lógicas de interação. Aqui já me parecia evidente as ramificações e o alcance possibilitados pelas redes aos mercados do sexo. Destaca-se também a agência individual desses sujeitos, com suas escolhas pessoais e subjetivas ao continuarem trabalhando.

Os sites me parecem ser uma etapa importante da ‘aceitação’ do negócio como trabalho. Essa diferença é muito enfatizada. Trabalho x vida pessoal, como João¹² apontou. Foge um pouco da minha noção de ‘facilidade’ das redes sociais como pode ser imaginado. Não sei o que pensam quem trabalha com outras plataformas como Instagram ou Twitter. Parece que estes últimos são mais recentes, de uma ‘nova’ geração que já visualiza estas redes como possíveis para o trabalho

¹¹ Aqui, me refiro a uma rede mais ‘tradicional’, de contato entre diferentes sujeitos em um mercado com atores específicos em um universo delimitado, como é o caso da pesquisa da autora.

¹² Interlocutor com o qual realizei entrevistas. Todos os nomes aqui são fictícios.



sexual. Prostituição e marketing andam juntas há tempos. Anúncios não são novos (Saldanha, 2010) Apenas os meios mudam e algumas de suas configurações. Formas de se alcançar clientes, que fujam da lógica das ruas, ou territórios, se multiplicaram. Ainda não sei onde existem as diferenças entre eles. No fim, parece que o resultado deve ser sempre o mesmo. Mas preciso entender os significados que cada meio pode ter, qual o simbolismo que cada meio supõe. Onde os sites e redes sociais se desencontram, por exemplo? Seria uma questão geracional? Como essas redes sociais são mobilizadas?

A noção de mercado me parece ser recorrente também. João e Tales mobilizam essas noções. Um disse que o ‘mercado era fraco’, outro disse que precisava se preparar pro mercado. A noção da profissionalização me parece ser importante aqui. Um mercado regido por lógicas comercializantes próprias. Quem quiser entrar, que se prepare, que se veja como ‘produto’, como João também destacou. Que ocorra esse reconhecimento de uma arena de trocas comerciais e que se reconheça os ‘preparativos’ necessários para se adentrar nele. Se você for pioneiro, melhor ainda. Tales entrou no bate papo uol, plataforma de conversas mais antiga, com seu auge nos anos 2000. João disse que foi um dos primeiros a usar os sites. Isso com 16 anos na década de 2010.

Encontrei o contato do Daniel Goiano¹³ se anunciando em Palmas, no site BoyToy. Primeiro momento em que as redes se confundiram, sendo explícito o impacto da produção de conteúdo amador no serviço de acompanhante. Daniel Goiano pode ser considerado um dos produtores mais conhecidos do país. Eu mesmo já entrei em contato com alguns de seus vídeos. Acho que melhor que entendermos como a produção dos vídeos online seja usada como argumento positivo para a contratação, deve se imaginar como as performances nos vídeos ensejam uma autenticidade que pode ser consumida, de verdade, realizada presencialmente, a partir da contratação.

O link do onlyfans e de perfis do twitter são presentes até nos anúncios no site. Além do próprio site ter um espaço para ‘vídeos amadores de garotos reais’; clicando você é levado a uma área com os perfis habituais dos rapazes, com números de telefone e comentários de clientes.

Influenciar-se: Imersões e perambulações na rede - Janeiro - Março

¹³ Gentílico original. Gentílicos são comumente usados neste campo. Uma adjetivação regionalizada e, por vezes, racializada, que evoca certas noções erotizantes de tais sujeitos, como acontece com ‘baiano’ ou ‘carioca’.



Aqui já me rendi a presença online dos acompanhantes. No perfil de Iago percebo essa representação midiática do acompanhante ao visualizar, em seus destaques¹⁴, a tag “vida de garoto”, onde Iago responde perguntas de seus seguidores sobre sua experiência nos mercados do sexo, como: como começar no ramo?

Pra ser bem sincero? Qual a minha diferença para um cliente? Se eu fosse em uma sauna as aproximações seriam paralelas. Como estou nos sites e redes, me sinto deslizando pra lá e pra cá, clicando em links pra lá e pra cá, entrando em tantos perfis quanto forem possíveis, salvando contatos e contatos e mandando mensagens pelo whatsapp.

O que me chama atenção atualmente são os perfis dos criadores de conteúdo digital. Se você segue um, acaba seguindo outros. Alguns realizam os ‘feats’, as participações conjuntas nas gravações amadoras, usando o instagram para promover os filmes. Iago usa do twitter e do instagram para interagir com os seguidores e é bem prolífico nessas redes sociais. Novamente, me pergunto das redes do sexo atuais e qual o uso que certos sujeitos estão fazendo dela. Como a criação de conteúdos online, tão difundida atualmente, pelo menos entre gerações mais jovens, se tornou uma possibilidade que, obviamente, acarreta julgamentos, mas talvez entre nesse embalo de uma sexualidade contemporânea mais livre, exposta, com facilidade de reprodução e com retornos financeiros claros e, orgulhosamente, mostrados em redes sociais.

Pensando nas minhas inserções online. Como não me desvencilhar totalmente dos meus perfis das redes que tenho há tanto tempo, no caso do Instagram pelo menos. Alterei minha bio, arqueei algumas fotos, tudo pra tentar passar uma imagem mais séria, e também apelativa para quem sigo. Não que algum deles tenha interesse em ver, mas a alteração segue também alguns critérios éticos de transparência, assim como para perceberem a minha presença como de alguém que está “observando”, sem a antropologia stalker que sinto que faço no Twitter. Ali me sinto como apenas um de tantos outros que “consomem” seus conteúdos. Penso que se para me tornar nativo em determinada comunidade devo me adentrar nas suas lógicas de interação, então qual outro caminho se não me manter ali,

¹⁴ Ferramenta, ainda disponível, da rede social Instagram onde são destacadas publicações feitas nos *stories*. Esta, sendo outra ferramenta possível, mas que mantém uma duração de visualização padrão de um dia.



sendo um “seguidor” e consumindo suas publicações? Se estamos falando de “influencers” então que sejamos influenciados.

Consumações subjetivas e novas experiências com os mercados do sexo: rastros finais de um campo que está longe, mas também perto

Segui perfis que anteriormente ao campo não seguia, mas passou pela minha cabeça a ideia de continuar seguindo porque são bonitos. O feed deles me agrada. Eles me agradam. É um geração *instagrammer*, que compartilham de referenciais meus também. Alguns perfis começaram a me seguir após ter aberto meu instagram. Inclusive um perfil fechado de um possível produtor de conteúdo também.

Engatei conversas com alguns interlocutores. Tom por Whatsapp, Domênico e Renato pelo Instagram.

Tom e Renato são amigos e podem ser considerados a “velha guarda”. Em uma publicação do Instagram, Renato disse ter voltado à pornografia e também a ser acompanhante por estar presenciando uma “mudança” nesse meio. Domênico, ao contrário, é mais jovem e está em São Paulo somente para fazer parcerias. Ao perguntar para Domênico se a construção de um perfil no instagram pode se tornar mais maleável nas mãos de uma geração mais jovem, me responde que sim pois “é algo que está chegando agora”. Acredito que em Domênico reside os tensores que acredito serem principais para pensar os mercados do sexo atualmente. Como me disse, ele estuda o “marketing” do meio. Quer ser a “anitta do pornô brasileiro”. Tem uma meta bem estabelecida e está perseguindo seus sonhos. Eu acredito que talvez consiga. Tem todos os elementos necessários. É jovem, bonito seguindo alguns padrões normativos, sabe da importância das plataformas, usa de estratégias atuais para ascender no pornô atualmente, como a viagem para SP demonstra.

Enquanto sigo vários perfis que não costumava seguir antes, comecei a me acostumar com a presença desses sujeitos em meu feed. Em suas fotos, às vezes paro para olhar alguns comentários pra ter a certeza de encontrar alguns tipos clássicos dos “fãs”, dos apreciadores. É muito fácil passar direto por essas publicações. Sinto que toda vez o campo se faz presente ali. A sistematização se faz necessária neste sentido. Uma organização mais direta da coisa, mas ainda sigo esses outros perfis que não acompanho tão de perto assim



como se meu campo estivesse presente, disponível e online a qualquer momento. Confesso que alguns eu até curto as fotos, às vezes como tentativa de lembrá-los que estou “observando”, ou para me fazer visto, ou, em último caso, porque gostei do conteúdo. Seja porque achei seus corpos bonitos, seja porque aquela publicação me deixou inquieto, me fez reacender questões de campo, me encheu de perguntas. Aqui, o like fica próximo ao botão de salvar conteúdo, para me voltar a ele quando sentir necessidade. Essas ferramentas são de bom uso.

Vendo um vídeo amador do “Monstro mineiro”, que sigo no instagram. Isso no site pessoal dele. Com seu próprio url. O vídeo é uma amostra gratuita de 30 segundos. São 4 homens, o mineiro está agachado frente os outros 3 que estão de pé, com suas bermudas abaixadas e pênis eretos. Um deles, que está gravando, sob a perspectiva ‘de cima’, diz: Esse que vai pro Twitter... o primeiro que vai pro Twitter.

Outro sujeito da cena pergunta: É foto ou vídeo isso daí? Quem grava diz: Os dois! A gente grava, depois tira foto!

Considerações finais

Nas últimas semanas do meu campo, justamente quando estava já abarcado na lógica interacional mobilizada por estes sujeitos, precisei me afastar para escrever minha dissertação e refletir sobre a pesquisa. Como um distanciamento necessário para digerir o que estava observando/consumindo, deixei de seguir esses perfis e interrompi minhas entrevistas, apesar de ainda sentir que faltava um caminho para dar conta da complexidade deste fenômeno.

Poderia abordar o encontro entre os mercados do sexo e a internet de distintas formas, por distintas disciplinas ou aportes teóricos, ou focar em alguma atividade específica, e evitar tensões conceituais e de categorizações. Entretanto, o que me foi apresentado durante minhas observações e entrevistas revelou um campo muito mais complexo e denso. Observar ‘panoramicamente’ os mercados do sexo nesse sentido me permitiu lançar luz à algumas de suas configurações atuais.

Minha intenção foi a de trazer reflexões clássicas do campo, que para minhas perguntas tiveram sua semente lá na década de 1980 com



Néstor Perlongher, e refletir como atualmente essas experiências foram transformadas e reconfiguradas levando em conta a mudança do tempo e as produções de sentidos que são afetadas.

Espero que a leitora interessada nas discussões sobre mercados do sexo na contemporaneidade tenha tido um vislumbre de algumas das conexões possíveis de serem realizadas quando pensamos em mídias e a troca comercial entre sexo e dinheiro.

Longe de querer borrar as distinções entre distintas atividades, coisa que termos como mercados do sexo e trabalhador/a sexual pode sugerir em certos momentos, minha intenção é justamente lançar luz sobre as possibilidades de diversas práticas que aproximam, em maior ou menor grau, dinheiro e sexo, ou sua representação nas telas, como em filmes/vídeos pornográficos.

Novamente, a diluição entre estas fronteiras digitais presentes no meu campo de pesquisa são sintomáticas, afinal, de todo um esquema de estruturação dos mercados do sexo contemporaneamente que carregam em si um amálgama entre práticas que, ao fim, estão intrinsecamente atadas entre si: exposição, performatividades de gênero e sexualidade (Butler, 2021) e circulação de dinheiro.

A experiência de contar sobre si mesmo, ou de se expor nas redes, como exposto por um interlocutor durante minha pesquisa, levanta questões caras às discussões alarmantes sobre o impacto, aqui pensado como negativo, da internet sobre a sexualidade de alguns sujeitos. A imiscuidade entre trabalho sexual, seja existindo contato físico com cliente ou não, e redes digitais faz emergir justamente o potencial plástico de formas de expor sua sexualidade. E as maneiras são diversas.

Uso de ferramentas online, construção imagética e performática de si, diluição e multiplicação de sentidos eróticos sobre determinados corpos, ou o reforço de alguns padrões de desejo, fazem parte de um campo denso e sempre em contestação dos mercados do sexo. Essa midiaticização ou plataformização (Caminhas, 2018), longe de abafar sentidos clássicos do trabalho sexual ‘presencial’, faz uma sobreposição de sentidos entre distintas experiências que são levadas a cabo quando se decide aventurar por esses caminhos que veiculam desejos e dinheiro.

O que me parece ocorrer é uma rearticulação política que desdobra simbolismos que reforçam desigualdades, mas que ao mesmo tempo dão possibilidades de novos agenciamentos surgirem. Nichos de mercado, que articulam marcadores sociais da diferença, extrapolam um senso



pessimista de ‘venda do próprio corpo pela internet’ para trazer à tona quais conflitos são travados nesse fenômeno atualmente e quais seus termos.

As reconfigurações entre os mercados do sexo e seus meios de veiculação, da rua ao jornal à internet, sublinham distintas potencialidades que produzem novas subjetividades e possibilitam outros tipos de agenciamentos pessoais contemporaneamente.

Esta pesquisa se localiza neste tempo e espaço, na segunda década do século XXI. As mudanças ocorrem com a mesma velocidade que novas redes sociais e plataformas vão surgindo, novas linguagens possíveis são articuladas e novas subjetividades vão ganhando sentido e espaço.

Acredito que acompanhar essas transformações ‘de perto’, compartilhando de alguns simbolismos desses sujeitos que se propõe a agenciar suas sexualidades pensando em retornos monetários na internet possa servir para pesquisas futuras que considerem quais os encontros, e também desencontros, possíveis quando pensamos no fenômeno dos mercados do sexo.

Referências

ALAMAN, Jônatas PASSAMANI, Guilherme. Marcas da ‘brasilidade’: negociações em torno de gênero, sexualidade e cor em Portugal. *Sexualidad, Salud y Sociedad*, 2021.

ALAMAN, Jônatas; PASSAMANI, Guilherme; ROSA, Marcelo Victor. Escorts brasileiros em um site português de acompanhantes: estratégias, tensionamentos e relações de poder. *Etnográfica*, v.26, n.3, 2022.

ALAMAN, Jônatas. Homens nos mercados do sexo online: marcadores sociais, experimentações, diferenciações e (im)permanências. 2023. 138f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.



- BARRETO, Victor. Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca. Niterói: Eduff, 2017.
- BARRETO, Víctor. Os novos territórios da prostituição masculina. In: OLIVEIRA, Thiago (org.). Homens nos mercados do sexo: reflexões sobre agentes, espaços e políticas. Salvador: Editora Devires, 2019. p. 77-102.
- BONETTI, Alinne. O rei está nu! O diário de campo cru e a exposição das etnógrafas. In: SCHUCH, Patrice; VIEIRA, Miriam Steffen e PETERS, Roberta (org.). Experiências, dilemas e desafios do fazer etnográfico contemporâneo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CAMINHAS, Lorena. A midiaticização dos mercados do sexo e a configuração da experiência erótica mediada. *Galaxia*, n.37, p. 162-174, 2018.
- CAMINHAS, Lorena. Camgirls em face dos mercados do sexo. In: _____. Webcamming erótico comercial no contexto brasileiro: organização, estruturação e dinâmicas internas. 2020a. Tese (Doutorado em Ciências Sociais)—Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- CAMINHAS, Lorena. Plataformas digitais e a reestruturação dos mercados erótico-sexuais brasileiros. In: 44º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 2020b. Trabalho apresentado no GT 40 - Sociedade e Vida Econômica.
- CASTELLS, Manuel. Comunidades virtuais ou sociedade de rede?. IN: Castells, Manuel. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Oxford University Press, 2001.
- CONNELL, Robert [Raewyn]; MESSERSCHMIDT, James. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, v.21, n.1, 2013.



DÍAZ-BENITEZ, Maria. Nas redes do sexo: bastidores e cenários do pornô brasileiro. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social)—Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

GREGORI, Maria Filomena. Prazeres perigosos: erotismo, gênero e limites da sexualidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

HENNING, Carlos. As diferenças na diferença: hierarquia e interseções de geração, gênero, classe, raça e corporalidades em bares e boates GLS de Florianópolis, SC. 2008. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

JESUS, José Wellington de. Entre ruas e redes: transformações e significados da prostituição masculina em Aracaju-SE. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)—Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura G. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia*, v.42, n.1, p. 41-65, 2017.

MISKOLCI, Richard. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Estudos Feministas*, v.21, n.1, 2013.

OLIVEIRA, Thiago. Engenharia Erótica, Arquitetura dos Prazeres: cartografias da pegação em João Pessoa, Paraíba. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia)—Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PERLONGHER, Néstor. O negócio do michê: a prostituição viril. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PINHO, Osmundo. A guerra dos mundos homossexuais: resistência e contra-hegemonias de raça e gênero. In: RIOS, Luis Felipe; et al. (orgs.).



Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p. 127-135.

PISCITELLI, Adriana. Economias sexuais, amor e tráfico de pessoas: novas questões conceituais. *Cadernos Pagu*, v.47, 2016.

RODRIGUEZ, Shay de Los Santos. “Vejam-me: disse o corpo”: a educação dos corpos trans e das pornificações transmasculinas. 2021, Rio Grande, 265f. (Dissertação em Educação), Universidade Federal do Rio Grande.

SALDANHA, Rafael. Classificados e o sexo: anúncios de prostituição masculina em SC (1986-2005). 2010. 200f. Dissertação (Mestrado em História)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SALDANHA, Rafael. Você só precisa clicar: sexo virtual e masculinidades refletidas pelas webcams. 2017. 300f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas)—Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SANTOS, Renato Caio Silva. Segredo dos corpos nus: masculinidades, corpolatria e significados da prostituição entre garotos de programa de luxo. 2019. Tese (Doutorado em Saúde Pública)—Universidade de São Paulo, São Paulo.

STACK, Daniel. “Tudo começa na internet”? Homossexualidades em contextos interioranos no Rio Grande do Sul. 2022, Santa Maria. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal de Santa Maria.

TENÓRIO, Leonardo. Uma experiência de trabalho sexual sendo homem trans e outros temas sobre prostituição. In: DONINI, Angela [et. al.]. *Putalibro* [livro eletrônico]. Rio de Janeiro: Ed. da Autora, 2022.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: _____. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. p. 123-132.

VELHO, Gilberto. O desafio da proximidade. In: VELHO, Gilberto; KUSCHNIR, Karina (orgs.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 11-19.



“A gente grava, depois tira foto!”: percursos
teóricos-metodológicos com homens cis nos mercados do
sexo online

331

WEBER, Florence. A entrevista na pesquisa e o íntimo, ou: Por que censurar seu diário de campo? *Horizontes Antropológicos*, n.32, 2009.



Resumo em segunda língua

RESUMO (INGLÊS, FRANCÊS OU ESPANHOL):

This essay is made of theoretical and methodological notes from observations within digital spaces that converge with contemporary practices of sexual work, carried out by cisgender men. My intention is to present the paths taken by me when seeking to understand the uses and strategies of these men in the contemporary sex markets. I therefore present reflections from my field diaries that deal with the presence of these subjects on social networks and escort sites and the way they use these digital mediators. I then seek to shed light on the possible intersections between such phenomena and the political tensions resulting from the processes of accommodating sex markets to digital media today.

PALAVRAS-CHAVE (INGLÊS, FRANCÊS OU ESPANHOL): Online sex markets. Cisgender men. Digital ethnography. Differentiation politics.

Jônatas STRITAR ALAMAN

Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina. Mestre pelo mesmo programa e membro do Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS). Graduado no curso de Ciências Sociais (Bacharelado) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Foi membro do Núcleo de Estudos Néstor Perlongher - Cidade, Geração e Sexualidade (CNPq/UFMS), e bolsista PIBIC/CNPq 2019-2020, trabalhando os seguintes temas de pesquisa: Prostituição em Portugal e trânsitos internacionais de brasileiros. Tem experiência na área de Antropologia, com especial interesse nos campos da Antropologia da arte, urbana e audiovisual, como também debate, em suas pesquisas e publicações, temas envolvendo gênero, sexualidade, erotismo e mercados do sexo. Atualmente pesquisa movimentações políticas e identitárias contemporâneas a partir de propostas de mercados segmentados no ramo turístico.

Recebido em: 15/11/2024

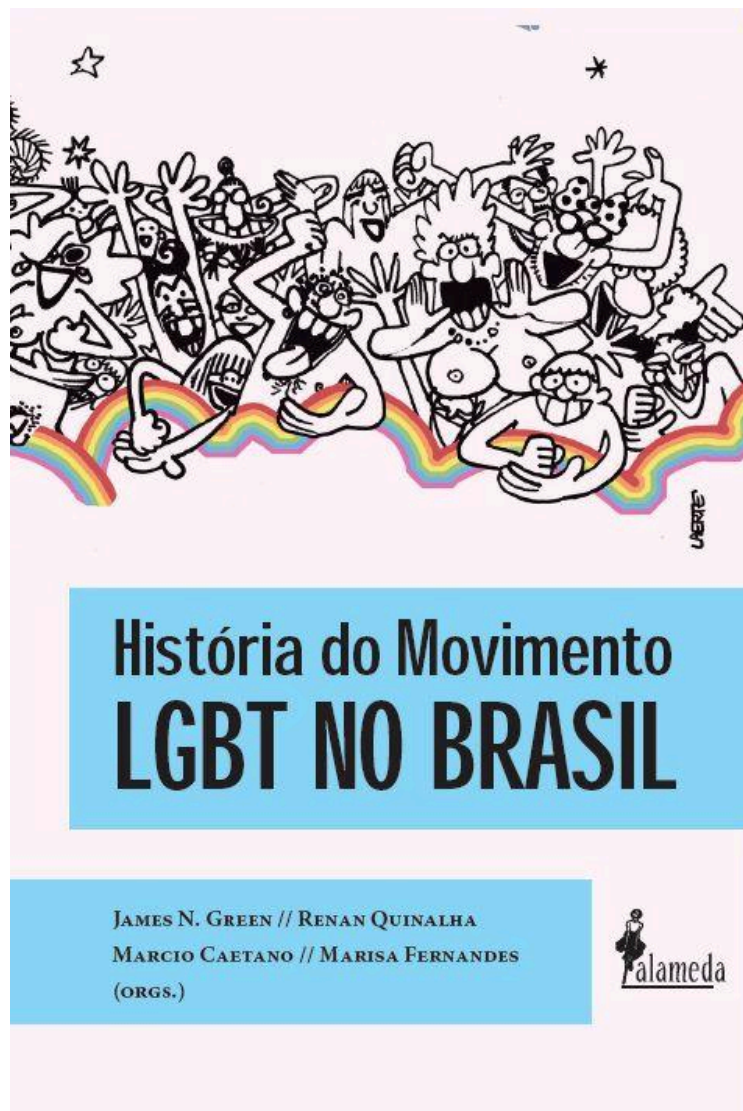
Aprovado em: 15/01/2025



RESENHA

Quarenta anos de movimento LGBTI+ brasileiro: opressões, resistências e identidades

Maria Clara Gama, *Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)*





O livro “História do Movimento LGBT no Brasil”, organizado por James Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano e Marisa Fernandes, foi publicado pela Editora Alameda, em 2018, por ocasião da comemoração do quadragésimo aniversário do movimento LGBT brasileiro. A sigla se refere às Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e foi oficialmente adotada pelo movimento na I Conferência Nacional, em 2008 (Simões & Facchini, 2009). Tenho preferido utilizar a sigla LGBTI+, e empregarei a mesma neste texto, pois esta acrescenta a categoria *Intersexo*, referindo-se aos indivíduos que transcendem as classificações binárias, além do símbolo “+”, que engloba as demais minorias sexuais. Defino como *minorias sexuais* grupos heterogêneos, que sofrem discriminações em decorrência das suas orientações sexuais ou identidades de gênero, fora dos padrões heterossexuais e cisgêneros.

O livro não pretendeu fazer um levantamento da história do movimento LGBTI+, mas reunir pesquisas e relatos de militantes. Algumas das narrativas são emocionantes, pois mobilizam memórias, histórias de vida, de exclusão, mas também de resistência e luta.

A seguir, apresentarei alguns dos eixos temáticos do livro, entre os quais: as perseguições às minorias sexuais durante a ditadura militar e as resistências por parte destas; o movimento LGBTI+ e as relações com os partidos políticos; os movimentos LGBTI+ e as questões identitárias (entrecruzadas interseccionalmente pelas variáveis gênero, raça e classe).

Ditadura militar: perseguições às minorias sexuais e resistências por parte destas

Em seu capítulo, Renan Quinalha analisou a repressão exercida durante a ditadura militar brasileira sobre as minorias sexuais. Quinalha destacou que juntamente às violências físicas que foram perpetradas contra minorias sexuais, foram produzidos diversos discursos que valorizavam e fortaleciam o modelo de família tradicional, monogâmica e heterossexual. Foram mobilizados aparatos repressivos contra aqueles cujas condutas foram consideradas indesejáveis.

No que concerne à violência física perpetrada contra as minorias sexuais durante a ditadura, Rafael Ocanha, relatou algumas das ações da polícia de São Paulo, que agiu apoiada por políticos conservadores e donos de estabelecimentos no centro da cidade. Ocanha enfatizou as ações do delegado José Wilson Richetti, que realizou operações contra prostitutas, travestis e michês, em 1980. Richetti se baseava no artigo 59 da Lei das Contravenções penais, conhecida como “vadiagem”. Este



artigo determinava que maiores de idade aptos ao trabalho deveriam possuir emprego e renda para a auto subsistência. Tais exigências abriam caminho às perseguições contra desempregados e trabalhadores informais, de baixa renda. Ocanha enfatizou os processos de gentrificação implicados nestas operações policiais. Isto porque estas ações atingiram principalmente as classes mais baixas, que sofriam tentativas de expulsão dos espaços centrais das grandes cidades.

O capítulo de Michele Lima e Patrícia Sampaio apresentou uma discussão sobre o processo de gentrificação em Manaus, durante a ditadura militar. Entretanto, as autoras enfatizaram que, tanto na época, quanto na atualidade, os grupos considerados indesejáveis apresentam resistências, pois garantem suas subsistências nas ruas.

Os capítulos de Edward MacRae, James Green e João Silvério Trevisan destacaram as resistências das minorias sexuais durante a ditadura militar, no final da década de 1970, que engendraram no desenvolvimento do Movimento Homossexual Brasileiro, primeira denominação recebida pelo movimento LGBTI+. Os autores destacaram a criação do grupo militante SOMOS e do lançamento do Jornal *O Lampião*, ambos em 1978. Além disto, MacRae relembrou as reações do movimento homossexual às rondas policiais conduzidas pelo delegado Richetti, em 1980. Os militantes homossexuais recrutaram militantes de outros movimentos sociais, como o feminista, o negro e o estudantil, e realizaram uma marcha no centro de São Paulo, com quase mil pessoas.

Marisa Fernandes relembrou o ato de resistência lésbica no *Ferro`s Bar*, em 1983, em São Paulo, quando o proprietário do estabelecimento impediu militantes lésbicas de venderem exemplares do jornal *ChanacomChana*. As militantes lésbicas recrutaram gays, defensores dos direitos humanos, políticos e profissionais da imprensa, gerando enorme alarde e conseguindo revogar a proibição. O dia no qual ocorreu este ato de resistência, 19 de agosto, tornou-se a data na qual se celebra o Orgulho Lésbico no Brasil.

Além de atos políticos de resistência, existiam espaços clandestinos de sociabilidade homossexual durante a ditadura, que representavam resistências aos conjuntos de normas morais difundidos pelos militares. Thiago Soliva narrou a trajetória da “Turma OK”, iniciada nos anos 1960, em atividade até a atualidade. O autor destacou que se tratou de um grupo voltado à sociabilidade, no qual os integrantes criavam espaços onde se sentiam a vontade para viverem suas homossexualidades, travestilidades e transexualidades. Nestas reuniões, ocorriam shows e



performances, que eram “aplaudidas” com estalinhos de dedos, para não fazer barulho e não chamar atenção.

Os movimentos LGBTI+ e as relações com os partidos políticos

Edward MacRae destacou tensões no grupo Somos referentes aos partidos de esquerda. Alguns integrantes do Somos se mantiveram refratários à aproximação com partidos políticos de esquerda, por acreditarem que estes menosprezavam a causa homossexual sob o argumento que esta enfraqueceria a luta de classes. Outros integrantes se aproximavam da “Convergência Socialista”, organização trotskista brasileira.

Ao contrário de MacRae, que narrou esta controvérsia de modo isento, sem se posicionar pró ou contra o engajamento partidário, James Green defendeu a pertinência do engajamento com os partidos políticos. Durante os anos em que participou do Somos, Green defendeu a aproximação do grupo em relação aos movimentos operário, negro e feminista. O autor destacou a dificuldade que os militantes possuíam de pensar nas suas próprias identidades de modo interseccional. Este fato pode ser explicado pela ausência do conceito de interseccionalidade¹, que na época ainda não havia sido difundido. Assim, segundo Green, uma pessoa não se conceberia como, por exemplo, negra, feminista e lésbica, sendo mais comum a ênfase sobre uma destas identidades. Green avalia que as perspectivas mudaram muito ao longo do desenvolvimento do movimento LGBT+, cujos militantes não são refratários à política institucional, nem às concepções interseccionais das identidades.

Adotando uma perspectiva diferente, João Silvério Trevisan, afirmou que as minorias sexuais se identificavam com a esquerda, mas se queixavam da heteronormatividade e do machismo preponderantes nesta última. Isto explicaria as posturas refratárias de muitos militantes do então Movimento Homossexual Brasileiro em relação ao engajamento com partidos políticos, mesmo os de esquerda. Estes militantes tinham receio de contribuírem “engrossando o coro” das bases partidárias,

¹ Kimberlé Crenshaw sistematizou o conceito de interseccionalidade no texto “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, publicado em 1991. A interseccionalidade concebe as desigualdades sociais a partir do entrecruzamento de variáveis como gênero, raça, classe social, entre outras, que produzem, por seus turnos, diferentes efeitos sobre os indivíduos e contextos nos quais estão inseridos. Conforme veremos adiante, segundo Leandro Colling, no capítulo “Impactos e/ou sintonias dos estudos *queer* no movimento LGBT do Brasil” (GREEN et al, 2018) o conceito de interseccionalidade só se difundiu no Brasil a partir dos anos 1990, sob influência das teorias *queer*.



porém, tendo suas questões dissolvidas diante de problemas considerados mais importantes, como a luta operária. Segundo Trevisan, isso teria acabado por acontecer com o grupo SOMOS ao ser integrado ao Partido dos Trabalhadores, através da Convergência Socialista.

Em seu capítulo, Luiz Mott defendeu a independência em relação aos partidos políticos, pelo menos no caso do grupo militante ao qual pertence, o Grupo Gay da Bahia (GGB). Mott credits o sucesso do GGB, entre outros fatores, à independência completa em relação aos partidos políticos. Apesar de se relacionar com o poder público e com o governo, o GGB se manteve apartidário.

Entretanto, a tendência dos militantes e grupos se manterem refratários às alianças com os partidos políticos mudou ao longo dos anos. A chegada do Hiv/aids levou grupos militantes a buscarem parcerias com o Estado, conforme destacaram Márcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alessandro Rodrigues. Muitos grupos se institucionalizaram, adotando o formato de Organizações Não Governamentais, atuando a partir do desenvolvimento de projetos e da captação de recursos, conforme também atestou Regina Facchini no livro “Sopa de Letrinha” (2005).

Cristina Câmara destacou que à medida que o movimento LGBTI+ foi se tornando mais aceito pela população, partidos políticos de esquerda passaram a organizar grupos de trabalho em torno das temáticas LGBTI+. Partidos de centro acompanharam posteriormente estes movimentos, ainda que de modo mais discreto. Câmara cita como exemplo o PSDB, que criou um grupo de diversidade.

Os movimentos LGBTI+ e as questões identitárias

Edward MacRae destacou alguns conflitos identitários que marcaram o início dos movimentos homossexuais, no final dos anos 1970. Entre estes, o autor enfatizou as tensões entre lésbicas e gays no grupo Somos. A partir do machismo que sentiam por parte dos gays, as lésbicas formaram um núcleo exclusivamente feminino no Somos. Com o tempo, sentiram necessidade de constituírem um grupo autônomo, e formaram o GALF, Grupo de Ação Lésbica Feminista. Logo depois as lésbicas se aproximaram das feministas, devido à identificação de muitas pautas comuns. Entretanto, houve um estranhamento inicial. As feministas heterossexuais não queriam ser confundidas com as lésbicas, pois sempre haviam sido rotuladas enquanto tais. As lésbicas, por sua vez, queixavam-se do heterossexismo das feministas heterossexuais. Apesar



destes estranhamentos, houve trocas profícuas. Em “Ações Lésbicas” Marisa Fernandes abordou o desenvolvimento do movimento homossexual das lésbicas e confirmou a ocorrência das tensões identitárias destacadas por MacRae.

O capítulo de Ana Cristina Santos enfatizou a existência de racismo no movimento LGBTI+ e de *lgbti+fobia*² no movimento negro. A autora, negra e lésbica, falou sobre a invisibilidade das mulheres negras lésbicas, tanto no movimento LGBTI+, quanto no movimento negro. Santos destacou a pertinência de concebermos as identidades em termos interseccionais, integrando as dimensões raciais, de gênero, de orientação sexual e de classe. Santos narrou algumas ações voltadas às mulheres negras em seminários de lésbicas, assim como ações voltadas para lésbicas em seminários de mulheres negras. Apenas em 2006 é que mulheres negras lésbicas passaram a se organizar politicamente de modo autônomo.

Conforme destaquei anteriormente, James Green afirmou que no início dos movimentos das minorias sexuais os militantes tinham dificuldades em conceber suas próprias identidades de modo interseccional. Atualmente estas concepções mudaram, tornando-se interseccionais. Leandro Colling, em “Impactos e/ou sintonias dos estudos *queer* no movimento LGBT do Brasil” destacou que o conceito de interseccionalidade passou a ser empregado pelos militantes LGBTI+ devido à influência dos estudos *queer*.

Ainda sobre o que concerne à interseccionalidade, é necessário enfatizarmos aspectos referentes à variável classe social. O texto de Rita de Cassia Colaço Rodrigues apresentou uma narrativa não hegemônica sobre a história do movimento LGBTI+ brasileiro. Enquanto uma parte da literatura destaca como marcos do movimento o surgimento, entre classes médias intelectualizadas, do Grupo SOMOS e do Jornal Lampião da Esquina, Rodrigues narra a sua experiência, na mesma época, juntamente à um grupo militante homossexual em Duque de Caxias, entre pessoas de baixa renda. Tratou-se de um grupo que emergiu num contexto de descaso político, de condições precárias de saneamento,

² O conceito de *homofobia* pode ser definido enquanto discriminações contra pessoas que exibam características atribuídas ao outro gênero que não ao seu (WELZER-LANG, 2000). Embora o conceito de homofobia tenha sido empregado no Brasil pela mídia e pelos movimentos das minorias sexuais desde a década de 1990, com o decorrer do tempo surgiram demandas específicas para combater a *lesbifobia* (concernente às discriminações em relação às mulheres lésbicas), a *bifobia* (referente às discriminações das pessoas bissexuais e pansexuais) e a *transfobia* (relacionada às discriminações das pessoas trans e intersexo). Assim, o movimento LGBTI+ chegou ao emprego do termo *lgbti+fobia*, que evidencia as discriminações contra todas as identidades que constituem o movimento. Por esta razão, o termo foi aqui empregado, ao invés de *homofobia*.



segurança, lazer e serviços públicos. Um grupo que teve que lutar pelas causas LGBTI+, e que enfrentou condições precárias de existência. Rodrigues revelou ainda, que este grupo sofreu preconceitos em relação a outros grupos homossexuais, com atuação na zona sul.

O livro avançou bastante no que concerne às identidades de travestis e de pessoas trans. O artigo de Elias Veras destacou o caráter performativo do gênero. A maleabilidade em relação às performances de gênero aumentaram ao longo do processo de redemocratização política. Estas mudanças também se relacionaram com o desenvolvimento da indústria farmacológica e das técnicas corporais de transformações. Segundo o autor, a mídia, apesar de nem sempre ter dado um tratamento digno às minorias sexuais, contribuiu, entretanto, para a difusão da flexibilização dos papéis de gênero, trazendo visibilidade à questão.

Leandro Colling afirmou que os estudos *queer* contribuíram no processo de despatologização das identidades trans, além de terem desenvolvido reflexões sobre aproximações e diferenças entre orientação sexual e identidade de gênero. Segundo as definições de Yogyakarta, que pautam a legislação de direitos humanos internacionalmente, *orientação sexual* é a capacidade individual de se sentir atraído sentimental e ou sexualmente por pessoas do mesmo gênero, de outro gênero ou de mais de um gênero. A *identidade de gênero* corresponde ao sentimento subjetivo do indivíduo em relação ao seu próprio pertencimento de gênero, que pode ou não corresponder ao sexo que lhe foi atribuído no nascimento. (Indonésia, 2006).

Assim, os estudos *queer* elucidaram que a travestilidade e transexualidade dizem respeito à identidade de gênero e não à orientação sexual. Colling enfatizou o fato dos movimentos de travestis terem passado a se pensarem enquanto movimentos feministas. Durante muito tempo, estes se pensavam enquanto uma variação da homossexualidade e não da identidade de gênero. Outra questão que parece óbvia, mas merece ser destacada, é que todas as pessoas possuem identidade de gênero, não apenas as pessoas trans.

Em “Travessia: caminhos da população trans na história”, Jaqueline Gomes de Jesus escreve a partir do seu posicionamento enquanto mulher trans. Jesus destacou a mobilização internacional contra a psiquiatrização das identidades trans e a luta pelo direito à autodeterminação. A autora afirmou que este é um dos aspectos centrais da ação coletiva relacionada às pessoas trans.

Jesus destacou que a primeira cirurgia de redesignação genital que ocorreu no Brasil, em 1971, virou caso de tribunal, pois o médico que



realizou a cirurgia foi processado pelo Conselho Federal de Medicina, acusado de lesão corporal grave. Contudo, ele foi absolvido em segunda instância, devido ao apoio de uma junta médica do Hospital das Clínicas de São Paulo, onde foi realizado o procedimento. Contudo, estas cirurgias permaneceram proibidas no Brasil até 1997.

Jesus criticou a 9^a versão da Classificação Internacional de Doenças (CID), expedida em 1979, que classificava a transexualidade como *transexualismo*, transtorno de identidade de gênero. Contudo, apesar da patologização da transexualidade, a CID indicava procedimento cirúrgico como forma de tratamento. O Brasil permaneceu atrasado durante anos em relação à permissibilidade destas cirurgias já que, como vimos, passou a autorizá-las apenas em 1997. Jesus também criticou a 10^a versão da CID, que permaneceu com a classificação de transtorno em relação à transexualidade. A autora expressou suas expectativas em relação à despatologização da transexualidade na próxima versão da CID.

Em 2018 foi publicada a 11^a versão da CID e a transexualidade foi inserida na seção “Condições relacionadas à saúde sexual”, sob a designação “Incongruência de Gênero”, termo escolhido visando descrever o sofrimento de pessoas não cisgêneras, supostamente isento de conotações patologizantes. Contudo, muitas pessoas trans manifestaram insatisfação em relação ao termo, considerando-o pejorativo (Maia; Pires, 2018).

Dois capítulos do livro abordaram questões identitárias concernentes aos homens trans. Em “Transmasculinos: invisibilidade e luta”, João Nery, primeiro homem trans a fazer cirurgia de redesignação sexual no Brasil, falou sobre o movimento de homens trans, sobre problemas enfrentados por estes, além de ter apresentado algumas de suas reivindicações.

Nery afirmou que as travestis e transformistas abriram caminhos às mulheres trans³. De fato, os movimentos de travestis se iniciaram anteriormente ao movimento de mulheres trans, que, por sua vez, antecedeu o de homens trans.

Em 2008 o SUS instituiu o Processo Transexualizador para mulheres trans. No que concerne aos homens trans, em 2010 o Conselho Federal de Medicina passou a considerar que os procedimentos de mamoplastia masculinizadora (retirada de mama) e a pan-histerectomia (retirada de órgãos reprodutores internos femininos) deixavam de ser experimentais.

³ Sobre esta questão, ver o excelente artigo de Mário Lima Carvalho e Sérgio Carrara, “Rumo a um futuro trans? Contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil” (2013).



No que se refere à militância dos homens trans, Nery narrou que em 2011 foi aberto um espaço para a participação destes no ENTLAIDS, Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na luta contra a AIDS. Este encontro ensejou a formação da primeira organização de homens trans no ano seguinte, em 2012.

Nery falou sobre o fato dos homens trans serem acusados de buscarem privilégios machistas. Contudo, afirmou que estes não têm suas masculinidades reconhecidas. Os corpos dos homens trans são vistos como estupráveis, assim como os corpos das mulheres. Os homens trans foram socializados como mulheres, tendo sido educados para se calarem e não reivindicarem. Portanto, reivindicar a masculinidade em um corpo destinado a ser feminino representa uma afronta à masculinidade falocêntrica, hegemônica. Nery afirmou que uma das contribuições dos transmasculinos é poder performar uma masculinidade suave, amorosa, possibilitando aos homens cisgêneros serem mais doces.

Entre os problemas que afligem os homens trans constam a falta de reconhecimento de direitos, como, por exemplo, o de ter o nome social nos documentos. Neste sentido, Nery celebrou a resolução do Supremo Tribunal Federal, em 2018, que permitiu que pessoas trans alterassem seus nomes e gênero nos documentos sem a necessidade de passarem por cirurgias.

Nery mencionou também o problema de reservarem alas específicas nos presídios para homens trans. Além disto, falou da necessidade de assistência do SUS para homens trans grávidos, pois a ginecologia e obstetrícia são consideradas especialidades femininas.

O artigo de Fábio Morelli e Alexandre Peixe resgatou a formação do movimento de homens trans a partir da ótica deste último, um dos militantes mais atuantes. Peixe enfrentou muitas dificuldades, como a falta inicial de companheiros militantes. Por exemplo, em um congresso LGBTI+, em 2005, ele era o único homem trans. Em outro congresso em 2008, encontrou apenas dois companheiros.

Assim como Nery, Peixe destacou algumas das reivindicações dos homens trans, como a despatologização das identidades trans, o acesso à hormonioterapia e às cirurgias de mastectomia e histerectomia, o direito ao aborto, o direito à engravidar sem perder o reconhecimento da masculinidade e da paternidade, o direito à celas para homens trans em presídios, entre outros.

Considerações Finais



O livro “História do movimento LGBT no Brasil” apresentou artigos sobre temas diversos relacionados ao movimento, como o início da organização política dos grupos militantes, a luta contra o HIV/aids, a cobertura midiática sobre as minorias sexuais, as lutas por direitos, entre outras questões. Neste texto, enfatizei as perseguições durante a ditadura militar em relação aos LGBTI+, assim como as resistências realizadas por estes, tanto no que concerne à organização política do movimento, quanto em relação à manutenção de espaços de sociabilidade.

Destaquei também um tema recorrente no livro, referente à relação entre os militantes homossexuais e os partidos políticos. No início do movimento houve divergências em relação a essa questão. Alguns defendiam a autonomia do movimento, enquanto outros, o engajamento partidário. A necessidade da ampliação da participação política acabou contando a favor do engajamento partidário e questão parece ter sido superada, ainda que haja grupos atuantes apartidários.

Outro tema abordado foi referente às identidades que constituem o movimento LGBTI+. As formações de determinadas identidades foram tratadas em alguns artigos, assim como conflitos e negociações entre diferentes identidades. Foram destacados, por exemplo, conflitos entre lésbicas e gays, devido ao machismo por parte destes últimos. As lésbicas, ao buscarem parcerias com as feministas heterossexuais, se depararam, inicialmente, com posicionamentos heterossexistas por parte destas últimas. Tais posicionamentos, contudo, não impediram a formação de alianças.

Ainda no que concerne às tensões identitárias, foi abordada a invisibilidade das mulheres negras lésbicas, assim como a existência de racismo nos movimentos das minorias sexuais, e de homofobia no movimento negro. Contudo, as percepções dos militantes a respeito das próprias identidades têm se tornado interseccionais, colaborando para produzir mudanças nos movimentos negro e LGBTI+, no sentido de adotarem, respectivamente, posturas anti-lgbti+fóbicas e anti-racistas.

A questão da interseccionalidade foi um aspecto central no que concerne às identidades. Conforme destacado por James Green, no início do movimento das minorias sexuais, os militantes tinham dificuldades de conceberem suas identidades de modo interseccional. Contudo, isto mudou com o passar dos anos. Segundo Leandro Colling, tal mudança se deveu à influência dos estudos *queer*. Atualmente, no movimento LGBTI+, os militantes concebem suas identidades de modo interseccional, sendo entrecruzada por variáveis de gênero, raça e classe



social. A variável *classe social* perpassa todas as identidades das minorias sexuais, influenciando significativamente as experiências dos indivíduos e as estruturas de oportunidades.

O livro teve alguns capítulos dedicados às identidades de travestis e de pessoas trans. Conforme destacado, as possibilidades em relação às performances de gênero aumentaram ao longo do processo de redemocratização. O desenvolvimento da indústria farmacológica foi fundamental neste processo.

Uma contribuição dos estudos *queer*, destacada por Leandro Collin, foi a distinção entre orientação sexual e identidade de gênero. A travestilidade passou a ser relacionada à identidade de gênero, o que aproximou as travestis das feministas.

Em relação às pessoas trans, vimos que as organizações das mulheres trans antecederam as dos homens trans. Ambas as organizações lutam contra a transfobia e patologização das identidades trans, pelo direito à auto-designação e às cirurgias de redesignação sexual, pelo uso do nome social nos documentos, por celas para mulheres e homens trans.

Nestes quarenta anos de organização, o movimento LGBTI+ conseguiu que a mídia lhes concedesse tratamento mais digno, obteve avanços na luta contra o Hiv/aids, o reconhecimento por parte de órgãos de saúde em relação à despatologização das orientações sexuais e identidades de gênero, o reconhecimento da união civil homoafetiva, a criminalização da lgbti+fobia, entre as conquistas de outros direitos. Entretanto, há, ainda, muito a ser feito. Ainda há violência lgbti+fóbica. Na última década acompanhamos o recrudescimento do conservadorismo relacionado às questões de gênero e sexualidade, ameaçando direitos conquistados. Assim, sem deixar de comemorar as vitórias alcançadas, o movimento não pode arrefecer suas lutas.

Referências:

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color, *Stanford Law Review*, Palo Alto, 1991



FACCHINI, Regina. (2005). *Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90*. Rio de Janeiro: Garamond.

GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio & FERNANDES, Marisa. (Orgs). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda.

INDONÉSIA. Princípios de Yogyakarta. 9 de Novembro de 2006. Yogyakarta, Indonésia, nov.2006. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf>. Acesso em 08/07/2020.

LIMA CARVALHO, Mario Felipe; CARRARA, Sergio. Em direção um futuro trans? Contribua para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sexualidade, Saúde e Sociedade - Revista Latino-Americana*, [S.l.], n. 14, p. 319-351, Ago. 2013. ISSN 1984-6487. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/SexualidadSaludySociedad/article/view/6862>>. Data de acesso: 05 jul. 2020

MAIA, Gabriela; PIRES, Gabriela. As transformações no dispositivo da transexualidade a partir da luta pela despatologização [online]. Disponível em: <<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/18825>>. Acesso em: 09/09/2024.

SIMÕES, Júlio & FACCHINI, Regina (2009). *Na trilha do arco-íris. Do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Perseu Abramo.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Revista de Estudos Feministas*. Florianópolis, 2001, pp. 460 - 482.

Forty years of Brazilian LGBTI+ movement: oppressions, resistances and identities

ABSTRACT: This text presents the review of the book “History of the LGBT Movement in Brazil”, organized by James Green, Renan Quinalha, Márcio Caetano and Marisa Fernandes, published in 2018, on the occasion of the celebration of the fortieth anniversary of the LGBT movement (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites and Transsexuals) in Brazil. The book did not intend to make an exhaustive survey of the history of the LGBT movement, but to



gather research and reports from militants. I presented some of the thematic axes of the book, among which: the persecutions against sexual minorities during the military dictatorship and the resistance by them; the LGBT movement and relations with political parties; LGBT movement and identity issues (intersectionally intersected by gender, race and class variables).

KEYWORDS: LGBT Movement. Identities. Resistances.

Maria Clara GAMA

Doutora em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Atualmente coordena a equipe de Comunicação do Centro Latinoamericano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ).

Recebido em: 17/10/2020

Aprovado em: 04/10/2022



LUCES DE UNA AUTOETNOGRAFÍA LÉSBICA

Reseña de *Las Intermitencias de los
Infinitos Lésbicos* (2022) de María
Alonso

Konstantinos Argyriou, *Universidad Rey Juan Carlos I de Madrid*





No es fácil indagar en el panorama de la afectividad y relacionalidad lésbicas, en un momento en el que su invisibilización histórica parece haber adquirido una nueva dimensión. Las Intermitencias de los Infinitos Lésbicos (Alonso, 2022) nos abren el camino hacia la complejización del sentido que le damos a la identidad, la orientación, el deseo y el quehacer lésbicos. Por ello, deviene un libro urgente; un camino a recorrer en un horizonte muy cercano.

Resulta complicado, e incluso innecesario, establecer un orden estricto en la exposición de los argumentos clave de este libro. Parece más útil reunir temas o patrones. Esta flexibilidad no solo está en línea con el afán de la autora por desafiar los esquemas positivistas de la ciencia, sino que facilita la labor de ver el texto en perspectiva, como un ente vivo, palpitante, en movimiento.

En su autoetnografía, María Alonso conjuga cuestiones identitarias, que siempre se ven atravesadas por la política. Pero la que destaca sobre las demás es su pertenencia a la categoría “lesbiana”, sobre todo después de haber experimentado atracción y amor por un hombre. Este presunto “deslizamiento” parece, para algunas de sus amigas más cercanas, ser señal de una incompatibilidad con la pertenencia al endogrupo. El carné de “lesbiana” parece otorgarse precisamente por rechazar a los hombres como posibles amantes, compañeros, incluso a veces interlocutores en el espectro sexoafectivo.

Las políticas identitarias, además, promocionan ideales de identificación con las categorías sexogenéricas, entre ellos la estabilidad, la robustez y la convicción de que se trata de una característica vital, definitiva. La trayectoria sexoafectiva de la autora, en ese sentido, la encasillaría, al menos en principio o por defecto, en lo bisexual. Sin embargo, ella deniega abiertamente esta denominación, asomándose a un largo pensamiento sáfico que no se deja conformar con las apariencias. No por haber mantenido o seguir manteniendo relaciones con ambos géneros prevalentes, acaba una siendo bi. Al contrario, experiencias vitales, y orientación sexual en el sentido de adscripción a una etiqueta identitaria, son dos aspectos diferentes. De ese modo, el lesbianismo aquí no es estanco ni cerrado, sino permeable, receptivo, atravesado por la narrativa personal:



La definición de lesbiana que estamos construyendo –porque sería imposible terminarla– responde al concepto posmoderno de la identidad fragmentada, fluida, en movimiento, frente a la identidad más esencial de la modernidad, en la que la estructura era estanca, fija, perdurable. Si bien cada una responde a unas funciones, considero que la identidad esencial hoy es menos útil de lo que lo fue, como la posmoderna no lo sería en otros momentos (p. 115).

El libro contiene nombres y hechos reales; relaciones que se manifiestan desde su vulnerabilidad y su temporalidad; maneras de vivir que a veces son enriquecedoras, por los aprendizajes que suponen, y otras problemáticas y pendientes de revisar. La mirada en retrospectiva empieza por ese choque del entorno con la actual relación presuntamente heterosexual, para ir hacia atrás, concretamente hacia dos relaciones lésbicas clave en la vida de la autora. Entre medias, hay menciones a otros vínculos y datos biográficos que nos ayudan a entender los patrones y las comprensiones de la narradora sobre los hechos que la marcan.

Una discusión predominante, que se evidencia a través de la puesta en escena de su relación con su pareja más longeva, concierne la crianza compartida de su hija, así como la responsabilización de los trabajos de cuidado y mantenimiento del hogar. Para la autora, las relaciones lesbianas parecían en principio exentas de preocupaciones generizadas, es decir de si alguna de las dos partes asume roles más “femeninos” o “masculinos”. No obstante, mediante realizaciones dolorosas, progresivamente se evidencia que las lesbianas no desarrollan sus relaciones al margen del orden hetero- y homo-normativo, sino muy a menudo dentro de él. De ello advertía Diana Fuss en su mítico libro *Inside/Out* (1991), al hablar de la relacionalidad queer como intrínseca y a la vez extrínseca de la hegemonía heterosexual.

Otro de los efectos especiales del libro es que explaya relatos y moviliza experiencias de otras mujeres del círculo de María. Por ende, la autoetnografía implementada no se limita en el punto de vista presente o pasado de ella, sino que agrega elementos externos, testimonios de compañeras, amigas, camaradas, conocidas, la mayoría residentes en Granada o el resto de Andalucía, pero también de otros lugares. Al principio del libro se desarrollan las características de esas mujeres, la mayoría reales, otras anonimizadas. Y en cuanto a sus aportaciones, esas oscilan entre la comprensión de los vínculos, hasta la afrontación de la lesbofobia. Por ejemplo:



[...] me ha costado tener que cumplir muchos años para que empeicen a escucharme en un plano de igualdad. ¡Pues no había que argumentar nada...! Cuando un tío dice que el vaso está encima de la mesa, porque es obvio [...], yo tengo que argumentarlo. Ellos con que lo digan ya tienen la comprensión (“Raquel”, en Alonso Vidal, p. 200).

Un estereotipo muy común en las relaciones entre lesbianas es que son intensas, llenas de altibajos emocionales, y de la lógica de “todo o nada” desde sus inicios; que, contrariamente a las relaciones entre gays, son menos efímeras, promiscuas o carnales, para enfocarse más en la expresión de sentimientos y la corresponsabilidad. María ofrece otro ángulo:

No conozco parejas de lesbianas que se hayan sentado a negociar cómo va a ser su convivencia en el momento de iniciar la relación. Es posible que, si las mujeres heterosexuales lo hacen, sea porque intuyen que la desigualdad es una opción probable más que posible, mientras que las lesbianas, por esa creencia de que tenemos relaciones igualitarias, no nos lo planteamos (p. 283).

Se trata de un esbozo que consigue entremezclar la teoría con la vivencia personal, de una manera memorable. Justo una página después, se encuentra otra reflexión relevante:

[...] la negociación era un fraude, en el sentido de que muchas veces pretendía ser una llamada de atención por mi parte para intentar que [Nahia] se diera cuenta de mi malestar y que saliera de ella, por iniciativa propia, recuperar alguna tarea. No pretendía con eso que aliviara mi carga realizando las tareas de casa, sino más bien que aliviara mi desilusión –si ella colaboraba un poco, yo sentiría que lo hacía para apoyarme y esa empatía la interpretaba como una prueba de amor hacia mí– (p. 284).

Aunque la aplicación de una mirada tan íntima y la iluminación de aspectos tan profundos podrían incomodar, incluso desbordar partes del público lector, la proporción áurea que encuentra la autora para evitar que miremos su vida de reojo es tan delicada y cuidada, que se merece una mención especial. Es concertante que no se acabe fetichizando los recuerdos aportados, a pesar de que algunos se narran con una (inevitable) carga emocional. En eso, una mezcla de transparencia y complicidad marcan el camino a seguir. A la vez, si pensamos en posibles reiteraciones del mismo estilo de escritura, o en estrategias para imitar la



metodología empleada, pronto acabamos renunciando a la posibilidad, por la originalidad del planteamiento.

Volviendo a los temas que destacan, otro fundamental es la reproducción y la creación de familias, teniendo presentes las presiones sociales hacia el matrimonio y el linaje heteronormativo. En las relaciones lesbianas, que tradicionalmente han estado permeadas del doble estigma de feminidad y homosexualidad, que dos mujeres sigan siendo “amigas” durante un tiempo largo no es simplemente sospechoso, sino alarmante. La edad intersecciona con el género y la orientación sexoafectiva, para añadir una capa de dificultad más: los recursos corporales parecen limitados, y el horizonte de la menopausia crea una sensación de ir a contrarreloj. María advierte que el horizonte de inseminación por material genético masculino también afecta las decisiones que se toman al respecto, en un entorno donde eso parece socavar la autonomía y la libertad corporales de las mujeres lesbianas.

Es más: que lesbianismo y maternidad parezcan hoy día compatibles, y que una madre lesbiana sea inteligible como tal, se tuvo que comprometer con una causa que es el epítome de la heteronorma: el matrimonio. Sin estar casadas, dos mujeres no tenían suficiente legitimación para desarrollar juntas una familia. La institucionalización vino en cierto sentido como anatema, básicamente para ofrecer un soporte legal, pero a la vez para inscribir las familias disidentes bajo el marco de parentesco tradicional y la generización de los vínculos entre los componentes de la pareja.

Las técnicas de reproducción asistida, así como el retorno al biologicismo en relatos sobre la maternidad lésbica, es otro de los asuntos que actualiza el libro. Los avances conseguidos con el pronunciamiento de las dinámicas de las familias elegidas parecen chocar con una vuelta al cuerpo como altar, la maternidad como propósito último de las mujeres, y la obsesión por el traspaso de los rasgos genéticos. Cuando hace unas décadas, se había quedado claro que lo importante es la crianza y el vínculo afectivo y socioeducativo en la relación entre prole y madre, actualmente se observa un giro (incluso se podría decir que neoconservador) hacia el valor de los genes y del lazo biológico entre embrión y gestante.

Es interesante que la discusión sobre la maternidad no se limita a la procreación, sino que se expande hacia todo el proceso de crianza, para rescatar hasta la discriminación que reciben las criaturas de mujeres



lesbianas en la escuela, o la pregunta de a quién considerar “madre” o “padre”, por ejemplo cuando la segunda figura es completamente inexistente. Ante la presencia de dos madres, ¿quién asume qué aspectos del desarrollo de la persona? ¿Hay diferencias entre los significados, las funciones o el tipo de vínculo con una progenitora y con la otra? Y si la pareja deja de concebirse como tal, ¿continúan los roles asignados, o se pierde el acuerdo inicial?

Entiendo que formábamos una familia, aunque no hubiera un matrimonio legal ni una hija biológica entre ambas. Si bien hicimos reparto de tareas, en ese momento no nos planteábamos nada en cuanto a relaciones de poder o género. Aunque posiblemente nuestras subjetividades guiaron nuestros lugares en ese reparto. No recuerdo malestares en ese sentido por parte de ninguna –tal vez la relación se rompió antes– (p. 335).

Hablando del reconocimiento del tipo de relaciones establecidas entre lesbianas, sus persistencias, resistencias y transformaciones a lo largo del tiempo, las travesías por separaciones y descontentos, así como las complicaciones que eso conlleva para el imaginario cisheteromasculino, la autora comenta lo siguiente:

[las parejas] no se detectan [como tales] porque nuestras fronteras están diluidas: somos tanto amigas, hermanas, parejas, compañeras... muchas veces todo a la vez, y en otras las relaciones afectivo-sexuales se disuelven en relaciones de amistad y viceversa, y los afectos mutan y se mezclan las complicidades. La propiedad privada (“Es mi...”) no es monolítica para nosotras, sino más fluida, y estamos constantemente aprendiendo a gestionar las posesividades, porque cambiamos de posición a menudo: ya eres pareja como eres amiga, eres cómplice, amante, proveedora o receptora de afectos, de cuidados, de recursos, de saberes o de haceres, según las circunstancias (p. 362).

La psicoeducación que se lleva a cabo a lo largo del texto es de gran valor. La sensación que se da es de un acompañamiento constante hacia otras formas de comprender la vida en pareja, los lazos humanos, las palabras mismas y su peso, y por supuesto, los estereotipos y las herramientas que podemos conseguir para rebatirlos.

Hacia el final de la autoetnografía, María advierte dos peligros: uno es dar por sentadas las ganancias y los pasos que se han dado en términos de derechos humanos y sociales para el colectivo, y para las lesbianas más concretamente; el otro es el tema de los cuidados en edades



avanzadas, y la previsión de un bienvejecer más allá de la cisheteronormatividad.

[...] no deja de preocuparme que nos dejemos llevar por la inercia, no me importa ya si del dúo o de la unidad, porque lo que está por venir nos requiere unidas aún más de lo que ya lo estamos o lo estuvimos antes (p. 390).

Atender a esas dos preguntas es sustancial. Atravesamos momentos arduos, en los que se anuncian retrocesos en legislaciones, se malinterpretan evidencias científicas, se tergiversa la información respecto a la diversidad sexogenérica, y el colectivo aparece a menudo como la oveja negra de todo lo malo que sucede a nivel global. A la vez, este no es el devenir más placentero para aquella gente que está en proceso de envejecimiento, y en vez de disfrutar de lo ganado, se enfrenta a nuevos peligros de supervivencia. A la soledad comúnmente experimentada, la falta de recursos especializados o la invisibilización y la vuelta al armario (doble armario para muchas mujeres lesbianas), tendríamos que añadir ahora el retroceso social después de varias décadas de activismo y participación ciudadana para la despenalización, despatologización y reconocimiento legal de la orientación sexual y la identidad de género. Y María ofrece alternativas: proyectos de co-housing y cuidados entre amigas, redes de contacto extensas que superen las limitaciones temporales, lazos intergeneracionales... pero también expresa el miedo a que todas estas alternativas no se fomenten y no se protejan activamente.

Es un libro que puede parecer extraño o lejano a una persona que no es mujer lesbiana o bi. Pero está escrito teniendo en mente a gente lectora de otros colectivos, además su lenguaje es tan ameno y cercano, que es imposible no acabar identificándose con experiencias y miradas contadas en sus páginas. Personalmente, en muchos momentos me conmovió; en otros me descolocó: la introspección que la investigadora lleva a cabo es tan refinada, que me hizo dudar sobre mi propia capacidad, y la de mucha gente alrededor, de analizar y procesar conocimientos tan íntimos con tanta lucidez y nitidez. Los episodios narrados no me parecieron en absoluto fuera de contexto, ni en aquellas ocasiones en las que me distanciaba de las decisiones o las visiones de la autora. Es un trabajo escrito desde la empatía y el cariño, con lo cual es imposible no conectar con la persona que nos lo ha ofrendado.



Como mencioné anteriormente, se trata de un trabajo antropológico de gran actualidad. Es importante situar la obra de María en una literatura, ya no solo hispánica sino internacional, que en los últimos años atenta contra las políticas de identidad, abraza contradicciones internas, promueve nuevos modelos de afectividad, y avanza en materia de herramientas narrativas y metodológicas situadas. Pienso en relatos autobiográficos similares recientes, como por ejemplo *A Trans Man Walks Into a Gay Bar* (2023), de Harry Nicholas, *None of the Above* (2022), de Travis Alabanza, o incluso *Queer Intentions* (2019), de Amelia Abraham. En el primero, un hombre trans narra cómo su vida misma parece una paradoja en condiciones por parte de una cultura queer imperante, que dictamina que los hombres trans deben, o al menos suelen ser, heterosexuales. EL autor explica cómo los espacios de socialización LGTBIQ+, en su presunta apertura y aceptación, acaban reproduciendo los mismos cánones y prejuicios contra sexualidades alternativas. El segundo habla de las aventuras de una persona no binaria racializada no solo en los entresijos de un sistema legal y ciudadano podrido, sino también en una maquinaria relacional que prefiere las categorías estancas a la flexibilidad identitaria. Le autore cuestiona todas las reminiscencias del cartesianismo en la vida actual, tomando como base las restricciones administrativas. El tercero es un testimonio personal, que sugiere el reconocimiento del privilegio personal como primer paso hacia un activismo queer más situado. La autora explora una relación lésbica romántica, rellenando la distancia entre Reino Unido e Islandia con relatos sobre ser disidente del sistema sexo/género en otras partes del mundo, desde Bosnia hasta Tailandia, y desde Brasil hasta Turquía.

Aunque los tres libros promueven también esta renuncia a las categorías impuestas y cuestionan el afán correspondiente de seguridad identitaria, se mantienen en una autorreferencialidad que a veces recae en lo apolítico o lo descontextualizado. En lo que gana, en ese sentido, la aportación de María Alonso, es en la activación de esta perspectiva antropológica que se convierte en ejercicio epistemológico alternativo, situado, realmente polifacético. Además, aunque Nicholas, Abraham o Alabanza movilizan los márgenes sociales y epistémicos de sus respectivos contextos, no consiguen salir de la hegemonía anglosajona que hace que todo suene más pulido y cuqui en inglés.

Se hace patente que el desarrollo de ideas decoloniales, o la incorporación de voces desde fuera de Occidente, no son suficientes para



cambiar todo un entramado de producción de relatos desde los estratos más altos y privilegiados de los estudios de género y sexualidad (gente con acceso a editoriales de gran escala, o gente periodista que viaja por el mundo y vive en ciudades cosmopolitas). Prescindiendo de pretensiones científicas, de un “sujeto cognoscente”, y cogiendo como punto de referencia la ciudad de Granada desde las primeras organizaciones feministas y LGTBIQ+ de los noventa, la aproximación del libro es definitivamente más orgánica.

En definitiva, *Las Intermitencias de los infinitos lésbicos* abre una nueva línea de comprensión de las experiencias sexoafectivas desde la autoetnografía. Eso requiere valentía, y para aquella gente que continúa armarizada, o en condiciones adversas, no es un ejercicio ni asegurado ni fácil. Pero también es un producto de mucho amor, que admite equivocaciones y se permite inconsistencias internas, ignorando o superando el “qué dirán”. Esas “contradicciones encarnadas”, si se me permite la noción, son sustanciales para esquivar tradiciones esencialistas, que encorsetan complejas historias de vida en vivencias lineares y etiquetas caricaturescas. Pero también para avanzar en conversaciones públicas desde ángulos poco comunes, como el de una mujer lesbiana que se encuentra en una relación heterosexual, sigue vinculada a su ex mujer y ha criado con ella, y con otra ex pareja mujer antes que ella, una hija.

Referencias

Abraham, Amelia (2019). *Queer Intentions: A (Personal) Journey through LGBTQ+ Culture*. Picador.

Alabanza, Travis (2022). *None of the Above: Reflections on Life Beyond the Binary*. Canongate.

Fuss, Diana (1991). *Decking out: Performing identities*. In Diana Fuss (ed.), *Inside/Out: Lesbian Theories, Gay Theories* (pp. 1-13). Routledge.

Nicholas, Harry (2023). *A Trans Man Walks Into a Gay Bar*. Jessica Kingsley Publishers.



Konstantinos ARGYRIOU

Mini-Biografía. Konstantinos Argyriou es Profesor Ayudante Doctor en el Departamento de Psicología Social de la Facultad de Ciencias de la Salud de la Universidad Rey Juan Carlos. Es doctor en Estudios Interdisciplinarios de Género por la Universidad Autónoma de Madrid y el Departamento CTS del Instituto de Filosofía del CSIC. Ha realizado estancias de investigación en la Universidad de Lancaster y la Universidad Nacional y Kapodistriana de Atenas.

Recibido em: 13/01/2025

Aprovado em: 02/02/2025

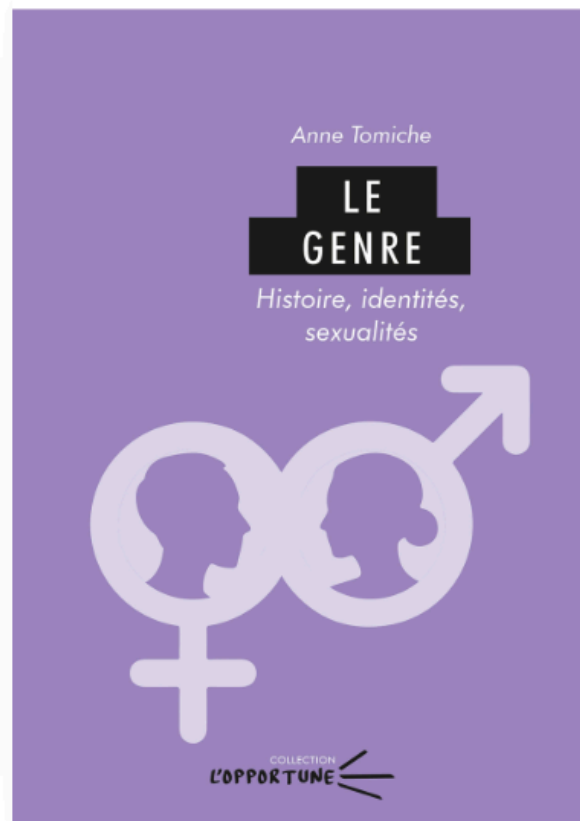


RESENHA

Resenha:

TOMICHE, Anne. **Le genre:** histoire, identités, sexualités. France. Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2024. 63 p.

Viviane de Bona, *Universidade Federal de Pernambuco*





Resenha do livro:

TOMICHE, Anne. **Le genre: histoire, identités, sexualités.** France. Presses Universitaires Blaise-Pascal, 2024. 63 p.

O livro *O Gênero: História, Identidades, Sexualidades*, publicado por Anne Tomiche, em 2024, se propõe, em linhas gerais, a abordar a origem do termo *gênero*, porém, não na perspectiva etimológica, mas, sim, buscando investigar em que se baseia a noção que tal termo evoca, permitindo-se pensar questões de identidades sexuais e de gênero. Para tal discussão, Tomiche organizou o livro em três capítulos, além da Introdução e Conclusão.

Três questões são o fio condutor desta obra que busca elucidar o sentido e uso do termo gênero no debate contemporâneo: 1ª) O que é gênero (questão de *definições*)? 2ª) Como o gênero funciona enquanto ferramenta conceitual (questão de *modalidades*)? 3ª) O que se pode fazer do e com o gênero (questão de *poder(es)*)?

A autora afirma que “*aujourd’hui, le genre s’invite partout [...]*” (p. 5), ou seja, nos dias de hoje, o gênero está em todo lugar, tanto nos debates sociais como nos estudos universitários. Quer seja para se atacar uma suposta “ideologia de gênero”, ou, ao contrário, para denunciar a dimensão ideologicamente reacionária desses ataques. Com essa natureza, “[...] *le genre mobilise l’université comme la société civile et les politiques*” (p. 5).

Ainda que presente e vivaz atualmente, a palavra *gênero* e a expressão *estudos de gênero* não se impuseram, entretanto, sem resistência na língua francesa. Enquanto o mundo anglófono adotou o termo *gender* (gênero), a França se recusou por muito tempo a empregar o termo gênero com tal sentido, e os Estudos de Gênero tiveram dificuldade de se estabelecer sob esse nome, mesmo que o feminismo, na chamada “Segunda Onda”, nos anos 1970, tenha desempenhado um papel importante na França, levantando questões relacionadas ao que hoje se atribui à sua noção precípua.

Como era de se esperar, essas resistências vieram de fontes conservadoras – em 2005, a Comissão Geral de Terminologia e de Neologia como a Academia Francesa recusou o emprego do termo para designar comportamentos ou identidades sexuais. Vale dizer que as resistências também vieram de pesquisadores e pesquisadoras, pela polissemia do termo e ainda por se tratar de algo “importado” dos



Estados Unidos. Estas relutâncias são demonstradas, por exemplo, no livro *Gênero como Categoria de análise: sociologia, história, literatura* – no original, *Le genre comme catégorie d'analyse: sociologie, histoire, littérature*, organizado por Dominique Fougeyrollas-Schwebel, Christine Planté e Claude Zaidman, em 2003.

Dito isto, é oportuno esclarecer que o termo está agora estabelecido e que programas de Estudos de Gênero, já há algum tempo, são desenvolvidos nas universidades francesas. Assim, na vida cotidiana da comunidade francófona, não somente é comum o cidadão ou a cidadã se identificar com um gênero como já existem verbos derivados desse substantivo: *genrer, mégenrer ou dé-genrer* – esses dois últimos associados ora à atribuição equivocada do gênero de algum indivíduo, de modo a não fazer jus a sua identidade, ora à desconstrução do que se determina mais a um ou a outro gênero, como nas profissões, por exemplo. Esse fenômeno é o que o sociólogo Alexandre Jaunait chama de Consciência de Gênero e que se desenvolveu significativamente nos últimos 20 anos. Com isto, Jaunait designa, para além de uma categoria de análise, um espaço comum em que o gênero continua a ser reformulado.

Na pesquisa científica, os Estudos de Gênero emergiram nos Estados Unidos entre os anos 1990 e 2000, passando por diferentes nomenclaturas e movimentos. Essas diversas formas que não se constituem um campo unificado, nem uma teoria única, têm em comum, todavia, o interesse da construção e da representação de identidades sexuais e sexualidades. Afirma a autora que a pluralidade de campos institucionais distintos é mais evidenciada nos Estados Unidos do que na França, onde a expressão *estudos de gênero* cobre de forma ampla todas essas diferentes abordagens em suas divergências teóricas. Se, historicamente, os Estudos Feministas e, depois, de Gênero foram desenvolvidos pelas disciplinas de Sociologia, Antropologia, História e Estudos Literários, agora também são realizados por diferentes e variadas disciplinas, como Medicina, Direito e Ciências Exatas.

No decorrer dos capítulos, a autora expõe noções e elaborações teóricas, apresentando autoras e autores, obras e correntes de pensamentos para nos direcionar a uma construção de sentidos e epistemologias que se configuraram (e se configuram) a partir das discussões e movimentos no âmbito acadêmico e social.

No primeiro capítulo, intitulado *Definições*, são apresentadas noções, a começar por 1950, quando o termo gênero aparece nos Estados



Unidos no contexto médico-psicológico. Segue, posteriormente, para uma explanação dos trabalhos feministas e de gênero, que criticam fortemente as normas, elaborando uma definição de gênero como sistema de relações sociais, que afasta daquilo que é, natural e biologicamente, atribuído à mulher e ao homem, sendo a naturalidade do comportamento questionada, chegando à distinção entre gênero e sexo nos debates contemporâneos.

O segundo capítulo, denominado *Modalidades*, tem como cerne a seguinte questão: *Enquanto uma categoria e, portanto, uma ferramenta analítica, como o gênero funciona e como ele opera?* Discorre, então, em tópicos, sobre o gênero como: 1) ferramenta de desconstrução de categorias; 2) ferramenta de análise da performatividade das identidades; e 3) ferramenta de análise das relações de dominação.

O capítulo terceiro, *Gênero e Poder, Poder do Gênero*, apresenta, no tópico poder/saber/gênero, a influência foucaultiana nos estudos que articulam gênero e poder. Mostra como teoricamente esses estudos influenciaram construções e discursos. Abre, então, um tópico, questionando: *O que pode o gênero?* Esse tópico está organizado em outros 3: a) Poder de ação do gênero?; b) Um posicionamento reivindicado e os saberes situados; c) contribuições dos Estudos de Gênero para a pesquisa. Aqui se tem acesso a nuances e possibilidades de análise dos fenômenos sociais que envolvem os estudos acadêmicos e as considerações de militâncias em busca de direitos, já que gênero enquanto ferramenta e como categoria de análise permite “renovar as análises de fatos e fenômenos sociais, literários ou artísticos, em num contexto histórico e geopolítico específico” (p. 54, tradução própria).

Em síntese, a autora nos brinda com o tópico de conclusão, *Queeriser* o gênero, no qual rediscute como aparecem o pensamento teórico *queer*, seus conflitos e paradoxos. Para finalizar, indica que *queer* – na conceituação de Kosofsky Sedgwich e Judith Butler – é o nome de um operador de performatividade que, desestabilizando significados linguísticos para ressignificá-los, perturba as categorias de gênero e perturba o gênero como categoria, ali introduzindo o “problema”. E produz uma forma do que poderíamos até chamar de *dé-genrement* (termo apresentado na Introdução).

Por essas acepções apresentadas, recomenda-se a leitura para que as desconstruções e o rompimento com aquilo que está naturalizado em nosso cotidiano seja alcançado. Com um viés provocador e também esclarecedor, a obra conecta as construções teóricas ao contexto francês e



possibilita a ampliação e o estabelecimento de relações a partir das distintas vertentes e teorias apresentadas. Assim, o livro oferece contato com paradoxos e movimentos que indicam tensões e caminhos, na reformulação constante do sentido do termo gênero, nos domínios acadêmico e social, o que favorece estudos que tenham o gênero como instrumento.

Viviane de BONA

Professora do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Integra o Programa de Pós-Graduação em Educação e o Mestrado Profissional em Educação Básica da UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinar em Formação Humana, Representações e Identidades – GEPIFHRI/UFPE/CNPq.

Recebido em: 02/01/2025

Aprovado em: 03/03/2025